

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS / MESTRADO**

**ESTRUTURAR A SUBJETIVIDADE E SUBJETIVAR A ESTRUTURA:  
ANÁLISE DE DISCURSO E NEUROCIÊNCIA NA COMPREENSÃO DO  
PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO E DO SENTIDO**

**LUCIANA IOST VINHAS**

**PELOTAS**

**2009**

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS / MESTRADO**

**ESTRUTURAR A SUBJETIVIDADE E SUBJETIVAR A ESTRUTURA:  
ANÁLISE DE DISCURSO E NEUROCIÊNCIA NA COMPREENSÃO DO  
PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO E DO SENTIDO**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Letras da Universidade Católica de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Letras. Área de concentração: Linguística Aplicada.

Orientadora: Profa. Dr. Aracy Ernst-Pereira  
Co-orientadora: Profa. Dr. Giovana Ferreira-Gonçalves

**PELOTAS**  
**2009**

*Dedico este texto às minhas orientadoras, Profa. Dr. Aracy Ernst-Pereira e Profa. Dr. Giovana Ferreira-Gonçalves, pela dedicação, carinho, amizade, sabedoria e pelo privilégio de tê-las (juntas) como orientadoras.*

## *Agradecimentos*

Às minhas professoras orientadoras Dr. Aracy Ernst-Pereira e Dr. Giovana Ferreira-Gonçalves, pela atenção e carinho, pela sabedoria e competência, por serem, simplesmente, Aracy e Giovana, que transformam sonhos em realidade.

Ao corpo docente do programa de pós-graduação em Letras da UCPel, em especial aos professores...

Dr. Carmen Lúcia Matzenauer, pela excelência do curso de mestrado;

Dr. Hilário Bohn, pelas essenciais discussões sobre a linguagem e pelas oportunidades de reflexão na época de graduação;

Dr. Susana Funck, pela maneira única como conduz as reflexões;

Dr. Vilson Leffa, cujos ensinamentos sobre a ciência da linguagem perpassaram a elaboração deste trabalho.

À minha amada família... mãe Márcia, pai Joel, dindo Gilmar, dinda Mirian e vó Osveni, por estarem sempre presentes, por serem *o* sentido.

Aos meus irmãos Marcelo, Otávio e Enzo, com quem aprendo a viver.

A todos que me apoiaram durante o percurso, em especial aos amigos...

Ariane Pollard de Lima, pelo sorriso acolhedor e pela sinceridade;

Cristina Zanella Rodrigues, por ser *Tina*, pelo apoio e carinho sincrônico;

Fernanda Machado, pelo pensamento positivo e confiança;

Francine e Vinícius Marques, pelo acolhimento e amizade;

Julio dos Anjos Jr., pelas cinéfilas compreensões da vida prosaica;

Martha Becker Morales, pela cumplicidade e amizade;

Tania Nicoletti, pela força e contágio emocional.

Ao Dr. Cleber Ratto, por ter sido fundamental no processo de emergência das “coisas do afeto”.

A todos os alunos, por me permitirem sempre estar aprendendo...

*Trabalhador caprichoso e honesto procurou os seus caminhos e executou urupemas fortes, seguras. Provavelmente não gostavam delas: prefeririam vê-las tradicionais e corriqueiras, enfeitadas e frágeis. O autor, insensível à crítica, perseverou nas urupemas rijas e sóbrias, não porque as estimasse, mas porque eram o meio de expressão que lhe parecia mais razoável.*

**Graciliano Ramos**

## RESUMO

Os estudos da linguagem de caráter discursivo possuem uma característica fundamental que os registra em uma posição diferente daquela ocupada pelos estudos desenvolvidos pelas teorias lingüísticas formalistas. Esse lugar teórico de onde as abordagens discursivas falam garante a presença da exterioridade no entendimento dos processos discursivos. Partindo desse pressuposto, tem-se, na análise de discurso de tradição francesa (AD), a atuação de quatro pilares teórico-epistemológicos que constituem essa perspectiva acerca da compreensão do sentido. O discurso e o sentido, o inconsciente e o sujeito, a história e a ideologia, e o sistema lingüístico são elementos oriundos, respectivamente, dos quatro pilares da AD, a saber, a teoria do discurso, a psicanálise freudo-lacaniana, o materialismo histórico-dialético e a lingüística. A teoria garante a interdependência entre esses conceitos, sendo que nela não podem existir separadamente. No entanto, o presente trabalho, de cunho teórico, ao caracterizar a teoria materialista dos sentidos, ou seja, a análise de discurso, interpreta que existe a possibilidade de uma outra região do conhecimento humano fazer parte da conjuntura proposta pelo filósofo francês Michel Pêcheux. Admite-se, portanto, que elementos de caráter neurofisiológico também estariam perpassando o fenômeno lingüístico, os quais podem ser acrescentados à compreensão dos processos discursivos e, principalmente, à constituição do sujeito. Defende-se, dessa forma, uma interlocução entre análise de discurso e neurociência, tendo como alicerce a noção de sujeito, cujas bases sofrerão uma ressignificação ao serem acrescentados pressupostos de ordem neurofisiológica à discussão. Além disso, ao entender o sujeito como, também, neuronal, e não somente ideológico e inconsciente, vislumbra-se a possibilidade de ocorrerem contribuições para a lingüística formalista. Esses dois espaços dos estudos da linguagem, aparentemente distantes e intangíveis, posicionados, de certa forma, em extremidades opostas da lingüística, podem ter suas fronteiras dissolvidas a partir de uma concepção diferenciada de sujeito, conforme apresentada na reflexão. Situa-se o trabalho, a partir das noções levantadas, em um entremeio teórico, não se acomodando em nenhum terreno específico (e seguro) das ciências humanas.

Palavras-chave: análise de discurso, neurociência, sujeito, sentido.

## RESUMÉE

Les études du langage de caractère discursif possèdent une caractéristique fondamentale qui les enregistre dans une position différente de celle occupée pour des études réalisées par des théories linguistiques formalistes. Ce champ théorique d'où ces approches discursives parlent assure la présence de l'extériorité dans la compréhension des procédés discursifs. À partir de cette présupposition, on a dans l'analyse de discours de la tradition française (AD), la mise en rôle de quatre piliers théorique-épistémologiques qui constituent cette perspective au sujet de la compréhension du sens. Le discours et le sens, l'inconscient et le sujet, l'histoire et l'idéologie, et le système linguistique sont des éléments originaires, venant respectivement, des quatre piliers de l'AD, à savoir, la théorie du discours, la psychanalyse freudo-lacanienne, le matérialisme historique-dialectique et la linguistique. La théorie assure l'interdépendance entre ces concepts, tandis que dans celle-ci ils ne peuvent pas exister séparément. Cependant, le présent travail, de base théorique, à partir du moment où il caractérise la théorie matérialiste des sens, c'est-à-dire, l'analyse de discours, il interprète qu'il puisse avoir la possibilité d'une autre région de la connaissance humaine passer à faire partie de la conjoncture proposée par le philosophe français Michel Pêcheux. On admet, donc, que les éléments de caractère neurophysiologique seraient aussi en train de dépasser le phénomène linguistique, lesquels peuvent être ajoutés à la compréhension des procédés discursifs, et principalement, à la construction du sujet. On défend, de cette façon, une élocution parmi l'analyse de discours et la neuroscience, ayant comme fondation la notion de l'individu, dont les bases souffriront d'une resignification au moment où on ajoute des présupposés d'ordre neurophysiologique à la discussion. À part cela, on aperçoit le sujet comme neuronal, et ne pas seulement idéologique et inconscient, on entrevoit la possibilité de survenir à des contributions pour la linguistique formaliste. Ces deux espaces d'études du langage, apparemment distants et intingibles, positionnés, d'une certaine façon, aux extrémités opposées de la linguistique, peuvent avoir leur frontières dissolues à partir d'une différente conception du sujet, conformément à cette réflexion présente. Le travail est situé à partir des notions abordées, dans un enchâssement théorique qui ne s'accommode à aucun terrain spécifique (et assuré) des sciences humaines.

Mots-clés: analyse de discours, neuroscience, sujet, sens.

## SUMÁRIO

RESUMO .....	vi
RESUMÉE .....	vii
O EFEITO DE FECHAMENTO INTRODUTÓRIO .....	01
CAPÍTULO 1: As bases teóricas da análise de discurso: uma reflexão sobre os conceitos de sujeito e de sentido .....	12
1.1 O movimento intelectual estruturalista nas ciências humanas: uma descrição apolitizada de fenômenos (des)estruturados .....	13
1.2 O estruturalismo lingüístico: O corte epistemológico saussuriano no significado da linguagem significante .....	16
1.3 A psicanálise: Imaginando uma concepção real de sujeito sob um entorno simbólico .....	28
1.4 O materialismo histórico-dialético: Os aparelhos que assujeitam a ideologia a uma condição material de existência .....	64
1.5 A análise de discurso de filiação pecheuxtiana: Um sujeito criativo e um sentido instável por um ritual com falhas .....	71
1.6 Um primeiro efeito de fechamento .....	103
CAPÍTULO 2: A neurociência: Apresentação dos pressupostos teóricos .....	105
2.1 A neurociência e seus conceitos fundamentais .....	106
2.2 Um segundo efeito de fechamento .....	121



CAPÍTULO 3: A análise de discurso e a neurociência: Uma possibilidade de ressignificação do conceito de sujeito .....	123
3.1. Assistindo à reconfiguração das noções de sujeito e de sentido pelas lentes discursivas e neurofisiológicas .....	125
3.2 Um terceiro efeito de fechamento .....	172
CAPÍTULO 4: Uma reflexão sobre possíveis contribuições do conceito de sujeito neuronal-ideológico para as teorias formalistas .....	174
4.1 O formalismo sendo convocado pela exterioridade .....	174
4.2 Um quarto efeito de fechamento .....	184
O EFEITO DE FECHAMENTO FINAL .....	185
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	189
ANEXOS .....	199

## O EFEITO DE FECHAMENTO INTRODUTÓRIO

Os avanços na ciência colocam em confronto várias opiniões há muito tidas como verdadeiras, estabelecidas nos diversos domínios do conhecimento, a partir das quais se desenvolvem estudos para corroborar esse caráter de certeza frente aos acontecimentos do mundo. Dessa forma, às vezes torna-se arenoso o solo novo sobre o qual se pisa no que concerne à evolução da ciência, solo que pode tornar possíveis descobertas que engendrem um diferenciado ângulo de visualização do objeto em foco de análise.

Desbravar novos territórios é como se generaliza (e metaforiza) o objetivo deste texto, situado nos estudos da linguagem. Relativamente recente, com sua cientificidade atestada a partir da segunda década do século XX, esses estudos foram se desenvolvendo concomitantemente no oriente e no ocidente. Na parte ocidental, Ferdinand de Saussure foi o responsável pela instauração de um movimento de consolidação da lingüística enquanto ciência. Contudo, para que esse estatuto fosse garantido dentro do contexto em que se constituía a ciência da época, cientificidade era sinônimo de positivismo, isto é, de observação neutra e objetiva de dados presentes na natureza. Essa posição formalista frente aos fenômenos lingüísticos perdura em algumas regiões dos estudos da linguagem até hoje. No entanto, há outro lado, um lado que sustenta uma posição diferenciada, com a possibilidade de inserção da exterioridade, bem como da subjetividade, na compreensão da linguagem. Nessa outra posição teórica, foram trazidos à tona dois elementos: o sujeito, encoberto pelos estudos formalistas através da figura do falante ideal, e o sentido, longe da concepção de significado imutável e transparente, dependente das relações do interior do sistema, o qual passou a ter um outro estatuto quando relacionado com o que está fora da linguagem. Um dos principais representantes dessa vertente da ciência lingüística é, na contemporaneidade, o filósofo francês Michel Pêcheux, responsável pela construção de um observatório dos processos discursivos acessíveis pela base lingüística. Os saberes constituintes da sua teoria ecoam de forma cada vez mais abrangente dentre os interessados em questões do sentido.

O caráter “científico” da lingüística foi adquirido pelos trabalhos arquitetados na Europa e, mais tarde, nos Estados Unidos, ou seja, no ocidente. O mesmo lado ocidental passou a desenvolver trabalhos com uma perspectiva a partir da qual o uso e o papel do

sujeito enunciador, dentre outros aspectos, também constituíam a preocupação dos estudiosos. Com o funcionalismo e a enunciação, anteriores a Pêcheux, e, principalmente, com os pensadores ocidentais descobrindo os estudos desenvolvidos no oriente por Mikhail Bakhtin<sup>1</sup>, novos elementos foram aos poucos sendo resgatados em prol de uma ótica do fenômeno lingüístico que considerasse o que está fora da linguagem.

Esse resgate, ou melhor, essa relevância que a exterioridade foi gradativamente adquirindo nos estudos lingüísticos, começou com pequenos movimentos, caracterizados por não considerarem um texto como fechado, cujo significado estaria presente somente dentro das barreiras lingüísticas do texto, dentro dos limites da folha de papel. Foi sendo dada maior atenção a o que estava “escrito” fora dali. Dessa forma, aos poucos foram sendo agregados elementos dessa exterioridade constitutiva da linguagem: cultura, enunciadore, tempo, espaço e, finalmente, discurso. Com este último, através das idéias de Pêcheux surgidas no final da década de 1960, tem-se o objeto no qual a presente discussão se embasa.

Assim, há, de um lado, estudos lingüísticos que pensam a linguagem como uma ciência descritiva e analítica, posicionada em um campo determinado, seguro, neutro e fixo. Essa percepção sobre o objeto de estudo desenvolveu-se a partir do pensamento de Ferdinand de Saussure, na Suíça. De outro lado, há todos os eixos teóricos que pressupõem elementos da exterioridade presentes na linguagem, ou resgatados a partir dela. Pode-se dizer que há várias vozes, de diferentes lugares e épocas, que povoam essa versão do fenômeno lingüístico. Nessa região, há os pensamentos de Bakhtin e seu círculo de colaboradores, bem como os trabalhos de Austin, Searle, Benveniste, Grice, Peirce, Authier-Rèvuz e Ducrot, para citar alguns, e, de forma bastante significativa, as contribuições de Pêcheux e dos historiadores, lingüistas e psicanalistas que com ele trabalhavam. Todos esses estudiosos figuram dentro de uma perspectiva teórica embasada em uma leitura diferenciada da linguagem. Eles podem ser agrupados nessa outra perspectiva devido a um traço em comum: o entendimento de que existe algo além do sistema lingüístico; no entanto, não compartilham os mesmos pressupostos no que tange à maneira como compreendem a linguagem.

---

<sup>1</sup> Tem-se *Marxismo e filosofia da linguagem* (BAKHTIN, 1999) como obra reveladora das relações entre linguagem e ideologia pela perspectiva dialógica bakhtiniana.

O importante a destacar nas diferenças existentes entre as regiões dos estudos da linguagem é que o estruturalismo e seus consecutivos desdobramentos não consideraram a exterioridade, tornando-se a pesquisa acerca de critérios da gramática das línguas naturais acessível. Já as teorias situadas na outra posição entendem o fenômeno lingüístico enquanto perpassado por elementos que residem na exterioridade lingüística, compreendidos diferentemente dependendo da teoria a partir da qual são observados, principalmente aqueles de caráter semântico-discursivo.

Portanto, como conseqüência de acontecimentos políticos e, talvez, da própria angústia do ser humano da época, levando a uma “positivização” geral no ramo científico<sup>2</sup>, foi o pensamento de Saussure aquele que serviu de alicerce para tudo o que se desenvolveu posteriormente nas ciências da linguagem, garantindo à lingüística seu lugar dentre as ciências humanas. As idéias bakhtinianas, no lado oriental, permaneceram por um tempo em silêncio; contudo, atualmente há, cada vez mais, a importância de serem resgatados os conhecimentos produzidos por Bakhtin e o grupo de pensadores que o rodearam, os quais ecoam consideravelmente nas propostas de reflexão sobre a linguagem na contemporaneidade. Percebe-se que esses estudos vão ganhando mais força dentre as reflexões em lingüística e ciências relacionadas. Michel Pêcheux é um nome forte ao se pensar em estudos que colocam a exterioridade em pauta, principalmente por trabalhar em uma relação instável, aquela existente entre língua, história e sujeito.

Acerca dessa divisão característica dos estudos da linguagem, pode-se dizer que ela ocorreu entre um núcleo e uma periferia na ciência lingüística (cf. ERNST-PEREIRA, 1991). A periferia diz respeito às teorias que buscam articular linguagem e exterioridade, ao passo que o núcleo (duro) da lingüística se restringe à descrição e à análise do sistema lingüístico, oriunda do saussurianismo. Essa divisão aparece na obra de Michel Pêcheux *Análise Automática do Discurso (AAD-69)*, quando menciona críticas ao estruturalismo saussuriano, principalmente no que concernia à ausência de uma reflexão sobre o papel da exterioridade na linguagem. Pêcheux (1997) diz que

O estudo dos processos discursivos supõe duas ordens de pesquisas:  
- o estudo das variações específicas (semânticas, retóricas e pragmáticas) ligadas aos processos de produção particulares considerados sobre o “fundo invariante” da língua (essencialmente: a sintaxe como fonte de coerções universais). (...)

---

<sup>2</sup> Talvez essa necessidade de o ser humano se “positivizar” tenha acontecido em decorrência da influência das feridas narcísicas que o afetaram, como será visto mais tarde.

- o estudo da ligação entre as “circunstâncias” de um discurso – que chamaremos daqui em diante suas *condições de produção* – e esse processo de produção. Esta perspectiva está representada na teoria lingüística atual pelo papel dado ao *contexto* ou à *situação*, como pano de fundo específico dos discursos, que torna possível sua formulação e sua compreensão (p.74-75) [grifos do autor].

Importante se torna, para o presente trabalho, problematizar as questões envolvendo o papel da exterioridade e da subjetividade nos estudos da linguagem. Assim, remonta-se a Weedwood (2002), que apresenta, acerca da caracterização da ciência lingüística, três dicotomias as quais situariam os estudos nessa área, a saber: (i) sincronia vs. diacronia; (ii) teoria vs. aplicação; e (iii) microlingüística vs. macrolingüística. A última dicotomia é importante para a presente reflexão. À microlingüística não interessariam quaisquer elementos que extrapolam o lingüístico, como, por exemplo, a função social, os mecanismos psicológicos e a subjetividade, ao passo que, na macrolingüística, ocorre o contrário. A primeira seria composta pelos estudos na fonologia, fonética, sintaxe, morfologia, semântica e lexicologia; a segunda trabalharia com a psicolingüística, sociolingüística, pragmática, análise do discurso, análise da conversação, neurolingüística, lingüística textual, lingüística antropológica, dialetologia, lingüística matemática e computacional e estilística. Contudo, será que essa divisão é válida? Mesmo colocando a psicolingüística, por exemplo, como parte da ciência lingüística que não se interessa estritamente pela forma, as análises inseridas nesse campo acabam por focalizar aspectos da estrutura da língua. Pode-se dizer o mesmo sobre as outras áreas mencionadas, exceto a análise de discurso, que, apesar de ancorar-se na materialidade lingüística, na base lingüística, para a análise, preocupa-se mais com o efeito de sentido e com as determinações sócio-históricas, ou seja, com a exterioridade não enquanto contexto (factual), mas enquanto natureza discursiva – a interdiscursividade (cf. ORLANDI, 2005a). Como se vê, há, ainda, muito a ser questionado sobre a constituição da ciência lingüística, sendo uma das questões referente à dicotomia enfocada. Também deve existir uma reflexão acerca da concepção de “exterioridade” vigente nas suas diferentes áreas, pois, conforme tratado, parece que não é a mesma, podendo ser entendida enquanto contexto ou enquanto condições de produção. Essas idéias remontam a diferentes especificidades epistemológicas, com conseqüências não coincidentes.

Pezatti (2004), ao abordar a diferença entre o formalismo e o funcionalismo, relata uma analogia utilizada por Mike Dillinger sobre a questão. O autor compara as

atividades de duas equipes da revista *Quatro Rodas*, uma encarregada do fazer científico e outra do relatório de avaliação:

uma deve desmontar o motor, a direção, os freios etc. para determinar a “estrutura” de suas partes; já a outra deve levar o carro até a pista de provas para determinar suas características de aceleração, de frenagem, estabilidade etc. – sua interação com o contexto (a pista, o ar etc.). As duas equipes estudam, assim, o mesmo objeto, elegendo, no entanto, diferentes fenômenos dele, com base em diferentes perspectivas. Ninguém suporia que a leitura de um dos relatórios das duas equipes fosse alternativa em relação à da outra, pelo contrário, o melhor resultado a respeito da avaliação de um carro é a integração dos dois. Similarmente, como os enfoques funcionalista e formalista tratam de diferentes fenômenos do mesmo objeto, não há uma necessidade de discutir se um é mais importante que o outro: as diferentes perspectivas para o estudo da linguagem são complementares e igualmente necessárias (cf. Dillinger, 1991) (p.175-176).

Todavia, tanto a perspectiva funcionalista quanto a formalista se interessam pela linguagem enquanto sistema. Mesmo o funcionalismo focalizando sua preocupação acerca da união entre sistema e uso, acaba por caracterizar o sistema em virtude da função lingüística e da distribuição da informação na sentença.

A partir das considerações supracitadas, entende-se que é imperativo que se assumam uma posição no presente trabalho. Desde já, salienta-se a existência de uma identificação com as teorias situadas na região da lingüística a qual não trata a linguagem como autônoma, independente da exterioridade. No entanto, busca-se realizar um movimento na direção de uma preocupação concernindo às teorias formalistas, pois se acredita que podem, a partir da consideração de elementos oriundos de uma outra região do conhecimento científico, contemplar em suas análises aspectos tanto da exterioridade, quanto, principalmente, de aspectos referentes ao papel do sujeito no que tange às questões da linguagem.

A outra região do conhecimento humano que será trazida à tona no trabalho é a neurociência. Assim, ao se convocar essa região do pensamento, vários argumentos serão levantados em prol de uma posição diferenciada, em um entremeio teórico, sem a ocorrência de uma acomodação em um solo firme, sem porosidades, dentro da ciência lingüística. Para que exista uma interlocução, fará parte da reflexão a teoria materialista dos sentidos, ou seja, a análise de discurso de tradição francesa, conforme proposta por Pêcheux. Dessa forma, ainda mais móvel se torna a posição que se assume, podendo a teoria se locomover dentre os interstícios das ciências humanas, em um solo com frestas para a passagem de um novo ar, a fim de contemplar a questão lingüística em seus diferentes campos discursivos.

Não só a reflexão almeja um engajamento entre análise de discurso (AD) e neurociência, mas, a partir disso, será feita uma tentativa, na última parte do texto, de traçar um diálogo entre as duas regiões do pensamento lingüístico anteriormente referidas, a saber, o formalismo e a enunciação-discurso<sup>3</sup>. Isso é possível de ser atingido, pois o trabalho é centrado na questão do sujeito, sendo resgatados os pressupostos que norteiam a AD no que diz respeito a essa noção. Pode-se dizer que esse é o ponto de partida do trabalho: atribuir os sentidos pertinentes à concepção de sujeito na teoria materialista dos sentidos.

Assim, através de uma diferente posição teórica, partindo de uma teoria já consolidada na ciência lingüística, cogita-se uma outra possibilidade de entendimento da questão da subjetividade. A necessidade de se pensar sobre essa temática é corroborada ao se lembrar que a semântica faz parte da pauta do pensamento dos lingüistas há muito tempo; contudo, sua relação com a subjetividade começou a ser explorada somente por volta da década de 1970, existindo pouco tempo para o desenvolvimento dessa perspectiva teórica. É a isso que o estudo se propõe, ou seja, trabalhar a relação entre subjetividade e sentido a partir da linguagem, entendendo que existe uma interdependência constitutiva entre as duas noções, mediadas pela linguagem. Importante lembrar da relevância de esses dois conceitos serem trabalhados, posto que ambos foram recalcados no ato de formação da ciência lingüística, ou seja, da lingüística formal (cf. TEIXEIRA, 2005).

O presente estudo nasce de várias inquietações, as quais são concernentes à natureza da questão semântica, entendida enquanto materializada como linguagem, e à sua relação com a subjetividade, a qual não existe sem exterioridade. Os questionamentos através dos quais originou-se o desenvolvimento da idéia que levou à solidificação da pesquisa podem ser resumidos pelas relações expostas em (01).

#### (01) Alguns questionamentos...

Como considerar...

- (i) a linguagem sem a subjetividade?
- (ii) a linguagem sem as condições sócio-históricas de produção do discurso?
- (iii) a linguagem sem a fisiologia do ser humano?
- (iv) a linguagem sem o sistema?

---

<sup>3</sup> Mesmo entendendo que os trabalhos da enunciação e do discurso sobre a questão da exterioridade acontecem em diferentes níveis, pois em cada uma das duas perspectivas figuram elementos diferentes, é feita uma separação entre duas regiões da ciência lingüística para enfatizar a fronteira existente entre os estudos que consideram a exterioridade da linguagem e aqueles que não a consideram.

(v) a linguagem sem o sentido?

As diferentes percepções teóricas da lingüística tratam sobre vários objetos, interiores ou exteriores à linguagem. No entanto, parece que existe uma relação de interdependência entre esses variados objetos, os quais, portanto, deveriam se complementar, por versarem sobre o mesmo fenômeno, mas que, para fins de análise, são entendidos de forma separada. A partir dos questionamentos expostos, assume-se que o entendimento do fenômeno lingüístico envolve os seguintes elementos: a subjetividade (psicanálise), as condições sócio-históricas de produção do discurso<sup>4</sup> (materialismo histórico-dialético), a fisiologia do ser humano (neurociência), o sistema (lingüística) e o sentido (teoria do discurso). Para que todos esses elementos sejam engajados em uma reflexão envolvendo o objeto *linguagem*, é imprescindível que diferentes nichos do conhecimento humano compartilhem seus pressupostos. Há a necessidade de “transdisciplinaridade”<sup>5</sup> na compreensão dos fenômenos lingüísticos, qualquer que seja o objeto em análise, ou seja, pode ser da fonologia, semântica, sintaxe, discurso, etc. Entender que a língua funciona por ela mesma leva a conclusões que generalizam, conforme busca, por exemplo, o formalismo gerativista, mas que não contribuem diretamente em questões relacionadas ao sujeito ideológico na sociedade. Esse conflito entre o que é individual e o que é social também fará parte da discussão.

Pretende-se aqui dar conta do processo de constituição do sentido e sua relação com a subjetividade a partir da linguagem. No entanto, para que se pense sobre isso, salienta-se a necessidade de ser considerado o componente corpóreo do sujeito na materialização neurofisiológica do trabalho com os sentidos. Tem-se um sujeito diferenciado e, por conseguinte, uma compreensão diferenciada acerca da questão do sentido.

O texto é fundamentalmente um trabalho teórico. No entanto, serão deixados resquícios de reflexões que apontam para uma possibilidade de exploração de um aparelho analítico em possíveis tentativas de descrição, análise e interpretação da linguagem tendo em vista o que será trabalhado quanto à subjetividade. Tal passo será

---

<sup>4</sup> Importante mencionar que, em virtude da interação com os elementos mencionados, *sujeito* e *subjetividade* deverão ser ressignificados. Tal proposta será apresentada no terceiro capítulo do trabalho. Os entendimentos de *língua*, *sentido* e *exterioridade* também sofrerão alterações tendo em vista a posição assumida.

<sup>5</sup> A transdisciplinaridade evocada tange à idéia de que, a partir da relação entre as áreas do conhecimento elencadas, ocorre uma ressignificação das concepções militando na teorização proposta. Isso significa que não acontece uma simples apropriação, mas uma apropriação com mudança conceitual.



dado no último capítulo da reflexão, ao se estabelecer um paralelo com a lingüística formalista. Faz-se necessário que se determine o foco da discussão através da emergência da pergunta exposta em (02).

(02) Pergunta considerada o foco da discussão.

Como seria possível uma resignificação dos conceitos de sujeito e de sentido a partir de elementos oriundos da neurociência?

Essa pergunta norteará a presente reflexão. A posição assumida no estudo já foi explicitada, bem como os objetos que serão abordados. A partir dos conceitos da análise de discurso de tradição francesa, serão feitas as considerações pertinentes no entendimento do sujeito e do sentido, os quais não podem ser enfocados separadamente. Isso significa que a semântica do estudo não é uma semântica formal, mas uma semântica discursiva conforme os pressupostos pecheuxianos.

Para engendrar uma discussão sobre os objetos de estudo citados, há a divisão do texto em quatro capítulos. O primeiro capítulo, com o nome “As bases teóricas da análise de discurso: uma reflexão sobre os conceitos de sujeito e de sentido”, é dedicado a uma caracterização da AD e dos quatro eixos acima mencionados, com especial atenção dedicada à psicanálise. Isso significa que existe a necessidade de apresentação do conceito de sujeito psicanalítico de forma satisfatória, pois ele será determinante para o desenvolvimento do trabalho nas seções seguintes, compreendendo que o conceito de sujeito é intrinsecamente ligado à questão do sentido.

A segunda parte do estudo, em capítulo intitulado “A neurociência: apresentação dos pressupostos teóricos”, busca atingir o objetivo mencionado no título, ou seja, essa parte é reservada à exploração dos principais conceitos envolvendo a nova área, os quais deverão servir de sustentação para o estabelecimento de um diálogo com a análise de discurso. Mesmo a noção de sujeito não fazendo parte da grade teórica da neurociência, a partir dos elementos que a constituem será feita uma reflexão sobre possíveis noções que norteariam tal concepção dentro desse contexto. Assim, termos como cérebro, sinapses, neurotransmissores e sistema nervoso farão parte deste momento do texto.

A reflexão do terceiro capítulo aborda a noção de sujeito da análise de discurso, entendido como um sujeito interpelado pela ideologia e pelo inconsciente, ao ser considerada a possibilidade de interação com os elementos provindos da neurociência. Há, aí, uma releitura da noção de sujeito a partir da articulação com essa região do

conhecimento, entendendo-se que existe, na verdade, um sujeito neuronal-ideológico. Seu título é “A análise de discurso e a neurociência: Uma possibilidade de ressignificação do conceito de sujeito”, onde será dada mais ênfase a uma tentativa de estruturar a subjetividade.

“Uma reflexão sobre possíveis contribuições do conceito de sujeito neuronal-ideológico para as teorias formalistas” é como foi nomeado o quarto e último capítulo da discussão. Nele o tópico é a formalização em lingüística, e como a concepção de sujeito neuronal-ideológico pode contribuir para que a subjetividade passe a fazer parte das reflexões situadas na região formalista da linguagem. Nesse momento busca-se, de forma mais focada, subjetivar a estrutura.

A proposta de ressignificação da noção de sujeito traz à tona os elementos da AD, os quais entram em consonância com os conceitos oriundos da região do conhecimento acionada para a reflexão, a neurociência, constituindo um quadro epistemológico diferenciado. Todos os conceitos, tanto aqueles oriundos da análise do discurso quanto aqueles provindos da neurociência, agem em rede, de forma interdependente.

Resumindo os eixos norteadores da discussão, pode-se dizer que ela foi mobilizada pela evidência de que a neurofisiologia humana ocupa um papel importante no processo de constituição do sujeito e dos sentidos. Assume-se ela como local de materialização do trabalho com os sentidos, entendendo que esse processo acontece através dos neurônios, conforme dito pela neurociência. Vale também mencionar que a análise de discurso de tradição francesa apresenta princípios de descrição e de interpretação da linguagem, a fim de alcançar a exterioridade a qual a linguagem busca materializar através dos processos inconscientes de assujeitamento a uma ideologia. É, portanto, parte da lingüística não-imanente. Há um pressuposto fundamental que sustentará a união aqui pretendida, o qual concerne à própria questão da materialidade.

A partir das considerações referidas, vale mencionar as três justificativas elencadas para o desenvolvimento do estudo: (i) a importância de serem consideradas novas interlocuções teóricas na compreensão do processo de constituição do sujeito e do sentido; (ii) a consideração da interação de dois fatores nos processos semântico-discursivos, sendo eles as determinações sócio-históricas e a constituição fisiológica do sujeito, entendendo este último como a atividade cerebral enquanto materialização dos diferentes processos que permeiam a subjetividade; e (iii) a necessidade de a questão da

subjetividade ser abrigada no seio das reflexões formalistas, visto que o falante não pode continuar sendo entendido como somente um fornecedor de dados lingüísticos.

Referidas as justificativas salienta-se o objetivo geral: refletir sobre o processo de constituição do sujeito e do sentido a partir de um diálogo entre a análise de discurso pecheuxtiana e a neurociência, entendendo que a teoria convocada para a discussão pode complementar os estudos acerca das noções citadas, trazendo elementos essenciais para se pensar sobre a subjetividade. Será almejada a sustentação de uma posição teórica diferenciada ao considerar pressupostos de ambas as teorias na compreensão nos processos citados.

Deve-se mencionar, finalmente, os objetivos específicos da reflexão: (i) considerar noções provindas da neurociência no entendimento do conceito de sujeito discursivo, o qual constitui o quadro epistemológico da análise de discurso, almejando uma ressignificação tanto da noção de sujeito quanto da noção de sentido; (ii) contribuir com a inserção da subjetividade em estudos situados na corrente formalista da lingüística; e (iii) reconhecer novas significações sobre os conceitos de língua e exterioridade com base na posição de entremeio assumida.

A organização do texto se dá através da utilização de afirmações, questões e conclusões dispostas ao longo do mesmo. Pretende-se abordar aspectos provenientes de diferentes áreas, a saber, filosofia, psicologia e neurociência, e, é claro, da própria lingüística. Uma justificativa é encontrada nas palavras do próprio Pêcheux (2006) em sua obra *O Discurso: Estrutura ou Acontecimento*. O filósofo falava sobre a diferença entre regiões logicamente estabilizadas do conhecimento, de um lado, e regiões irremediavelmente equívocas, de outro. A diferença seria quanto à descrição e à interpretação dos fenômenos sob análise: Pêcheux considerava que a análise de discurso se constituía em um interstício disciplinar, pois o objeto que estuda se constitui na tensão entre descrição e interpretação. No entanto, esse pressuposto só é possível de se afirmar nos estudos da linguagem devido à articulação teórica entre áreas diferentes da ciência. Assim, há, conforme Pêcheux, a necessidade de as áreas logicamente estabilizadas trabalharem em consonância com outras perspectivas, mas isso se torna impossível devido à estabilidade, ou melhor, “rigidez”, atribuída ao objeto estudado por elas. No presente estudo, assume-se que há brechas para a articulação entre diferentes regiões, estabilizadas e equívocas, na compreensão do processo de constituição do sentido, podendo também ser considerada a questão neuronal. Dessa forma, com a

neurociência, buscar-se-á estruturar a subjetividade; já com a análise de discurso será feita a tentativa de subjetivar a estrutura lingüística. Nesse trabalho, o elemento que possibilita esse duplo movimento é a linguagem, de onde surgem todas as outras noções.

## **AS BASES TEÓRICAS DA ANÁLISE DE DISCURSO: UMA REFLEXÃO SOBRE OS CONCEITOS DE SUJEITO E DE SENTIDO**

Os pressupostos da análise de discurso de tradição francesa resgatam importantes conceitos oriundos do materialismo histórico-dialético, da psicanálise e da lingüística. Os pensamentos dos intelectuais estruturalistas que desenvolveram os eixos teóricos mencionados ecoam no saber construído por Michel Pêcheux e pelo grupo de estudiosos franceses do discurso, sendo esses pensamentos resgatados a partir da memória discursiva e entrelaçados ao fazer-se uso dessas heterogeneidades teóricas (constitutivas e, também, mostradas<sup>6</sup>) de diferentes áreas do conhecimento. No entanto, apesar de a AD se embasar teoricamente nos pressupostos desenvolvidos pelo movimento intelectual estruturalista, ela faz frente a essa escola. Mais tarde, na parte dedicada à exposição da teoria materialista dos sentidos, os motivos desse embate serão destacados.

A partir das considerações prévias delineadas, tendo em vista as idéias que fundamentam a escola estruturalista, vale lembrar a que se propõe o presente capítulo. Como pôde ser vislumbrado pelo título, o foco é a concepção de sujeito e, também, a concepção de sentido. Portanto, será feito um resgate teórico da noção de sujeito, cujas raízes são da psicanálise freudo-lacaniana. Esse resgate ocasionará, fundamentalmente, uma necessidade de relacioná-la à noção de sentido. Para atingir essa meta, o foco do primeiro capítulo é apresentar a análise de discurso de tradição francesa, teoria que motiva a discussão aqui realizada. No entanto, antes dessa exposição, serão trazidas à tona as teorias que constituem os eixos do seu quadro epistemológico, oriundas de diferentes lugares da ciência.

Para atingir o objetivo da primeira parte do texto, a saber, resgatar as bases teóricas da análise de discurso, a mesma foi dividida em seis partes. Em um primeiro momento, serão evidenciadas as características do estruturalismo, para, em seguida, trazer as concepções da lingüística a partir de uma apresentação das principais noções que perpassam a teoria estruturalista da linguagem, tendo em vista as idéias de Ferdinand de Saussure oriundas de seu *Curso de Lingüística Geral* (CLG). Logo após,

---

<sup>6</sup> Faz-se menção aqui à teoria da enunciação conforme desenvolvida por Authier-Rèvuz (2004), visto que trabalha com os conceitos de *heterogeneidade mostrada* e de *heterogeneidade constitutiva*, os quais possuem uma outra interpretação no contexto referido. Como será visto, esses conceitos se tornaram basilares para o progresso da análise de discurso, principalmente em sua terceira fase.

ao expor sobre a psicanálise, será dado espaço às concepções de Sigmund Freud e de Jacques Lacan, sendo de basilar importância que se verse sobre a concepção de subjetividade. A quarta parte concerne à filosofia, referindo, de uma forma mais abreviada, os pressupostos que constroem o materialismo histórico através dos pensamentos de Karl Marx e, especialmente, de Louis Althusser, pensamentos que compõem as reflexões acerca do sujeito na teoria materialista dos sentidos. Após as considerações sobre a filosofia, surge a análise de discurso, sendo necessário que se trabalhe sobre os conceitos que a constituem. Os principais são referidos, a saber, língua, história e sujeito, os quais constituem o tripé que sustenta a teoria. Finalizando o capítulo, aparece um resumo com as idéias principais que permeiam a primeira parte do trabalho.

Conforme Courtine (1999),

a análise do discurso foi, portanto, em muitos sentidos, o efeito dessa configuração teórica do final dos anos 60, feita de estruturalismo agonizante, de epistemologias de descontinuidade, de uma política marxista das ciências humanas e da impregnação profunda pela psicanálise da atmosfera teórica do momento (p.9).

A fim de iniciar a discussão sobre os pressupostos que constituem a análise de discurso, é trazido o contexto intelectual em que se situou o pensamento de Pêcheux e do grupo de estudiosos que com ele fundou a AD. Essa “configuração teórica do final dos anos 60”, referida por Courtine, é o movimento teórico-epistemológico conhecido como estruturalismo, caracterizado pelo “estruturalismo agonizante” de Saussure, pela “política marxista das ciências humanas” de Marx e Althusser, e pela “impregnação profunda pela psicanálise da atmosfera teórica do momento” de Freud, e, principalmente, de Lacan.

### **1.1 O movimento intelectual estruturalista nas ciências humanas: uma descrição apoliticizada de fenômenos (des)estruturados**

A segunda metade do século XX, mais especificamente a década de 60, pode ser caracterizada como saturada por conhecimentos desenvolvidos por estudiosos de várias áreas do pensamento humano, mas que se identificavam por trabalharem com um elemento em comum, implícito ou explícito em suas reflexões: a noção de *estrutura*. Dessa forma, promoveu-se nessa época uma maneira de perceber as diferentes realidades que permeiam as relações humanas tendo em vista uma interpretação

estruturalista. Essa escola teórica, dentro da qual se movimentavam pensadores como Roland Barthes, Louis Althusser, Michel Foucault e Jacques Lacan, era o estruturalismo. Cada um desses pensadores pertencia a um nicho do pensamento humano, a saber, estética, materialismo histórico, filosofia e psicanálise, respectivamente.

Conforme Pinto (2008),

a noção de estrutura em ciências humanas não difere muito do que em matemática se denomina um conjunto: um todo constituído por partes articuladas. As partes são chamadas elementos, as articulações definidas por uma expressão indicadora de relações, por meio da qual é possível obter qualquer elemento do conjunto (p.7-8).

Aí parece evidente o papel do lingüista Ferdinand de Saussure no desenvolvimento do pensamento estruturalista. Conforme Dosse (2007a), “se o estruturalismo engloba um fenômeno muito diversificado, mais do que um método e menos do que uma filosofia, ele encontra seu cerne, sua base unificadora, no modelo da lingüística moderna e na figura daquele que é apresentado como o seu iniciador: Ferdinand de Saussure” (p.81).

Dessa forma, sem ter tido ciência disso, o mestre genebrino foi responsável não só por garantir o estatuto da lingüística como ciência da linguagem<sup>7</sup>, mas, também, por suprir os intelectuais com subsídios a fim de que se desenvolvesse uma diferente ótica a partir da qual seriam interpretados os fatos do mundo em suas diversas nuances teóricas. Isso foi feito devido ao fato de Saussure ter utilizado o seguinte pressuposto, o qual caracteriza o estruturalismo: essa escola “considera um determinado “objeto” (um enunciado lingüístico, um mito, as relações de parentesco numa comunidade, etc.) como um conjunto formado de elementos e procura definir as relações entre esses elementos num modelo” (PINTO, 2008, p.8).

Saussure não só inspirou Lacan na psicanálise, mas, principalmente, possibilitou que outros pensadores se engajassem no objetivo de “conferir às humanidades a mesma “cientificidade” atribuída às áreas exatas ou naturais” (PRIKLADNICKI, 2009, p.2). No entanto, nessa tentativa, a ausência de um comprometimento com atitudes mais

---

<sup>7</sup> Ferdinand de Saussure, lingüista considerado de fundamental importância no desenvolvimento de uma ciência da linguagem enquanto autônoma, será estudado de forma mais consistente no segundo momento deste capítulo, após essa apresentação geral sobre o estruturalismo. Seus estudos são de basilar importância para a psicanálise de Jacques Lacan, e, conseqüentemente, para a análise de discurso, a qual será discutida na última parte da seção. Importante referir que os conhecimentos de Saussure trazidos à tona concernem à sua obra que obteve maior repercussão: o *Curso de Lingüística Geral*.

revolucionárias, que garantissem o envolvimento dos intelectuais com questões de mudança social, incomodava aos pertencentes à esquerda tradicional; o mesmo acontecia com os pertencentes à direita, os quais entendiam que se tratava de um grupo de niilistas.

Esse entremeio em que se situava a corrente de pensamento estruturalista ocasionou uma nova forma de pensar, um novo paradigma do conhecimento, preocupado com a descrição e estruturação dos fenômenos observados, sendo evidenciadas as relações entre os elementos que os compõem. Consoante Prikladnicki (2009), Nietzsche “ansiava pelo dia em que os filósofos das grandes certezas universais dessem lugar a “filósofos do talvez”, questionando os pressupostos do humanismo metafísico” (p.2), e parece que isso começou a acontecer com a escola estruturalista. Pinto (2005) entende o estruturalismo enquanto um “movimento de pensamento que propôs encontrar, no solo comum das ciências humanas, certos invariantes que não estão no sujeito ou na realidade empírica, mas no sistema de signos que funda suas relações e constitui seus agentes” (p.10).

Ao analisar a estrutura das narrativas, Barthes (2008) percebe que o sistema sobre o qual se subsidia o estruturalismo é entendido como “a combinação de unidades cujas classes são desconhecidas”. O autor considera que essas unidades seriam definidas a partir da significação, ou seja, “é preciso que a significação seja desde o princípio o critério da unidade” (p.28). Seriam, portanto, as relações semânticas aquelas responsáveis pela manutenção das relações entre os elementos que compõem o conjunto.

O contexto no qual Jacques Lacan, maior leitor da teoria psicanalítica freudiana, desenvolveu seus estudos foi aquele do estruturalismo, e é considerado o grande responsável pela união entre os pressupostos freudianos e os saussurianos. Destarte, vale lembrar que, após Freud, a psicanálise praticada e teorizada, a qual sofreu influências de pensadores de várias nacionalidades, mas, principalmente, dos estadunidenses, dedicava-se à análise das resistências ao tratamento atribuídas ao ego em sua luta para satisfazer aos desejos do inconsciente e, ao mesmo tempo, para compreender a realidade externa. No entanto, chegando quase à metade do século XX, Jacques Lacan provocou uma mudança nesse cenário. Os seus postulados, os quais resgataram as idéias de Freud, concretizaram a noção de inconsciente do mestre



austríaco e, mais do que isso, a ela foram sendo agregados outros elementos em consonância àqueles promovidos por Freud.

## **1.2 O estruturalismo lingüístico: O corte epistemológico saussuriano no significado da linguagem significante**

Assim, faz-se necessário tratar sobre a lingüística saussuriana. Contudo, antes de abordar especificamente essa escola da linguagem, é trazido um pensamento exposto no *Crátilo* de Platão. Na obra há três personagens: Crátilo, Hermógenes e Sócrates. Em diálogo com Crátilo, Sócrates diria que,

Na verdade, seria risível, ó Crátilo, o efeito que os nomes teriam sobre aquelas coisas de que são nomes, se fossem semelhantes a elas em todos os aspectos. Pois todas as coisas se tornariam duplas e ninguém poderia dizer, acerca de nenhuma delas, se era a própria ou o seu nome (PLATÃO, 2001, p.113).

A partir da afirmação de Sócrates, expressa na obra de Platão, tem-se que, desde a época de sua escritura, há mais de 2 mil anos, a reflexão sobre o objeto linguagem considera a exterioridade. No entanto, essa relação não se dá de forma dual, como se um objeto fosse representado por somente uma palavra, e as palavras, por sua vez, tivessem sentidos únicos. Desde então, parece que a compreensão da linguagem enquanto transparente, ou seja, enquanto sistema constituído por elementos determinados por sentidos pré-estabelecidos, imutáveis, ligados à sua materialidade, é rechaçada por muitas das teorias que versam sobre a semântica.

Então, partindo da idéia de que a linguagem é um *phármakon*, desenvolvida em um de seus diálogos intitulado *Fedro*, no *Crátilo*, o filósofo grego Platão, que nasceu, conforme se acredita, em 428 a.C., traz as primeiras contribuições de que se tem registro envolvendo a natureza da relação entre a linguagem e a exterioridade. Essa relação concerne à necessidade de resgatar a exterioridade no que tange ao pensamento lingüístico. No diálogo travado entre Crátilo, Hermógenes e Sócrates, permeiam diferentes hipóteses acerca da nomeação das coisas do mundo.

Dizer que a linguagem é um *phármakon* significa concebê-la como possuindo vários sentidos. Conforme Chauí (1994), para essa palavra seriam cinco os sentidos possíveis:

Como filtro, é poção mágica, um encantamento; como remédio, é poção usada pelo médico para a cura do doente; como veneno, é poção mortífera; como cosmético, é um enfeite, um adorno para disfarçar um rosto; como máscara, um esconderijo do rosto real, uma aparência, um simulacro (p.182).

Crátilo acreditava que a linguagem era entendida “como uma entidade tão real como o próprio real, patente na afirmação da impossibilidade de dizer o que não é” (SANTOS, 2001, p.23). Refutado por Sócrates, chegam à conclusão de que a relação entre os nomes e as coisas não se dava de forma naturalista, ou seja, “possuindo as coisas uma natureza própria, resulta claramente que devem ser nomeadas segundo essa sua natureza” (SANTOS, 2001, p.13). Há, portanto, a necessidade da existência de um “legislador de nomes”, encarregado da criação dos nomes ao relacioná-los com as coisas, assim como um pintor realiza a pintura de um quadro.

A partir de vários questionamentos que surgem no diálogo, chegam à conclusão de que, na verdade, a relação entre os nomes e as coisas se dá de acordo com a teoria convencionalista, defendida desde o início por Hermógenes. Essa perspectiva indica que “nenhum nome pertence por natureza a nenhuma coisa, mas é estabelecido pela lei e pelo costume daqueles que o usam, chamando as coisas” (PLATÃO, 2001, p.44). Dessa forma, os nomes são dados às coisas por convenção, por acordo. Essa idéia, como se verá em seguida, vai ao encontro do pensamento saussuriano. Segundo Dosse (2007a),

Hermógenes defende a posição segundo a qual os nomes atribuídos às coisas são arbitrariamente escolhidos pela cultura e Crátilo vê nos nomes um decalque da natureza, uma relação fundamentalmente natural. Esse velho debate, recorrente, encontra em Saussure aquele que vai dar razão a Hermógenes com a sua noção de arbitrariedade do signo (p.81).

Outro importante pensamento surge na filosofia de Platão no que tange à relação entre o ser humano e a exterioridade. Conforme Gaarder (1995), “Platão considerava mais real a existência daquilo que percebemos com nossa razão do que aquilo que percebemos com nossos sentidos” (p.257). Para Platão, aquilo entendido como realidade é individual, pois o homem a interpreta a partir de suas sensações.

Então, muito tempo antes de qualquer teórico da contemporaneidade dissertar sobre a relação entre linguagem e exterioridade, Platão já o tinha feito, sendo que, mais de dois mil anos depois, a questão permanece ecoando nos estudos lingüístico-filosóficos. Assim, dentre as inquietações que caracterizam o ser humano, pode-se dizer que existe a necessidade de se compreender qual é a natureza da relação acima exposta, isto é, a relação entre *as palavras e as coisas*<sup>8</sup>.

---

<sup>8</sup> Expressão retirada do título homônimo de Michel Foucault (1999).

Resquícios do pensamento do filósofo grego são percebidos nas teorizações pertencentes aos estudos lingüísticos desenvolvidos a partir do início do século XX. Filosofia e linguagem possuem uma relação bastante estreita e, até mesmo, interdependente, sendo indispensável essa articulação para que se compreendam determinados fenômenos lingüísticos.

A apresentação do pensamento de Platão sobre a relação entre linguagem e realidade possui uma razão na constituição deste estudo. Trata-se de uma introdução à base teórica da análise de discurso. Assim, a relação entre a *linguagem* e a sua *exterioridade*<sup>9</sup>, entendida como constitutiva da própria linguagem, é tida como elemento que possibilitou um corte epistemológico, fazendo emergir a teoria do discurso para a compreensão dos processos do sentido enquanto permeado pela exterioridade. Conforme Courtine (1999), “acabar com a opressão teórica, desfazer-se das antigas dependências: a análise do discurso pretendeu ser o momento inaugural de uma revolução epistemológica” (p.8).

Para que seja possível a compreensão do sujeito e do sentido, pode ser necessário que se evoquem elementos do interior e/ou do exterior da lingua(gem), dependendo da filiação teórica que se tem em pauta. A justificativa para essa importância encontra seu embasamento em Guimarães (2005). O autor afirma que “a partir do fato semântico de que as coisas são referidas enquanto significadas e não enquanto simplesmente existentes, podemos considerar que é possível referir porque as coisas são significadas e não simplesmente existentes” (p.10). Assim, teorias que não percebiam como constitutiva a relação semântica entre a constituição da realidade pelo sujeito e a linguagem da qual ele se apropria podem ser consideradas como insuficientes frente à epistemologia que integra a articulação teórica do presente trabalho.

Retomando a discussão sobre o sentido, entende-se que existe, de um lado, uma lingüística preocupada com o sistema, a lingüística formalista, e, de outro, uma lingüística que admite a influência da exterioridade na linguagem, a lingüística não-imanente. Isso significa compreender que há, pelo menos, dois modos de se pensar a linguagem, o que, conseqüentemente, acarreta duas maneiras de se pensar o

---

<sup>9</sup> Foi considerado necessário acrescentar ao substantivo “exterioridade” o pronome possessivo “sua”. Na verdade, tal escolha serve somente para enfatizar que será tratado aqui de exterioridade enquanto englobando todos os elementos que estão fora da linguagem. A linguagem, portanto, compreenderia o sistema e suas regularidades, não havendo, do ponto de vista adotado na reflexão, separação entre as regularidades da língua e as regularidades da fala, conforme preconizava a lingüística saussuriana.

significado/sentido. A AD não se situa na região formalista dos estudos da linguagem; no entanto, por ter a lingüística em sua base teórica, não prescinde dos elementos lingüísticos para as suas análises. O papel ocupado pela lingüística é tão grande quanto o de qualquer uma das outras ciências que compõem a grade teórica da AD.

Com isso em mente, a reflexão começa com a lingüística, de onde surge o conjunto de regras sintáticas que governa as frases, bem como de funcionamentos dependendo de uma problemática da enunciação (cf. COURTINE, 1999). Primeiramente, é importante salientar que foi a lingüística formalista, especificamente, a responsável pela ruptura na maneira como eram compreendidos os fatos da linguagem até 1916. Como diz Lacan (1970), “one sees how precious formalism was in sustaining the first steps of linguistics”<sup>10</sup> (p.2). Lembra-se que os estudos lingüísticos imanentes compreendem o mesmo período histórico dos estudos não-imanentes<sup>11</sup>, visto que as reflexões do filósofo russo Mikhail Bakhtin são contemporâneas ao corte epistemológico citado, isto é, à nova maneira de se perceber o fenômeno lingüístico, cuja revelação data de 1916.

Sobre o corte, Dosse (2007a) afirma que “a ruptura situar-se-ia, portanto, essencialmente, no plano da definição de uma teoria do valor, nos princípios de generalidade de descrição, na abstração da postura” (p.84). Diz-se que seriam esses os principais pilares nos quais Saussure se ancora em seu CLG, que permitem a instauração de uma maneira diferente de se pensar sobre a linguagem, partindo do pressuposto principal de que a língua é um sistema de oposições.

Então, a ciência lingüística passa a existir a partir da delimitação de seu objeto de estudo, e era compreendida, fundamentalmente, como ciência formalista. Esse era o ponto de vista assumido para a observação do objeto linguagem. Conforme Cardoso (2003), o corte

declara a necessidade que a lingüística tem de, “diferentemente de outras ciências”, preocupar-se em determinar a natureza de seu objeto de saber e de delimitar-se e definir-se a si própria. Isto equivale a dizer que a lingüística está orientada para o seu próprio discurso, na constituição do seu objeto, nos questionamentos acerca de seus fundamentos, processos, modelos, pressupostos, etc (p.2).

---

<sup>10</sup> “Pode-se ver como o formalismo foi precioso em sustentar os primeiros passos da lingüística” (tradução minha).

<sup>11</sup> Alguns autores, como Cardoso (2003), apresentam dois momentos bem-delimitados na história da ciência lingüística, como se, até a metade do século XX, somente existissem os estudos formalistas, e, a partir da segunda metade, surgissem os estudos enunciativo-discursivos.

Então, ressalta-se que, em 1916, aconteceu o marco que trouxe à lingüística o estatuto de ciência, através da divulgação dos conhecimentos construídos pelo professor genebrino Ferdinand de Saussure. Neste ano, a partir de anotações pessoais, seus alunos Charles Bally e Albert Sechehaye, com a ajuda de Albert Riedlinger, ouvinte do curso ministrado na Universidade de Genebra, publicaram uma obra que mudaria os rumos da lingüística. Intitulada *Curso de Lingüística Geral*, ela era baseada nos ensinamentos de Saussure registrados a partir de suas aulas no período de 1906 a 1911. Trata-se de uma publicação póstuma, pois ele faleceu no ano de 1913.

Sendo considerado responsável pela instauração de um corte epistemológico, conforme Normand (2000), “Saussure reste, du moins dans la tradition linguistique française, un passage obligé<sup>12</sup>” (p.15). A lingüística passou a adquirir autonomia frente às outras ciências – até mesmo com relação à filosofia e à lógica. Sua contribuição possui uma abordagem não-histórica, descritiva e sistemática da linguagem, desmembrando-se da abordagem filológica desempenhada até então. Essa autonomia, considerada bastante tardia quando comparada à de outras ciências, está relacionada à definição do objeto de estudo da nova ciência, a língua, o qual garantia cientificidade à maneira de se entender a linguagem. Assim, a lingüística é a ciência constituída em torno dos fatos da língua, passando a ser vinculada a um positivismo filosófico, indo na direção de uma multiplicação das reflexões sobre a “ciência” (suas condições, seus métodos, seus resultados), e promovendo uma generalização dos princípios e síntese dos resultados (cf. NORMAND, 2000).

Posto que, no início do século XX, o conhecimento era a capacidade de o ser humano se separar da natureza, uma teoria que fosse considerada lingüística deveria buscar se afastar do fenômeno observado, analisando-o de forma neutra e objetiva (conforme se acreditava na época), como se fosse uma célula em um microscópio. Lembrando um pouco da história dos estudos lingüísticos, pode-se dizer que, em um primeiro momento, eles eram vinculados a outras ciências, pois buscavam resgatar as origens das línguas vivas através de análises filológicas, existindo uma lingüística preocupada com as famílias de línguas, assim como o biólogo era preocupado com as espécies animais. Nessa época, anterior ao *Curso de Lingüística Geral*, trazia-se para a lingüística o método das ciências biológicas. Já com a separação da lingüística das

---

<sup>12</sup> “Saussure permanece, ao menos na tradição lingüística francesa, uma passagem obrigatória” (tradução minha).

outras ciências e disciplinas, em 1916, foi entendido que a língua, parte da linguagem, era afastada de quaisquer interferências externas, passando a ocupar um espaço onde o observador seria neutro na análise não-subjetiva do objeto.

Assim, o sujeito pesquisador em lingüística dessa época apresentava resquícios do sujeito cartesiano do século XVI, aquele sujeito que, conforme Faraco (2004), é “transparente a si mesmo no ato imediato de refletir sobre si e de dar fundamento à sua atividade cognitiva. Para lá do sujeito, a relação que importa é a do sujeito com o objeto (a relação EU-ELE), a relação cognitiva em si do indivíduo” (p.46-47).

Ao mesmo tempo em que, para a ciência lingüística que ali se instaurava, o sujeito pesquisador era neutro frente às suas constatações que versavam sobre a explicitação dos mecanismos utilizados pelo locutor para expressar-se lingüisticamente, o sujeito falante (o locutor), presente no circuito de comunicação (conforme os pressupostos dessa mesma teoria da linguagem), era “naïf” ou “natif”<sup>13</sup>, pois, conforme Normand (2000),

Il ignore le passé de sa langue; il en combine les éléments selon des schémas qu’il partage avec les locuteurs de sa communauté; c’est à ces contraintes qu’il obéit et non à des impératifs de vérité; il ne peut communiquer sa pensée qu’en passant par des formes; il ignore les règles qui gouvernent ces formes et se croit dans son expression et dans sa pensée<sup>14</sup> (p.41).

Ressalta-se a percepção que se tem acerca do fenômeno lingüístico no presente texto: transparência não existe. Trata-se de uma nomenclatura criada devido à necessidade de opor o opaco a alguma coisa, fenômeno intrínseco ao pensamento do sujeito ocidental que opera com antinomias. Como se verá mais tarde, a opacidade é o que mantém a linguagem viva. Se a linguagem fica transparente, como entende a lingüística formalista, ela fica vazia, sem razão para existir. A transparência se dá no nível do sentido. O próprio Saussure (e Hermógenes, na obra de Platão), não acreditando que as palavras servem de rótulo para os objetos do mundo, indica, com isso, uma abertura para a exterioridade ao trabalhar com a noção de arbitrariedade do signo e com a idéia de convenção. Ao se falar sobre a relação entre as coisas e seus nomes, já se pressupõe uma preocupação com o papel da exterioridade na linguagem.

---

<sup>13</sup> “Ingênuo” ou “nativo”.

<sup>14</sup> “Ele ignora o passado de sua língua; ele o combina a elementos segundo esquemas que ele divide com os locutores de sua comunidade; é a essas regras que ele obedece e não a imperativos de verdade; ele pode comunicar seu pensamento sem passar pelas formas; ele ignora as regras que governam essas formas e acredita na sua expressão e em seu pensamento” (tradução minha).

No estruturalismo lingüístico, a transparência se dá, também, no nível do sujeito. Os estudos lingüísticos formalistas parecem evidenciar a existência desse sujeito cartesiano, transparente, como se a sua subjetividade não fosse interferir na discussão (ou melhor, interpretação) dos dados lingüísticos que são objeto de sua análise. Como a língua é um objeto sem relação com a realidade, parece que, nessa perspectiva, se torna ainda mais fácil fazer a seguinte afirmação: o sujeito é um cientista que não interfere na descrição das regras da língua.

Saussure foi autor da noção de dicotomização no seio da ciência lingüística, outro resquício do pensamento cartesiano, sendo responsável pelo estabelecimento de quatro dicotomias que constituem o estruturalismo. Essa forma de compreender o mundo, através de divisões, é característica de muitas teorias científicas da modernidade.

Interessante trazer à tona as quatro dicotomias estabelecidas por Saussure em seu CLG. Elas podem ser assim registradas: (i) *linguagem é*: língua *versus* fala; (ii) diacronia *versus* sincronia (também referidos como “eixo das simultaneidades *versus* eixo das sucessividades”); (iii) sintagma *versus* paradigma; e (iv) *signo é*: significado *versus* significante. É necessário dedicar mais tempo à primeira dicotomia e, também, à última, referente à natureza do signo lingüístico pela perspectiva estruturalista.

Pensando na primeira dicotomia saussuriana, argumenta-se que a linguagem é dividida em língua e fala. Sobre a linguagem, pode-se dizer que, na concepção estruturalista, ela é individual e social; psicológica (imagens verbais e conceitos), física (ondas sonoras) e fisiológica (fonação e audição). Dividida em língua e fala, essas características da linguagem são separadas nas suas duas partes. A língua é social e psicológica, ao passo que a fala é individual, física e fisiológica. A primeira parte é compreendida como o sistema, cujas regras devem ser apreendidas e observadas: a língua é uma forma constituída pelo jogo sistêmico de relações de oposição. Cabe ao lingüista estruturalista descrever as regularidades de cada língua natural.

Assim, a lingüística passou a ser a ciência da linguagem cujo objeto era a *língua*, enquanto a *fala*, outro pólo constitutivo da linguagem, seria analisada pela lingüística da fala ou pela estilística. O objetivo da lingüística estruturalista era descrever as línguas naturais, por isso o foco no lado social, pois a *língua* era o sistema que deveria ser atomizado, dissecado, sendo que cada língua natural possuiria uma *língua*, ou seja, uma gramática cujas regras deveriam ser explicitadas. Conforme Ilari (2004), “a descrição de

um sistema lingüístico não é a descrição física de seus elementos, e sim a descrição de sua funcionalidade e pertinência” (p.59).

Vários termos podem ser associados ao conceito de língua, tais como: homogeneidade, descrição, sistema, fenômeno social, regras, “sistema de valores diferenciais, relacionais” (CARDOSO, 2003, p.9). Assim, a forma comum aos enunciados não é a forma dos enunciados reais, mas uma forma resultante de uma relação interior ao sistema, existente no nível psíquico, no interior do indivíduo. Esse sistema corresponde às regras que fazem parte da gramática da língua e que, portanto, são apropriadas por todos os falantes dessa língua. A língua funciona, destarte, como um instrumento de comunicação, sendo, como afirma Normand (2000), um “fonctionnement qui oblige à poser l’existence d’un mécanisme commun<sup>15</sup>” (p.50).

É importante salientar que, apesar de se considerar o sistema lingüístico (a língua) como a parte psíquica da linguagem, não se afirma que essa parte existe enquanto abstração. Saussure (2001) menciona que os elementos lingüísticos os quais constituem a língua são os signos lingüísticos, existentes no nível psíquico; contudo, esses signos existem enquanto realidades que possuem sede no cérebro (p.23).

A fala, a outra parte da linguagem, é entendida como “ato lingüístico individual, material, concreto, psicofísico, dependente da vontade e da inteligência do indivíduo (subjetivo), um impulso expressivo, assistemática, inovadora (lugar e liberdade), acessória e mais ou menos acidental, ocasional” (CARDOSO, 2003, p.9). O falante tem liberdade de escolher de forma consciente, dentre as possibilidades que o sistema lhe permite, quais signos utilizará para se comunicar, de acordo com as suas necessidades de expressão. O fenômeno da fala é, portanto, individual, e dela “o indivíduo é sempre senhor” (SAUSSURE, 2001, p.21).

Parece, dessa forma, que a língua funciona autonomamente, sendo ela o instrumento que permite a produção dos enunciados, ao passo que a fala é coordenada pelo próprio indivíduo de forma consciente. Contudo, mesmo a língua sendo o objeto da lingüística, Saussure afirma que a fala não existe sem a língua e a língua não existe sem a fala: “É a fala que faz evoluir a língua: são as impressões recebidas ao ouvir os outros que modificam nossos hábitos lingüísticos. Existe, pois, interdependência da língua e da fala, aquela é ao mesmo tempo o instrumento e o produto desta” (p.27).

---

<sup>15</sup> “Funcionamento que obriga a instalar a existência de um mecanismo comum” (tradução minha).



Sobre a relação entre língua e fala, Ilari (2004) afirma que “os indivíduos que utilizam a linguagem o fazem sempre por iniciativa pessoal, mas sua ação verbal só tem os efeitos que tem pela existência de um sistema que o usuário compartilha com os outros membros da comunidade lingüística de que faz parte” (p.58). Essa afirmação parece indicar que a comunicação somente existe devido à existência de um conjunto de regras que determina como deve acontecer a expressão individual de cada indivíduo.

A partir das considerações supracitadas, parece ser possível realizar uma inferência sobre como Saussure entende a questão do sentido. Vale referir, até o presente momento, que aspectos semânticos são considerados somente enquanto interiores ao sistema lingüístico, concernentes à língua. Trata-se, inclusive, de uma questão terminológica, pois a palavra *sentido* parece não coadunar com o campo lexical estruturalista, sendo necessária, portanto, a utilização da palavra *significado*. A partir da quarta dicotomia é que a compreensão de significado deve ser depreendida.

Resgatando o pensamento dicotômico saussuriano, ressalta-se a importância dessa sistematização na teoria estruturalista. As dicotomias podem ser entendidas como antinomias: na formalização da teoria ocorre a separação de conceitos em duas partes constitutivamente opostas. O estruturalismo baseia-se, portanto, em relações de oposição.

As relações dicotômicas de oposição são inerentes à língua. Saussure (2001) diz que “um sistema lingüístico é uma série de diferenças de sons combinadas com uma série de diferenças de idéias” (p.139). Dessa forma, a língua é um sistema constituído de signos, sendo que cada signo constituinte dessa língua é caracterizado por possuir um som, ou melhor, uma imagem acústica, que corresponde a uma idéia, isto é, a um conceito. Isso ocorre da mesma forma para todos os falantes de uma determinada língua: para uma determinada imagem acústica sempre estará relacionado um conceito bem definido.

A constituição do signo se dá via sistema. Imagem acústica e conceito se associam psiquicamente. Essa associação constitui o signo lingüístico, cujas partes são o significante (a imagem acústica; fonemas) e o significado (o conceito). Ambos são entidades psíquicas, sendo que o princípio que rege o funcionamento desse emaranhado de signos é o do valor, ou seja, *um significado/significante/signo é o que o outro significado/significante/signo não é.*

O signo é caracterizado pela oposição, sendo o “resultado do jogo interno das diferenças entre os significantes e significados do sistema” (CARDOSO, 2003, p.19). A teoria do valor<sup>16</sup> é o que sustenta esse princípio, sendo alegado que a noção de valor dá conta da “maneira como a língua coloca esse signo em contraste com todos os demais” (ILARI, 2004, p.63).

Um signo é resultado da associação de um significante a um significado. Conforme resumido por Ilari (2004), é “o significante, na medida em que se distingue de outros significantes, que dá legitimidade lingüística ao significado, e é o significado, na medida em que se distingue de outros significados, que dá legitimidade lingüística ao significante” (p.62).

Corroborando a afirmação supracitada, é trazido o pensamento do próprio autor sobre a relação entre significado e significante. Conforme Saussure (2001),

Em todos esses casos, pois, surpreendemos, em lugar de *idéias* dadas de antemão, *valores* que emanam do sistema. Quando se diz que os valores correspondem a conceitos, subentende-se que são puramente diferenciais, definidos não positivamente por seu conteúdo, mas negativamente por suas relações com os outros termos do sistema. Sua característica mais exata é o que os outros não são (p.136).

Saussure menciona a existência de duas características do signo, a saber, a arbitrariedade do signo e a linearidade do significante. O signo é arbitrário porque, conforme afirma o autor, “a idéia de “mar” não está ligada por relação alguma interior à seqüência de sons *m-a-r* que lhe serve de significante; poderia ser representada igualmente bem por outra seqüência, não importa qual” (SAUSSURE, 2001, p.82). Portanto, a relação de arbitrariedade se dá entre o significante e o significado, pois não há nenhum laço natural entre eles.

Contudo, Cardoso (2003) lembra a crítica feita por Benveniste com relação à arbitrariedade do signo. Ao dizer que a relação entre significante e significado é arbitrária com relação à realidade, o autor já assume a existência dessa realidade extralingüística, o que indica a interferência da mesma. Assim, “o referente extraditado do signo acaba por realizar-se nele. Trata-se de uma segunda maneira de estar presente no signo” (p.15).

A segunda característica do signo lingüístico, a linearidade do significante, concerne à natureza fonética do significante, pois, por se desenvolver no tempo, requer

---

<sup>16</sup> Mais sobre a teoria do valor será acrescentado na parte do texto referente à exposição dos pensamentos de Jacques Lacan, no item 1.3.

que cada elemento do significante se apresente um após o outro, em uma cadeia. Conforme Saussure (2001), “o significante, sendo de natureza auditiva, desenvolve-se no tempo, unicamente, e tem as características que toma do tempo: a) *representa uma extensão*, e b) *essa extensão é mensurável numa só dimensão: é uma linha*” (p.84). Parece estranho afirmar isso tendo em vista que o significante acontece no nível psíquico. Isso significaria dizer que a imagem acústica ocorre de maneira linear psiquicamente?

Encerra-se essa reflexão com a noção de significado para a teoria. Conforme Cardoso (2003), “as palavras designam *conceitos*, ou seja, que *o significante representa o significado*. Essa designação é o que Saussure chama de *significação*, o vínculo entre o significante e o significado” (p.15). O autor diz que o referente está presente no signo de uma maneira indireta, não podendo ser confundido com o significado. Há dois níveis semânticos para o signo, um lingüístico (significado) e outro extralingüístico (referente), duas zonas diferentes da realidade.

Os significados (os conceitos) são inerentes ao sistema, isto é, parte da língua, mantendo relação de arbitrariedade com os significantes que lhes são correspondentes. Dessa forma, o significado deve ter uma certa estabilidade, justamente por constituir parte do sistema lingüístico. Eles não são universais, pois pertencem a cada sistema lingüístico particular (cf. CARDOSO, 2003, p.15). Lembrando da definição de língua, sabe-se que ela é social e homogênea. Dessa forma, o significado de determinado significante deve ser sempre o mesmo para todos os membros de uma determinada comunidade de fala. A língua, conforme Saussure (2001), é

um tesouro depositado pela prática da fala em todos os indivíduos pertencentes à mesma comunidade, um sistema gramatical que existe virtualmente em cada cérebro ou, mais exatamente, nos cérebros dum conjunto de indivíduos, pois a língua não está completa em nenhum, e só na massa ela existe de modo completo (p.21).

O resgate da noção de língua torna-se essencial para a compreensão do significado na lingüística estruturalista. Pensando conforme a afirmação supracitada, parece que seria correto afirmar, dentro dessa perspectiva, que os significados seriam os mesmos para todos os falantes de uma língua. Contudo, parece que Saussure admite a existência de variação dentro do próprio sistema, pois afirma que “entre todos os indivíduos assim unidos pela linguagem, estabelecer-se-á uma espécie de meio-termo;

todos reproduzirão – não exatamente, sem dúvida, mas aproximadamente – os mesmos signos unidos aos mesmos conceitos” (SAUSSURE, 2001, p.21).

Outro pensamento que deve ser depreendido da teoria estruturalista é o de que Saussure objetivava garantir a independência da língua com relação à realidade. As palavras não designam coisas nem pensamentos; na verdade, elas designam conceitos. O significante representa o significado, e o vínculo entre eles é denominado *significação*. Uma teoria afastada da exterioridade da linguagem, que desse conta de descrever os fenômenos dos sistemas das línguas naturais: era para isso que estava emergindo o corte epistemológico instaurado pelo professor genebrino.

Ainda no CLG, mais tarde, há outra afirmação concernente à questão do significado: “A língua existe na coletividade sob a forma duma soma de sinais depositados em cada cérebro, mais ou menos como um dicionário cujos exemplares, todos idênticos, fossem repartidos entre os indivíduos” (SAUSSURE, 2001, p.27). Parece que o entendimento da questão semântica está intrinsecamente ligado à língua, ou seja, à parte social da linguagem, sendo possível a afirmação de que uma determinada palavra terá o mesmo significado para uma coletividade.

Pode-se referir sobre o estruturalismo que, apesar de Ferdinand de Saussure ser de fundamental importância para a ciência lingüística, não se pode ignorar o fato de não terem sido considerados importantes conceitos em seu *Curso de Lingüística Geral*. Por exemplo: não existe interesse pelo extralingüístico, pois tudo o que está fora do sistema deve ser descartado, isto é, não é de interesse da ciência lingüística. Assim, história, sujeito e referente, conceitos que são, atualmente, essenciais para qualquer teoria semântico-discursiva, não aparecem dentre os conceitos trabalhados nos pressupostos teóricos estruturalistas.

Afirma-se que, em um primeiro momento, a lingüística buscou ser totalmente independente das outras disciplinas. Contudo, cada vez mais, há a necessidade de serem estabelecidas diferentes articulações para que se compreenda o seu objeto de estudo. A linguagem, mesmo que analisada a partir de elementos componentes do sistema, deve sê-lo tendo em vista seu caráter de interdependência com os outros elementos, tanto do sistema quanto da exterioridade. Esse afastamento do uso, ou melhor, da atualização da linguagem no fio do discurso, foi justamente o problema detectado por Pêcheux ao buscar uma articulação da lingüística com a história, em um primeiro momento. Com a instauração da análise de discurso, existia um duplo funcionamento, de idéias

aparentemente opostas, com relação à lingüística: de um lado, queria “questionar a delimitação do campo da lingüística que dele resultava [o gesto inaugural de Saussure]” e, de outro, “quis proceder à rearticulação daquilo que havia sido cindido: o sistema lingüístico (...) e as condições históricas da língua em uso” (COURTINE, 1999, p.9).

Ao trabalhar com outras regiões do pensamento humano além da lingüística, a análise de discurso possibilita que questões fora da relação do sistema pelo sistema figurem dentro do quadro de estudos sobre a linguagem. Dessa forma, começa-se a tratar agora sobre o segundo eixo teórico que faz parte da construção da AD, oriundo dos estudos do psiquismo. São trazidos à tona os pressupostos psicanalistas freudianos e lacanianos, pois eles complementarão o desenvolvimento das idéias acerca da concepção de sujeito na AD.

### **1.3 A psicanálise: Imaginando uma concepção real de sujeito sob um entorno simbólico**

Sobre um contraponto inicial entre psicanálise e estruturalismo lingüístico, vale dizer que Lacan utiliza-se de alguns conceitos oriundos do CLG. Há semelhanças terminológicas, visto que ambas as teorias trabalham com noções como *símbolo*, de forma homônima, e, também, com a noção de *significante*, como um epônimo (cf. ARRIVÉ, 2003).

Acerca da diferença entre a concepção de linguagem na teoria saussuriana e na teoria freudiana, lembra-se que, para Freud, a linguagem é uma manifestação de superfície através da qual é possível chegar ao conteúdo latente, ou seja, aos processos inconscientes. Já para Saussure, a palavra é intencional e consciente, não deixando brechas, e o inconsciente não foi contemplado na ciência lingüística. Somente o que Saussure conhecia era a parte psíquica do ser humano enquanto lugar da língua, em oposição à fala. Assim, conforme Arrivé (2001), “em Freud, as palavras achadas procedem do conteúdo latente; só o trabalho da análise pode fazê-las vir à superfície”. De um lado, tem-se a linguagem ligada ao inconsciente, ao passo que, de outro, linguagem parece ser associada a controle, pois é caracterizada por manifestações individuais, a fala, dependente de uma homogeneidade adquirida socialmente, a língua.

Para a AD, os conhecimentos desenvolvidos por Jacques Lacan são aqueles que trazem mais contribuições para a constituição de sujeito da teoria, sendo que as idéias de Lacan têm como pressuposto as concepções de Saussure. Antes de abordar os

conceitos da psicanálise lacaniana, o trabalho tratará especificamente das noções freudianas. Refere-se que, por versarem sobre a questão da constituição da subjetividade, os estudos psicanalíticos geralmente são inseridos dentro do campo da psicologia, mas não entendendo o sujeito de uma forma egóica, como geralmente é atribuído à psicologia (cf. PÊCHEUX, 1998). Dessa forma, nota-se a transdisciplinaridade constitutiva da análise de discurso.

Os estudos de Sigmund Freud e de Jacques Lacan fundamentam a teoria psicanalítica. Freud, médico austríaco, primeiramente neuroanatomista e, mais tarde, neurologista<sup>17</sup>, teorizou acerca da personalidade, sendo seus estudos necessários para a presente investigação por eles terem ligação com a questão lingüística, a qual adquire caráter especial na psicanálise desenvolvida por Jacques Lacan. Esse psicanalista, médico francês, teve seus primeiros trabalhos dedicados à psiquiatria ao tratar, em sua tese de doutorado, das manifestações clínicas da paranóia. Principiou suas contribuições para com a comunidade científica ao decidir se engajar em uma associação cujo objetivo seria a discussão e conseqüente ampliação do pensamento freudiano. Destarte, em 1953, surgia a Sociedade Francesa de Psicanálise, retornando aos ensinamentos de Freud com a tentativa de não fazer leituras equivocadas de seu legado. Conforme Cesarotto & Leite (2001), o trabalho de Lacan pode ser entendido como um “exorcismo feito por um bruxo que quis trazer o espírito de Freud de volta a esta velha dama sem dentes [a psicanálise] que, por este ato, rejuvenesceu...” (p.18). Aqui será dedicado um espaço para a psicanálise conforme as idéias de cada um deles, começando por Freud, responsável pela sua criação.

Primeiramente, parece ser interessante fazer uma explanação sobre a psicanálise, apresentando um conceito sobre esse campo do saber. Brenner (1987) menciona que “aquilo que chamamos de teoria psicanalítica é (...) um corpo de hipóteses a respeito do funcionamento e do desenvolvimento da mente no homem” (p.17). Laplanche & Pontalis (2001) apontam os três níveis que caracterizam a psicanálise, a saber, (i) Método de investigação cujo objetivo é, através das palavras, ações e produções imaginárias, evidenciar o significado inconsciente que possuem; (ii) Método psicoterápico com a função de “interpretação controlada da resistência, da transferência

---

<sup>17</sup> Os primeiros estudos de Freud foram desenvolvidos acerca da histeria. Juntamente com o médico vienense Josef Breuer, criou métodos de análise com base na hipnose, buscando acessar o inconsciente de seus pacientes. Mais tarde, com Charcot, concluiu que as bases dos transtornos histéricos não eram orgânicas.

e do desejo” (p.385); e (iii) “Conjunto de teorias psicológicas e psicopatológicas em que são sistematizados os dados introduzidos pelo método psicanalítico de investigação e de tratamento” (p.385).

Sobre a psicanálise, Lacan (1957a) menciona que “tout ce qui intéresse non pas seulement les sciences humaines, mais le destin de l’homme, la politique, la métaphysique, la littérature, les arts, la publicité, la propagande, par là, je n’en doute pas, l’économie, en a été affecté<sup>18</sup>” (p.19). Considera-se a existência de um corte epistemológico o momento em que Freud trouxe à tona o conceito que (des)estrutura o ser humano enquanto indivíduo não mais dono de si, ou, como diz Saussure (2001), o falante como “senhor de sua fala”. Esse conceito, como será em seguida discutido, concerne à estrutura psíquica nomeada de inconsciente.

Vale lembrar que Freud, precursor da teoria, nasceu em 1856, e a ele é relegada a façanha de ter “descoberto” o inconsciente, parte do aparelho psíquico humano. Freud é considerado um pensador fundamental na constituição da ciência pós-moderna. “Psico-análise”, como fora alcunhada na época, mais tarde chamada de psicanálise, foi instaurada a partir de 1896. O próprio Freud (1996c) apresenta uma definição em seu texto *O interesse científico da Psicanálise*, dizendo que “a psicanálise é um procedimento médico que visa à cura de certas formas de doenças nervosas (as neuroses) através de uma técnica psicológica” (p.169). Assim, passa a ser entendido que, conforme Arrivé (2001), “tudo aí acontece dentro da e pela linguagem” (p. xviii). Essa afirmação é corroborada pela sugestão de uma designação para a técnica psicológica feita por Anna O., a paciente mais famosa de Freud. Ela sugeriu que as expressões “talking cure” (cura pela palavra) e, humoristicamente, “chimney sweeping” (raspagem de chaminé), segundo consta em Arrivé (2001), fossem adotadas para representar o método.

O trabalho de Freud começou a ser desenvolvido a partir da segunda metade do século XIX. A retirada do véu que encobria o inconsciente e o trazia à luz da ciência moderna era algo inesperado e destinado a abalar as concepções do indivíduo que vivia na sociedade da época. Entretanto, apesar de o ser humano possuir àquele período um entendimento acerca de sua natureza de forma bastante diferenciada do contemporâneo, um corte foi instaurado. Assim, “a representação do ser humano como racional, dono de

---

<sup>18</sup> “Tudo o que interessa não só às ciências humanas, mas o destino do homem, a política, a metafísica, a literatura, as artes, a publicidade, a propaganda, por aí, eu não duvido, a economia, foi afetado” (tradução minha).

si mesmo, dos seus pensamentos e ações, foi o obstáculo que encobriu o inconsciente antes de Freud iniciar sua empresa epistemológica” (CESAROTTO & LEITE, 2001, p.18).

Dessa forma, ao desenvolver uma diferenciada forma de analisar a personalidade humana e de buscar recursos para recuperar o indivíduo<sup>19</sup> de problemas psíquicos, Freud causa um impacto na percepção que o indivíduo da modernidade tem sobre si. Ao entender que, naquele momento histórico, o ser humano se compreendia como consciente e racional, Freud (1996d) apresenta três feridas que desconstroem esse narcisismo humano em seu texto *Cinco ensaios sobre a Psicanálise*, conforme salienta Chauí (2008):

A primeira foi a que nos infligiu Copérnico, ao provar que a Terra não estava no centro do Universo e que os homens não eram o centro do mundo. A segunda foi causada por Darwin, ao provar que os homens descendem de um primata, que são apenas um elo na evolução das espécies e não seres especiais, criados por Deus para dominar a natureza. A terceira foi causada pelo próprio Freud com a psicanálise, ao mostrar que a consciência é a menor parte e a mais fraca da nossa vida psíquica (p.168).

O principal conceito que constitui a sua teoria é o de inconsciente. O ser humano é um animal do inconsciente, e possui esse “Outro lugar” em seu psiquismo. A partir desse entendimento, referente à idéia de que o ser humano é basicamente controlado pelo inconsciente, tornando-se passivo frente às suas experiências, engendra-se uma quebra de paradigmas concernentes à concepção de *homem*, de modo a trazer contribuições valorosas para a maneira sobre como se pensa a subjetividade, justamente por colocar esse assunto em pauta.

Contudo, apesar de Freud ter descentralizado o ser humano, passando a entendê-lo como um ser cujo controle sobre suas ações não lhe é acessível, a noção de *sujeito* não foi instaurada por ele. Freud considera que não existe sujeito: existe “eu”. Bruder & Brauer (2007) dizem que, para Freud, “o eu é *das Ich*, uma instância intrapsíquica mergulhada no sistema percepção-consciência, servidor de numerosos mestres (o isso, o supereu, a realidade exterior); não há nenhuma suposição de um sujeito”.

A noção de sujeito somente passa a fazer parte do quadro da teoria psicanalítica a partir dos estudos de Jacques Lacan, os quais tiveram interlocução com a ciência lingüística por meio do resgate feito da teoria estruturalista. Elia (2007a) salienta que o conceito de sujeito não é de Freud, mas de Lacan.

---

<sup>19</sup> Mais tarde, em Lacan, o termo *indivíduo* será substituído por *sujeito*.



Para Freud, os processos inconscientes acontecem na mente com grande frequência, e são eles os responsáveis pelos efeitos dinâmicos e motores sobre o pensamento e sobre o comportamento humano. Tanto os indivíduos normais como os acometidos por alguma patologia possuem uma parte inconsciente da mente, a qual regula a consciência.

Contudo, não existe um método de investigação direta desses processos inconscientes que predominam na mente humana. Freud, então, procurou alternativas para que isso fosse possível, e desenvolveu o método psicanalítico com o objetivo de criar mecanismos de compreender esses processos inconscientes responsáveis pelo comportamento patológico (ou não) do ser humano, mas, mais especificamente, de seus pacientes, os quais eram acometidos por algum tipo de neurose. Através da observação dos pensamentos, dos sentimentos, das ações de seus pacientes, Freud chegou à conclusão de que há vários fenômenos facilmente observáveis, ao alcance do analista, os quais constituem manifestações do inconsciente<sup>20</sup>. Os sonhos, os atos falhos (tais como os lapsos da linguagem, da escrita, da memória), os sintomas e os chistes seriam os principais mecanismos diretamente observáveis através dos quais se chegaria aos processos inconscientes<sup>21</sup>, sendo a associação livre, mecanismo utilizado pelo analista durante as sessões de psicoterapia, também um deles. No entanto, essas manifestações do inconsciente somente chegariam à ciência do psicanalista através da palavra, através de uma manifestação consciente. O propósito de tal atividade seria buscar, através das palavras achadas, inferir seu conteúdo latente, ou seja, entrar em contato com resquícios do inconsciente do paciente. Dessa forma, Freud afirmava que somente é possível conhecer o inconsciente através de sua expressão consciente. Para ele, o inconsciente é o psiquismo real.

Conforme Brenner (1987), a teoria apresenta dois construtos fundamentais. São eles: (i) o princípio do determinismo psíquico e (ii) a idéia de que “a consciência é antes um atributo excepcional do que um atributo comum dos processos psíquicos” (p.17). O primeiro construto retrata a idéia de que nada acontece por acaso na mente, ou seja, “cada evento psíquico é determinado por aqueles que o precederam” (p.18). Já o

---

<sup>20</sup> Brenner (1987) fala em manifestação do inconsciente, ao passo que Elia (2007a) trata de “emergência do sujeito do inconsciente”.

<sup>21</sup> Elia (2007a) menciona que os atos falhos, os lapsos, os sonhos, os sintomas e os chistes seriam modalidades de emergência do sujeito do inconsciente. Essas modalidades são entendidas como formações metafóricas e pontuais do inconsciente, diferentes da associação livre.

segundo indica que os processos inconscientes são comuns a todos os indivíduos, conforme já mencionado. Assim, existiria uma cadeia causal entre esses dois fundamentos, sendo que os processos inconscientes seriam o elo entre o que acontece na consciência e o que acontece fora dela, sempre em função de uma ação psíquica anterior.

Depois de Freud ter feito estudos sobre a utilização da hipnose com pacientes histéricos, Brenner (1987) ressalta que o psicanalista austríaco chegou à conclusão de que “a maior parte do funcionamento mental se passa fora da consciência e de que a consciência é antes uma qualidade ou atributo excepcional do que comum do funcionamento mental” (p.29). Assim, existiriam processos situados em três diferentes sistemas, os quais não estão presentes em uma determinada região do aparelho psíquico de forma rígida e imutável. O psiquismo, conforme entendido na psicanálise, é dinâmico, o que garante essa mobilidade das informações psíquicas entre os três sistemas, a saber, o consciente, o pré-consciente e o inconsciente, dentro dos quais há três instâncias: o ego, o id e o superego.

Ego e superego possuem partes presentes no consciente, no pré-consciente e no inconsciente. Somente o id é localizado totalmente no inconsciente. Também é importante ressaltar que existiria, na parte referente ao inconsciente, o inconsciente reprimido, onde estariam situadas informações subjetivas cujo acesso é impossível. No inconsciente reprimido há “elementos diferentes, que não têm livre acesso ao sistema consciente” (TALAFERRO, 1996, p.44).

Há, de acordo com a teoria psicanalítica, modos próprios de atuar de cada sistema do aparelho psíquico, ou seja, duas modalidades de pensamento. O modo próprio de atuar do inconsciente, entendido como processo primário, é caracterizado por cinco quesitos, conforme Tallaferro (1996): “a) ausência de cronologia; b) ausência de conceito de contradição; c) linguagem simbólica; d) igualdade de valores para a realidade interna e a externa, ou supremacia da primeira; e) predomínio do princípio do prazer” (p.43). Esse modo de pensamento consiste as instâncias do ego no início do desenvolvimento e do id, visto que tanto o ego quanto o superego surgem a partir do id.

O processo secundário, por sua vez, apresenta outras características concernentes ao seu modo de atuar. É relacionado às atividades do ego relativamente maduro, o qual permite um retardo da descarga catártica até que as condições ideais sejam atingidas, ao contrário do que acontece com o modo de atuar do processo primário. O pensamento do

processo secundário é entendido como “o pensamento comum, consciente, como o conhecemos pela introspecção, isto é, primeiramente verbal e obedecendo às leis habituais de sintaxe e lógica” (BRENNER, 1987, p.63).

O aparelho psíquico consiste, então, de processos presentes no inconsciente, no pré-consciente e no consciente. A mente<sup>22</sup>, por ser dinâmica, permite que os processos circulem entre os três sistemas. Sobre o pré-consciente, por exemplo, Brenner (1987) afirma que “seus elementos podem tornar-se conscientes por meio de um simples esforço de atenção. Inversamente, aquilo que num dado momento é consciente deixa de sê-lo quando se lhe retira a atenção” (p.49). Diferentemente do pré-consciente, aquilo que constitui o inconsciente propriamente dito não tem essa facilidade de circular na atenção, tornando-se consciente. Sobre isso, Brenner (1987) refere que “seu acesso à consciência, naquele momento, é barrado por alguma força que existe no interior da própria mente” (p.49). Sobre o consciente resta ser dito que trata dos processos psíquicos que estão sendo o foco da atenção do indivíduo (que estão na consciência).

Como já foi referido, há três instâncias presentes no aparelho psíquico, entendidas como o id, o ego e o superego. São três estruturas que se relacionam funcionalmente. Brenner (1987) resume o conceito de cada uma dessas funções: o id diz respeito às “representações psíquicas dos impulsos” (p.51); o ego concerne às “funções ligadas às relações do indivíduo com seu ambiente” (p.51), objetivando “alcançar gratificação ou descarga para o id” (p.53), executando os impulsos através de suas funções, como o controle motor, a percepção, a memória, o sentimento e o pensamento; já o superego abrange os “preceitos morais de nossas mentes, bem como nossas aspirações ideais” (p.51).

Anteriormente foi mencionado que, tanto o ego como o superego, durante o processo de formação e desenvolvimento do aparelho psíquico humano, originaram-se do id. Aí está, então, algo que pode ser designado como *o darwinismo em Freud*: ao admitir a existência de uma evolução no aparelho psíquico, sendo o id a matriz das outras instâncias do psiquismo humano, percebe-se que há uma estreita relação com a teoria da evolução das espécies de Darwin, sendo resgatada a idéia de uma mesma origem a partir da qual surgem diferentes espécies animais, dentre elas a espécie humana (*homo sapiens*). Seria possível afirmar, dessa forma, que os antecedentes da

---

<sup>22</sup> Muitas discussões envolvem o estatuto do conceito “mente”. Dependendo da teoria, pode ser considerado diferentemente. Enquanto presente nos estudos psicanalíticos, pode ser entendido como equivalente, de certa forma, ao termo “psiquismo”.

espécie humana na escala evolutiva darwiniana possuíam id, ego e, talvez, um superego primitivo, que foi adquirindo mais nuances a partir do surgimento da última espécie dos mamíferos, aquela “dotada de razão”.

Sobre o ego, vale mencionar que possui duas características importantes referentes ao seu modo de funcionamento. A primeira diz respeito à maneira como trabalha com o id; a segunda trata da forma como se relaciona com o ambiente. O ego, então, ficaria intermediando as relações do id com o ambiente, e permanece sempre em uma luta tanto com o ambiente externo quanto com as forças internas, ou seja, os desejos do id.

Há, contudo, uma especificidade acerca da luta do ego com o id que deve ser enfatizada. Ela diz respeito à chamada *prova da realidade*, identificada como a capacidade presente no ego de discernir entre estímulos oriundos dos desejos e impulsos do id e aqueles surgidos a partir do mundo externo. O ego deve ter a capacidade de identificar o que pertence ao “eu” e o que está “fora do eu”, e isso diz respeito ao seu sentido da realidade. Saber distinguir o que é real<sup>23</sup> do que não o é faz parte de um comportamento entendido como normal, ao passo que o comportamento patológico engloba aos indivíduos acometidos por dificuldades em perceber a diferença entre a realidade externa e a realidade interna.

Da mesma forma que deve conseguir fazer uma diferenciação entre o que está dentro e o que está fora, o ego deve ser capaz de distinguir duas atitudes psíquicas relacionadas à realidade exterior quando acontece uma situação em que esta vai de encontro a uma exigência pulsional. Tal caso foi denominado por Freud como *clivagem do ego*, sendo que as duas atitudes psíquicas são assim caracterizadas, conforme Laplanche & Pontalis (2001): “Uma leva em conta a realidade, a outra nega a realidade em causa e coloca em seu lugar uma produção do desejo. Estas duas atitudes persistem lado a lado sem se influenciarem reciprocamente” (p.65).

Há mecanismos utilizados pelo inconsciente para se manifestar. Os lapsos de linguagem ou da escrita e os esquecimentos são entendidos como esses tipos de mecanismos, chamados de parapraxia. Entendidos comumente como distrações, pelo ponto de vista da psicanálise são tidos como manifestações psicológicas, mais especificamente, manifestações do inconsciente, as quais possuem significado e intenção (do inconsciente), e são fenômenos que ocorrem tanto em pessoas normais

---

<sup>23</sup> Aqui, *real* faz referência à realidade, e não ao real lacaniano.

como em indivíduos portadores de algum tipo de patologia. Fink (1998) lembra que “o discurso<sup>24</sup> nunca possui uma só dimensão. Um lapso de língua nos lembra imediatamente que vários discursos podem usar o mesmo porta-voz ao mesmo tempo” (p.19).

As parapraxias acontecem para que o indivíduo evite o desprazer. Dessa forma, uma intenção é reprimida, sendo ela percebida no esquecimento de impressões e de experiências. O caso mais comum é o de uma pessoa esquecer o nome de alguém ou, até, de chamar a pessoa de outro nome, que pode ser de alguma forma parecido com o nome da pessoa com quem se está falando. Nesse caso acontece o que Freud chamou de deslocamento, ou seja, um lapso de linguagem aparece para trair a pessoa que fala, pois ela acabará externalizando justamente o que deseja ocultar de seu interlocutor.

O mesmo acontece com os sonhos. Na teoria psicanalítica, os sonhos são entendidos como portadores de sentido, resultado de um processo de elaboração onírica desempenhado pelo psiquismo humano, mais precisamente, pelo inconsciente. Nesse processo, ocorre a deformação do pensamento onírico latente, o qual seria o verdadeiro sentido dos sonhos, pois esse pensamento se transforma em conteúdo manifesto, entendido como a descrição dada pelo indivíduo ao sonho. Chega-se ao seu verdadeiro significado através da interpretação desse conteúdo manifesto, resultado de um processo que utiliza mecanismos como o deslocamento, já citado, e a condensação, em que ocorre a junção de várias características em um determinado pensamento.

Dessa forma, a linguagem dos sonhos é entendida enquanto a maneira como o inconsciente se expressa; porém, mais de um dialeto é falado pelo inconsciente. O autor ainda afirma que os impulsos mentais inconscientes são expressos dependendo das condições psicológicas que orientam e distinguem as formas de neurose. Contudo, todos os indivíduos têm no sonho uma forma de manifestação dos processos inconscientes, e a linguagem que será utilizada no sonho pode variar dependendo do tipo de neurose a que o indivíduo está acometido.

Dois fenômenos bastante comuns nos sonhos são o deslocamento e a condensação, os quais se constituem como mecanismos de todas as formações do

---

<sup>24</sup> Há alguns termos que podem ser encontrados em diferentes ciências, e o termo *discurso* é um deles. Dessa forma, deve-se atentar para o fato de que, dependendo do ponto de vista, a concepção acerca do termo em uso será diferente. Portanto, na teoria psicanalítica, *discurso* não possui o mesmo estatuto que na análise de discurso pecheuxiana, por exemplo, pois pode ser equivalente a *fala*.

inconsciente<sup>25</sup>, mas bastante comuns nos sonhos. A condensação “representa por si só várias cadeias associativas, em cuja interseção ela se encontra” (LAPLANCHE & PONTALIS, 2001, p.87), ou seja, vários elementos encontram-se fundidos, condensados, em somente um elemento. Conforme Tallaferró (1996), “consiste na união de vários personagens ou elementos do conteúdo latente, aparecendo no conteúdo manifesto como uma única pessoa, mas com as características condensadas de cada uma delas” (p.111). Nos sonhos pode aparecer uma pessoa que possui os olhos da mãe, os cabelos da irmã, as roupas do pai, etc. Trata-se de um mecanismo inconsciente a fim de mascarar os impulsos do id à consciência, deixando pistas que podem ser semanticamente saturadas.

Já o modo de funcionamento do inconsciente entendido como deslocamento, como dito em Laplanche & Pontalis (2001), trabalha com o “fato de a importância, o interesse, a intensidade de uma representação ser suscetível de se destacar dela para passar a outras representações originariamente pouco intensas, ligadas à primeira por uma cadeia associativa” (p.116). Em outras palavras, elementos são transportados, deslocados, de determinado conteúdo manifesto para outro de menor relevância para os desejos inconscientes, sendo que “consiste na substituição de uma imagem do conteúdo latente por uma outra no conteúdo manifesto” (TALLAFERRO, 1996, p.112).

Sobre os chistes, Freud desenvolveu um amplo estudo, chamando a atenção, em um primeiro momento, para as características que neles poderiam ser identificadas. Na obra *Os chistes e sua relação com o inconsciente*, Freud (1996a) aponta, conforme observou na literatura, que os chistes podem ser tratados em conexão com o cômico, e refere alguns autores nos quais se embasou a fim de buscar critérios e características dos chistes. Estes seriam, por exemplo, “a atividade, a relação com o conteúdo de nossos pensamentos, a característica do juízo lúdico, a conjugação de coisas dissimilares, as idéias contrastantes, o ‘sentido no nonsense’, a sucessão de desconcerto e esclarecimento, a revelação do que estava escondido, e a peculiar brevidade do chiste” (p.22). Todos esses elementos elencados por Freud podem ou não aparecer simultaneamente. A ênfase dada pelo autor está na “íntima conexão entre todos os eventos mentais” (FREUD, 1996a, p.23), o que garante o postulado de que o aparelho psíquico é dinâmico, sendo o chiste, portanto, uma manifestação lingüística consciente amparada por processos da ordem do inconsciente, visto que tudo está conectado.

---

<sup>25</sup> As formações do inconsciente são: chistes, atos falhos, lapsos, sonhos e sintomas.

Algo que deve ser salientado sobre o pensamento de Freud acerca dos chistes diz respeito ao objetivo que eles possuem. Ele classificou os chistes em inocentes e tendenciosos, e buscam atingir a mesma meta, o efeito de prazer, dependente da combinação de dois fatores, a saber, a técnica e o propósito dos chistes. Como eles são manifestações do inconsciente, e o inconsciente é predominantemente constituído pela instância do id, parece normal que todos os quatro mecanismos utilizados por esse sistema visem ao prazer.

Há, ainda, algo importante sobre a temática dos chistes. É referido que nem todas as pessoas possuem capacidade de elaboração de chistes, embora esse método seja possível para o alcance do prazer. Freud (1996a) diz que “a elaboração do chiste não está ao dispor de todos e apenas alguns dispõem dela consideravelmente; estes últimos são distinguidos como tendo ‘espírito’[*Witz*]” (p.135). Essa idiosincrasia seria relacionada a “disposições especiais herdadas ou de determinantes psíquicos que permitem ou favorecem a elaboração do chiste” (p.135).

Jacques Lacan, principal leitor de Freud, também trata dos ditos espirituosos. Eles seriam construídos por aqueles que possuem o *Witz* mais “aguçado”. Os ditos espirituosos são considerados como licenças acerca de um acesso às formações do inconsciente. Conforme afirmado por Lacan (1957b),

o problema do espírito, para que seja esclarecido, parte, em Freud, da técnica do significante (...). É precisamente olhando para lá [*witz*] que veremos mais sobre o que não está exatamente lá, que está ao lado, que é o inconsciente e que justamente só se esclarece e se ilumina quando se olha um pouco obliquamente (p.11).

Através dos ditos espirituosos é possível um tangenciamento do inconsciente, e isso se dá pela linguagem. Existe, nesse mecanismo do inconsciente, uma possibilidade de rompimento com a estrutura semântica, quando o indivíduo utiliza a estrutura gramatical, isto é, o código lingüístico, para expressar o seu dito espirituoso. Há, portanto, um embate entre o dito espirituoso e o código lingüístico (o nível dos significantes, como será mais tarde discutido na parte referente à teoria lacaniana), sendo que os elementos lingüísticos podem ser combinados de forma a causar o estranhamento que permite a emergência do *witz*. Para que o objetivo do sujeito emissor da mensagem seja alcançado, deve existir compreensão de seu interlocutor e, principalmente, nos termos lacanianos, o Outro deve autorizar o dito como espirituoso; caso contrário, o enunciado é entendido como somente um lapso, sem ser dada maior

atenção ao mesmo. A linguagem ocupa papel fundamental aí, pois, segundo os pressupostos da psicanálise, o sujeito sempre diz mais do que sabe.

Ainda tratando sobre os pressupostos psicanalíticos freudianos, faz-se necessário falar um pouco sobre os impulsos mentais inconscientes, os quais determinam certas expressões individuais. Os impulsos são entendidos na teoria psicanalítica como as forças instintivas que propõem a atividade mental<sup>26</sup>. Consoante Brenner (1987), “um impulso, pois, é um constituinte psíquico, geneticamente determinado, que, quando em ação, produz um estado de excitação psíquica ou (...) de tensão. Essa excitação ou tensão impele o indivíduo para a atividade” (p.33).

O funcionamento do aparelho psíquico é entendido como tendo sua atividade governada pelos impulsos, os quais geram uma tensão (uma excitação psíquica). A partir da necessidade estabelecida pelo impulso, que ocasiona a tensão, há o surgimento de uma atividade motora, a qual permite que a excitação (ou tensão) cesse. De todo impulso resulta uma atividade que objetiva finalizar a tensão gerada pelo impulso. De igual maneira, tem-se o mesmo processo ocorrendo de forma mais subjetiva, sendo utilizada uma terminologia menos objetiva, quando se parte de uma necessidade (e não de uma tensão), responsável por gerar uma atividade motora, terminando em uma gratificação.

Freud organizou o aparelho psíquico apresentando dois tipos de impulso, os quais participam em todas as manifestações instintivas: o impulso sexual e o impulso agressivo. O primeiro diz respeito ao componente erótico, sendo a energia psíquica responsável por esse impulso denominada *libido*. Esse seria o impulso de vida, ao passo que o segundo, o impulso agressivo, seria o impulso de morte. O impulso agressivo comporia a parte destrutiva do psiquismo, e a energia psíquica a ele relacionada é designada por parte dos psicanalistas como *destrudo*. Esses dois tipos de energia psíquica, a *libido* e a *destrudo*, podem gerar o que se chama de *catexia*, ou seja, uma “quantidade de energia psíquica que se dirige ou se liga à representação mental de uma pessoa ou coisa” (BRENNER, 1987, p.34). Para uma determinada pessoa ou coisa o indivíduo pode direcionar uma energia psíquica relacionada ao impulso de vida ou relacionada ao impulso de morte – pode ser tanto a *libido* quanto a *destrudo*.

---

<sup>26</sup> “Impulso” pode ser co-referente de “força instintiva”, mas não de “instinto”.



Conforme abordado em Arrivé (2001), Freud menciona que a representação da palavra é feita através do som, ao passo que a representação do objeto é feita através da visão. Assim, visão, som e cinestesia possuem relações mútuas.

Apesar de não dedicar muito espaço ao assunto, fica bastante evidente que a linguagem é entendida como o veículo através do qual é possível o acesso ao inconsciente na teoria psicanalítica. O som que representa a palavra, o objeto observado pelos olhos, o movimento provocado pelo organismo, tudo isso conspira a fim de que sejam deixadas brechas pelo inconsciente do ser humano na percepção de suas pequenas manifestações.

Vale ainda trazer para discussão alguns sentidos atribuídos à noção de símbolo por esta perspectiva teórica. Primeiramente, pode ser mencionado o fato de os autores que circulam por essa área utilizarem três termos ao relevar acerca dessa temática. São eles: o símbolo, o simbolismo e o simbólico<sup>27</sup>.

A questão dos símbolos no entendimento de Freud é expressa em Brenner (1987) de forma breve. Sobre a representação simbólica, o autor menciona: “era como se houvesse uma linguagem secreta que as pessoas usassem inconscientemente, sem serem capazes de compreendê-la conscientemente; ao vocabulário dessa linguagem, por assim dizer, Freud denominou de símbolos”<sup>28</sup> (p.67).

Corroborando o exposto em Brenner (1987) sobre esses conceitos, Laplanche & Pontalis (2001) dizem que os símbolos surgem no processo de interpretação dos sonhos como “elementos mudos”, cujo sentido não é conscientemente alcançado. O sujeito não seria capaz de realizar associações sobre o sentido. Eles são muito numerosos, mas o campo onde ocorre o processo de simbolização é muito limitado, pois se restringe ao corpo, pais e consangüíneos, dentre outros. Referem que a

essência do simbolismo consiste numa “relação constante” entre um elemento manifesto e a sua ou suas traduções. Esta constância encontra-se não apenas nos sonhos, mas em domínios de expressão muito diversos (sintomas e outras produções do inconsciente: mitos, folclore, religião, etc.) e em áreas culturais distantes entre si (p.484).

---

<sup>27</sup> Interessante notar, contudo, a ausência do termo “símbolo” no *Dicionário de Psicanálise* de Laplanche & Pontalis (2001).

<sup>28</sup> Os estudos de Carl Jung não fazem parte do escopo do presente trabalho. No entanto, é interessante que se trace um paralelo entre essa “linguagem secreta” mencionada por Brenner (1987), aludida por Freud no que concerne às representações simbólicas, e a concepção de “inconsciente coletivo” de Jung. Parece que essa linguagem seria facilmente explicada se fosse levado em consideração o conceito junguiano.

Os autores falam sobre o “simbólico” em dois sentidos: o amplo e o restrito. No primeiro, consiste em qualquer formação substitutiva, pois é um “modo de representação indireta e figurada de uma idéia, de um conflito, de um desejo inconscientes” (p.483). Já no sentido restrito, é entendido como um “modo de representação que se distingue principalmente pela constância da relação entre o símbolo e o simbolizado inconsciente” (p.481). A constância a que os autores se referem pode ser encontrada no indivíduo, de um indivíduo para outro, em diversos domínios e em áreas culturais mais distantes entre elas.

Ao contrário do relevado em Laplanche & Pontalis (2001) sobre a temática dos símbolos, o defendido por Arrivé (2001) abarca a existência de três tipos de símbolos, designados numericamente. O símbolo 1 (símbolo mnêmico) “funciona como fator de determinação da especificidade do sintoma” (p.34); o símbolo 2 (símbolo, sem especificação; símbolo onírico), corresponde ao simbolismo no sentido restrito de Laplanche & Pontalis (2001); o símbolo 3 (símbolo como termo do processo de simbolização) é equivalente ao simbolismo no sentido lato de Laplanche & Pontalis (2001), o qual é compreendido por Arrivé (2001) como “toda relação que une o conteúdo manifesto de um comportamento, de um pensamento, de uma palavra, a seu sentido latente, especificamente inconsciente” (p.53).

Ainda sobre os símbolos, Cesarotto & Leite (2001) afirmam que, por ser estruturado como uma linguagem, “o inconsciente tem uma sintaxe verbalógica” (p.43), e, por conseguinte, o “vocabulário” que constitui essa linguagem seriam os símbolos. Da mesma forma, Elia (2007a) refere que a linguagem é de ordem simbólica; é o “sistema de articulação de elementos materiais simbólicos” (p.36).

No entanto, vale mencionar que o simbólico não possui relação direta com o verbal, pois é considerado como qualquer manifestação que seja portadora de sentido. Sobre isso, Elia (2007a) diz que

um gesto, uma expressão do rosto, do corpo, uma dança, um desenho, tanto quanto uma narrativa oral, serão produções simbólicas, regidas pelo significante, e assim, ditas *verbais*, por estarem na dependência do *verbo significante*, e não por serem expressas por via oral. Não existirá, portanto, o “não-verbal” no campo simbólico, e menos ainda o “pré-verbal”. O domínio do verbal não é uma conquista do desenvolvimento cognitivo ou simbólico, mas uma condição inerente ao falante como tal. Como ser de linguagem, o sujeito humano se constitui no domínio do verbal (p.21).

Dessa forma, é pelo simbólico, um dos principais conceitos que contemplam a teoria psicanalítica, que se inicia a tratar sobre a psicanálise lacaniana. Assim, as idéias expostas até agora concernem à psicanálise conforme postulada por Freud, criador desse método de análise da vida psíquica. Passa-se, então, a abordar as idéias desenvolvidas por Jacques Lacan.

Dá-se início através do conceito de simbólico na psicanálise lacaniana, pois, conforme a afirmação de Dosse (2007a), é através dele que se começa uma releitura sobre a divisão entre os sistemas do consciente e do inconsciente. O corte entre eles se dá, segundo o autor,

a partir de dois registros em situação de exterioridade recíproca: o ser de si mesmo escapa irredutivelmente ao “ente”, ao mundo, à consciência. Esse estágio se converte na chave que permite delimitar a repartição entre imaginário e simbólico no indivíduo, primeiro passo de uma alienação do ego (p.142-143).

Para Lacan, o simbólico seria um dos três registros para o estudo da experiência humana, o qual possui relação com o inconsciente, ordem constituinte do sujeito. Os outros dois registros são o real, carente de sentido, referente à pulsão acéfala, e o imaginário, o registro da identificação. São, segundo Cesarotto & Leite (2001), “as três dimensões do espaço habitado pelos seres falantes” (p.73): é a trilogia que compõe a estrutura psíquica em Lacan, isto é, real/simbólico/imaginário. Freud também se ancorou em três registros, ou melhor, em três instâncias, ao anunciar a existência do inconsciente: id, ego e superego. Entretanto, outros aspectos do psiquismo humano são abordados na teoria de Lacan, servindo os pensamentos de Freud como base para as suas noções.

Antes de dissertar acerca de cada um dos registros levantados por Lacan, acredita-se que seja mais produtivo direcionar este relato para um outro caminho, aquele entendido como o alicerce de todas as considerações traçadas, ou seja, a linguagem. Mas, mais do que isso: é dado início à reflexão sobre a psicanálise lacaniana através da articulação entre a linguagem e o inconsciente, principal conceito da teoria psicanalítica.

Vale dizer que Lacan realiza uma releitura de Freud inscrita na filiação de Saussure, pois faz prevalecer a questão sincrônica (simultaneidades), em oposição à diacrônica (sucessividades) (cf. DOSSE, 2007a). Essa idéia também acaba por trazer à tona um entendimento de análise da linguagem, ou, também, do caminho por onde se acessa o inconsciente, como preconizando a fala, e não a língua, como queria Saussure.

Compreender que a linguagem deve ser vista através de sua manifestação na atualidade, vinculada ao momento enunciativo, significa alicerçar o pensamento de que é pela fala que ocorrerá uma possibilidade de abertura para o inconsciente, justamente por ela ser individual. Só assim será possível alcançar a cura do paciente, visto que o objetivo do psicanalista era desenvolver maneiras terapêuticas de permitir a melhoria das condições psíquicas de seus pacientes.

Importante salientar que a análise da fala não significa que o sujeito controla o que diz. Na verdade, através da fala, ou seja, da linguagem como um todo (como sistema e como variação), será possível a emergência do sujeito do inconsciente. Pode-se afirmar que é na fala que a estrutura se subjetiva: é na fala, na manifestação individual de cada *indivíduo/sujeito*, que é possível a ruptura da estrutura, do sistema da linguagem, ocorrendo a subjetivação do mesmo. Sendo assim, diz-se que o sujeito é efeito da linguagem, pois é na linguagem que está a essência humana. Conforme Dosse (2007a), “a existência humana não tem outro lugar para Lacan a não ser nessa preponderância conferida à linguagem, à cultura, à troca, à relação com o outro” (p.156).

Lacan não trouxe modificações à concepção de inconsciente de Freud. O que pode ser acrescentado é que, para Lacan, o inconsciente é efeito de linguagem, pois o sujeito é efeito de significante (cf. DOSSE, 2007a). Além disso, pode-se dizer que, enquanto para Freud o inconsciente é o “outro lugar”, para Lacan trata-se do “discurso do Outro”. Ele mantém, mesmo assim, a sua premissa fundamental: o ser humano não tem mais domínio do seu psiquismo, pois é sempre desconhecedor do que deseja. Consoante Lacan (1957a), “l’inconscient n’est que le siège des instincts<sup>29</sup>” (p.2), e é ele o responsável pelo controle das ações do sujeito. O controle não se dá, portanto, de forma consciente.

Apesar de ser reconhecida uma consonância quanto ao postulado da existência do inconsciente, Lacan e Freud possuem diferentes concepções no que tange à linguagem. Lacan acrescenta esse elemento de forma mais detalhada e aprofundada. Isso se deve, principalmente, ao fato de que as idéias de Ferdinand de Saussure sustentaram alguns pressupostos da sua teoria. Apesar de Saussure ter falecido precocemente, sem ter tido a oportunidade de publicar seus estudos, o lingüista foi um aliado fundamental do psicanalista na compreensão da atividade psíquica humana. Por

---

<sup>29</sup> “O inconsciente é o lugar dos instintos” (tradução minha).

se amparar nos construtos teóricos de Saussure, Lacan apresenta subsídios materiais para a manifestação do inconsciente e para a corroboração da existência do mesmo, visto que isso não foi mais detalhadamente explorado por Freud.

Saussure, o responsável pela instituição da ciência lingüística, trouxe à tona conceitos que determinaram o caráter da nova ciência, dentre eles o conceito de signo lingüístico. Um signo faz parte da língua, sistema com regras as quais organizam as manifestações lingüísticas que estruturam a fala, esta conforme entendida em oposição à língua. Língua e fala são partes da linguagem. A língua é o elemento que interessa para a lingüística saussuriana, pois é psíquica, ao passo que a fala é fisiológica e física. Assim, os signos constituem a língua, e, por sua vez, os signos são constituídos por dois elementos interdependentes: o significante e o significado.

Ambos do domínio do psíquico, significado e significante são manifestações internas, de caráter social, pois abrangem todos os falantes de uma mesma língua. Acrescenta-se que o significado seria correspondente a um eixo vertical, na medida em que o significante ocuparia uma abstrata horizontalidade na explicação da união entre eles na constituição dos signos. A junção dos dois eixos comporia o signo lingüístico. O significante estaria no eixo horizontal devido ao seu caráter linear, não ocorrendo a sobreposição de dois significantes, isto é, a ocorrência de dois significantes ao mesmo tempo, segundo os postulados da lingüística saussuriana. Lembrando da lei da inércia: dois significantes não podem ocupar o mesmo lugar ao mesmo tempo, pois são correspondentes aos fonemas, cujos representantes materiais são os sons. No entanto, quanto aos significados, pode-se dizer que mais de um significado pode corresponder a somente um significante ao mesmo tempo, pois não existe uma relação biunívoca entre um significante e um significado, sendo o significado<sup>30</sup> sem um correspondente material direto. Por isso justifica-se que o significante ocupe o lugar da horizontalidade, ao passo que o significado se situa na verticalidade.

O estruturalismo não se preocupava com a exterioridade, com o uso da linguagem e todos os aspectos materiais dessa manifestação. Então, o significado diz respeito ao conceito, ao passo que o significante concerne à imagem acústica do signo, aos fonemas que o compõem, ambos de ordem psíquica. A relação entre eles é arbitrária, ou seja, não se considera premeditado, de forma consciente, qual significante seria responsável pelo estabelecimento de determinado conceito (significado).

---

<sup>30</sup> Diz-se que a linguagem não é transparente.

Esses elementos da lingüística estruturalista são importantes na compreensão da psicanálise lacaniana por entender-se que o inconsciente é estruturado como uma linguagem; o inconsciente é linguagem, possui uma realidade material. Mais do que isso: Lacan diz que o inconsciente é o significante em ação<sup>31</sup>. Segundo ele, “the unconscious is the condition of linguistics”<sup>32</sup> (LACAN, 1970, p.03). O inconsciente é o que permite a existência da linguagem; por sua vez, a palavra, isto é, a materialidade lingüística, enquanto exterior ao indivíduo, é o único meio através do qual é possível a análise do inconsciente.

Contudo, apesar de Saussure dar prioridade à parte psíquica da linguagem, ou seja, à língua, é a partir das partes física e fisiológica da linguagem que é possível acessar o inconsciente, sendo que estas partes dizem respeito à fala, ou, de acordo com a terminologia lacaniana, ao discurso. Conforme Cesarotto & Leite (2001), “é então no fluxo discursivo, nessas palavras concretamente enunciadas pelo analisando, que consiste toda a materialidade da análise, e é aí que se localizará a subordinação do sujeito ao inconsciente” (p.71). A fala saussuriana é o local onde se encontram as brechas para acessar o inconsciente humano, sendo de fundamental importância para o método de análise psicanalítico, ao contrário do proferido por Saussure.

Todavia, mesmo Saussure priorizando o estudo da língua, não é só ela o alvo dos estudos de Lacan. Pode-se dizer que ambas as partes da linguagem são essenciais para a compreensão da estrutura psíquica humana. A língua comporta o significante e o significado, ao passo que na fala encontram-se veladas, escondidas, as manifestações do inconsciente. No que tange à língua, vale dizer que há uma diferença quanto à relação entre significante e significado entre Saussure e Lacan: o segundo dá mais importância ao significante, representado por um S, ao passo que o significado fica com menor papel dentro da teoria, sendo referido como um s. Dessa forma, conforme Dosse (2007a) há, em Lacan, “a autonomia e a supremacia do significante em relação ao significado” (p.158).

Ao lembrar que a estrutura do inconsciente é como a estrutura da linguagem e, em virtude disso, seria mais acessível do que no tempo de Freud, Elia (2007a) trata

---

<sup>31</sup> Consoante Cesarotto (2005), há algumas frases, expressões cuja autoria é de Lacan, mas, como são de grande recorrência na literatura da área, já se tornaram de domínio comum. O autor diz que “algumas pontuações, como ilhas de raciocínio, ganham relevo na superfície textual, sintetizando, em poucas palavras, os problemas cruciais da psicanálise” (CESAROTTO, 2005, p.24). A frase “o inconsciente é o significante em ação” é uma delas, e outras também aparecerão no presente texto.

<sup>32</sup> “O inconsciente é a condição da lingüística” (tradução minha).

sobre a relação entre significado e significante. O autor afirma que o inconsciente é constituído “por elementos materiais simbólicos, os significantes engendrados do sentido, que não portam em si o sentido constituído, mas que se definem como constituintes do sentido (daí o seu nome de *significantes*: aqueles que fazem significar)” (p.23). Assim, significantes são os constituintes do inconsciente, a partir dos quais emergirá um significado. Mais do que isso: Leite (1994) afirma que “o sujeito se define, nesta teoria, como efeito do significante, sendo a sua causa da ordem do material” (p.137-138).

Pensando na relação existente entre significado e significante, posto que não é fixa, vale trazer a afirmação de Fink (1998). O autor menciona que “nenhuma palavra numa afirmação tem qualquer valor fixo, exceto se ela for usada num contexto específico” (p.33). Também existe, na psicanálise, um interesse pela exterioridade, pois o contexto ao qual Fink (1998) se reporta diz respeito aos elementos extralingüísticos envolvidos no processo lingüístico. É de se questionar, mesmo assim, a validade dessa informação, pois, como será abordado em capítulo específico sobre a questão semântica na lingüística, o significado nunca é *fixo*, argumento corroborado pela própria necessidade de ser atribuída nova designação àquilo que significa, porém sem possuir determinações fixas: ao invés de chamar *significado* chama-se *sentido*.

Aí pode ser percebida a relação entre o significado e o significante, que ocorre em nível inconsciente. A estrutura do sujeito é a estrutura da linguagem, a qual é a estrutura do inconsciente. O significado para determinado significante, ou seja, a união entre as duas partes do signo lingüístico, é determinada no inconsciente, sem o controle do indivíduo. Para uma mesma palavra, enquanto significante, pode existir mais de um significado, assim como para mais de um significante pode ser o mesmo significado atribuído<sup>33</sup>. Essa relação de atribuição de significado aos significantes que constituem a língua acontece inconscientemente e, como se verá mais adiante, dentro da teoria materialista dos sentidos, também ideologicamente.

Sobre essa relação, Cesarotto & Leite (2001) mencionam que

Os elementos materiais da linguagem (sons, traços, letras) detêm a primazia na organização inconsciente, na qual inexistente a significação porquanto o enlace do significante com uma determinada significação (nunca intrínseca) é condição necessária e suficiente para que uma idéia se precipite no sistema consciente, através do pré-consciente (18). Não há, assim, a rigor, *significado*

---

<sup>33</sup> Conforme os pressupostos de Pêcheux (1995).

no inconsciente, onde, da relação entre significantes, produzem-se, precipitam-se os efeitos da significação (p.62).

Mesmo que um determinado significado não esteja ao alcance estrutural do sujeito, de forma que não seja capaz de levantar os significantes necessários para exprimi-lo, ocorre a estruturação desse significado no nível do inconsciente (cf. ELIA, 2007a). De tudo o que foi dito, pode-se dizer que o significante, na psicanálise lacaniana, ocupa o lugar do sujeito.

Elia (2007a) também menciona que o significado “se produz somente a partir da articulação entre os significantes”. Diz que “só o significante é material (imagem sonora, unidade material da fala humana) e *simbólico* (sua articulação em cadeia produz uma ordem capaz de engendrar o significado, que não se encontra constituído desde o começo, antes da articulação significativa)” [grifo do autor] (p.37-38). Contudo, parece errôneo afirmar que o significante é material. Na verdade, trata-se de uma *imagem acústica*. O próprio termo utilizado por Saussure na descrição dessa parte do signo lingüístico evidencia que o significante diz respeito à correspondência psíquica da materialidade sonora, não sendo, portanto, material. É psíquico, pois é língua, e não fala, e somente por isso pode ser correspondente ao inconsciente<sup>34</sup>.

O significante se mostra de extrema importância para a psicanálise lacaniana. Basta considerar que, dentro da teoria, um significante é o que representa o sujeito para outro significante. Para um significante pode ser correspondente um ou mais significados<sup>35</sup>, dependendo do ponto de vista daquele que o está utilizando<sup>36</sup>. Devido a essa instabilidade na relação entre as duas partes do signo lingüístico, afirma-se que “o significante pode ser entendido como aquilo que convoca o sujeito, exige o trabalho do sujeito em sua constituição” (ELIA, 2007a, p.42).

Importante que se faça repontar à idéia expressa por Lacan (2008) de que “toda a ambigüidade do signo se prende ao fato de ele representar algo para alguém” (p.203). Pode acontecer, portanto, de um significado ser associado a um significante pelo sujeito

---

<sup>34</sup> Conforme se defenderá mais tarde no presente trabalho, o psíquico é material, pois existe devido ao organismo do ser humano, ou melhor, ao sistema nervoso.

<sup>35</sup> Como já foi visto, tal fato é um problema intrínseco à lingüística estruturalista, visto que prima pela estrutura, e tenta estabelecer as regras que regem o funcionamento das línguas naturais. No entanto, como o significado pode ser mais de um para um mesmo significante, como determinar essa relação previamente?

<sup>36</sup> Interessante lembrar do exemplo levantado por Saussure (2001) acerca do vocábulo *nu*, presente no capítulo III (*Objeto da Lingüística*) do *Curso de Lingüística Geral*. Pode significar diferentes coisas, dependendo do observador: um objeto lingüístico concreto, som, expressão de uma idéia, correspondente à uma palavra da língua latina, etc.



falante e, pelo ponto de vista do sujeito interpretante, ser associado a um significado diferente. Quando existe a possibilidade de existência de mais de um significado para o mesmo significante, licenciado pelo contexto lingüístico e extralingüístico, pode tratar-se de um caso de ambigüidade.

Apesar de Lacan tratar das duas partes da linguagem de maneira harmônica, paradoxal parece ser atestar o fato de que o importante, na verdade, na perspectiva saussuriana, é a língua, mas é acessada através da fala. Do mesmo modo, para Freud, o que importa é o inconsciente, interior ao indivíduo, mas é compreendido através do discurso (equivalente à fala de Saussure).

Lembrando a afirmação feita por Lacan (1970) ao alegar que o inconsciente é a condição da lingüística, vale estabelecer alguns comentários. Pode-se perceber que existe, na psicanálise lacaniana, um equilíbrio entre a estrutura da língua e o sistema inconsciente, sendo que as duas ciências, lingüística e psicanálise, se complementam sem se confundirem no entendimento do psiquismo humano. Estabelecendo um paralelo entre as instâncias psíquicas e a estrutura da linguagem, Lacan (2008) chega a afirmar que “a sintaxe, exatamente, é pré-consciente. Mas o que escapa ao sujeito, é que sua sintaxe está em relação com a reserva inconsciente” (p.72). A organização das palavras a fim de compor sentenças possíveis na língua pertence, nessa teoria, à ordem pré-consciente, sendo que esse lugar psíquico mantém fácil transitoriedade com os outros dois sistemas: o inconsciente e o consciente. Seria possível afirmar que a sintaxe é pré-consciente, ao passo que a fonologia e a morfologia são inconscientes, pois os significantes, enquanto componentes da língua, estruturam o inconsciente do sujeito?

No entanto, apesar de Lacan considerar essa possibilidade de cooperação teórica, o mesmo não acontece com a lingüística. O autor ressalta que “Linguistics delivers the material of analysis, even the apparatus from which it operates. But a domain is only dominated from its operation. The unconscious might be, as I said, the condition of linguistics. The latter does not forasmuch have the least hold on it”<sup>37</sup> (p.5).

A idéia de que a lingüística não considerou a psicanálise como possibilidade de complementaridade nas análises concerne, principalmente, às teorias lingüísticas filiadas ao formalismo, sendo o estruturalismo uma das correntes formalistas. A importância de Saussure é inestimável para a ciência da linguagem. Entretanto, é

---

<sup>37</sup> “A Lingüística provém o material de análise, inclusive o aparato a partir do qual ela opera. Mas um domínio somente é dominado a partir de sua operação. O inconsciente pode ser, como eu disse, a condição da lingüística. O último não detém nada dele” (tradução minha).

impossível esquecer que, ao dar prioridade ao estudo da língua, o lingüista subestimou a capacidade investigativa dessa ciência, pois a linguagem possui elementos que se encontram além da sua materialidade, não sendo somente estrutura. Lacan já havia constatado esse fato e, antes dele, o fez Freud. A linguagem pode apontar para o interior do sujeito, e, conforme a análise de discurso, também, e principalmente, aponta para o seu exterior. A teoria lingüística, principalmente com seus estudos enunciativo-discursivos, pode contribuir bastante para com a psicanálise, principalmente no que concerne ao seu método de análise da materialidade lingüística.

Lacan estabelece paralelos entre o inconsciente e a linguagem, dando espaço à falha, às brechas. Dessa forma, segundo Cesarotto & Leite (2001), “por detrás dos tropeços de linguagem e dos jogos de palavras, esconde-se um sentido outro que o corriqueiro. Quem fala nem sempre sabe o que diz, ou, quando diz o que quer dizer, não sabe o que está falando” (p.19). O analista busca justamente esses tropeços de linguagem, maneira que o inconsciente tem de trapacear o ser humano a fim de ser descoberto, a fim de que o véu que encobre a sua existência seja levemente (e momentaneamente) retirado, sendo possível um pequeno contato com o verdadeiro sujeito. Corroborando o mencionado, pode ser mencionada a afirmação de Dosse (2007a). O autor diz que “a literalidade da fala proferida apresenta em si mesma a cadeia significante que é a trama do inconsciente” (p.160).

Busca-se, durante o processo de análise, decifrar “a diacronia das repetições inconscientes, introduzindo na sincronia dos significantes que ali se compõem algo que faça possível sua tradução, para com isso levar o sujeito a enunciar seu desejo aí encoberto” (CESAROTTO & LEITE, 2001, p.71-72). Diacronia e sincronia são dois conceitos que permeiam a teoria estruturalista da linguagem, como já foi abordado. Os autores utilizam essa terminologia da lingüística saussuriana para explicar o processo de compreensão da fala, a fim de que sejam explorados os significantes do inconsciente. Portanto, o processo do analista é de, através das palavras, chegar ao inconsciente, descobrindo o desejo do sujeito. Pode-se dizer, então, que o verdadeiro significado, aquilo que corresponderá ao significante no psiquismo humano, é, na verdade, o desejo. Assim, o sentido é desejo.

A primazia do significante acontece porque vincula aquilo que servirá como instrumento de manifestação consciente ao desejo, contido no signo lingüístico. Aí entra a questão da interpretação. O sentido depende de quem escuta, pois ele depende do

psiquismo daquele que recebe as manifestações lingüísticas do outro, do falante. Sentido é consciente e inconsciente, ao passo que o inconsciente, por ser constituído por símbolos, somente diz respeito ao significante. O significante, parte da cadeia sincrônica, é escolhido pelo inconsciente quando acontece o ato falho (escapa do inconsciente ou é eleito por ele). Por isso o sentido está vinculado ao desejo.

A questão do desejo é o que impulsiona a expansão dos desdobramentos da psicanálise lacaniana. O desejo na teoria é entendido como o desejo do Outro, ou seja, “o sustentáculo do desejo provém para ele [Lacan] do encontro com o desejo do Outro, com o significante-mestre que remete ainda para a falta e esclarece o fato do pedido” (DOSSE, 2007a, p.174). O desejo se faz significar pelo Outro, através da cadeia significante.

Todos os conceitos dentro da teoria lacaniana não funcionam separadamente. Sobre a concepção de sujeito, lembra-se que o termo não foi empregado por Freud, mas pressupõe-se sua existência por entender o ser humano de uma forma diferenciada, justamente por considerar a existência do inconsciente. Freud distingue esse “sujeito do inconsciente”, o qual não é designado em sua teoria dessa forma, do “eu”. Através de indicações indiretas deixadas pelo psicanalista, o sujeito é o sujeito do inconsciente. Na verdade, o termo *sujeito* “não designa concretamente substância alguma, nem identifica ninguém. Esse termo é utilizado numa versão diferente da habitual. Não seria sinônimo de pessoa, ou indivíduo, e muito menos poderia ser confundido com a consciência” (CESAROTTO, 2005, p.26).

Unindo a noção de inconsciente à de sujeito a partir das premissas lacanianas, afirma-se que o sujeito não é o indivíduo, a pessoa. O conceito de sujeito possui um sentido diferente. Segundo Bruder & Brauer (2007), “o sujeito do inconsciente é o sujeito por excelência, e se distingue do eu, função imaginária, que pode ser consciente”. Assim, como já afirmara Freud, o inconsciente é o psiquismo real. Consoante Dosse (2007a), “diferentemente da estrutura saussuriana, que se apresenta em oposição e se define pela completação entre significante e significado, o sujeito do inconsciente da estrutura lacaniana se mantém fundamentalmente inacessível” (p.175). O acesso ao verdadeiro sujeito, isto é, ao sujeito do inconsciente, é característica e constitutivamente impossibilitado.

De acordo com o já antecipado, a linguagem exerce papel fundamental na constituição do sujeito, “sujeitado” por ela (cf. CESAROTTO & LEITE, 2001). Dessa

forma, o inconsciente não pode ser dela separado. Deve ficar delimitada a diferença que se assume entre a linguagem enquanto fala e a linguagem enquanto língua. O questionamento que pode surgir é referente à idéia de Lacan frente a essa dicotomia. Admitir que o inconsciente é estruturado como linguagem significa que ele é somente língua, somente fala, ou língua e fala?

Essa questão surge pois Lacan se ancora na lingüística saussuriana, e essa teoria admite uma diferença. Imagina-se que, ao utilizar o termo *linguagem*, Lacan esteja embasado na concepção de língua de Saussure, principalmente quando assume a importância do significante. Significante não é materialidade, mas não existe sem a materialidade, isto é, o som. A criança aprende a utilizar a linguagem a partir da linguagem do outro, somente dessa maneira que ela vai constituindo o seu sistema lingüístico. Pode-se, inclusive, traçar um paralelo entre a aquisição da linguagem e o desenvolvimento do aparelho psíquico humano. Se inconsciente é linguagem, mais especificamente, se inconsciente é significante, ocorre um desenvolvimento mútuo, de forma que a criança vai, aos poucos, aumentando a relação entre os seus diferentes registros dependendo do seu processo de aquisição da língua materna. A estrutura da língua determina a estrutura do psiquismo, sendo que a primeira depende da relação que o indivíduo mantém com o social.

No entanto, há mais do que simplesmente *estrutura* na língua, enquanto um sistema de regras, uma gramática, e isso também deve estar presente no inconsciente. Existe uma estrutura referente à exterioridade, a qual, na verdade, é o que constitui o sujeito, pois ele se forma no social (uma estrutura com falhas). Assim, se a linguagem<sup>38</sup> falha devido às manifestações do inconsciente, o sujeito é constituído na falha do outro, pois é imerso nas redes de significantes presentes na fala do outro, por ser necessária a sua inserção no social. Conforme Lacan (2008), “o inconsciente se manifesta sempre como o que vacila num corte do sujeito – donde ressurgem um achado que Freud assimila ao desejo” (p.34), considerando que o “corte do sujeito” diz respeito à “função do sujeito como tal, do sujeito em sua relação constituinte ao próprio significante” (p.49). Sobre essa temática, podem ser trazidas três de suas célebres afirmações no que tange ao inconsciente: (i) “Nessa palavra que me escapou, se manifesta o inconsciente, ou seja, um lugar onde eu não sou”; (ii) “Lá onde eu penso: ‘eu penso logo sou’, lá eu sou”; e (iii) “Je ne suis pas, là où je suis le jouet de ma pensée, je pense à ce que je suis, là où

---

<sup>38</sup> A fala (o discurso) falha; o inconsciente não falha. Ele sempre encontra brechas para se manifestar.

je ne pense pas penser”<sup>39</sup>; estas últimas tendo sido feitas com referência à máxima de Descartes *Cogito ergo sum*<sup>4041</sup>.

O esquema da comunicação, conforme organizado por Saussure (2001), pode ser assim resumido: a fala se transforma em imagem acústica, isto é, o significante do sujeito que fala se transforma em materialidade sonora e, ao chegar ao ouvido do sujeito receptor da mensagem, se transforma, novamente, em significante, e existe, portanto, nesse movimento, o contato entre dois “inconscientes”, os quais se determinarão. O indivíduo é constituído pelo inconsciente do outro; ele é constituído na falha, sendo que o inconsciente não vacila por acaso. O inconsciente possui, como a linguagem, um conjunto de regras responsáveis por comandar a transformação e o deslizamento dentro da linguagem. Ele tem a sua gramática, o que pode sugerir a afirmação de que “o inconsciente é consciente de suas falhas<sup>42</sup>”. Assim, “só existe causa para o que manca” (LACAN, 2008, p.29).

É assim que se entende que a *linguagem* a qual se refere Lacan diz respeito à *língua*. É entre as necessidades da fala e do inconsciente que a língua se movimenta para constituir a fala, o discurso. As necessidades da fala estão diretamente relacionadas à situação de enunciação (tempo, interlocutores, espaço), ao passo que as necessidades do inconsciente dizem respeito a como os constituintes concretos dessa enunciação interferem nas relações interiores ao ser humano, em seu conflito entre as instâncias do psiquismo.

Há manifestações lingüísticas, ou seja, há aspectos da fala humana, os quais podem contribuir para que se entenda mais sobre os mecanismos inconscientes que determinam a vida psíquica. Assim, dependendo da formação da linguagem através da qual o inconsciente se manifesta, tem-se um diagnóstico sobre a situação do sujeito foco da análise. Conclui-se, com isso, que as palavras direcionam a pulsão. Assim, Cesarotto (2005) diz que “denomina-se *sujeito* à capacidade da linguagem que, enunciando mais que o esperado, indica um desejo do qual não se tinha notícia” (p.27).

---

<sup>39</sup> “Eu não estou aqui onde sou o brinquedo do meu pensamento, eu penso no que sou, onde eu não posso pensar” (tradução minha).

<sup>40</sup> Penso, logo sou.

<sup>41</sup> Lacan diz o contrário de Descartes. Para o filósofo, a subjetividade existe na intersecção entre pensar e existir. Já Lacan acredita que onde não se encontrar o pensar e o existir há o sujeito.

<sup>42</sup> Essa possibilidade poderá ser mais bem explorada quando da discussão sobre a análise de discurso de tradição francesa, pois também implica a questão ideológica. Na verdade, quem “sabe” seria a ideologia, sendo o sujeito assujeitado a ela e ao inconsciente.

Através desses pensamentos entende-se que o processo de constituição do sujeito obedece a uma determinação do inconsciente – acontece em relação aos significantes – e não em relação a outro sujeito. O sujeito é determinado pelo Outro. De acordo com Fink (1998), o inconsciente é o discurso do Outro, pois “*está repleto da fala de outras pessoas, das conversas de outras pessoas, e dos objetivos, aspirações e fantasias de outras pessoas* (na medida em que estes são expressos em palavras)” [grifos do autor] (p.27).

Existiria, como resume Fink (1998), dois tipos de sujeito: o sujeito lacaniano e o sujeito do enunciado. O “eu” que é empregado nas afirmações do sujeito não diz respeito ao verdadeiro sujeito, ao sujeito do inconsciente, mas ao sujeito do enunciado. Cada um dos indivíduos, ao tomar a palavra, se apropria de todos os recursos permitidos em sua língua, sendo que alguns desses recursos, como os dêiticos, são dependentes do contexto extralingüístico, pois não se consegue depreender o referente meramente a partir da estrutura da língua. O pronome pessoal “eu” é um desses elementos, e ele designará um sujeito ou outro dependendo da situação de enunciação. Trata-se, portanto, de um sujeito do enunciado, simplesmente, e não tem relação com o sujeito lacaniano.

Ainda tratando sobre o sujeito na percepção da teoria lacaniana, refere-se que existe sempre, em todas as suas manifestações, havendo aqui o privilégio da manifestação lingüística, uma *intenção estranha que força uma entrada*. Isso se deve ao desejo, pois, conforme Fink (1998), o sujeito não poderia ser considerado apenas como uma potencialidade, como “um mero marcador de lugar no simbólico, esperando ser preenchido, mas um sujeito desejante” (p.81).

Se todas as palavras de uma língua fossem colocadas dentro de um círculo, aí estaria o Outro (cf. FINK, 1998), pois, lembrando da afirmação de Lacan, *o inconsciente está estruturado como linguagem*, ou seja, são os significantes que dão forma ao sistema inconsciente. Além disso, o Outro da linguagem surge para a criança através das próprias palavras utilizadas para falar da criança. O indivíduo em desenvolvimento vai, gradativamente, entrando em contato com esse mundo simbólico, e, a partir da sua necessidade, ele motiva o Outro como linguagem, o qual o liga ao desejo, e é ao se separar dos desejos do Outro e sustentar o próprio desejo que o sujeito se constitui. As palavras serão responsáveis por moldar os desejos do sujeito, por dar forma a eles. Dependendo da forma, o desejo se manifestará de um ou de outro jeito,

sendo percebido pelo interlocutor ou não. Sentido, desejo e palavra encontram-se, mais uma vez, materialmente ligados pelo significante.

O Outro, tão presente na literatura lacaniana, deve ser tratado com cuidado. Cesarotto & Leite (2001) mencionam que o Outro faz alusão, na verdade, a um lugar (um sistema, uma referência lógica, uma estrutura constituinte), e não a uma pessoa ou a uma entidade: “Lugar a ser entendido como a ordem dos elementos significantes que articulam o inconsciente e marcam a determinação simbólica do sujeito. Daí Lacan dizer que o inconsciente é o discurso do Outro, e a linguagem, sua condição” (p.69), sendo que o desejo do sujeito ser humano é, na verdade, o desejo do Outro, pois esse é o sujeito por excelência.

Há, também, o *outro*, com letra minúscula, referente a um alter-ego, “que mantém com o sujeito relações de fraternidade: se coincidência, é o narcisismo; se discordância, agressividade” (CESAROTTO & LEITE, 2001, p.88).

Recordando as possíveis maneiras através das quais o inconsciente se manifesta, são trazidos à tona os lapsos da linguagem para dar margem à discussão sobre o Outro. No momento da falha do psiquismo expressa através da linguagem, entram em conflito duas instâncias: a do eu e a do outro. Assim, pode-se dizer, conforme Fink (1998), que há dois tipos de discurso (fala), oriundos de dois lugares psicológicos distintos, sendo um ligado à fala do eu, entendida como consciente e intencional, e outro relacionado à fala do outro discurso ou do Outro, cujas características envolvem o fato de ser inconsciente e involuntária. O Outro teria relação com o registro do simbólico, ao passo que o outro seria ligado ao imaginário.

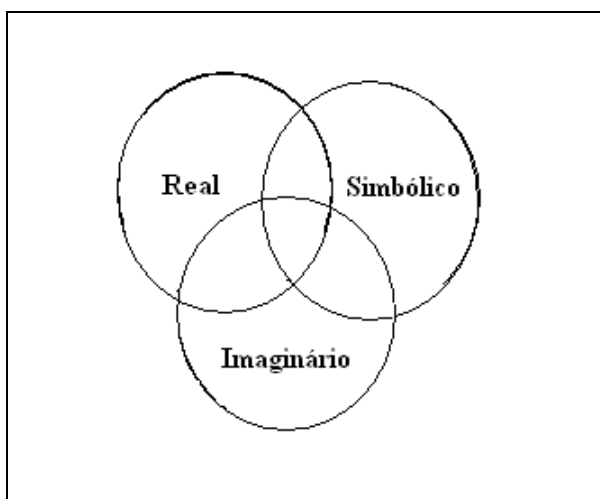
Dessa forma, é pertinente que se retome a discussão envolvendo os três registros postulados por Lacan na compreensão do psiquismo humano, presentes em toda a sua teoria do sujeito. Deve-se mencionar a estrutura escolhida por Lacan através da qual ele foi capaz de “formalizar” a relação existente entre os três registros: trata-se do nó borromeano. Ele consiste de três círculos unidos por nós, não sendo possível separá-los uns dos outros. Caso um deles seja cortado, os outros dois não ficam juntos. Conforme salienta Milner (2006),

O fato de os três anéis serem da mesma maneira pode ser imajado dizendo que eles estão enodados. Ao que se acrescenta que estão enodados borromeamente. Sabemos o que isso significa: que é impossível – é o real do nó – desfazer um dos círculos, sem que, pelo mesmo golpe, os outros dois – eles são distinguíveis: é o simbólico do nó – fiquem soltos. Assim, imaja-se para a representação – é o imaginário do nó – o seguinte: que nada existe como real que deva como tal se escrever – a ponto de aí

valer o impossível de ser escrito – e se representar – a ponto de aí valer o irrepresentável (p.10).

A topologia do nó borromeano demonstra a necessidade de a relação existente entre os três registros ser harmoniosa, pois os nós dessa estrutura somente funcionam conjuntamente. Fica bastante clara, portanto, a interdependência dos registros, os quais dizem respeito ao trabalho de representação que sustenta o sujeito em relação com a sua exterioridade. A estrutura pode ser visualizada em (03).

(03) Topologia da estrutura do sujeito proposta por Lacan: nó borromeano.



Sobre os três registros, Teixeira (2005) menciona que “o *imaginário* está ligado ao nascimento do eu, o *simbólico*, ao registro da castração e o *real*, à impossibilidade de formalização pela linguagem” (p.87) [grifos da autora]. Tratando mais especificamente sobre o simbólico, menciona-se que ele rege o sujeito do inconsciente e tem na linguagem sua expressão mais concreta, pois o trabalho psíquico se faz através do significante. No entanto, “o simbólico não é a linguagem. Seria preciso dizer sobretudo que a linguagem é simbólico realizado” (HENRY, 1994, p.164). Conforme Cesarotto & Leite (2001), “este registro inclui o inconsciente, condicionado pela linguagem, assim como também a interdição do incesto, a lei que ordena a vida dos homens e os diferencia dos animais. Ou seja, presentifica a cultura” (p.74).

O segundo registro é o imaginário, o qual possui dois sentidos, podendo ser a ilusão da autonomia da consciência (o falso) ou a matéria-prima das identificações. Seria entendido como o registro dos ideais introjetados, mediador, aquele que envolve vaidade e desconhecimento. É considerado o primeiro ensaio de alteridade.



Onde o sujeito ignora que não possui autonomia sobre a sua consciência se manifesta o imaginário, local onde está a ilusão de controle e de intencionalidade centrada, e, então, falso. O imaginário, pela perspectiva da análise de discurso de tradição francesa, seria o registro no qual operam os dois esquecimentos propostos por Pêcheux, justamente por estar ligado à ilusão de autonomia e de origem do dizer do sujeito. Conforme Kehl (2001), o imaginário é o “registro onde as representações psíquicas se apóiam sobre as imagens, ganhando com isso uma consistência que *parece* (mas não é) a expressão da “verdade”” [grifos do autor]. Também diz respeito ao lugar onde ocorrem as identificações do sujeito, sendo relacionado às imagens que constituirão essas identificações. Seria, portanto, o plano no qual se manifesta o ego. Segundo Bataglia (2005), o imaginário é “o campo dos ideais introjetados e sedimentados pelo Outro, o registro do engodo das imagens ideais e globalizadoras” (p.17).

O imaginário é onde a consistência e a fixidez das representações são produzidas, ao passo que, no simbólico, significante e significado, por possuírem uma relação de arbitrariedade, possuem ampla mobilidade no psiquismo, não se tratando, portanto, de uma relação estável. A relação entre o simbólico e o imaginário pode ser expressa, segundo Kehl (2001), como “se no Imaginário as coisas “são o que são” – já que nada se parece mais com a verdade de uma coisa do que sua imagem – no Simbólico o significante desliza, muda de sentido, desestabiliza a relação do falante com a suposta verdade de sua fala” (p.50).

Já o real não pode ser confundido com a realidade: é o impossível, o *non-sens*, o que resta. É, na verdade, a face oculta da realidade, cujo acesso é impossível. “O Real de Lacan é a falta de ser da realidade” (DOSSE, 2007a, p.174). Concerne àquilo que não pode ser simbolizado, pois carece de sentido, sendo o limite de qualquer significação. Por ser inconsciente, caso se tente aprisioná-lo simbolicamente, ele se desfaz, se dilui. É o “imponderável, o sem sentido que retorna incessantemente questionando o sujeito e sua existência” (BATTAGLIA, 2005, p.20). É a falta nunca preenchida. Cesarotto & Leite (2001) afirmam que o real “não pode ser simbolizado nem integrado narcisicamente. A reflexão a seu respeito traz de novo o velho problema filosófico da relação imediata entre sujeito e objeto. Relação inviável, por estar o objeto sobredeterminado, e o sujeito condicionado pelo seu desejo” (p.74).

Sobre o registro do real, Fink (1998) traz várias considerações, relacionando esse registro ao inconsciente e, por conseguinte, ao significante. O autor menciona que o real diz respeito àquilo que ainda não foi simbolizado; dessa forma, o estágio anterior ao simbólico tem relação com o real. Este registro precede a linguagem, o sentido, e a simbolização resultante do estágio simbólico, através da letra, mata o real, “anula o real, sobrescrevendo-o e apagando-o” (p.45).

É claro que a linguagem não ocasiona uma transformação completa do real. Nunca acontece de a linguagem sugar tudo de lá para o simbólico, sempre deixando um resto (FINK, 1998, p.45). Nessa passagem do real para o simbólico, “ao neutralizar o real, o simbólico cria a “realidade”, a realidade entendida como aquilo que é nomeado pela linguagem e pode, portanto, ser pensado e falado” (FINK, 1998, p.44).

A relação entre o real, o simbólico e o imaginário na psicanálise lacaniana acontece representada pelo nó borromeano. Reafirmando o que já foi traçado sobre a topologia, a fim de trabalhar outros conceitos da teoria, vale trazer o pensamento de Milner (2006) sobre essa representação. O autor ainda afirma que “o real do nó é a impossibilidade de desfazer um de seus anéis sem dispersá-lo como nó. É também a impossibilidade de percorrer algum dos anéis sem encontrar no caminho alguma parte dos outros” (p.15).

Dosse (2007a) traz algumas considerações importantes acerca do funcionamento dos três registros trazidos à tona por Lacan ao comparar esse trabalho ao de Freud. Percebe-se que existe um maior alcance terapêutico dentro da teoria psicanalítica desenvolvida pelo principal leitor de Freud. Consoante Dosse (2007a),

A inversão em relação a Freud situa-se no fato de que o simbólico gera a estrutura, ao passo que o id, assinalável ao Real de Lacan, estava na base das pulsões na perspectiva freudiana. É a principal mudança, na linguagem e na estrutura. O inconsciente já não é mais atribuível a uma espécie de inferno, enterrado, a exumar, mas torna-se apreensível na superfície das palavras, em tropeços e vacilações do dizer (p.173-174).

A questão do sentido e da compreensão mantém relação estreita com os registros teorizados por Lacan. Entende-se que “compreender significa localizar ou encaixar uma configuração de significantes dentro de outra” (FINK, 1998, p.95), sendo que passa a fazer sentido quando há um encaixe com a cadeia preexistente. No entanto, aquilo que é acrescentado pode ou não alterá-la, colocando-a, dessa forma, em uma situação na qual poderá causar conflito em sua harmonia.

A compreensão, resultado de um estabelecimento de sentido que o sujeito interpretante acredita que entendeu, é da ordem do imaginário. A “compreensão verdadeira”, conforme alcunha de Lacan, é a “incursão do simbólico no real: o significante produz algo novo no real ou suga mais do real para o simbólico” (FINK, 1998, p.96).

Complementando as idéias da psicanálise de Jacques Lacan, vale trazer breves considerações acerca do conceito de desejo. Diz-se que o desejo, a essência do ser humano, pressupõe a falta, sendo que é ele que estrutura a realidade do sujeito. Consoante Battaglia (2005), “enquanto para Freud o desejo tem uma gênese empírica na perda da simbiose do bebê com sua mãe, para Lacan o desejo é a necessária relação do ser com a falta” (p.18). Então, o ser deseja porque algo lhe falta, e esse algo que falta é compreendido na teoria como o objeto a.

Falar sobre o desejo traz à tona a diferença entre dois outros conceitos basilares para a teoria psicanalítica lacaniana: o instinto e a pulsão. Há, ao contrário do que se identifica no senso comum, diferenças consideráveis entre esses dois conceitos. Pode-se iniciar a versar sobre eles mencionando que, enquanto o instinto diz respeito à pura e simples tendência à descarga, a pulsão é entendida como uma força constante, somente presente na espécie humana, dizendo respeito às várias manifestações da sexualidade dos animais dessa espécie.

Segundo Freud, a sexualidade é pulsional, não é instintiva. A pulsão concerne ao ser humano, ao passo que o instinto diz respeito a todas as espécies. Elia (1995) menciona que “um instinto é um *padrão fixo, invariável de comportamento, comum a todos os indivíduos de uma mesma espécie, voltado para um objeto específico e pré-determinado de satisfação que o é precisamente por garantir que sua finalidade seja alcançada*” [grifos do autor] (p.47). A pulsão obedece a quatro elementos, a saber, fonte, pressão, objeto e objetivo. O objeto é o elemento mais variável, e não é pré-determinado, mas poderá satisfazer ao sujeito. Já o objetivo é sempre o mesmo, isto é, a satisfação da pulsão, sendo, portanto, invariável. Não há objeto que seja adequado à pulsão; no instinto não acontece o mesmo, pois ele traz consigo o objeto. Essa variedade do objeto pulsional traz como consequência a cultura.

A pulsão exige um trabalho psíquico, sem prescrever comportamentos, e afeta todo sujeito, ou seja, não há sujeito sem pulsão. Elia (1995) diz que “a pulsão *sempre se*

satisfaz” [grifos do autor] (p.48), mas é parcialmente satisfeita, pois é “infinitamente relançada à busca de satisfação através de um objeto” (p.48).

Os últimos conceitos da psicanálise lacaniana a serem tratados são referentes às noções de metáfora e metonímia, ressignificadas na percepção de Jacques Lacan partindo dos conceitos de condensação e deslocamento freudianos, respectivamente. Chama-se, de forma rápida, a literatura para que essas duas figuras sejam entendidas conforme sua origem. Dessa forma, entende-se que “a oposição entre um sentido comumente esperado e outro inesperado engendra a metáfora, ou transposição de sentido” (TREVISAN, 2001, p.238) e possui diversas traduções, como “transposição”, “transferência” e “translação”. Já a metonímia<sup>43</sup>, de acordo com Trevisan (2001), “é a designação de um objeto pelo nome de outro”. Ela é empregada a fim de que ocorra uma “relação objetiva entre a significação própria e a significação figurada. A metonímia, realmente, muda uma palavra de lugar; coloca-a fora de seu campo semântico” (p.235).

No sentido psicanalítico lacaniano, esses dois conceitos são basilares, pois Lacan se alicerçou neles para que engendrassem o dinamismo do inconsciente. O autor identificou os mecanismos inconscientes de Freud com as figuras retóricas citadas. Como salienta Leite (1994), ter a metáfora como a condensação e a metonímia como deslocamento, mecanismos lingüísticos compreendidos como “meios de funcionamento típico do processo primário, marca a teoria lacaniana que se fundamenta na hipótese de que o inconsciente tem estrutura de linguagem” (p.110). A metáfora foi representada pela condensação, pois trata da substituição de um termo por outro, ao passo que a metonímia teve equivalência com o deslocamento, por tratar-se da combinação de um elemento com outro.

Sobre a metáfora, Lacan (1970) menciona que ela produz a condensação presente nos sonhos, conforme interpretou Freud. Essa união de dois significantes é responsável pela produção da metáfora. A faísca criativa da metáfora brota “entre deux signifiants dont l’un s’est substitué à l’autre en prenant sa place dans la chaîne

---

<sup>43</sup> Trevisan (2001) refere que existiria, para muitos autores, uma equivalência entre a metonímia e a sinédoque, sendo esta última o “emprego de uma palavra em lugar de outra na qual a primeira se encontra compreendida, ou com a qual se relaciona” (p.234).

signifiante, le signifiant occulté restant présent de sa conexión (métonymique) au reste de la chaîne”<sup>44</sup> (LACAN, 1957a, p.8).

Há mais considerações importantes de Lacan (1957a) sobre a natureza do fenômeno metafórico. Ele refere que

on voit que la métaphore se place au point précis où le sens se produit dans le non-sense, c'est-à-dire à ce passage dont Freud a découvert que, franchi à rebours, il donne lieu à ce mot qui en français est “le mot” par excellence, le mot qui n'y a pas d'autre patronage que le signifiant de l'esprit, et où se touche que c'est sa destinée même que l'homme met au défi par la dérision du signifiant<sup>45</sup> (p.9).

Fink (1998) expõe que “uma nova metáfora traz um novo sentido ao mundo” (p.95), pois instaura uma nova configuração de pensamentos, uma nova ordem na cadeia significante, comprometendo o sujeito. Isso é o que traz a idéia de que “não existe metáfora sem participação subjetiva, e não há subjetivação sem metaforização” (p.94). É a metáfora que cria o sujeito.

Quanto à metonímia, vale trazer a afirmação de Lacan (1957a). O autor menciona que “la *Verschiebung* ou déplacement, c'est plus près du terme allemande ce virement de la signification que la métonymie démontre et qui, dès son apparition dans Freud, est présenté comme le moyen de l'inconscient le plus propre à déjouer la censure”<sup>46</sup> (p.11).

Lacan representa a relação entre o significado e o significante através de duas linhas em curva, as quais se encontram em dois pontos, sendo a curva da linha do significante menos acentuada que a da linha do significado. A direção da cadeia significante vai da esquerda para a direita, ao passo que aquela da cadeia dos significados possui sentido contrário. A linha do discurso (da cadeia significante, dos fonemas), diz respeito, nas palavras de Lacan (1957b), ao

discurso racional, no qual já está integrado um certo número de pontos de referência, de coisas fixas, não podendo, essas coisas, no caso, serem estritamente apreendidas senão ao nível disso que chamamos os empregos do

<sup>44</sup> “Entre dois significantes em que um substitui-se por outro tomando o lugar na cadeia significante, o significante ocultado permanece presente em sua conexão (metonímica) no resto da cadeia” (tradução minha).

<sup>45</sup> “Percebe-se que a metáfora se situa no ponto preciso onde o sentido se produz no nonsense, ou seja, nesta passagem a qual Freud descobriu que, transposto a contra-senso, ele dá lugar a essa palavra que em francês é “le mot” por excelência, a palavra que não tem outra patronagem além do significante e do espírito, e onde se toca que é seu próprio destino que o homem passa a desafiar pelo desprezo do significante” (tradução minha).

<sup>46</sup> “A *Verschiebung* ou deslocamento, é mais próxima do termo alemão e essa transferência da significação que a metonímia demonstra e que, desde sua aparição em Freud, é apresentada como o meio mais próprio de o inconsciente desfazer;desconstruir a censura” (tradução minha).

significante, isto é, o que concretamente no uso do discurso constituem pontos fixos que, como vocês sabem, estão longe de responder de um modo unívoco a uma coisa. Não há um único semantema que corresponda a uma única coisa ou a coisas a maior parte do tempo muito diversas. Nós nos deteremos aqui no nível do semantema, isto é, do que é fixado e definido por um emprego (p.7).

Já a segunda linha, aquela do significado, é a do discurso comum. Lacan (1957b) faz menção ao fato de que essa linha é referente ao nível “onde se produz o mínimo de criações de sentido, posto que o sentido já está de alguma forma dado” (p.7). Esse discurso, se comparado ao discurso do sujeito, o qual ocupa a primeira linha, é entendido como o discurso concreto do sujeito individual, o sujeito que fala e se faz ouvir. Lacan diz que esse discurso é aquele possível de se registrar em um disco. Por outro lado, o discurso da primeira linha é aquele que, a partir do segundo, “inclui como possibilidade de decomposição, de reinterpretação, de ressonância, de efeito metafórico e metonímico” (p.7).

Resta tratar sobre o objeto a, causa do desejo, o objeto da falta por sua relação com a linguagem, o qual preenche um papel essencial dentro da teoria. Essa falta acaba por se transformar em real, o núcleo do inconsciente. O objeto a é ligado não ao imaginário, mas ao real lacaniano, àquilo que resiste ao sentido, por o sujeito sacrificar algo quando se apropria da linguagem, sendo por isso impossível a relação direta do sujeito com o real. O que foi perdido nessa relação é ocupado pelo objeto causa do desejo (cf. HARTMANN, 2005). Conforme Dosse (1997a), o objeto a é “simples significante do desejo cortado de sua referência a um sujeito desejoso, como à de uma qualquer referência simbólica a um significado inconsciente” (p.321).

Sobre a psicanálise, Cesarotto & Leite (2001) mencionam que

À diferença das hipóteses, não é necessário que as ficções sejam confirmadas ou refutadas pelos fatos: por mais que o Outro dê as cartas e o acaso tenha leis matemáticas, o inconsciente sempre faz trapaças. Porque, através do espelho, no domínio do conhecimento paranóico, a realidade é digitada como uma ficção (p.105).

Sobre uma possível interação da psicanálise com outras ciências, Freud (1996c) desenvolveu algumas possibilidades<sup>47</sup>. O autor menciona prováveis articulações com a filologia, filosofia, biologia, dentre outras. O que parece ser importante é o interesse biológico da psicanálise. Ele diz que o biológico interessa à psicanálise no que concerne à relação entre as doenças nervosas e os distúrbios da sexualidade. Ao admitir que a

<sup>47</sup> Essas possibilidades foram apresentadas em artigo intitulado *O interesse científico da Psicanálise*, datado de 1913.

infância não é assexual, e que a sexualidade dos adultos é o resultado da sexualidade infantil, Freud atribui um caráter diferenciado às funções sexuais por mantê-las ligadas ao desenvolvimento das atividades psíquicas humanas. A relação entre o corpo como um todo e as zonas erógenas constitui ponto nodal no estabelecimento de uma vida psíquica saudável.

Movimentando os pressupostos teóricos da psicologia em direção à filosofia, a fim de transferir para o materialismo histórico a responsabilidade de explicar aspectos referentes ao seu entendimento acerca dos principais elementos que norteiam a discussão, são trazidos à tona possíveis subsídios que sustentem uma articulação entre os dois campos do saber relevados. O que se considera importante mencionar ao transitar de um campo científico para o outro, como já está sendo feito, é a noção de constituição do sujeito frente às teorias selecionadas.

Ao passo que a psicanálise se preocupa com o psiquismo, ou seja, com o interior do sujeito, não esquecendo que ele se constitui em relação com o(s) Outro(s), a preocupação maior do materialismo histórico concerne, primordialmente, ao social, às questões ideológicas que se interpõem no embate das classes sociais e ao assujeitamento à ideologia dominante. Frente a esse confronto epistemológico, e na tentativa de aliar as duas concepções, pergunta-se: como o sujeito da psicanálise sobreviveria em uma sociedade essencialmente determinada por questões ideológicas?

Sabe-se que os processos ideológicos são inconscientes, como será discutido ao tratar da obra de Michel Pêcheux. O sujeito que se constitui pela linguagem – pois o verdadeiro sujeito é o sujeito do inconsciente, o qual é estruturado como linguagem – está inserido em uma sociedade em que há o estabelecimento implícito de várias posições ocupadas pelos sujeitos, posições que dizem respeito às relações de poder desempenhado por aqueles que as sustentam. Nesse campo do social, no qual o sujeito vai se constituindo permeado pelas posições que os outros assumem ao seu redor, existe o confronto entre o político e o ideológico, o que influencia diretamente na constituição do sujeito e através do qual esse sujeito possui acesso pela linguagem.

O que se considera importante salientar é que o sujeito tem sua subjetividade determinada por questões da historicidade. Nascer em 1944 é ser sujeito diferentemente do que nascer em 1984. O senso comum trata essa questão através da alcunha de “gerações”. Ser sujeito da geração Beatles ou sujeito da geração Coca-Cola é estar

desempenhando um papel diferenciado na sociedade, a qual responderá ativamente a esse processo, assujeitando o sujeito a fazer parte do mesmo.

A história, portanto, determina os sujeitos, fornece aos sujeitos os sentidos através dos quais se constituirão, pois, ao contrário do que se acredita, não são os sujeitos que fazem a história, mas é a história que faz os sujeitos. Conforme Chauí (2006), “enquanto existirem homens, a história da natureza e a história dos homens se condicionarão mutuamente. (...) Quase toda ideologia se reduz ou a uma concepção distorcida dessa história ou a uma abstração completa dela” (p.36).

Dessa forma, sem passar pela consciência, a ideologia se impõe aos sujeitos, sendo “meio indispensável para a constituição dos seres humanos” (TEIXEIRA, 1997, p.71). Dá-se como exemplo a repressão existente na época da ditadura no Brasil, movimento o qual ia contra o Estado de Direito. Ao colocá-lo em confronto com a liberdade de expressão da contemporaneidade, essa repressão então atuante deixa transparecer uma diferença grande na subjetividade daqueles que ocupavam essas duas cenas enunciativas. O recalque trouxe cicatrizes para o sujeito, que sofria com a impossibilidade de ocupar uma posição de mais afetividade e, portanto, maior liberdade de manifestação desses afetos que o constituem à sua revelia. Ser sujeito também depende do sistema em que se vive: a ideologia determina os caminhos trilhados pela catarse do sujeito, pela satisfação de sua pulsão.

Pode-se concluir, com essas observações, que a transgressão era maior quando existia opressão. Romper com a ordem do dizer, subverter os saberes atualizados no fio do discurso, significa muito mais quando se está em um ambiente em que isso parece impossível, e, além disso, é muito mais provável de que aconteça quando não é permitido que aconteça, pois aí emerge a necessidade de que a falha, as brechas se salientem, e o inconsciente, no embate com o superego, traga à tona os desejos. Toda repressão promete uma resposta do sujeito desejante, e isso está diretamente ligado à *superestrutura*<sup>48</sup> que o abriga.

Corroborando essa idéia final acerca da relação entre psicanálise e materialismo histórico, é evidenciada a afirmação de Koltai (2001):

Falar em Lacan e o político implica relacionar o inconsciente freudiano com as transformações sociais e históricas do mundo contemporâneo, uma vez que não podemos nos esquecer de que, além de uma terapêutica do sujeito, a psicanálise também é uma teorização da relação do sujeito com o mundo em

---

<sup>48</sup> Aqui o termo *superestrutura* faz referência ao modo de produção, ao regime capitalista, ou melhor, à consciência ou visão de mundo de uma classe.



que vive, razão pela qual as transformações sociais interessam à psicanálise tanto em sua prática quanto em sua teoria. O descentramento efetuado pela psicanálise, da ordem do mundo para a realidade psíquica, implicou um deslocamento do ser do mundo para o ser do desejo e colocou a questão da implicação do sujeito no político, fazendo com que a responsabilidade do analista se situe tanto na clínica quanto no social, uma vez que nenhum sintoma se forma sem essa implicação social, à condição que diga respeito ao real (p.93).

O duplo assujeitamento, tanto ao inconsciente quanto à ideologia, é constitutivo do sujeito. Esse processo de assujeitamento somente é possível de ser realizado pela linguagem que, justamente por suas falhas, por seus furos, anuncia a existência de um lugar do impossível, o qual permeia a constituição do real da língua. O assujeitamento, a *redução das cabeças*<sup>49</sup>, é intrínseco ao processo de constituição da espécie humana<sup>50</sup>. E, silenciosamente, as feridas narcísicas não param de aparecer...

#### **1.4 O materialismo histórico-dialético: Os aparelhos que assujeitam a ideologia a uma condição material de existência**

Nesta parte do trabalho cabe realizar uma discussão acerca de outro pilar que constitui a análise de discurso de tradição francesa, aquele referente à filosofia. O pensamento que embasa a parte ligada à filosofia na teoria advém dos estudos de Louis Althusser através da releitura que faz de Karl Marx com sua obra *Os Aparelhos Ideológicos de Estado*.

Inserir-se dentro do campo filosófico, a partir da idéia de que o materialismo histórico-dialético é agrupado dentro desse nicho do conhecimento humano, significa ser responsável por fazer emergir questionamentos concernentes ao ser humano, seja no que tange ao seu interior ou ao seu exterior, em suas relações com a sociedade na qual está inserido. Com isso em mente, o texto se dedica a realizar uma reflexão sobre os ideais althusserianos. Esse filósofo, como já se viu, também pertence ao quadro de pensadores da escola estruturalista.

Importante lembrar das três feridas que modificaram a maneira como o ser humano se compreendia. Freud disse que seriam resultado dos postulados de Copérnico, de Darwin e das idéias oriundas de sua psicanálise. Há, no entanto, conforme Chauí (2008), o acréscimo de mais uma ferida à lista freudiana. A autora menciona que “às

---

<sup>49</sup> Aqui se faz referência à obra de Dufour (2005), intitulada *A arte de reduzir as cabeças*.

<sup>50</sup> A teoria da evolução das espécies de Darwin também traz uma ferida narcísica.

três feridas narcísicas mencionadas por Freud precisamos acrescentar mais uma: a que nos foi infligida por Marx com a noção de ideologia” (CHAUI, 2008, p.171).

Pensando em Marx e na sua filosofia<sup>51</sup>, de uma forma geral, a teoria materialista pode ser caracterizada, conforme Costa (2000), como “uma teoria de fundamentação geral, isto é, pretende explicar (ou fundamentar explicações de) todas as dimensões das relações inter-humanas. Isto porque a teoria marxista pensa o mundo como uma totalidade concreta”. Dessa forma, como pode ser depreendido da designação que constrói o nome da teoria, o materialismo histórico preocupa-se com a concretude, com a materialização, intrinsecamente relacionada ao complexo social (à formação sócio-econômica), possuindo suas bases na estrutura econômica da sociedade. A concretude é resultado de um processo sócio-histórico.

Apesar de vários termos serem utilizados como referentes ao marxismo, há, dentro do conjunto de pressupostos que ancoram essa teoria da materialidade, o entendimento de que o materialismo dialético é a filosofia do marxismo, enquanto o materialismo histórico é a ciência marxista (cf. ALTHUSSER, 1978). Segundo Bottomore (2001), “o materialismo afirma que tudo o que existe é apenas matéria, ou, pelo menos, depende da matéria. (Em sua forma mais geral, afirma que toda realidade é essencialmente material; em sua forma mais específica, que a realidade humana o é)” (p.254), sendo esse pressuposto entendido como o mais característico da teoria marxista, em sua forma mais ampla.

Enquanto Marx girava o seu entendimento da questão ideológica em torno da concepção de que se tratava de um sistema de idéias, Althusser preferia entendê-la enquanto materialidade, existente como atos e comportamentos. A luta de classes seria, para Marx, a representação da história da sociedade, sendo que o real não existiria. Na verdade, somente poderia ser possível a existência do irreal, ou melhor, aquilo que o capitalismo faz ver, uma ilusão de caráter ideológico. Há outras idéias que entram em conflito entre a percepção marxista e a althusseriana, como, por exemplo, a existência dos aparelhos de Estado, os quais são repressivos para Marx e, para Althusser, há o aparelho repressivo bem como os ideológicos.

Mais pode ser dito sobre a filosofia marxista. Um aspecto essencial, portanto, concerne à concepção de ideologia, entendida como distorção da realidade. A definição

---

<sup>51</sup> Ao se reportar à filosofia de Marx, há a possibilidade de que adquira diferentes designações: materialismo histórico, teoria materialista e marxismo poderão ser utilizados como referindo à mesma proposta teórica.

desse conceito, de fundamental importância para Marx, pode ser assim estabelecida, consoante Chauí (2006): “a ideologia consiste precisamente na transformação das idéias da classe dominante em idéias dominantes para a sociedade como um todo, de modo que a classe que domina no plano material (econômico, social e político) também domina no plano espiritual (das idéias)” (p.85). Para Marx, a ideologia é a ideologia da classe dominante, necessariamente.

A idéia de que a ideologia marxista é referente especificamente à ideologia da classe dominante também é trazida por Brandão (2004). A autora menciona que se ocorre essa redução da ideologia na teoria marxista “a uma simples categoria filosófica de ilusão ou mascaramento da realidade social, isso decorre do fato de se tomar, como ponto de partida de elaboração da teoria, a crítica ao sistema capitalista e o respectivo desnudamento da ideologia burguesa” (p.22). Portanto, parece que o principal para Marx é posicionar-se em um confronto direto com o sistema capitalista e com a classe burguesa, criando uma filosofia que seja regente de uma possibilidade de desvelamento do processo de dominação social.

Há três peculiaridades principais que caracterizam a ideologia como força com caráter de difícil remoção na sociedade. Elas podem ser assim resumidas, dentro das idéias expostas em Chauí (2006): (i) a separação entre trabalho material e trabalho intelectual é o que garante a manutenção do pensamento de que as idéias existem em si e por si mesmas desde sempre; (ii) o fenômeno da alienação, o qual é entendido como “fenômeno pelo qual os homens criam ou produzem alguma coisa, dão independência a essa criatura como se ela tivesse poder em si e por si mesma, não se reconhecem na obra que criaram, fazendo-a um *ser-outro*, separado dos homens, superior a eles e com poder sobre eles” (CHAUÍ, 2008, p.171) [grifos da autora]; e (iii) a luta de classes, a qual pressupõe a dominação de uma classe sobre as outras, sendo que é justamente esse processo de dominação o que a ideologia deve manter oculto, pois, justamente, o seu objetivo é fazer com que os homens entendam as suas vidas como consequência da ação de determinadas entidades, ou seja, exteriores ao homem, cujas ações não são oriundas do homem: a Natureza, os deuses ou Deus, a Razão ou a Ciência, a Sociedade, o Estado.

O conceito de sujeito na teoria marxista é referente à noção de indivíduo, ou melhor, de homem, visto que pouco espaço é dedicado dentro da teoria à manifestação individual do ser humano e seu papel na sociedade, pois o mais importante é, realmente,

o social, e não o individual. O entendimento que se tem dele é compreendido dentro das concepções althusserianas, vislumbrando-o como um produto social.

Assim, a obra de Althusser acaba por contribuir com uma diferenciada percepção acerca do sujeito e da ideologia, as quais perpassam a constituição teórico-epistemológica da análise de discurso de tradição pecheuxtiana. Pêcheux, assim como Foucault, foi aluno de Althusser, e tentou trazer para os seus estudos sobre a linguagem e o sentido pressupostos de ordem materialista conforme a perspectiva althusseriana, sendo sua teoria entendida, portanto, como teoria materialista dos sentidos. O pressuposto que a fundamenta é o de que “a língua é condição *material* de base do discurso, assim como este constitui um dos componentes *materiais* da ideologia” (LEITE, 1994, p.137) [grifos da autora].

A relação entre o indivíduo-sujeito e a sociedade que o mantém preso a um sistema de manutenção e renovação dos meios de produção constitui a base do pensamento de Althusser. Produzir é o objetivo que deve ser alcançado pelo sistema capitalista, e, para que isso aconteça, os meios de produção devem ser renovados. Existe, portanto, a necessidade da reprodução dos meios de produção bem como da força de trabalho, ou seja, das forças produtivas.

E como é feita a reprodução das relações de produção? Essa pergunta emerge no texto de Althusser (2003), a que o autor responde: “ela é, em grande parte, assegurada pelo exercício do poder do Estado nos Aparelhos de Estado, o Aparelho (repressivo) do Estado, por um lado, e os Aparelhos Ideológicos do Estado por outro” (p.73). Sobre essa constituição, Dosse (2007b) afirma que “é graças a estes últimos [os aparelhos ideológicos de Estado], que incluem a família, os partidos, a informação, a cultura, as instituições escolares ou as igrejas, que se perpetua a sujeição à ideologia dominante, a submissão à ordem estabelecida” (p.212).

Há a atuação de forças que são responsáveis pela manutenção desse sistema. Segundo a teoria marxista, o que permite a perpetuação do regime são os aparelhos de Estado (AE), os quais passam a ser denominados por Althusser como *aparelhos repressivos de Estado* (ARE), compreendidos pelas bases já citadas. A proposta de Althusser garante a existência de aparelhos repressivos e, também, de aparelhos ideológicos de Estado (AIE), entendidos como “um certo número de realidades que apresentam-se ao observador imediato sob a forma de instituições distintas e

especializadas” (p.68), os quais seriam compostos pelos AIE religiosos, escolar, familiar, político, sindical, de informação e cultural.

Parece que a diferença entre os AIE e o ARE reside em que os primeiros são de caráter privado, ao passo que o segundo seria entendido como de domínio público. Dessa forma, enquanto há vários aparelhos ideológicos de Estado, existiria, portanto, somente um aparelho repressivo de Estado. Outra diferença pode ser mencionada, conforme Althusser (2003), “o Aparelho repressivo do Estado “funciona através da violência” ao passo que os Aparelhos Ideológicos do Estado “funcionam através da ideologia”” (p.69).

Vale tratar, agora, sobre o conceito de ideologia na teoria althusseriana, a estrutura essencial dentro de sua teoria, a essência das relações entre os homens e o mundo, já destacando que apresenta dessemelhanças com relação a esse conceito na teoria marxista. Pelo marxismo, há duas formas de se entender a ideologia: (i) como “uma representação incompleta e mutilada do real e, principalmente, como uma apresentação desse real que o inverte e, em seguida, oculta e dissimula suas contradições” (COSTA, 2000, p.42), a qual constitui um conceito negativo de ideologia, interpretado como se a linguagem manifestasse a ideologia; e (ii) “designa quaisquer formas de consciência provindas das classes sociais” (COSTA, 2000, p.43). Buscando uma relação com a linguagem, diz-se que esse conceito de ideologia seria entendido como neutro, ligado a interesses de classe, segundo o qual o ideológico condiciona o lingüístico ou está na linguagem.

Althusser (2003) traz uma concepção de ideologia conforme o entendimento de Marx, considerada positivista-historicista:

A ideologia é então para Marx um bricolage imaginário, puro sonho, vazio e vão, constituído pelos “resíduos diurnos” da única realidade plena e positiva, a da história concreta dos indivíduos concretos, materiais, produzindo materialmente sua existência. É neste sentido que, na *Ideologia alemã*, a ideologia não tem história, uma vez que sua história está fora dela, lá onde está a única história, a dos indivíduos concretos etc... (p.83).

Já a idéia de ideologia para Althusser tem relação direta com o conceito de sujeito, sendo isso bastante saliente em suas duas teses simultâneas, assim explicadas: (i) “só há prática através de e sob uma ideologia” e “só há ideologia pelo sujeito e para o sujeito” (ALTHUSSER, 2003, p.93). A segunda tese é de extrema importância dentro do que caracteriza a teoria althusseriana. Esses sujeitos são sujeitos concretos, os quais

estão na base do funcionamento da ideologia; no entanto, aí se percebe um paradoxo, pois, na verdade, esses sujeitos, essenciais para a existência da ideologia, são constituídos por ela.

Desses pensamentos emerge talvez o pressuposto mais fundamental e uma das idéias mais famosas desenvolvidas por Althusser, ou seja, a de que “*toda ideologia interpela os indivíduos concretos enquanto sujeitos concretos*, através do funcionamento da categoria de sujeito” (ALTHUSSER, 2003, p.96) [grifos do autor]. Esse processo de interpelação recruta os sujeitos, ou seja, os chama a ocuparem uma determinada posição, a realizarem determinadas ações para que satisfaçam os interesses da ideologia. De tudo isso ainda pode ser dito que todos os sujeitos sempre/já foram sujeitos; isso significa que, mesmo antes de o indivíduo nascer, ele já está inserido no processo de interpelação ideológica, o qual é materializado, dentro da teoria pecheuxtiana, como linguagem.

Para Althusser (2003), as ideologias têm uma história e, também, a ideologia em geral não tem uma história, mas em um sentido positivo. Isso significa que “a ideologia tem uma estrutura e um funcionamento tais que fazem dela uma realidade não-histórica, isto é, omni-histórica, no sentido em que esta estrutura e este funcionamento se apresentam na mesma forma imutável em toda história” (p.84).

Sobre o conceito de sujeito, é possível afirmar que existe uma diferença entre esse conceito no pensamento marxista e no pensamento althusseriano. O sujeito para Marx não tem tanta importância quanto o social, ou seja, o sujeito funciona dentro da estrutura social como um indivíduo, cuja significância está quando se identifica com determinada posição na sociedade. Para Althusser, esse sujeito é basilar para a teoria, pois a noção de ideologia somente existe em decorrência da noção de sujeito.

Acerca da relação entre a teoria althusseriana e a psicanálise, depreende-se do pensamento de Althusser que há uma dependência da noção lacaniana de *imaginário*. É por esse conceito que a natureza ilusória que constitui os sujeitos como sujeitos se embasa, e parece ser justamente esse o problema da sua teoria. Partindo dessa idéia, conclui-se que, conforme Teixeira (1997), “o sujeito imaginário de Althusser corresponde, na verdade, ao “moi” (eu) lacaniano, que é, para a teoria psicanalítica, meramente a ponta do *iceberg* do “je” (Eu)”(p.73). Sendo assim, a teoria de Althusser é, na verdade, uma teoria do ego, e não das outras instâncias do aparelho psíquico do sujeito, o que a desqualifica enquanto teoria do sujeito humano (cf. TEIXEIRA, 1997).

Importante parece ser a noção de *forma sujeito* na teoria. Essa concepção é o que garante com que o indivíduo, enquanto sujeito social, seja agente de uma prática, e esse processo somente será possível se ele se revestir dessa “fôrma”, a *forma sujeito*. Althusser (1978) diz que “a “forma-sujeito”, de fato, é a forma de existência histórica de qualquer indivíduo, agente das práticas sociais” (p.67). O chamamento desse revestimento para encobrir o sujeito em suas ações na sociedade o permitirá ser nela ativo, através da determinação das relações de produção e de reprodução<sup>52</sup>.

A fim de concluir a parte do texto referente às idéias de Louis Althusser, vale trazer uma citação que caracteriza toda a teia teórica que constitui essa vertente do materialismo histórico. Assim, Althusser (1978) afirma que a história é certamente um

processo sem Sujeito nem Fim(s), cujas *circunstâncias* dadas, nas quais “os homens” agem como sujeitos sob a determinação de *relações* sociais, são o produto da *luta de classes*. Portanto, a história não tem, no sentido filosófico do termo, um Sujeito, mas um *motor*: a luta de classes (p.71) [grifos do autor].

Sobre a discussão acerca do pensamento de Althusser, vale mencionar que, conforme resume Grigoletto (2005), as duas teses do filósofo vigoram acerca da interpelação ideológica do indivíduo enquanto sujeito e da relação imaginária do indivíduo com suas condições reais de existência. É interessante trazer a afirmação de Chauí (2008):

Assim como julgamos que nossa consciência sabe tudo, pode tudo, faz o que pensa e quer, mas, na realidade, está determinada pelo inconsciente e ignora tal determinação, assim também, na existência social, os seres humanos julgam que sabem o que é a sociedade, dizendo que Deus ou a natureza a criaram, instituíram a política e a história, e que os homens são seus instrumentos; ou, então, acreditam que fazem o que fazem e pensam o que pensam porque são indivíduos livres, autônomos e com poder para mudar o curso das coisas como e quando quiserem (p.173).

A análise de discurso trabalha no espaço de tensão entre a história, a língua e o sujeito<sup>53</sup>, podendo-se admitir a existência de um nó borromeano específico da teoria materialista dos sentidos. O interessante de ser salientado é que a teoria nunca foi considerada pronta, pois há vários momentos de reformulação ao longo do seu processo

---

<sup>52</sup> Essa afirmação revela uma importante diferença entre a teoria althusseriana e a pecheuxiana. Enquanto Althusser defende que essas relações são de produção e de reprodução, Pêcheux atinge, também, o nível da transformação. Essa idéia será lançada em seu texto *Só há causa daquilo que falha ou o inverno político francês: início de uma retificação*. Mais sobre essa diferença será revelado mais tarde.

<sup>53</sup> Segundo Orlandi (2007), o sujeito da contemporaneidade é o sujeito capitalista: “no caso do capitalismo, que é o caso presente, a forma de um indivíduo livre de coerções e responsável, que deve assim responder, como sujeito jurídico (sujeito de direitos e deveres) diante do Estado e de outros homens” (p.13).

de constituição, sendo que a noção essencial no seio das discussões em análise de discurso, a qual movimentou uma mudança bastante significativa a partir da sua terceira fase de construção, é a noção de sujeito, cuja concepção articula noções do materialismo histórico e, principalmente, da psicanálise. Pêcheux não utilizou os pressupostos das teorias do quadro epistemológico da AD de forma “pura” e totalmente assujeitada, visto que propôs reformulações em virtude da sua proposta de diálogo, de disciplina de entremeio. Há, quanto ao sujeito, duas características que devem ser salientadas, amplamente abordadas na teoria: a submissão do sujeito à maneira como o Estado o individualiza e o trabalho do sujeito de resistência ao Estado (cf. ORLANDI, 2007).

### **1.5 A análise de discurso de filiação pecheuxtiana: Um sujeito criativo e um sentido instável por um ritual com falhas**

Começa-se, então, a tratar sobre a análise de discurso, teoria de descrição e interpretação da linguagem preocupada em desvelar os sentidos possíveis a partir de uma materialidade lingüística. Antes de o texto se deter especificamente nos pressupostos que embasam a AD, vale levantar o seguinte argumento para que se preconize uma semântica de base discursiva no presente estudo: nas discussões envolvendo a relação entre subjetividade e sentido a partir da linguagem, caso se considere somente a lingüística para tentar explicá-la, significa limitar a linguagem ao sistema, ou seja, às regularidades da língua no que concerne à sua gramática (conforme Saussure), e, da mesma forma, nos enunciados potencialmente realizáveis em uma determinada língua (segundo Chomsky), como defendem os modelos formalistas, que se atém à forma da língua e não à sua constituição semântico-discursiva. Salienta-se, portanto, em um primeiro momento, uma possível incoerência teórica identificada na ciência lingüística: a linguagem, entendida como lugar de dispersão de sentidos, não é considerada dessa forma por algumas correntes da lingüística. Sobre isso, vale referir Albano (1990). A autora, mesmo não trabalhando especificamente com questões de ordem enunciativo-discursivas, salienta que

as línguas não se reduzem a sistemas formais. Sua simples abertura semântica e pragmática, a existência de termos cujo significado é definido pela situação (tais como os demonstrativos e os pronomes pessoais) e as inconsistências da categorização sintática e semântica são suficientes para sustentar esse ponto (p.17).



Dessa forma, devido a essa incoerência, é necessário que, para dar conta do objeto aqui colocado, ou seja, para tratar da questão do sentido, não só deve-se utilizar a lingüística imanente<sup>54</sup>, entendida enquanto postulado que “afirma a necessidade metodológica de se estudar a língua pela língua, desconsiderando o que tradicionalmente é tido como componente ‘extralingüístico’” (CORACINI, 2007a, p.22). Faz-se essencial que outras disciplinas sejam engajadas em uma reflexão que busque explicar, ou, pelo menos, ensaiar uma explicação, sobre como se constitui o sentido, o qual, pode-se dizer, somente existe na sua relação com a exterioridade.

Através de uma perspectiva discursiva, a linguagem existe enquanto local de materialização dos discursos. Então, além dessa linguagem que se materializa enquanto grafia, som, gesto, Braille, existe uma linguagem que ultrapassa as barreiras da física, pois é aquela que dá conta dos sentidos que fluem pela produção lingüística e que, portanto, não podem ser lingüisticamente (materialmente) capturados, encapsulados. A linguagem, metaforicamente falando, possui uma solidez e uma liquidez, mantendo a mesma estrutura sólida e, ao mesmo tempo, fluindo por entre as diferentes possibilidades semântico-discursivas, não possibilitando que o sistema e o sentido permaneçam sempre os mesmos. Uma determinada materialidade comporta, dessa forma, vários sentidos, que dependerão de diferentes variáveis no estabelecimento da compreensão, visto que a língua é opaca, e não transparente, o que significa que não existe somente um sentido possível para uma determinada manifestação lingüística.

Ainda pensando em questões físicas, através desse postulado que diz respeito à opacidade da linguagem, pode-se questionar a lei da inércia no que concerne ao fenômeno lingüístico, pois, ao contrário dessa lei de Newton, dois discursos podem ocupar o mesmo espaço ao mesmo tempo<sup>55</sup>, visto que estariam materializados da mesma forma, mas significando diferentemente, dependendo de vários aspectos. Caso contrário, como já foi dito, a língua seria transparente e os significados seriam sempre os mesmos, isto é, aqueles autorizados pelo dicionário, pelo sistema lingüístico. Sendo assim, o discurso extrapola as barreiras da física, pois se trata de um objeto teórico;

---

<sup>54</sup> Conforme os pressupostos de Saussure (2001), a “lingüística” somente cuida da *língua*, ou seja, da parte da linguagem referente ao sistema, à gramática, enquanto oposta à *fala*. Portanto, lingüística imanente, lingüística formal e lingüística podem ser tomados “indistintamente”. Já o termo “ciência lingüística” deverá abranger tanto a lingüística formal quanto a lingüística enunciativo-discursiva.

<sup>55</sup> De forma bastante simplificada, a Lei da Inércia diz que dois corpos não podem ocupar o mesmo espaço ao mesmo tempo.

contudo, a teoria busca recursos materiais a fim de sustentar a existência do discurso e, por que não, a sua cientificidade para que, dessa forma, possa ser passível de análise.

Fundamentando os argumentos a serem desenvolvidos nas idéias supracitadas acerca da análise de discurso, as quais são bastante amplas em um primeiro momento, vale tecer um primeiro comentário sobre a necessidade de explicar de forma mais aprofundada esse aparato teórico: expor os pressupostos que subsidiam a AD não é tarefa simples, tampouco econômica. Será feita uma tentativa de otimizar essa exposição ao pensar nos conceitos que norteiam a teoria. Um ensaio acerca da explicação dos conceitos separadamente será feito, mas já se garante que, por se complementarem, difícil, ou melhor, impossível, poderá se tornar o alcance desse objetivo. Antes disso, vale lembrar de algumas especificidades sobre o processo de constituição da teoria bem como de sua caracterização enquanto ciência da linguagem. Em um primeiro momento, a prioridade será dada a essas duas propostas.

Sobre o processo de constituição da teoria, destaca-se, primeiramente, que são referidas três fases<sup>56</sup> de crescimento e consolidação da análise de discurso, as quais, conforme Malidier (2003), correspondem a um esboço, a um laboratório e a uma teoria do discurso. Começando a tratar especificamente sobre a primeira fase, com início no final da década de 60, é imprescindível que se remonte ao fato de que o desenho da AD foi desenvolvido pelo filósofo francês Michel Pêcheux. O autor destacava a existência de um mecanismo responsável pela análise do sentido dos enunciados. Tratava-se da *Análise Automática do Discurso*, a AAD-1969 (PÊCHEUX, 1997), posteriormente determinada como primeira fase do processo de evolução do dispositivo teórico. O período que caracterizou essa primeira fase pode ser designado, consoante Malidier (2003), como “o tempo das grandes construções”.

Teixeira (1997) anuncia que “a primeira época (AD-1) tem seu ponto de partida em um corpus fechado de seqüências discursivas, selecionadas num espaço discursivo supostamente dominado por condições de produção estáveis e homogêneas” (p.62). Esse primeiro movimento que caracteriza a constituição da ciência lingüística do discurso possui tais peculiaridades por ter se desenvolvido a partir dos estudos de Zellig Harris, através da chamada lingüística distribucional. Michel Pêcheux inspirou-se na criação de um aparelho teórico que visasse à análise lingüística tendo em vista esse

---

<sup>56</sup> Ferreira (2009) apresenta duas fases no desenvolvimento da teoria: a primeira seria correspondente ao período em que Michel Pêcheux estava ativo na sua construção (da década de 1960 à década de 1980), e o segundo concerne a o que sucedeu depois de seu desaparecimento, principalmente fora da França.

aparato. A abordagem de Harris era, portanto, de natureza distribucional do texto. O diferencial em relação às outras tendências da época advinha da idéia de vínculo entre língua e cultura, o que possibilitava um afastamento da concepção de língua sistêmica promovida pelos estudos estruturalistas saussurianos. Através disso, acredita-se que o texto não é separado de seu contexto de produção.

Outra característica ancora a tendência harrisiana: sua lingüística distribucional era entendida como um método de análise de um enunciado contínuo, não interessando o seu tamanho. Resumindo os pressupostos que contemplam essa teoria, Indursky (2006) refere que “Harris concebe uma língua diversa da língua sistêmica, língua esta que convoca um contexto sócio-cultural, mobiliza um locutor e trabalha com um objeto que ultrapassa os limites da frase” (p.67). No entanto, lembra-se que, por essa perspectiva, o sujeito encontrava-se encoberto (cf. HENRY, 1994).

Uma posição crítica no que concerne à concepção estruturalista da linguagem, ou seja, enquanto constituída por dois eixos opostos, a língua e a fala, é percebida no trabalho de Michel Pêcheux que caracteriza a primeira fase da análise de discurso, e, dessa forma, acontece uma coincidência teórica na direção da teoria de Harris. Tais reflexões são importantes, pois foi o texto *Discourse Analysis* de Harris que originou o desenvolvimento da análise de discurso por Pêcheux. O que lhe chamou a atenção foi, justamente, a relação existente entre língua e contexto sócio-cultural. A partir dessa idéia, na primeira fase da AD, há o estabelecimento da noção de *condições de produção do discurso*. Segundo Malidier (2003), essa noção “designava a concepção central do discurso *determinado* por um “exterior”, como se dizia então, para evocar tudo o que, fora a linguagem, faz que um discurso seja o que é: o tecido histórico-social que o constitui” (p.23) [grifo da autora]. Dessa forma, remonta-se à afirmação de Pêcheux (1997): “um discurso é sempre pronunciado a partir de *condições de produção dadas*” (p.77) [grifos do autor].

A influência de Althusser na teoria é incorporada gradativamente. Apesar da dominação intensa do pensamento saussuriano, o qual era, nessa fase, mais presente do que as idéias de Freud e de Marx, houve significativas contribuições de Althusser principalmente no que tange à necessidade de questões de ordem política também serem contempladas pela teoria. É, portanto, o principal inspirador de Michel Pêcheux. Suas idéias vão surgindo de forma mais intensa na constituição da teoria do discurso depois da publicação de seu artigo acerca dos aparelhos ideológicos de Estado. Nesse texto, era

divulgada a categoria do sujeito da ideologia através da idéia de interpelação. Consoante Maldidier (2003), os aparelhos ideológicos de Estado estavam sinalizando a presença de lugares de afrontamentos de posições político-ideológicas, sendo as formações ideológicas e as formações discursivas os seus componentes necessários.

Outra característica importante da primeira fase da AD concerne à questão do sujeito. Ele era caracterizado como um sujeito social, em oposição ao sujeito individual, visto que a teoria psicanalítica somente entraria com mais força na segunda fase da análise de discurso, e, de forma determinante, na sua terceira fase. No entanto, mesmo com pouca exploração acerca da questão do sujeito, a AAD-69 constitui-se como “o primeiro modelo de uma máquina de ler que arrancaria a leitura da subjetividade” (MALDIDIER, 2003, p.21).

Alguns conceitos que se tornarão basilares para as fases subseqüentes da teoria vão surgindo aos poucos a partir da AAD-69. Pode-se fazer referência às seguintes noções: (i) o *pré-construído*, entendido como os resquícios presentes no discurso de discursos anteriores, pois, conforme Pêcheux (1997), “o discurso se conjuga sempre sobre um discurso prévio” (p.77); (ii) a *ilusão subjetiva*, ou seja, o efeito de sentido que faz com que o sujeito se entenda como a fonte do sentido, acoplado às concepções de *esquecimento número 1*, da ordem do inconsciente, e de *esquecimento número 2*, referente ao pré-consciente; (iii) a *antecipação*, pois, segundo Pêcheux (1997), “todo processo discursivo supunha, por parte do emissor, uma *antecipação das representações do receptor*” (p.84) [grifos do autor], isto é, o emissor constrói, com a ilusão de controle, a melhor materialização lingüística a fim de que seu interlocutor acesse, da forma que o enunciador considera a adequada, o sentido que está tentando estabelecer; e (iv) o *interdiscurso*, cujo conceito ainda não estava delimitado nem designado, mas com idéias já salientes dentro da teoria, as quais dizem respeito ao não-dito que constitui o discurso.

A concepção de língua desse momento da teoria ainda era entendida como não totalizada. Consoante Maldidier (2003), ela era “fortemente marcada pela ideologia estrutural: o “fundo invariante” versus a seleção/cominação, isto é, a sintaxe versus o léxico” (p.24). Essa concepção de língua vai sendo gradativamente afastada da noção de sentido, sendo impossível compreender uma análise semântica tendo em vista uma língua conforme os pressupostos saussurianos. Assim, finalizando os comentários sobre a primeira fase da análise de discurso de tradição francesa, vale dizer que uma idéia

principal que perpassa toda a teoria é referente à questão do sentido enquanto objeto que ultrapassa o âmbito da lingüística, entendida como ciência da língua. Não se deve, portanto, analisar o sentido como inerente ao sistema, como parte dos processos fonológicos, sintáticos e morfológicos que constituem a língua enquanto oposta à fala.

Importante referir que o texto responsável pela inauguração da análise de discurso foi aquele de 1969, cujo objetivo era delimitar os espaços de uma possibilidade de análise apoiada na lingüística e na informática. Há, ainda nessa primeira fase, outros textos produzidos por Pêcheux e seu grupo, os quais foram trazendo pensamentos direcionados à construção de uma teoria do discurso e se afastando da idéia de um dispositivo vinculado à informática, culminando na determinação de uma segunda fase da AD, a AD-75. Então, com a teoria do discurso sendo desenvolvida no período entre 1969 e 1975, houve o estabelecimento de uma articulação entre os conceitos de formação ideológica e formação discursiva.

A reavaliação constante da teoria realizada pelo grupo de Pêcheux foi, gradativamente, trazendo pilares mais fortes que a sustentassem, tornando-a, com o passar do tempo, mais ligada com a práxis e com os movimentos políticos e sociais da França, consolidando o seu caráter intervencionista. O embate com o estruturalismo, devido à sua base positivista, seguia, e a dissolução do vínculo com a informática trouxe maior possibilidade de trabalho com a opacidade da linguagem, relacionada à fluidez, à inconstância do sentido.

Da análise de discurso de 1969 para a análise de discurso de 1975 passa-se do terreno lógico-lingüístico ao da teoria do discurso (Cf. MALDIDIER, 2003), sendo que o conceito responsável pelo deslocamento teórico é o de formação discursiva, oriundo das reflexões foucaultianas, possibilitando com que se tornasse mais consolidada a atuação da teoria do discurso na segunda fase da AD. A teoria do discurso, consoante Maldidier (2003) entende que “o sentido não é dado mais do que o sujeito. Sentido e sujeito são produzidos na história, em outras palavras, eles são determinados” (p.51).

Esse período de transição é considerado um período de tateamentos, de novas descobertas, as quais concernem, principalmente, a relação entre língua, psicanálise e política. Isso fica evidente na afirmação de Maldidier (2003): “A teoria aí aparece às vezes como que diretamente governada pela política. (...) Michel Pêcheux, com os althusserianos, conduz resolutamente a batalha teórico-política contra o reformismo”

(p.57). É nesse terreno que a teoria do discurso se torna um terreno firme para a discussão do político em relação com o lingüístico, garantindo a especificidade da AD.

Nessa fase, há, ainda, alguns conceitos que devem ser acrescentados à teoria. Assim, a partir de dois textos de Michel Pêcheux, *A propósito da Análise Automática do Discurso: Atualização e perspectivas* e *Semântica e Discurso: Uma crítica à afirmação do óbvio*, sendo que o primeiro possui a contribuição de Catherine Fuchs, a teoria consolidou-se, vislumbrando um afastamento da questão lingüística e um maior afinamento com a teoria filosófica althusseriana e com a teoria do discurso.

Então, logo o primeiro momento da AD foi substituído por uma outra visão da linguagem, com pensamentos menos matemáticos e mais ligados à subjetividade, surgida no ano de 1975 através das verdades do Sr. La Palice, ou melhor, através da obra *Semântica e discurso: Uma crítica à afirmação do óbvio* (1975)<sup>57</sup>, cujo título em francês é *Les vérités de La Palice*. O Monsieur La Palice é uma personagem que compõe a cultura francesa. Trata-se de uma figura que, conforme consta na crença popular, só fala obviedades, utilizando, para tanto, provérbios e estruturas pré-determinadas. Com essa obra, fica bastante consistente a apropriação de noções como subjetividade e ideologia, bem como da relação entre elas, a qual compõe a concepção de sentido e de sujeito. Isso se torna evidente com o artigo apresentado em anexo à obra de 1975, somente presente na edição inglesa. Nele há a retificação de uma posição que entendia o assujeitamento como um ritual sem falhas, conforme apresentado no livro. Intitulado *Só há causa daquilo que falha ou o inverno político francês: início de uma retificação*, o artigo revela importantes aspectos acerca do processo de assujeitamento do sujeito a uma ideologia dominante, elucidando a profundidade da relação entre materialismo histórico e psicanálise no processo de constituição do sujeito (e do sentido), aspectos os quais foram desconsiderados nos textos anteriores.

Apesar das constantes modificações na teoria, inclusive através de um terceiro momento na sua constituição, como será visto, “Michel Pêcheux manteve, desde esta época, e até o fim, uma posição clara: a questão do sentido não pode ser regulada na esfera das relações interindividuais, nem tampouco na das relações sociais pensadas no modo da interação entre grupos humanos” (MALDIDIÉ, 2003, p.61). Esse

---

<sup>57</sup> Na obra referida aconteceu o acréscimo de um texto, o Anexo III, somente na sua edição inglesa, em 1982, intitulado *Só há causa daquilo que falha ou o inverno político francês: Início de uma retificação*.

pressuposto permanece sólido na segunda fase da análise de discurso de tradição francesa, fase na qual são acrescentadas mais noções na constituição da teoria.

Resumindo as idéias expostas por Teixeira (1997) acerca da releitura feita por Pêcheux do processo de interpelação ideológica, vale destacar as quatro ampliações realizadas nesse segundo momento da análise de discurso. Dessa forma, conforme a autora, a segunda fase se caracteriza pelos pressupostos de que: (i) “os indivíduos são interpelados em *sujeitos falantes* pelas formações discursivas que representam, na linguagem, as formações ideológicas que lhes são correspondentes” (p.66) [grifos da autora]; (ii) inconsciente e ideologia estariam materialmente ligados pelos significantes; (iii) “o sujeito resulta como *causa de si* de uma rede de significantes que é dada antes, em um “fora” anterior, havendo um apagamento necessário desse fato” (p.67) [grifos da autora]; e (iv) há dois esquecimentos que perpassam a constituição do sujeito, os quais acobertam a causa do sujeito, pois não controla o que diz (esquecimento número 2, dos processos enunciativos) e não é origem do sentido (esquecimento número 1)” (p.68).

O processo de interpelação ideológica, entendido como um processo de determinação dos sujeitos controlado pela ideologia, tem o objetivo de manter os sujeitos presos ao pensamento de que eles são livres, sem notar que estão, na verdade, sendo constantemente dirigidos por um componente ideológico. Assim, conforme Pêcheux & Fuchs (1997), a reprodução das relações de produção se dá a partir da modalidade específica de funcionamento da ideologia, chamada de interpelação, “ou o assujeitamento do sujeito como sujeito ideológico, de tal como que cada um seja *conduzido*, sem se dar conta, e tendo a impressão de estar exercendo sua livre vontade, a *ocupar o seu lugar* em uma ou outra das duas classes sociais antagonistas do modo de produção” (p.166) [grifos dos autores].

Com isso em mente, faz sentido dizer que o sujeito é atravessado por dois esquecimentos. Assim, “a questão da *constituição do sentido* se junta à da *constituição do sujeito*, e não de um modo marginal (...) mas no interior da própria “tese central”, na figura da *interpelação*” (PÊCHEUX & FUCHS, 1997, p.153-154) [grifos dos autores]. Essa interpelação vela tanto o processo de constituição do sentido quanto o processo de constituição do sujeito, e é aí que pode ser identificada a atuação dos dois esquecimentos. O esquecimento número 1 é correspondente ao inconsciente, zona inacessível ao sujeito, considerado o ponto de articulação entre ideologia e inconsciente; o esquecimento número 2 possui sua localização em um território onde o sujeito possui

algum controle, cuja articulação se dá entre lingüística e teoria do discurso (cf. TEIXEIRA, 1997, p.68).

Ainda tratando dessa temática, Pêcheux (1995) menciona, sobre o esquecimento número 2, ou seja, aquele no qual o sujeito não tem controle da enunciação, que é o esquecimento pelo qual “todo sujeito falante “seleciona” no interior da formação discursiva que o domina, isto é, no sistema de enunciados, formas e seqüências que nela se encontram em relação de paráfrase” (p.173). Dessa forma, o controle está em selecionar os saberes que a formação discursiva dispõe aos sujeitos. Existe uma pequena brecha para o domínio do sujeito sobre aquilo que fala, mas de modo pré-consciente, dentro de uma formação discursiva determinada pela ideologia, o que acaba por indicar, na verdade, um paradoxo, já que não existe controle, mas somente um pequeno domínio sobre aquilo que é permitido dentro da FD. Já o esquecimento número 1, o esquecimento de que o sujeito não é a fonte do sentido, “dá conta do fato de que o sujeito falante não pode, por definição, se encontrar no exterior da formação discursiva que o domina” (PÊCHEUX, 1995, p.173).

O processo de interpelação ideológica é, então, um processo sem sujeito, mas que somente é possível de acontecer devido aos assujeitados que dele participam. Conforme os pressupostos de Althusser, tudo na interpelação não acontece através de *idéias*, mas, na verdade, através da *práxis*, ou seja, um “modo de agir no qual o agente, sua ação e o produto de sua ação são termos intrinsecamente ligados e dependentes uns dos outros, não sendo possível separá-los” (CHAUÍ, 2006, p.23). É nessas práticas que são designados, pela ideologia, o que é e o que deve ser.

Tem-se, portanto, que a ideologia mascara, ou melhor, ofusca o caráter material do sentido pela/através da transparência da linguagem. Os assujeitados acreditam que a linguagem é constitutivamente literal, não existindo espaço para o sujeito buscar um outro sentido fora daquele permitido pela formação discursiva. Essa ilusão de que somente existe um sentido é ideologicamente determinada. Dessa forma, existiria uma “matriz de sentidos” a partir de uma formação discursiva determinada, isto é, somente se estabelece um sentido ao se atribuir um pertencimento do sentido a uma formação discursiva (cf. PÊCHEUX & FUCHS, 1997).

Várias considerações são tecidas sobre a relação entre materialidade lingüística e o sentido na obra *Semântica e discurso*. Resumindo as idéias principais, começa-se dizendo que não existe sentido literal, pois o sentido não existe em si mesmo dentro de



uma palavra, expressão ou proposição. O que acontece é a relação de determinação de uma posição ideológica sobre uma materialidade lingüística, dentro do processo sócio-histórico de produção dos sentidos. Essas posições ideológicas sustentadas por aquele que fala no momento da enunciação são correspondentes às formações ideológicas, ou seja, é o lugar onde essas posições se inscrevem, e é somente a partir delas que o sentido se torna possível. A formação discursiva seria, por sua vez, “aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado de luta de classes, determina *o que pode e deve ser dito*” (PÊCHEUX, 1995, p.160) [grifos do autor].

Da mesma forma que as palavras podem ter mais de um sentido, diferentes palavras podem ter o mesmo sentido. Pêcheux (1995) explica isso mencionando que o sentido se constitui não na materialidade, mas na formação discursiva, dentro da qual ocorrerão relações entre os sentidos lá licenciados. Quando ocorre a inserção de uma palavra em outra formação discursiva, o sentido muda. No entanto, a mesma formação discursiva pode determinar o sentido de diferentes palavras, ou seja, diferentes materialidades podem ser oriundas da mesma formação discursiva, fazendo com que o sentido estabelecido seja o “mesmo”.

Finalizando a discussão sobre a relação entre linguagem e sentido na segunda fase da análise de discurso, podem ser mencionadas as duas teses de Pêcheux (1995) acima descritas. A primeira diz que “*as palavras, expressões, proposições, etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam*” (p. 160) [grifos do autor]. Já a segunda trabalha em sentido contrário ao referir que “palavras, expressões e proposições *literalmente diferentes* podem no interior de uma formação discursiva dada, “ter o mesmo sentido”, o que (...) representa, na verdade, a condição para que cada elemento (palavra, expressão ou proposição) seja dotado de sentido” (p.161) [grifos do autor].

São mencionados alguns dos “novos” conceitos acrescentados à teoria nesse segundo momento de sua constituição: (i) o *interdiscurso*, entendido como “espaço discursivo e ideológico no qual se desdobram as formações discursivas em função de relações de dominação, subordinação, contradição” (MALDIDIER, 2003, p.51); (ii) a *formação discursiva*, termo oriundo da *Arqueologia do saber* de Foucault (2008), cujo conceito é o de que “articulada sobre ideologia, a “formação discursiva” é totalmente pega pela história, referida a uma relação de forças, pertence a uma conjuntura dada”

(MALDIDIER, 2003, p.52); (iii) o *intradiscurso*, caracterizado como fio do discurso em sua relação com o interdiscurso; e (iv) a *heterogeneidade*, trazendo à tona a possibilidade de a própria formação discursiva ser pensada como dividida, não como um bloco homogêneo, a partir das reflexões de Jacqueline Authier-Rèvuz.

Como se viu, a transição da segunda para a terceira fase iniciou gradativamente, através de uma retificação anexada à obra *Semântica e discurso*. Michel Pêcheux apresentou uma reflexão mais elaborada sobre a questão do sujeito e a relação entre ideologia e inconsciente no texto referido anteriormente. Tal trabalho teórico o levou à conclusão de que não há ritual sem falhas: deve-se pensar se a ideologia dominante domina bem demais as ideologias dominadas (cf. MALDIDIER, 2003), ou se esse ritual de assujeitamento possui falhas. Assim, é pelas noções de Althusser que começam a acontecer as reformulações no seio do conceito de sujeito da análise de discurso.

Conforme Maldidier (2003), Althusser “faz entender, no interior do próprio movimento operário, que não é possível escapar das injunções da ideologia dominante. A lição é difícil de aceitar” (p.68). No entanto, a retificação instaurada por Pêcheux traz a idéia de que há, sim, possibilidade para a falha desse processo de assujeitamento completo, e a estrutura que permitirá essa subversão no ritual da interpelação será o inconsciente. Através dos atos falhos, do witz, dos lapsos e dos sonhos, entendidos como os sintomas de manifestação do inconsciente dentro da teoria psicanalítica freudiana, faz-se emergir no discurso o verdadeiro sujeito, ou seja, o sujeito do inconsciente. Aí é que a perfeição de dominação da ideologia evocada por Althusser apresenta suas falhas.

Então, no texto de retificação, há um triplo questionamento, que encara a psicanálise como além do sexológico, a lingüística enquanto além do linguageiro e o materialismo histórico como além do neofilosófico. Do lado do materialismo, segundo as idéias de Althusser, tem-se que “os sujeitos “funcionam sozinhos” porque são sujeitos, isto é, indivíduos interpelados em sujeitos pela ideologia” (PÊCHEUX, 1995, p.296). Mas é justamente nesse ponto que surge a retificação: o sujeito, enquanto constituído pela interpelação, é capaz de se voltar contra causas que o determinam?

É aí que se encontra “aquilo que falha” na AD até aquele momento: o sujeito não é passível de falha, pois é entendido como plenamente interpelado pela ideologia, sem brechas para subversões e modificações nos saberes resgatados do interdiscurso. Essas brechas emergem através da relação entre real-simbólico-imaginário. Pela ausência de

sentido do real, no encontro com os significantes do simbólico, é possível que se percebam nas manifestações lingüísticas do sujeito cindido as formações do inconsciente, através das quais é possível que se vislumbrem as falhas constitutivas de sua natureza pulsante, dividida. E é justamente o desejo o responsável pela emergência da falha, e que possibilita que o sujeito seja sujeito. Ele, então, parece que somente é sujeito na falha.

Encerrando o texto, Pêcheux (1995) menciona dois pontos incontornáveis. O primeiro é referente à relação com o materialismo histórico, ao passo que o segundo diz respeito à relação com a psicanálise. Ambos garantem o novo pressuposto constitutivo da análise de discurso ancorado na idéia de que não há ritual sem falhas e, portanto, o processo de interpelação ideológica não pode ser compreendido como de total assujeitamento do sujeito à ideologia. Os dois pontos mencionados por Pêcheux são: (i) “não há dominação sem resistência: primeiro prático da luta de classes, que significa que é preciso “ousar se revoltar””, e (ii) “ninguém pode pensar do lugar de quem quer que seja: primado prático do inconsciente, que significa que é preciso suportar o que venha a ser pensado, isto é, é preciso “ousar pensar por si mesmo”” (p.304).

O último momento da análise de discurso é caracterizado pela obra *O Discurso: Estrutura ou Acontecimento*<sup>58</sup>, de 1983. O texto remonta a um acontecimento discursivo que ocasionou uma ruptura nos processos políticos desenrolados no território francês: as eleições de 1981, quando foi eleito um presidente de um partido socialista. François Mitterrand ganhou as eleições naquele país e, em virtude desse acontecimento e do grito pronunciado pelos seus eleitores franceses após a constatação da “vitória”, Pêcheux trata sobre a questão da estrutura e do acontecimento, abordando, nesse último momento de desenvolvimento da teoria, o que seria mais importante para a análise do discurso. É dada maior ênfase a um diálogo com a psicanálise nessa obra, ao ser abordada a relação com o real, ao passo que, na fase anterior, a primazia é pelo materialismo histórico-dialético althusseriano.

Esse terceiro período, conforme Teixeira (2005), é interessado “em fazer emergir novos procedimentos de análise a partir da consideração da heterogeneidade/equivocidade do sujeito e do sentido” (p.16). As contribuições de Authier-Rèvuz são, portanto, fundamentais para esse último momento de AD francesa (na França). Tem-se que o discurso é constitutivamente heterogêneo. A emergência desse outro discurso

---

<sup>58</sup> Em francês, o título da obra apresenta um ponto de interrogação: *Discours: structure ou événement?*

pode aparecer de forma implícita (heterogeneidade constitutiva) ou de forma explícita (heterogeneidade mostrada), mas isso acontece à revelia do sujeito, podendo ser vinculadas essas noções à questão da falha no controle da linguagem – ao esquecimento número 2. O sentido não é dominado pelo sujeito, pois ele não possui, sequer, domínio da materialidade lingüística que se apropria para materializá-lo.

A relação entre a estrutura e os esquecimentos é fundamental para a AD: o sentido é determinado não pelo sujeito, mas pela história, através do processo de interpelação ideológica que inserirá o sujeito em uma zona dentro da qual é permitida a emergência de certos sentidos, mas não de outros. Dessa forma, conforme Maldidier (2003), “o sujeito não é a fonte do sentido; o sentido se forma na história através do trabalho da memória, a incessante retomada do já-dito; o sentido pode ser cercado, ele escapa sempre” (p.96). É aí que Ferreira anuncia que a história se inscreve na língua para fazer a língua significar.

É interessante que se verse um pouco mais sobre a relação entre língua e história na análise de discurso, pois, enquanto Ferreira diz que a história se inscreve na língua, Orlandi postula o contrário, ou seja, a língua se inscreve na história. Não há como negar ou ignorar a necessidade de existência dessa relação para a compreensão do processo de produção do sentido, mas questiona-se: a partir de qual construto teórico o sentido é determinado – da língua ou da história? Independentemente de qual seria o primeiro a fazer parte da compreensão do sentido, existe um outro elemento que escapa, cuja importância é vital: o sujeito. Conforme diz Althusser, a ideologia só existe porque existe o sujeito, afirmação que vai ao encontro do teorizado por Marx quando menciona que o sujeito é sujeito na história. Dessa forma, parece que existe um movimento de interdependência e de sobredeterminação entre sujeito e história, cuja relação incidirá na linguagem, mais especificamente, na constituição dos sentidos pela materialidade lingüística.

Marx traça uma diferença entre o sujeito *na* história e o sujeito *da* história. Parece ser interessante transportar essa máxima marxista para a análise de discurso, ao trabalhar com o sujeito *na* análise de discurso e o sujeito *da* análise de discurso. Talvez a relação dentro da teoria não seja de exclusão, isto é, a preferência por somente uma das alternativas supracitadas, mas de complementação. A compreensão do conceito de sujeito é determinada pelos pressupostos articulados dentro da teoria, mas esses pressupostos vão se constituindo de uma forma não apriorística, visto que é através da

práxis, das fissuras que o sujeito vai estabelecendo, que a teoria também vai se constituindo. É, portanto, sujeito e assujeitado, sendo compreendido como sujeito *na* análise de discurso bem como sujeito *da* análise de discurso. Essa mesma compreensão provoca uma ruptura na maneira de se vislumbrar o sujeito e a forma de fazer análise das materialidades lingüísticas, visto que existe um duplo movimento de constituição guiado pelas forças ideológicas e inconscientes, existindo brechas para a emergência de falhas nesse ritual de constituição do sentido, objeto de estudo da teoria materialista dos sentidos. Essa teoria não existe sem sujeito, história e língua, por isso a constante reapresentação dessas noções ao longo do trabalho.

Há, no último texto de Pêcheux, mais um momento para atualizações e reformulações na teoria. O texto de 1983 preconiza primeiramente uma discussão sobre o confronto existente entre duas regiões do conhecimento: tem-se, de um lado, a zona dos universos logicamente estabilizados (as ciências sobredeterminantes) e, de outro, a região das formulações irremediavelmente equívocas (as ciências da interpretação). A análise do discurso de tradição francesa seria uma forma de compreender os fenômenos lingüístico-discursivos inserida no segundo campo científico mencionado pelo autor, pois, além de considerar a questão da interpretação, a qual entende o próprio sujeito analista como determinado por forças inconscientes e ideológicas, há também a assunção de que o seu objeto de análise não é logicamente estabilizado, facilmente categorizado e passível de inserção em quaisquer domínios da ciência. Seu objeto, ou seja, a língua, é, na verdade, algo que escapa: tentar apreendê-la é como apanhar um peixe vivo com a mão<sup>59</sup>.

No campo das ciências logicamente estabilizadas entende-se que existem evidências de cunho lógico-prático, cuja técnica material tem a ver com o real. Busca-se instrumentalizar os processos naturais, dirigindo-os na direção dos efeitos procurados. A física galileana, por exemplo, busca a delimitação do impossível próprio do real físico, entendido como processo.

Contudo, sabe-se que essa homogeneidade lógica constitutiva da zona dos universos logicamente estabilizados é atravessada por vários equívocos. Pêcheux assume uma posição contra esse pressuposto fundamental para as ciências entendidas como naturais, positivistas, que buscam se afastar da idéia de homogeneidade lógica. A filosofia marxista estaria em um outro lugar dentro dos universos científicos. Pêcheux

---

<sup>59</sup> Referência a um poema de Adélia Prado intitulado *Antes do Nome*.

(2006) entende ser necessário que a história se afaste da noção de sistema estrutural, vinculada aos universos logicamente estabilizados, pois existe na teoria marxista a noção de “coisas-a-saber”, a qual traz uma certa sistematização para a história. Entretanto, o autor salienta que “a história é uma disciplina de interpretação e não uma física de tipo novo” (p.42).

No terceiro capítulo da obra, intitulado *Ler, descrever, interpretar*, Pêcheux trabalha com a noção de *real* e com a existência de vários tipos de real. Para ele, há o real das disciplinas de interpretação, o qual se caracteriza por ser um outro tipo de real, “um real constitutivamente estranho à univocidade lógica, e um saber que não se transmite, não se aprende, não se ensina, e que, no entanto, existe produzindo efeitos” (PÊCHEUX, 2006, p.43).

O autor lembra do movimento estruturalista, o qual pode ser caracterizado como uma tentativa de fazer circular os saberes desse outro tipo de real, localizado no entrecruzamento entre a linguagem e a história. Uma das possibilidades que brotam com essa leitura diferenciada é a de que se torna possível compreender a presença de não-ditos no interior do que é dito, conforme Pêcheux (2006). Apesar disso, com uma preocupação intensa com a descrição dos “arranjos textuais discursivos na sua intrincação material” (p.44), os estudos estruturalistas esqueciam da interpretação. Há nesse movimento intelectual, como diz Pêcheux, um narcisismo da estrutura.

As ciências estruturalistas são perpassadas por idéias que tangem à concepção de existência de um discurso sem sujeito, embasada em descrições, as quais aparentavam os processos matemáticos, ignorando a interpretação inerente à língua. Pêcheux revela que uma teoria localizada em uma zona irremediavelmente equívoca não pode se ancorar nos pensamentos dos estruturalistas, como estavam sendo concebidos. São elencados três pressupostos que fazem trabalhar uma nova concepção acerca dos fenômenos lingüísticos: (i) a descrição pressupõe uma interpretação (trabalho do sentido sobre o sentido), sendo que existe, também, a necessidade de serem abordadas as noções de equivocidade e de heterogeneidade, constitutivas do discurso; (ii) a tensão entre descrição e interpretação, pois o ato de descrever faz surgir o discurso-outro, uma outra possibilidade de leitura. Conforme Pêcheux (2006), “todo enunciado, toda seqüência de enunciados é, pois, lingüisticamente descritível como uma série (léxico-sintaticamente determinada) de pontos de deriva possíveis, oferecendo lugar a interpretação. É nesse espaço que pretende trabalhar a análise de discurso” (p.53); e (iii) é de responsabilidade

do lingüista saber fazer a língua trabalhar de forma ética em suas análises, entendendo que podem surgir momentos de interpretação e de tomadas de posição em movimentos descritivos, e é seu dever reconhecer essa possibilidade.

Por fim, é feito um pequeno esboço daquilo preconizado no primeiro capítulo do texto de Pêcheux, o qual trata, com bastante especificidade, sobre o enunciado *On a gagné*, trazendo reflexões sobre a estrutura e o acontecimento. Reitera-se, primeiramente, o título da obra: *O Discurso: Estrutura ou Acontecimento*, do qual se pressupõe que o autor priorizará um dos dois conceitos na definição de discurso. Já se tem a AD como uma teoria diferenciada, por não trabalhar com relações de exclusão, mas de complementaridade. Na teoria pecheuxtiana, discurso é entendido tanto como estrutura quanto como acontecimento, de forma interdependente.

O acontecimento passa a ser entendido como relacionado às idéias da história postulada por Michel De Certeau<sup>60</sup>. O autor, cujas contribuições para com a análise de discurso são fundamentais, trabalha não com os acontecimentos históricos do ponto de vista de datas, pessoas e fatos, mas de pequenos eventos do cotidiano, com o sentido enquanto aspecto comum, ordinário, da convivência humana, perpassando todas as atividades. Segundo ele, seria através dessas pequenas práticas de linguagem do dia-a-dia do sujeito que surgiriam as possibilidades de ruptura, de resistência.

A compreensão do acontecimento evoca esses sentidos oriundos dos conceitos de Certeau, principalmente pelas noções de ruptura e de resistência aí subjacentes. Conforme Pêcheux (2006), acontecimento se define como o “ponto de encontro de uma atualidade e uma memória” (p.17). Isso significa que é possível a existência de uma ruptura entre os saberes resgatados do interdiscurso, ou seja, da memória, e a sua atualização, trabalhada no intradiscurso. Nesse ponto de encontro entre as duas estruturas (uma atualidade e uma memória), há o acontecimento. No acontecimento é onde o confronto discursivo continua. Tanto a estrutura quanto o acontecimento são fundamentais para a teoria, mas somente podem ser trabalhados na tensão entre a interpretação e a descrição, a qual é entendida como uma interpretação.

Um aspecto que deve ser salientado concerne à diferença entre Althusser e Pêcheux. Trata-se do acréscimo da noção de *transformação* aos conceitos de produção e reprodução que caracterizariam a estrutura da sociedade no quadro althusseriano.

---

<sup>60</sup> A obra de Michel De Certeau (CERTEAU, 1994; CERTEAU, GIARD & MAYOLD, 1996) que possibilitou o surgimento de reconfigurações no interior da AD por possibilitar uma diferenciada concepção de história é *A invenção do cotidiano* (dois volumes).

Pêcheux acrescenta essa noção, pois, através dela, existe uma abertura para aquilo que rompe com o pré-estabelecido ideologicamente. Dessa forma, a transformação permite o surgimento da falha e, então, do novo, do diferente, do transformador.

A fim de iniciar outras discussões pertinentes à caracterização da análise de discurso de tradição francesa, e concluindo a parte do texto referente à explicação sobre as três fases de progressão da teoria, é trazida a afirmação de Teixeira (2005) sobre alguns traços que foram se modificando na teoria e os quais garantem um estatuto diferenciado à mesma. A autora afirma que,

Se antes a AD privilegiava o mesmo concebido como repetição referida a um domínio de memória, agora, é necessário dar o primado *ao outro sobre o mesmo*, trabalhando a heterogeneidade. A análise, colocada centralmente sobre o conceito de *interdiscurso* precisa enfim fazer operar a relação inter/intradiscurso através do estudo da seqüencialidade. O interesse pela História – com um grande H – desloca-se para as histórias singulares, para o *acontecimento*. Embora a noção de discurso se apóie ainda no objeto língua, esse objeto passa a ser tomado como estruturalmente marcado por uma *falta*. As descrições do discurso e do sentido inscrevem-se, então, do lado de uma incompletude, não mais conjuntural, em que as faltas esperavam ser preenchidas por uma etapa mais geral da descrição, mas por uma incompletude fundante (p.63) [grifos da autora].

Os três períodos foram constituindo gradativamente a teoria materialista dos sentidos chamada de análise de discurso, a qual não mais é utilizada na França, mas continua com muito vigor em território brasileiro. Vale lembrar que a AD surgiu em uma época na França em que existiam muitos conflitos políticos e sociais, e a idéia principal que sustentava a teoria era a de que ela objetivasse a promoção e manutenção de um caráter intervencionista no que tangia a essas questões. Daí percebe-se a existência de um embate entre a AD e a escola estruturalista: mesmo a linha pecheuxtiana se embasando em teorias filiadas ao estruturalismo, mantinha uma posição que ia de encontro a tal posicionamento teórico, justamente por idealizar um conflito direto com as políticas que permeavam a sociedade da época. O estruturalismo não era intervencionista, e esse era exatamente o objetivo a ser alcançado pela teoria de Pêcheux, principiando por discussões em torno do discurso político. Sabe-se que, atualmente, a AD pode trabalhar com diferentes tipos de discurso, tais como político, religioso, pedagógico, midiático, jornalístico, publicitário, virtual, dentre outros, sempre existindo uma abertura para intervenções nos processos sociais e políticos.

Além disso, outro motivo responsável por fazer com que a análise de discurso fizesse frente ao estruturalismo advém do fato de que essa escola era ancorada em dois



postulados: o rigor teórico e a consistência metodológica. Esses elementos garantiram um alto grau de formalização aos estudos desenvolvidos a partir dessa tendência. A AD não se apropria de uma metodologia fechada e única, dado a dependência de três aspectos para tal: “a questão posta pelo analista, a natureza do material que analisa e a finalidade da análise” (ORLANDI, 2003a, p.27). Os critérios analíticos adotados não podem, portanto, ser determinados a priori. É justamente devido a essa constatação que a AD é entendida como um dispositivo analítico, pois possui princípios que regem o seu funcionamento, mas não de forma absoluta e geral, podendo apresentar especificidades dependendo dos quesitos acima assinalados.

A AD surgiu e se constituiu na França a partir do final da década de 60, ganhando mais força e consideráveis recomposições ao longo dos anos 70 e início da década de 80. Muitos colaboradores atravessaram a teoria e possuem os pressupostos que desenvolveram subjacentes às idéias materializadas por Pêcheux no aparelho teórico construído nessa época. Vale ressaltar o próprio papel do filósofo estruturalista Michel Foucault.

Atualmente, os estudos em análise de discurso desenvolvidos na França são considerados apolitizados, não intervencionistas, conforme Ferreira (2009). O próprio conceito de formação discursiva não mais é presente nas discussões realizadas em território francês. Assim, apesar dos esforços em entender a AD enquanto um aparato teórico com instrumentos capazes de desempenhar práticas de forma a atuar na sociedade visando a modificações no sistema de produção capitalista, por se filiar ao marxismo, há, fora do Brasil, uma posição de assujeitamento às práticas voltadas para a manutenção do sistema que primazia o lucro e a circulação do capital. O objetivo de desvelar os sentidos do discurso das atividades mercantis que obscurecem a todos inseridos nesse sistema, as quais utilizam-se da linguagem para colocá-los em um lugar escondido, inalcançável pela interpretação, e assujeita os cidadãos, parece somente possível de ser alcançado em território brasileiro. Parece que os franceses estão mais voltados para questões pragmáticas e sociolinguísticas, atuando a favor de uma demanda social, ou seja, estão em consonância com as ações capitalistas sobre as quais outrora mantinha críticas. Identifica-se, a partir disso, que o Brasil possui, portanto, uma linha de análise de discurso própria, cujos objetivos norteiam uma preocupação com o social e com o político, como quisera uma vez a proposta de Pêcheux. A AD desenvolvida no Brasil é fiel teoricamente aos pressupostos pecheuxianos; contudo,

não se trata de uma submissão total, pois rompimentos podem ser instaurados e modificações identificadas.

Outra questão importante de se ressaltar diz respeito à própria noção de estrutura. Segundo Rodrigues (2006), “não raramente, a noção de sistema é utilizada nos textos estruturalistas para reforçar, complementar e até mesmo explicar o próprio conceito de estrutura” (p.35). Assim, na lingüística estruturalista saussuriana, a partir da leitura feita pelos alunos de Saussure, tem-se que *sistema* e *estrutura* são equivalentes. Leite (1994) menciona que “o conceito de estrutura no campo dos estudos fonológicos em Lingüística remete à noção de um sistema constituído de unidades formais opositivas e delimita um campo pela exclusão preliminar de toda relação que o sujeito entretém com sua **palavra**” (p.48) [grifos da autora]. Na verdade, as noções de estrutura e sistema possuem diferenças conceituais: o sistema seria aquilo que dá sustentação, é “o todo”, o arcabouço completo, ao passo que a estrutura corresponderia ao recheio, àquilo concernente às relações entre as partes, às amarrações que dão o efeito de completude.

Conforme Rodrigues (2006), o conceito de *estrutura* “tem apresentado a noção de organização entre seus elementos e, decorrente disso, uma possibilidade hierárquica entre esses elementos” (p.39), ao passo que os *sistemas* seriam “entidades auto-referidas e que se distinguem do entorno em que se encontram acopladas, possibilitando teorizar a diferença” (RODRIGUES & MENDONÇA, 2006, p.8) [grifos dos autores]. Além disso, pode-se dizer que, para a lingüística estruturalista, bem como para as demais teorias inseridas na grade formalista, a estrutura é homogênea, social, estável, fechada, isto é, trata-se da *língua* (*langue*) enquanto oposta à *fala* (*parole*)<sup>61</sup>. Na AD acontece exatamente o contrário: a estrutura é heterogênea, individual, instável e aberta; abrange tanto a língua quanto a fala, e é dependente dos sentidos ligados à ideologia, existindo uma intervenção da exterioridade na linguagem. Portanto, não se entende que sistema e estrutura possuem a mesma concepção, como é entendido na compreensão de linguagem subjacente à lingüística estruturalista de Ferdinand de Saussure.

A estrutura da AD é composta por elementos oriundos de três campos do conhecimento, e esses três campos são entendidos em relação com a noção de sujeito da psicanálise. Essa constituição é estabelecida por Pêcheux & Fuchs (1997), em artigo de

---

<sup>61</sup> Esse pressuposto parece se manter, de certa forma, embasando os diferentes ramos da lingüística formalista.

1975. Os autores mencionam que o quadro epistemológico da AD reside na articulação das três regiões mencionadas, sendo por eles caracterizadas:

1. o materialismo histórico, como teoria das formações sociais e de suas transformações, compreendida aí a teoria das ideologias;
  2. a lingüística, como teoria dos mecanismos sintáticos e dos processos de enunciação ao mesmo tempo;
  3. a teoria do discurso, como teoria da determinação histórica dos processos semânticos.
- Convém explicitar ainda que estas três regiões são, de certo modo, atravessadas e articuladas por uma teoria da subjetividade (de natureza psicanalítica). (p.163-164).

Conforme Orlandi (2006a), a análise de discurso se faz “na contradição dos três campos do saber” (p.14). Um dos eixos que constituem a AD, a teoria do discurso, foi se desenvolvendo a partir das reflexões consolidadas no seio da própria constituição da AD. A teoria do discurso, a qual não pode ser confundida com a análise de discurso, conforme mencionado por Teixeira (1997), é constituída basicamente pelo postulado de que “é a ideologia que fornece as evidências que fazem com que uma palavra ou um enunciado *queiram dizer o que realmente dizem* e que mascaram, assim, sob a *transparência da linguagem*, o que ele chama de *caráter material do sentido das palavras e dos enunciados*” [grifos da autora] (p.70).

Alguns dos principais conceitos que constituem as amarras da análise de discurso são: o sujeito, a ideologia, a história, a língua, as condições de produção do discurso e as formações discursivas. Todos eles, inclusive os não citados, possuem relação de interdependência, e não podem ser compreendidos separadamente dentro do quadro epistemológico da teoria.

Depreende-se, a partir do referido, que a análise de discurso caracteriza-se por ser uma região do conhecimento que não se conforma em situar-se em um local determinado. É, portanto, uma disciplina de entremeio, idéia colocada por Orlandi (2006b). É um território que, conforme a própria autora, se distingue por sua transdisciplinaridade. Não se fala, portanto, em ciência interdisciplinar, já que se supõe uma diferença conceitual, pois aquilo considerado interdisciplinar não muda, ou seja, é como se houvesse uma manutenção dos sentidos acerca dos seus conceitos em relação aos conceitos das teorias do quadro epistemológico, isto é, uma relação de correspondência termo a termo entre as áreas. Já o transdisciplinar admite uma apropriação maior, não existindo somente o transporte de um termo de uma área do conhecimento para outra, mas, principalmente, uma resignificação desse termo em

virtude da interlocução teórica estabelecida. É isso que acontece com a análise de discurso: por fazer conspirar conjuntamente elementos de quatro regiões do pensamento, essa interlocução por si só origina uma modificação de conceitos. O que a AD faz é desterritorializar os conceitos.

Como se sabe, a AD é uma ciência amparada em pensamentos inseridos na escola estruturalista. Então, de certa forma, mesmo admitindo-se a existência de um embate entre a análise de discurso e o estruturalismo, talvez seja subentendido que Michel Pêcheux era, também, um estruturalista. No entanto, entrando em contato com sua obra *O Discurso: Estrutura ou Acontecimento*, chega-se à conclusão de que o ponto de tensão entre descrição e interpretação é o determinante da não filiação de Pêcheux à corrente de estudos estruturalistas. O filósofo parte do pressuposto de que as ciências positivistas, dentre elas figurando as estruturalistas, fazem uso da descrição ingenuamente, ao não assumirem a máxima de que ao próprio ato de descrever subjaz uma interpretação. A simples seleção das informações apresentadas na descrição já constitui um fazer subjetivo, com a influência de forças não controladas pelo sujeito.

Além de trabalhar na tensão entre descrição e interpretação, há uma outra relação de fundamental importância para esse último momento de constituição da teoria, conforme já foi levemente esboçada: a articulação entre estrutura e acontecimento. Aí há um confronto intrínseco aos pressupostos teóricos da AD, pois, na teoria, não existem relações de oposição<sup>62</sup>. Na verdade, o importante é trabalhar com relações de complementaridade<sup>63</sup>. Assim, não existe primazia do acontecimento sobre a estrutura; na verdade, acontece uma interdependência, como é comum entre os conceitos na teoria. A estrutura existe em função daquilo que pretende significar a partir de algo da exterioridade, ou seja, é a fumaça oriunda do fogo, o efeito produzido pela causa. Trabalha-se com um triplo efeito na AD: o efeito-linguagem, o efeito-sentido e o efeito-sujeito. Essas são as três fumaças a partir das quais podem ser identificadas as relações existentes com a ideologia. A linguagem será de uma forma e não de outra dependendo dos sentidos que serão licenciados pela formação discursiva; o sentido será um e não outro dependendo da formação discursiva na qual o sujeito está inserido; o sujeito será assim e não de outro jeito em virtude da relação que o constitui, entre inconsciente e ideologia, pois o efeito-sujeito indica “a ilusão subjetiva necessária implicada na

---

<sup>62</sup> Relações de tipo X ou Y.

<sup>63</sup> Relações de tipo X e Y.

configuração imaginária de uma unidade egóica” (LEITE, 1994, p.27). Os três efeitos trazem, portanto, três ilusões constitutivas da relação entre subjetividade e linguagem, oriunda da ilusão de existência de uma tripla transparência: a transparência da linguagem, somente possuidora de um sentido; a transparência do sentido, sem relação com a historicidade; e a transparência do sujeito, dono do que diz e fonte dos sentidos. Trata-se, na verdade, de uma cadeia interdependente, todas constituídas pelo embate entre linguagem-sentido-sujeito-ideologia.

A AD é compreendida dentro das ciências humanas como uma ciência que desestabiliza, desestrutura, instaura incertezas e rupturas, por trabalhar com uma tripla opacidade: da linguagem, do sentido e do sujeito. No entanto, seu efeito sobre as outras ciências não é tão grande quanto a contribuição no sentido oposto, isto é, das outras ciências para a AD. Assim, são essenciais as concepções oriundas dos quatro eixos que embasam a teoria para a sua manutenção e renovação constantes.

O objeto de estudo da AD é o discurso, assumidamente heterogêneo (cf. INDURSKY, 1998b, p.12). No entanto, o acesso ao discurso não se dá de forma direta, como faria um lingüista formalista analisando a linguagem, por exemplo, em que sua descrição satisfaria seus objetivos de forma aparentemente plena; o acesso ao discurso somente é possível através da materialidade lingüística, pois, através dela, será possível que se remeta a esse outro lugar, fora da linguagem, onde estão depositados os saberes que constituem os sujeitos (as formações discursivas) e, por conseguinte, a própria linguagem. Faz-se, portanto, o processo inverso: mesmo entendendo o discurso como constitutivo da linguagem, para que seja possível o acesso ao discurso deve-se partir da linguagem e tentar desvelar os processos discursivos nela escondidos, mas não materialmente presos a ela.

Assim, enfatiza-se que a análise de discurso não se insere em uma região do pensamento científico pré-determinada e não se acomoda em um lugar seguro e estável. A AD trabalha em um intervalo e se apropria de determinados conceitos oriundos dos outros campos do conhecimento que convoca, mas estabelecendo uma ruptura nas noções que a sustentam.

O objetivo da análise de discurso é “tematizar o objeto discursivo como sendo um *objeto-fronteira*, que se trabalha nos limites das grandes divisões disciplinares, sendo constituído de uma materialidade lingüística e de uma materialidade histórica, simultaneamente” (FERREIRA, 2005, p.15) [grifo da autora]. A materialidade

lingüística é entendida como a estrutura, ao passo que a materialidade histórica é o acontecimento.

A estrutura não é fechada, nem o acontecimento um fato inquestionável e verdadeiro. O que caracteriza a AD como uma ciência de cunho diferenciado é a admissão de conceitos opacos, existindo, então, tanto uma estrutura opaca quanto um acontecimento opaco. Isso acontece porque se trabalha com os sentidos, e são eles os responsáveis por essa constituição opaca dos conceitos trabalhados na análise de discurso.

Devido a essa opacidade, existe a possibilidade de sempre o sentido ser outro, ou seja, há uma abertura semântica para os deslizamentos, os equívocos, as rupturas na ordem do repetível. Dessa forma, conforme salienta Indursky (1998b), “para a Análise do Discurso, os processos discursivos e seus efeitos de sentido, resultado do trabalho discursivo de sujeitos interpelados ideologicamente, constituem o foco de interesse e não o significado isolado, cristalizado, dicionarizado, desistoricizado” (p.16). Existe um trabalho do sujeito, da história e da língua no processo de constituição dos sentidos. A partir dos três elementos citados, surgem outros em uma trama teórica constitutiva da análise de discurso. Importante salientar também que, dependendo da materialidade lingüística em análise, a qual pode situar-se em diferentes campos discursivos, há determinadas noções chamadas para a discussão e análise dos processos discursivos. Os elementos teóricos resgatados pelo analista dependem, portanto, da relação entre a teoria e o corpus.

Para começar a entrar de forma mais aprofundada nos conceitos que constituem a AD, é mencionada, de forma breve, uma pequena comparação entre os dois lados da ciência lingüística. Assim, parece ser de senso comum a assunção de que, dependendo da posição de onde se escuta, existe a possibilidade de estabelecimento de determinados sentidos e não de outros. Pensando, é claro, na região dos estudos da linguagem, a palavra *semântica*, por exemplo, se interpretada por sujeitos inseridos em uma região formalista, possivelmente terá seu sentido relacionado a uma parte da gramática que concerne aos significados vinculados a um item lexical. No entanto, se essa mesma palavra for transportada para uma região discursiva do pensamento sobre a linguagem, a interpretação que emergirá será referente a sentidos possíveis presentes na exterioridade lingüística, os quais são estabelecidos ao entrarem em contato com a história.

Orlandi (2003b) menciona que “não temos como não interpretar” (p.9). O sentido pode ou não estar materializado lingüisticamente, mas há ocasião em que seu estabelecimento ocorre mesmo sem a intervenção de elementos materiais. Independentemente de o sentido estar lingüisticamente materializado, mesmo pelo silêncio, há a atribuição de sentido pela formação discursiva. Tanto o processo de apropriação da língua pelo sujeito para significar quanto o processo de interpretar o que o outro sujeito materializou lingüisticamente são determinados ideologicamente, ou seja, pela intervenção da história, verdadeira responsável pela produção dos sentidos. A língua somente faz sentido pela história.

Dos conceitos que constituem a análise de discurso, os principais para o texto são os de sujeito e de sentido. Assim, como lembra Henry (1994), quando se passa a trazer para os estudos da linguagem o sentido, retorna, também, o sujeito. Isso se deve ao pressuposto de que a constituição de um imediatamente trabalha a constituição do outro, visto que ambas as constituições acontecem pela linguagem. A condição de ser sujeito é significar, bem como a condição de ter sentido é que ele seja interpretado por um sujeito, e, na análise de discurso, ambos processos acontecem ancorados em uma materialidade de ordem lingüística.

Para que a relação entre sujeito e sentido seja trabalhada de forma mais aprofundada, interessante é trazer as relações em marcha na teoria. Assim, são sete as relações levantadas entre os principais conceitos que a constituem: (i) discurso e língua; (ii) sujeito, sentido e efeito de sentido; (iii) inconsciente e ideologia; (iv) interdiscurso, intradiscurso, pré-construído e memória discursiva; (v) acontecimento e estrutura; (vi) equívoco e falta; (vii) condições de produção e condições de enunciação.

Começa-se com a primeira relação, entre língua e discurso, visto que o discurso é o objeto de estudo da AD. Essa seria a grande modificação frente ao objeto de estudo da lingüística saussuriana, a qual preconiza a dicotomia da língua *versus* a fala<sup>64</sup>, priorizando a primeira. Na análise de discurso, a língua é entendida enquanto língua e fala, sendo ambas lugares da materialização do discurso. Existe uma diferença com relação à língua e à linguagem. A linguagem diz respeito a todas as formas de manifestação do sujeito, incluindo aí pinturas, fotografias, esculturas, etc. Pela

---

<sup>64</sup> Importante trazer à tona que não se pretende atribuir às sete relações referidas um caráter de dicotomias, como no estruturalismo lingüístico, visto que são conceitos interdependentes.

perspectiva discursiva, como a língua é a materialização do discurso, o discurso, por sua vez, é a materialização da ideologia.

Teixeira (2005) traz uma concepção de língua no sentido atribuído por Jean-Claude Milner<sup>65</sup>. A autora menciona que se entende a língua “sem deixar de tomá-la como estrutura, mas reconhecendo nessa estrutura um *ponto de falta irremediável* (o real da língua), que se manifesta como uma série de *equivocos*, que não têm outro lugar de representação senão a própria língua” (p.20) [grifos da autora]. A língua comporta a possibilidade de falha, por ser onde se materializam os sentidos estabelecidos em um sujeito constituído pela ideologia e pelo inconsciente, deixando sempre abertura para uma deriva.

Dessa forma, a língua na AD, por ser a concretude que abriga os discursos, e, portanto, a materialidade dos sentidos oriundos das formações discursivas, é aberta, heterogênea, instável. Conforme Ferreira (2005), “um discurso seria uma rede e como tal representaria o todo; só esse todo comporta em si o não-todo, esse sistema abre lugar para o não-sistêmico, o não-representável”. O discurso, a rede que comporta a possibilidade de interpretação dos sentidos pelos sujeitos assujeitados, é uma estrutura com furos, e é aí que se encontra a especificidade de sua constituição: a rede não é só composta pela materialidade que une o que está disperso, mas, também, é construída em sua maior parte pelos furos, pelos lugares onde não há simbólico, isto é, onde há real. É pelos furos que pode existir a instabilidade, a possibilidade de o sentido se embater com a formação discursiva, e a língua, materialidade que comporta os discursos, é a posição onde são observadas as possibilidades de rompimento com o repetível.

Nesse sentido, vale utilizar uma outra topologia, diferente do nó borromeano, a fim de explicar a relação entre os dois conceitos trazidos, visto que o nó, apesar de articular três conceitos em sua constituição, é fechado. Dessa forma, há um círculo construído a partir de uma linha tracejada, e não contínua, passando a idéia de abertura. Os conceitos encontram-se ali dentro dispersos. No caso da língua e do discurso, eles possuem significações e materialidades específicas. As significações (nesse caso, a língua e o discurso) estão fluidas no interior do círculo (e fora dele), visto que se complementam. No entanto, existem “traços” específicos de cada uma delas,

---

<sup>65</sup> Milner (1987) refere que “aceitemos, então, que se nomeie a língua a este núcleo que em cada uma das línguas, reporta sua unicidade e distinção; ela não poderá representar-se do lado da substância, indefinidamente sobrecarregada de acidentes diversos, mas somente como uma forma, invariante através de suas atualizações, visto que ela é definida em termo de relações”(p.12).



representados pelas próprias letras de suas designações. O resto é dispersão. A teoria tenta colocar os sentidos em conceitos, os quais acabam não estabelecendo a idéia de abertura, de interdependência e de relação constitutiva entre eles. Essa idéia extremamente *aformalizada* de compreensão dos fenômenos semântico-discursivos conduz a uma dificuldade de definição dos conceitos da própria teoria, visto que são dotados de uma fluidez constitutiva. Em (04) pode ser observada a topologia criada para mostrar a relação entre as significações aqui relacionadas<sup>66</sup>.

(04) Topologia utilizada para representar a relação entre língua e discurso<sup>67</sup>.



A linguagem está localizada no centro do círculo, pois, conforme a AD, sempre será o que possibilitará a relação entre os conceitos. Sem linguagem não existe sujeito, sentido, língua, história, inconsciente, ideologia, e, dessa forma, inexistente interpretação.

A segunda relação trazida busca dar conta do sujeito, do sentido e do efeito de sentido. O sujeito não é centrado, dono do seu dizer, livre, como o sujeito da psicologia, o sujeito do ego. Na verdade, por ser constituído no intervalo entre inconsciente e ideologia, o sujeito é interpelado ideológica e inconscientemente. É por essa dupla interpelação que existe a possibilidade de o sujeito posicionar-se – ou ser posicionado – diferentemente face aos sentidos que lhe são disponibilizados pela formação discursiva que o determina, sendo constituído pelo esquecimento daquilo que o determina (cf. ORLANDI, 2006a). Como diz Pêcheux (1995), não há dominação sem resistência. O sujeito é dominado pela ideologia e pelo inconsciente; no entanto, por essas duas estruturas não serem fechadas e acabadas, existem nelas furos constitutivos, a partir dos quais pode emergir a possibilidade de resistência do sujeito, gerando uma tensão entre o

<sup>66</sup> Apesar de estarem posicionadas em opostos dentro do círculo, não significa que se trate de dicotomias. O círculo pode ser interpretado, talvez, como uma esfera, o que traz uma amplitude espacial para a caracterização dos conceitos levantados (mas não uma esfera fechada).

<sup>67</sup> As representações das outras relações podem ser observadas no anexo.

desejo da ideologia e o desejo do sujeito. É na linguagem que pode ser observada a materialização desse conflito a partir da emergência das formações do inconsciente. Segundo Indursky (1998a), “trata-se de um sujeito social e múltiplo, já que, a um só tempo, é um sujeito lingüístico, ideológico e desejante” (p.117).

Assim, o inconsciente, o qual se liga materialmente à ideologia pela linguagem, se manifesta sob diferentes formas, e, nesses movimentos lingüístico-discursivos, há resistência, uma resistência da ordem do inconsciente, local onde o sujeito é sujeito. Há resistência do sujeito devido à possibilidade de o sentido ser outro. É importante ressaltar que, apesar da oportunidade de o sujeito subverter a ordem do repetível, ele não é origem nem causa de si, assim como os sentidos não têm sua origem no sujeito: tudo é resultado de um processo ideológico.

Há cinco formações que permeiam o processo de constituição do sujeito e do sentido na análise de discurso de tradição francesa. Seus nomes e características são: (i) *formação ideológica*, a qual abriga as formações discursivas, constitui “um conjunto complexo de atitudes e de representações que não são nem “individuais” nem “universais”, mas se relacionam mais ou menos diretamente às posições das classes em conflito umas em relação às outras” (LEITE, 1994, p.128); (ii) a *formação discursiva*, onde os sentidos se formam, de caráter heterogêneo, pois há a movimentação de diferentes posições-sujeito em uma mesma formação discursiva, sendo considerada o lugar onde o sujeito se identifica com o que pode ou não dizer; (iii) a *formação social*, a qual “em um momento determinado de sua história, se caracteriza, por meio do modo de produção que a domina, por um estado determinado das relações entre as classes que a compõem” (LEITE, 1994, p.127), e as relações são expressas por práticas organizadas em uma hierarquia; (iv) a *formação imaginária*, a qual designa “o lugar que o emissor e o destinatário se atribuem cada um a si mesmo e ao outro” (TEIXEIRA, 2005, p.30); e (v) a *formação inconsciente*, ou melhor, *as* formações inconscientes, as quais correspondem aos mecanismos utilizados pelo sistema inconsciente de emergir no sistema consciente, através de uma forma indireta. Na análise de discurso, as formações do inconsciente são aquelas que se infiltram no intradiscurso, ou seja, na ordem do dizer (os lapsos, os atos falhos e os chistes). Salienta-se que Freud ainda adiciona a elas os sintomas e os sonhos.

A relação entre sujeito, sentido e efeito de sentido depende da linguagem, pois sujeito e sentido se constituem mutuamente. A partir da linguagem podem ser

identificados esses cinco tipos de formações que constituem tanto o sujeito quanto o sentido, depreendidas a partir de uma concretude de ordem lingüística, ou, dentro da terminologia pecheuxtiana, a partir de uma base lingüística podem ser depreendidos os processos discursivos em sua relação direta com o sujeito e com o sentido. O sujeito, para significar, precisa se inserir em uma formação discursiva, dentro da qual estão organizados os sentidos autorizados pela formação ideológica que a determina e, por conseguinte, determina os sujeitos, os interpela.

Podem ser trazidas idiossincrasias compreendidas como aquelas mais relevantes que constituem o sujeito da análise de discurso: (i) o real do sujeito é o inconsciente (cf. FERREIRA, 2005); (ii) o que move o sujeito seria o desejo e, também, a busca da completude (cf. FERREIRA, 2005); (iii) o assujeitamento à ideologia é a condição indispensável de ser sujeito (cf. FERREIRA, 2007); (iv) um sujeito assujeitado é compreendido como ser capaz de compreender, produzir e interpretar sentidos (cf. FERREIRA, 2007); (v) o sujeito é descentrado, não sendo origem de si tampouco origem dos sentidos; (vi) a inscrição do sujeito em uma formação discursiva não acontece de forma consciente (cf. INDURSKY, 1998a); (vii) o sujeito é duplamente afetado: pela ideologia, por um lado, enquanto social, e pelo inconsciente, por outro, enquanto individual (cf. INDURSKY, 1998a); (viii) o sujeito pode se identificar e se desidentificar com a sua forma-sujeito, podendo modificar a formação discursiva que o determina; (ix) assim como o sujeito é afetado pelas formações discursivas, ele também as afeta (cf. FERREIRA, 2005).

Como a constituição do sujeito é um processo ideológico, há marcas deixadas por ele na linguagem (Cf. LAGAZZI, 1988, p. 51), pois ela é o meio através do qual o discurso se materializa. No entanto, essas marcas não são motivadas por uma ação consciente do sujeito. Entende-se, assim, que ele é assujeitado a uma ideologia de forma inconsciente, e materializa esse assujeitamento através das dicas, pistas que deixa na linguagem.

Importante trazer a afirmação de Ferreira (2007) sobre a relação entre linguagem, ideologia e inconsciente. A autora menciona que

O sujeito estaria assim afetado, simultaneamente, por essas três ordens e deixando em cada uma delas um furo, como é próprio da estrutura de um ser-em-falta: o furo da linguagem, representado pelo equívoco; o furo da ideologia, expresso pela contradição, e o furo da psicanálise, manifestado pelo inconsciente. (...) É precisamente essa falta que vai acabar tornando-se o lugar do possível para o sujeito desejante e para o sujeito interpelado ideologicamente da análise do discurso (p.103).

Da tensão entre inconsciente e ideologia subjaz uma tensão entre o que é social e o que é individual. No entanto, conforme Elia (2007b), “o inconsciente freudiano requer, em sua própria constituição, a inclusão do social, embora não de qualquer modo” (p.85), pois o inconsciente não pode ser pensado “fora do registro inter-humano, fora do campo da alteridade” (p.86). Da mesma forma, o autor salienta que, caso o social e a cultura fossem abandonados na teoria psicanalítica, existiria um sujeito somente biológico.

Finalizando o estabelecimento da relação entre sujeito e sentido, é importante trazer a afirmação de Ferreira (2007). A autora menciona que “se não houvesse a falta, se o sujeito fosse pleno, se a língua fosse estável e fechada, se o discurso fosse homogêneo e completo, não haveria espaço para onde o sujeito transbordar, deslizar, desviar, ficar à deriva” (p.104). Isso significa que, se a língua fosse compreendida conforme os pressupostos do formalismo, os sentidos seriam todos iguais, pré-determinados, independentes da história e do sujeito, o que garantiria a existência de somente um sentido para uma determinada materialidade lingüística. Esse processo limitaria não só a constituição do sentido, mas, também, a constituição do sujeito. Talvez o social seria homogêneo se a língua fosse fechada e homogênea. No entanto, por existirem diferentes interlocutores, inseridos em variadas formações discursivas e tendo seus sentidos significando em relação com as condições de produção do discurso, o sentido jamais será o mesmo no tempo e no espaço. São esses três aspectos que determinam a mutação do sentido.

Ainda resta versar sobre o efeito de sentido e sua relação com o sujeito e com o sentido. É interessante que se estabeleça uma diferença entre sentido e efeito de sentido, primeiramente. Assim, para Indursky (1998b), “o sentido do enunciado em pauta não está apenas em um dos efeitos de sentido mobilizados, mas no intervalo que se estabelece entre ambos. Essa é a diferença existente entre efeito de sentido e sentido” (p.14). Os sentidos constituem a significação oriunda da formação discursiva, e são colocados à disposição do sujeito quando a ideologia os interpelar, fazendo-os utilizar a linguagem para significar. Imaginando uma situação com a presença de dois sujeitos filiados à mesma formação discursiva, ao utilizar a linguagem o primeiro sujeito materializa os sentidos que estão disponíveis para si e para o seu interlocutor. No entanto, ao colocar esses sentidos em marcha a partir da concretude física dos sons, por

exemplo, o que emergirá para o seu interlocutor é o efeito de sentido, e não o sentido, visto que o sentido foi atravessado pela materialidade lingüística, pelas condições de produção e pelo contexto enunciativo. A partir do efeito de sentido o interlocutor interpretará de acordo com a formação discursiva que o determina. Dessa forma, é possível afirmar que o efeito de sentido é a atualização dos sentidos disponíveis nas formações discursivas. Os sujeitos sempre se relacionam diretamente com os efeitos de sentido, justamente por não serem acabados e completos, e pela possibilidade de, apesar de estarem em uma determinada formação discursiva, conseguirem se transformar em outro sentido no processo de o sujeito se assujeitar à ela ou romper com a mesma. Ele pode, então, ser sempre outro e, nesse processo atuam tanto a memória quanto o esquecimento dos sentidos (cf. INDURSKY, 1998b), pois “a memória é (...) sempre esquecimento” (CORACINI, 2007b, p.16).

Durante a exposição sobre a relação entre sujeito e sentido puderam ser estabelecidas algumas considerações acerca da terceira relação aqui levantada, a saber, entre ideologia e inconsciente. É importante complementar dizendo que o inconsciente é um sistema psíquico construído na teoria freudiana, dentro da qual é compreendido como parte do aparelho psíquico, também constituído pelo consciente e pelo pré-consciente. Lacan utiliza o termo para tratar do sujeito do inconsciente, o verdadeiro sujeito, estruturado como linguagem. Pelas formações do inconsciente surgiriam as manifestações dos desejos desse sujeito do inconsciente, detectáveis a partir das manifestações lingüísticas.

Conforme Elia (2007a), “o inconsciente, além de estruturado como uma linguagem – e por isso mesmo –, é também uma instância interpretante” (p.30). Já a ideologia doa a interpretação, mas que pode ser alterada pela atuação do inconsciente, o verdadeiro sujeito. A ideologia na teoria não é ocultação da realidade, como dizia Marx, mas evidência (determinação) de sentido. Por isso a ideologia fornece a interpretação, transformando o sujeito em um bom sujeito que não apresenta resistência aos movimentos de interpelação.

Ainda sobre a ideologia, e, mais especificamente, sobre a sua relação entre sujeito e sentido, Grigoletto (2005) menciona que sujeito e sentido, de um lado, e o sujeito e o mecanismo de sua constituição, de outro, são intermediados pela ideologia. Assim, “o sentido aparece ao sujeito como evidente, sem sua espessura lingüística e histórica” e “o sujeito é chamado à existência pela interpelação ideológica, mas é

condição de ser sujeito “esquecer” ou apagar essa interpelação, produzindo-se, assim, o efeito de evidência do sujeito” (p.54-55), respectivamente.

A forma como os sentidos são atualizados das formações discursivas possui uma relação com outros quatro conceitos da teoria, a saber, interdiscurso, intradiscurso, pré-construído e memória discursiva. Os quatro conceitos podem ser assim definidos: (i) o *interdiscurso* é aquilo que “significa antes, em outro lugar e independentemente” (ORLANDI, 2005b, p.11), é o complexo de formações discursivas, onde todas estão organizadas e ainda, segundo Teixeira (2005), trata-se do “não-dito constitutivo do discurso” (p.32); (ii) o *intradiscurso* diz respeito à linearidade, ao fio do discurso, onde são atualizados os sentidos resgatados do interdiscurso; (iii) o *pré-construído*, elemento que constitui o interdiscurso é, consoante Pêcheux (1995), aquilo que “corresponde ao “sempre-já-aí” da interpelação ideológica que fornece-impõe a “realidade” e seu “sentido” sob a forma da universalidade (o “mundo das coisas”)” (p.164); e (iv) a *memória discursiva*, a forma de retorno ao já-dito, a qual pode ser confundida com o interdiscurso, mas, na verdade, é referente à memória do sentido, ou seja, à memória daquilo que está presente em toda formação discursiva.

Esses quatro conceitos se entrelaçam no momento da materialização do discurso através da linguagem. Ao atualizar um sentido no intradiscurso, entende-se que ele possui uma memória discursiva, que lhe é anterior e o constitui. Não só a linguagem é opaca, mas o próprio sentido o é, e o construto teórico que dá conta dessa especificidade é a memória discursiva. Além disso, o interdiscurso possui vários grupos de sentidos, as formações discursivas. Ele seria o unificador de todos os grupos de sentidos. O efeito de que tudo já está lá, parte, também, do interdiscurso, é o pré-construído, pois, até um determinado momento da teoria, o novo sentido era impossível, mas já se sabe da possibilidade de se instaurar rupturas nesse processo de resgate de sentidos e atualização dos mesmos, visto que há, também, a atuação do desejo do sujeito, o qual pode, através do inconsciente, instaurar novos sentidos.

Para Indursky (1998b), “o interdiscurso funciona tanto como memória e condição do dizer, remetendo para a estrutura, quanto como possibilidade de novos dizeres, abrindo espaço para o acontecimento (PÊCHEUX, 1990)” (p.17). A partir dessa afirmação, entra-se na quinta relação trazida no trabalho, a qual concerne à estrutura e ao acontecimento.

A relação entre estrutura e acontecimento é esclarecida em Indursky (1998b). A autora refere que

A estrutura, ao mobilizar a *memória discursiva*, trabalha com o repetível, inscrito em um tempo de longa duração, enquanto que o *acontecimento discursivo*, trabalha com a ruptura do mesmo, com a instauração do novo, inscrevendo-se em uma espécie de tempo, de curta duração. Instituída a ruptura com o dizer memorial, abre-se um novo domínio de memória, em torno do qual outros dizeres irão inscrever-se, participando também da estrutura (p.18).

O acontecimento e a estrutura dizem respeito às duas materialidades que constituem a teoria materialista dos sentidos, isto é, a materialidade lingüística e a materialidade histórica, respectivamente. Pêcheux (2006), ao tratar mais dessa relação, não admite que se preconize nos estudos semântico-discursivos um dos dois conceitos: prefere trabalhar em uma relação de complementaridade entre eles. O acontecimento, segundo o autor, é o ponto de encontro entre uma atualidade e uma memória.

Acerca da relação entre equívoco e falta é importante trazer que ambos constituem o real da língua, ou seja, a dupla falha da língua. O equívoco, por um lado, é ligado ao caráter deslizante da língua, e, através do equívoco, percebem-se na materialidade lingüística estranhamentos, ou seja, determinadas estruturas que parecem estranhas. Já a falta, por outro lado, diz respeito ao fato de que a língua nunca vai conseguir dar conta de todos os sentidos, e esse processo é ligado ao excesso e ao silêncio. Como o sujeito nunca vai conseguir transportar para o lingüístico a totalidade dos sentidos, ele pode exagerar e exceder-se na materialidade lingüística bem como silenciar determinadas estruturas. Ferreira (2007) afirma que essas três formas de se perceber o real da língua na materialidade lingüística forçam o analista a um triplo trabalho, “desnaturalizando o que não é natural, pondo em questão o que parece evidente e trazendo à presença o que se mostra ausente”. Esse é o trabalho do analista de discurso na busca dos sentidos, relacionados ao real, à falta, ao inconsciente.

Resta ainda tratar sobre a relação entre condições de produção do discurso e de condições de enunciação. As condições de produção não são os elementos presentes no contexto enunciativo, ou seja, a análise de discurso trabalha com uma concepção diferenciada daquela da teoria da enunciação, que admite a existência de um contexto enunciativo do qual fariam parte os sujeitos, o tempo e o espaço de enunciação. A AD entende que as condições de produção representam, na verdade, a historicidade, os sentidos que ecoam através da história. Não são somente os sujeitos e a situação que

preenchem as condições de produção, mas, também, a memória discursiva e o interdiscurso, visto que trabalha diretamente com os sentidos. As condições de enunciação não existem independentemente, como se fossem dados retirados diretamente da realidade. Como o sujeito é um ser interpretante, até mesmo as condições de enunciação compõem um quadro de deriva, isto é, de múltiplas possibilidades de sentido. A relação se dá, portanto, entre materialidade lingüística e historicidade, a qual acaba por determinar os sentidos, não possibilitando que seja qualquer sentido: existe um limiar interpretativo. Sabe-se que, na teoria, tendo em vista a idéia referente à língua como materialização da ideologia, ancorada no pressuposto da língua enquanto dispersão de sentidos, pode-se imaginar a possibilidade de qualquer sentido ser estabelecido a partir de uma determinada materialidade lingüística. No entanto, devido à influência da história, isso fica restrito, ou seja, a história determina a pluralidade de sentidos que podem emergir a partir de uma materialidade lingüística.

## **1.6 Um primeiro efeito de fechamento**

De tudo o que foi exposto sobre a constituição da teoria materialista dos sentidos, vale fazer uma breve recapitulação dos seus principais pressupostos antes que se continue a discussão envolvendo a área do conhecimento que será engajada na reflexão sobre o processo de constituição do sujeito e do sentido, a neurociência. Assim, em (05) são apresentadas as idéias da lingüística estruturalista, da psicanálise e do materialismo histórico-dialético que são utilizadas como base da análise de discurso e, em (06), refere-se como a análise de discurso se caracteriza em virtude dos conceitos mobilizados a partir das ciências citadas.

### **(05) O que fica na análise de discurso...**

5.1 da lingüística estruturalista: Conforme Ferreira (1999), “a sintaxe seria então a ferramenta que dá acesso ao acontecimento discursivo, a partir da análise da organização da língua” (p.65). No entanto, a concepção de língua da análise de discurso é diferente, pois é um lugar da falta, é uma estrutura com furos, sendo a falta constitutiva da língua. A descrição exaustiva do sistema lingüístico feita pelos estruturalistas acaba por evidenciar justamente isso: esse instrumento social e psíquico do qual todos os indivíduos se apropriam acaba por evidenciar falhas constitutivas, por não conseguir captar o real. A sintaxe evidencia esse caráter equívoco, incompleto, da língua.

5.2 da psicanálise: A teoria psicanalítica traz, pela perspectiva lacaniana, a concepção de sujeito cujo psiquismo é estruturado em três registros, representados através da topologia do nó borromeano. Existe um sujeito que só é sujeito pelo inconsciente, cuja emergência acontece através da linguagem, materializando-se pelas formações do inconsciente. A relação entre inconsciente e consciente é fundamental para que se compreenda a relação entre o sujeito freudo-lacaniano e o trabalho da ideologia,



visto que é assujeitado a dois esquecimentos que acabam por determinar os sentidos que operam no sujeito pela ligação entre os três registros do aparelho psíquico. O mais importante que deve ser salientado é a possibilidade de o sujeito modificar os sentidos presentes nas formações discursivas que o constituem, já que essa modificação somente é possível através da manifestação do sujeito do inconsciente na possibilidade de ruptura no eixo do repetível pelas falhas da língua.

5.3 do materialismo histórico-dialético: A concepção de história pelo materialismo histórico-dialético althusseriano contribui para a constituição da análise de discurso através da idéia de um sujeito assujeitado aos aparelhos ideológicos de estado, sendo determinado pela ideologia dominante. O sujeito faz parte, portanto, de um sistema de produção e reprodução, não havendo espaço para a sua manifestação individual, inexistindo a criatividade e a possibilidade de as relações sociais, ou melhor, os sentidos (no caso em que aqui se faz relação) serem outros além daqueles determinados pela ideologia.

#### (06) Como se caracteriza a análise de discurso.

A análise de discurso é uma teoria materialista dos sentidos, uma teoria crítica dos sentidos, ancorada em um tripé constituído pela história, pelo sujeito e pela língua. A partir da relação entre esses três elementos faz-se um trabalho de busca dos sentidos, os quais não são determinados aprioristicamente, mas dependentes da relação entre os sentidos determinados sócio-histórica, ideológica e inconscientemente. Na língua é onde se buscam as materialidades responsáveis por evidenciar essa tripla relação, sendo caracterizada como opaca por abrigar a possibilidade de mais de um sentido existir para a mesma concretude lingüística. Esse é o trabalho do analista do discurso: descrever a estrutura da língua e interpretar os sentidos que estão nela materializados. A AD possui princípios, os quais não constituem um modelo formal e, justamente por buscar desvelar os sentidos através do gesto de interpretação do analista, não entende a linguagem como cálculo, com seus sentidos premeditados, nem o analista como neutro, imparcial no processo de análise de seu objeto. Há elementos que constituem esse quadro os quais se tornam essenciais na compreensão do sentido, e esses elementos são impossíveis de categorização e de enclausuramento em um modelo de aplicação. Sujeito, inconsciente, formações discursivas, história, língua, ideologia, condições de produção são alguns dos elementos que fazem parte dessa conjuntura teórica.

Trazendo o efeito de fechamento, é referida uma afirmação de Malidier (2003) sobre a análise de discurso. A autora diz que “o *discurso* me parece, em Michel Pêcheux, um verdadeiro *nó*. Não é jamais um objeto primeiro ou empírico. É o lugar teórico em que se intrinca literalmente todas suas grandes questões sobre a língua, a história, o sujeito” (p.15) [grifos da autora]. Esse nó teórico, onde se encontram os conceitos que sustentam o tripé da AD, é a materialidade que lhe confere a possibilidade de existência de pontos de deriva, de rupturas na ordem do repetível. A fim de possibilitar à AD expandir seu poder de transdisciplinaridade teórica, são agregadas aos conceitos da teoria as acepções oriundas da neurociência. Dessa forma, é apresentado, em seguida, o campo do conhecimento humano que permitirá pensar um outro elemento agregado aos três que estão no tripé.

## A NEUROCIÊNCIA: APRESENTAÇÃO DOS PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

Uma idéia comum a todos aqueles que desempenham trabalhos situados na neurociência é a de que a não recepção de informações<sup>68</sup> a serem processadas no cérebro humano equivale à impossibilidade de comunicação com a realidade externa. Em outros termos, tem-se que, se o córtex não recebe os sinais, o mundo exterior pára de existir. Dessa forma, consoante Hudson (2000), “the outer layer of the brain, about ¼ inch thick, is the cortex. The cortex is multiply fissured or enfolded, and, compared with the rest of the brain, packed with nerves, about ten billion, it is estimated”<sup>69</sup> (p.151). Assim, o córtex é a região principal do cérebro humano, responsável pelo recebimento e processamento das informações sensitivas; porém, para funcionar, deve, obrigatoriamente, receber sinais da exterioridade.

O funcionamento do ser humano se dá assim: a partir das informações recebidas da exterioridade pelas vias sensitivas, a saber, tato, olfato, gustação, audição e visão, ocorre o processamento das informações no córtex, com especificidade funcional, ou seja, há determinadas regiões no córtex que são mais acionadas do que outras durante o processamento de informações específicas. Depois do processamento realizado a partir da entrada das informações, elas são agregadas àquelas já lá existentes, havendo uma constante modificação na estrutura do cérebro em função do contínuo contato com a exterioridade. Outro ponto pode ser ressaltado: há informações processadas as quais são “sentidas”, mas não “percebidas”. Daí surge o confronto entre informações direcionadas para um nível consciente (as percebidas) e outras que não são foco da atenção do ser humano (as sentidas). De qualquer maneira, todas elas fazem parte da recepção, processamento, armazenamento e produção de quaisquer tipos de informações.

Essas são questões fundamentais para que se entenda um pouco sobre o funcionamento da arquitetura cerebral, com a presença de elementos que processam a

---

<sup>68</sup> Como poderá ser constatado ao longo da leitura do presente capítulo, há uma diferença quanto à terminologia utilizada com relação à da análise de discurso. Enquanto aqui aparecem termos como ser humano, indivíduo, input, processamento e informações, não acontece o mesmo na AD. A teoria materialista dos sentidos opera com noções que articulam sentidos oriundos da história e da psicanálise, remetendo para um caráter diferenciado que constitui a teoria. No terceiro capítulo do trabalho será feita uma tentativa de unir os pressupostos de ambas as regiões do conhecimento, existindo a necessidade de ressignificação de alguns termos e de chamamento de outros para completar o quadro teórico estabelecido.

<sup>69</sup> “A camada mais exterior do cérebro, com aproximadamente ¼ de polegada de espessura, é o córtex. O córtex apresenta múltiplas fissuras ou dobras, e, comparado com o resto do cérebro, é repleto de nervos, aproximadamente 10 bilhões, é estimado” (tradução minha).

informação, os neurônios, residentes no cérebro. Serão discutidas, nas duas partes que compõem o segundo capítulo do trabalho, as noções fundamentais da neurociência, trazidas para que, no capítulo seguinte, sejam agregadas aos pressupostos que estão na base do funcionamento da análise de discurso de linha francesa.

## **2.1 A neurociência e seus conceitos fundamentais**

A neurociência, cujos estudos ainda são caracterizados pelo seu caráter recente, tenta explicar diferentes fenômenos que possuem ocorrência no cérebro do ser humano. No presente trabalho, assume-se que esse campo do conhecimento possui papel importante a desempenhar no quadro teórico da análise de discurso, complementando o poder explicativo da teoria no que concerne aos fenômenos lingüístico-discursivos.

Assim, a partir das considerações feitas anteriormente quanto às diferentes ciências nas quais a AD encontra abrigo, são trazidos os pressupostos daquela que se apresenta como a teoria que poderá trabalhar sobre o processo de constituição do sujeito e do sentido considerando uma diferente materialidade para a acomodação das questões de caráter discursivo. São expostas, no presente capítulo, as indagações concernentes à neurociência, área de estudos sobre a qual poucos trabalhos da ciência lingüística se ancoraram até o momento. A neurociência, portanto, é um campo cujas explorações são relativamente recentes, mas que já traz contribuições valiosas para diversos objetos de estudo, dentre eles a linguagem. Por estudar o sistema nervoso do ser humano, essa nova área examina todos os eventos que aí ocorrem, abrangendo desde a linguagem até a motricidade, por exemplo (fato que não anula uma relação entre esses dois eventos). Quando se trata de cérebro, nenhum acontecimento ocorre isoladamente.

Dos trabalhos desenvolvidos em lingüística que possuem o amparo da neurociência, vale referir que, ainda, a maioria está vinculada à lingüística formal, isto é, a preocupação envolve questões concernentes à estrutura da língua, sendo poucas as tentativas de compreensão do sentido (e não do significado), ou, até mesmo, do discurso, pelo viés da neurociência. Aqui será adotada uma postura diferenciada frente à concepção de linguagem, ou seja, a compreensão da linguagem é vinculada aos pressupostos teóricos da análise de discurso, não sendo entendida somente enquanto forma, como acontece nos trabalhos que convocam a neurociência ao estudar esse fenômeno. A perspectiva em que o trabalho se subsidia parece atestar uma necessidade de mudança no estudo de fenômenos lingüístico-discursivos.

Faz-se necessário, em um primeiro momento, remontar a uma definição do domínio do conhecimento sobre o qual se disserta agora. É trazida a acepção de Lent (2005) quando o autor afirma que neurociência é, na verdade, “Neurociências”, no plural, pois há diferentes tipos de neurociência, os quais se complementam. Esses tipos são: molecular, celular, sistêmica, comportamental e cognitiva e a diferenciação se dá quanto aos objetos de estudo. Eles abrangem, portanto, a química do cérebro, as estruturas das células nervosas, os grupos de células com especificidade funcional, os fenômenos psicológicos e as capacidades mentais mais complexas, respectivamente.

A neurociência possui, dessa forma, diferentes níveis de estudo, entre os quais há uma cooperação e uma coexistência simultânea e paralela. Os objetos de estudo possíveis envolvem o comportamento e a consciência, a estrutura dos circuitos intercomunicantes, sinais elétricos como elementos da comunicação, reações químicas, dentre outros, analisados a partir de determinado acontecimento que permeia *o corpo e a mente*<sup>70</sup> do ser humano, sendo a linguagem um deles.

Resgatar essas primeiras noções sobre a neurociência delega a necessidade de lembrar do pensador responsável por engendrar o surgimento de uma nova filosofia, rompendo com os pensamentos socráticos, platônicos e aristotélicos ainda em voga à época. Começou, então, o cartesianismo: René Descartes, cujas reflexões fizeram parte da ciência do século XVII, trouxe idéias que serviram de suporte para grande parte dos conhecimentos desenvolvidos desde o seu famoso *Discurso do método* (1999), obra na qual procurou criar um método matemático possível de ser aplicado ao pensamento filosófico através da razão. O conteúdo compreendido como mais importante diz respeito à dicotomia proposta pelo filósofo, quando refere que existe, de um lado, o corpo, e, de outro, a mente, ou melhor, a alma. Seriam duas formas distintas de realidade, duas *substâncias*, designadas por ele como a *extensão* (a matéria, o corpo) e o *pensamento* (a mente, a alma), sendo o último correspondente à consciência pura, sem ocupar lugar no espaço, ao passo que a matéria ocupa lugar no espaço, porém sem possuir consciência.

Desde então, a ciência se ampara nessa divisão quando trata dos aspectos que envolvem o ser humano, principalmente no que tange às reflexões filosóficas daí oriundas. O presente trabalho trata, em sua maior parte, da questão da constituição do

---

<sup>70</sup> A expressão faz referência à dicotomia cartesiana, como será explicado no texto. Já se adianta que, por o trabalho ser embasado em questões oriundas da neurociência, não se admite a existência da dicotomia mencionada.

sujeito, isto é, de quais quesitos atuam no trabalho de concretização do sujeito e como eles operam cooperativamente. Essa dicotomia cartesiana pressupõe que o sujeito seria um sujeito dividido, mas não da mesma forma que atestaram Freud e Lacan. O sujeito cindido da psicanálise o é assim por suas ações serem duplamente coordenadas, tanto pelo inconsciente quanto pela ideologia. Já o sujeito dividido da filosofia de Descartes é entendido como dual por possuir corpo e alma separadamente, sem interdependência existencial entre esses dois elementos.

Pensando na neurociência, essa divisão parece não ser mais atestável, assim como não o fora na psicanálise, pois Freud, apesar de não ter conseguido atingir esse objetivo devido a limitações da ciência da época, buscou fazer ligações entre o aparelho psíquico e a estrutura anatômica do sistema nervoso. Corpo e mente não são separados, tampouco independentes. Consoante Doin (2002), esses dois elementos são uma coisa só, mas com diferentes propriedades (p.121). Frente a essa afirmação, muitos podem pensar que tudo estaria reduzido à matéria, ao cérebro e suas conexões neuronais. Na verdade, o que acontece é que “há propriedades que vivenciamos como imateriais, mas que são condicionadas pela matéria” (p.121). Isso indica que corpo e mente são um; o que existe, então, são diferenças concernentes às suas propriedades e aos seus funcionamentos.

Portanto, ao se falar em cérebro, é impossível não aludir à separação cartesiana entre corpo e mente, da qual resulta a constituição de uma forma dicotômica de pensar sobre o mundo, característica do ser humano que se situa no lado ocidental do planeta. Chama-se o conceito de desconstrução provindo da filosofia de Derrida (1998) para ir de encontro a esse pensamento. Sobre essa noção, Coracini (2007b) diz que

remete à desmontagem estrutural do edifício logocêntrico, centrado na Razão, na lógica, na objetividade, cujos elementos se relacionam por oposição, oposição essa que caracteriza a forma de pensar da cultura ocidental e a forma de organização do sistema lingüístico, tal como o vêem Saussure e muitos lingüistas posteriores, estrutura que nos constitui e nos aprisiona a todos e a cada um (p.53).

Contrapondo-se ao exposto sobre o pensamento cartesiano do ser humano ocidental, a neurociência indica a não validade dessa idéia, indo ao encontro do pensamento do filósofo Jacques Derrida. Sobre ele, Dosse (2007b) afirma que “a linguagem derridiana desestabiliza as oposições tradicionais ao fazer jogar os indecíveis, verdadeiras unidades de simulacro, organizadores de uma nova ordem, carnavalesca, da razão” (p.40). Esse pensador trouxe a idéia de desconstrução, ou seja,

de que não existiria mais um “centro”, posição já ocupada pelo homem, por Deus e pela Terra ao longo da história do pensamento humano, idéia essa fundamental no logocentrismo. As feridas narcísicas se ocuparam de ir, gradativamente, descentrando essas figuras que foram se enraizando nesse lugar virtual de centralidade no entendimento do ser humano sobre si mesmo. Além disso, o que Derrida propõe, segundo Dosse (2007b), é que esses pares binários próprios do estruturalismo, tais como significante e significado, natureza e cultura, voz e escritura, sensível e inteligível, fossem modificados. Sobre isso, Coracini (2007b) menciona que “nada e ninguém são completamente diferentes; o bem e o mal, o sujeito e o objeto não se excluem, antes, se imbricam e se confundem” (p.53), e isso é a desconstrução.

Dessa forma, o cérebro é parte do corpo do indivíduo, e essas duas partes não podem ser separadas; da mesma maneira, por tratar das conexões neuronais que fazem parte do ser humano, não admite a existência de uma mente, separada do corpo. Tudo é explicado a partir de padrões neuronais, não existindo o corpo, material, de um lado, e a mente, imaterial, de outro: ambos são materiais, porque a mente existe enquanto ativação neuronal.

Se corpo e mente não são separados, parece que surgem vários elementos antes desconsiderados na compreensão dos processos neuronais que constituem as funções corticais superiores. Dentre essas funções pode ser destacada a linguagem, objeto de estudo deste trabalho. O que será enfatizado aqui é a linguagem, mas ela não pode ser desvinculada de todos os outros acontecimentos neurofisiológicos que ocorrem no cérebro o tempo todo, de forma *paralela e distribuída*<sup>71</sup>. Entende-se que essa função ocupa diferentes regiões do cérebro, existindo maior ativação de áreas no hemisfério esquerdo. No entanto, o objeto de estudo não pode ser separado da emoção, da razão, dos sentimentos, por exemplo, pois, no momento da manifestação lingüística, há a transmissão de informações de diferentes ordens para serem processadas no cérebro, oriundas do ambiente, que podem ou não acessar a consciência, mas que, com certeza, determinam a forma como se utiliza a linguagem. Esses elementos, para citar alguns, estão presentes em todas as situações ocupadas pelos sujeitos, entendidos nesse campo

---

<sup>71</sup> Faz-se aqui um jogo com as palavras *paralela* e *distribuída* por serem concernentes a um outro campo do conhecimento, a saber, o conexionismo, paradigma cognitivo que trabalha acerca da relação entre recepção, processamento, armazenamento e produção das informações com base em pressupostos teóricos oriundos da neurociência. Rumelhart & McClelland (1999) trazem os fundamentos essenciais que caracterizam esse campo.

do conhecimento como sujeitos neuronais, embora não exista a designação de “sujeito” nos trabalhos em neurociência e em neurofisiologia. Esse sujeito se difere daquele da psicanálise (sujeito do inconsciente), bem como do sujeito do materialismo histórico (sujeito da ideologia).

Agora são trazidos alguns elementos sobre a neurociência para contribuir com o estudo. Aqui será dedicado espaço para tratar da neurofisiologia do ser humano, sendo necessário abordar a estrutura do cérebro e de seus componentes, para, paralelamente, também pensar sobre a função cortical superior da linguagem e como ela se constitui no sistema nervoso do indivíduo.

O cérebro, órgão que constitui o sistema nervoso central, é protegido por uma estrutura óssea denominada crânio (crânio neural), cujas camadas impedem que impactos sejam prejudiciais à estrutura neuronal. As células nervosas que constituem as estruturas interiores ao crânio e à coluna vertebral são correspondentes ao sistema nervoso central (SNC), ao passo que as outras estruturas neuronais distribuídas pelo organismo, compostas por fibras nervosas ou por nervos, constituem o sistema nervoso periférico (SNP). A ligação entre o SNC e o SNP forma o neuro-eixo.

Os nervos são definidos como cordões esbranquiçados que unem o SNC aos órgãos periféricos. O sistema nervoso periférico é responsável pela transmissão das informações sensitivas, somáticas, viscerais e motoras através de nervos cranianos ou espinhais, ou seja, nervos com elo com o sistema nervoso central pelo crânio ou pela coluna vertebral.

O sistema nervoso central pode ser dividido em duas partes conforme a sua anatomia. De um lado, ficaria a medula espinhal (dentro do canal da coluna vertebral) e, de outro, o encéfalo (dentro da caixa craniana). No encéfalo há três partes: (i) o cérebro, dividido em telencéfalo, constituído pelo córtex cerebral e pelos núcleos da base, e diencéfalo; (ii) o cerebelo, preenchido pelo córtex cerebelar e pelos núcleos profundos; e (iii) o tronco encefálico, constituído pelo mesencéfalo, ponte e bulbo.

Esses agrupamentos de células possuem suas especificidades funcionais, por isso a necessidade de categorizá-las como pertencentes a diferentes regiões do cérebro. No entanto, isso não significa que elas sejam independentes do sistema nervoso por inteiro. Há uma certa restrição funcional, isto é, determinadas regiões são mais responsáveis por algumas funções cerebrais, mas não de forma totalmente independente do resto do cérebro; o importante a ser ressaltado é que cada região tem o seu papel na organização

do todo. O exemplo exposto por Lent (2005) é o de que, ao conversar com outra pessoa, várias regiões do cérebro estão atuando, responsáveis por diferentes funções (visão, linguagem, motricidade), e as emoções, bem como as memórias, também estão envolvidas. O autor diz que “cada uma dessas funções é executada por uma parte do sistema nervoso, mas todas as partes operam coordenadamente. Essa é a teoria da localização de funções no sistema nervoso” (p.2).

Assim, pensando sobre o cérebro e a localização das funções neurais, é fácil identificar duas dicotomias, bastante representativas dentro da literatura da área. Pode-se aludir à oposição entre globalistas e localizacionistas, de um lado, e, também, entre espiritualistas e materialistas, de outro. A primeira divisão diz respeito à localização das funções neurais, isto é, se estariam em todas as partes do cérebro (global) ou em partes específicas (local); a segunda concerne à relação dessas funções e ao lugar onde elas eram representadas, se no espírito, como algo que emerge, ou na matéria, tendo como origem a atividade cerebral.

Fazendo uma ligação com as recentes afirmações acerca da dicotomia entre o processamento global e local das informações sobre as funções neurais, a neurociência diz que existe, sim, uma especificidade funcional nas diferentes regiões do cérebro humano. Para citar alguns exemplos, pode-se referir que o tálamo, posicionado entre os sentidos periféricos e o córtex, controla a passagem dos sinais vindos dos órgãos dos sentidos, sendo que ao tálamo esquerdo seria delegado o controle da fluência verbal; no córtex cerebral são processados sinais referentes às funções superiores.

Memória, raciocínio, linguagem, criatividade possuem sua representação neuronal na área cortical, mais conhecida no senso comum como “massa cinzenta”, por justamente possuir uma coloração acinzentada, entendida como “a fina camada de substância cinzenta que reveste o centro branco medular do cérebro” (MACHADO, 2004, p.257). A região do córtex abrange todas as áreas que se encontram mais próximas da caixa craniana, não sendo localizada na parte mais interna do cérebro. Importante salientar que, no córtex, conforme Machado (2004), “chegam impulsos provenientes de todas as vias da sensibilidade que aí se tornam conscientes e são interpretadas. Do córtex saem os impulsos nervosos que iniciam e comandam os movimentos voluntários e com ele estão relacionados os fenômenos psíquicos” (p.257).

Da mesma forma, é constatado que há diferença nas funções desempenhadas pelos dois hemisférios do cérebro. A anatomia cerebral permite a identificação de duas



partes aparentemente separadas, de igual formato, uma localizada no lado direito e outra no lado esquerdo, mas conectadas por uma estrutura denominada corpo caloso, responsável pela comunicação entre os dois hemisférios. Bastante simplificada, pode-se dizer que o hemisfério direito trabalha mais com questões emocionais e holísticas, com a representação espacial e pictórica, habilidades artísticas como música e pintura, reconhecimento da fisionomia das pessoas e funções mnemônicas não-verbais, ao passo que o hemisfério esquerdo seria mais responsável por questões lingüísticas e analíticas, pela linguagem e pelo raciocínio matemático. Essa especificidade é chamada de lateralização funcional dos hemisférios, ou seja, “os hemisférios são especializados, o que significa que participam das mesmas funções de modo diferente. O conceito de especialização superou o conceito antigo de dominância, pelo qual um dos hemisférios faria tudo, sendo o outro uma “reserva técnica” coadjuvante” (LENT, 2005, p.645).

Também é interessante fazer menção sobre a lateralização e as funções do cérebro. Conforme Lent (2005), o hemisfério esquerdo é mais responsável pelas funções específicas – cálculos matemáticos, fala, escrita, identificação de pessoas, preferências motoras lateralizadas, identificação de objetos e animais, compreensão lingüística, leitura e relações espaciais qualitativas – enquanto o hemisfério direito trabalha em maior parte com as funções globais – prosódia, reconhecimento de categorias de pessoas, reconhecimento de categorias de objetos, compreensão musical, compreensão prosódica e relações espaciais quantitativas.

Geralmente os indivíduos possuem o hemisfério esquerdo com mais dominância para a linguagem; no entanto, caso aconteça de um sujeito possuir dominância do hemisfério direito para essa função, é possível que ele tenha um conhecimento pequeno de gramática, bem como uma repressão da comunicação de seus desejos e um maior entendimento do sentido do que da construção de uma frase. Vale dizer que a estrutura lingüística poderia ser mais correspondente ao hemisfério esquerdo.

Sobre o papel do hemisfério direito em questões relacionadas à linguagem, Springer & Deutsch (1998) ressaltam que “os pacientes com dano no hemisfério direito, freqüentemente falam com uma entonação monótona; também têm dificuldade de julgar o tom emocional da fala produzida pelos outros” (p.194). Da mesma forma, segundo os autores, aí seriam processadas as informações referentes à compreensão de nomes de objetos, dependendo se a palavra faz referência a algo concreto, em oposição a abstrato.

Assim, no que tange à lateralização e à relação com a linguagem, pode-se dizer que a maior parte do processamento das informações referentes à prosódia, metáfora, humor e literalidade acontece no hemisfério direito, enquanto no hemisfério esquerdo ocorreriam boa parte dos processamentos sintáticos e semânticos. Contudo, é importante enfatizar a não existência de zonas específicas no cérebro que funcionem apenas para a linguagem. As informações são processadas de forma paralela e distribuída, o que não dá margem a interpretações modulares sobre o processamento da informação.

Conforme Machado (2004), “a linguagem verbal é um fenômeno complexo do qual participam áreas corticais e subcorticais” (p.272). Há duas regiões no cérebro, ambas localizadas no hemisfério esquerdo, identificadas como os dois centros do processamento da linguagem: a área anterior da linguagem – área de Broca – e a área posterior da linguagem – área de Wernicke –, entre as quais existe a possibilidade de comunicação através de uma estrutura denominada fascículo arqueado. As áreas foram nomeadas assim por carregarem os nomes dos cientistas que as descobriram ao identificarem que os pacientes com lesões nessas áreas apresentavam distúrbios na linguagem, chamados de afasias: a afasia na área de Broca afeta a expressão lingüística, enquanto a afasia na área de Wernicke prejudica a compreensão da linguagem.

Ainda existe um outro tipo de afasia, denominada afasia de condução. Quando ocorre uma lesão na região que conduz as informações entre a área de Broca e a área de Wernicke, o fascículo arqueado, o indivíduo fica com dificuldade na expressão lingüística. Há muitos estudos relacionados aos diferentes tipos de afasia, e aqui somente foi feito um esboço para que se observe a relação entre funções superiores e regiões cerebrais.

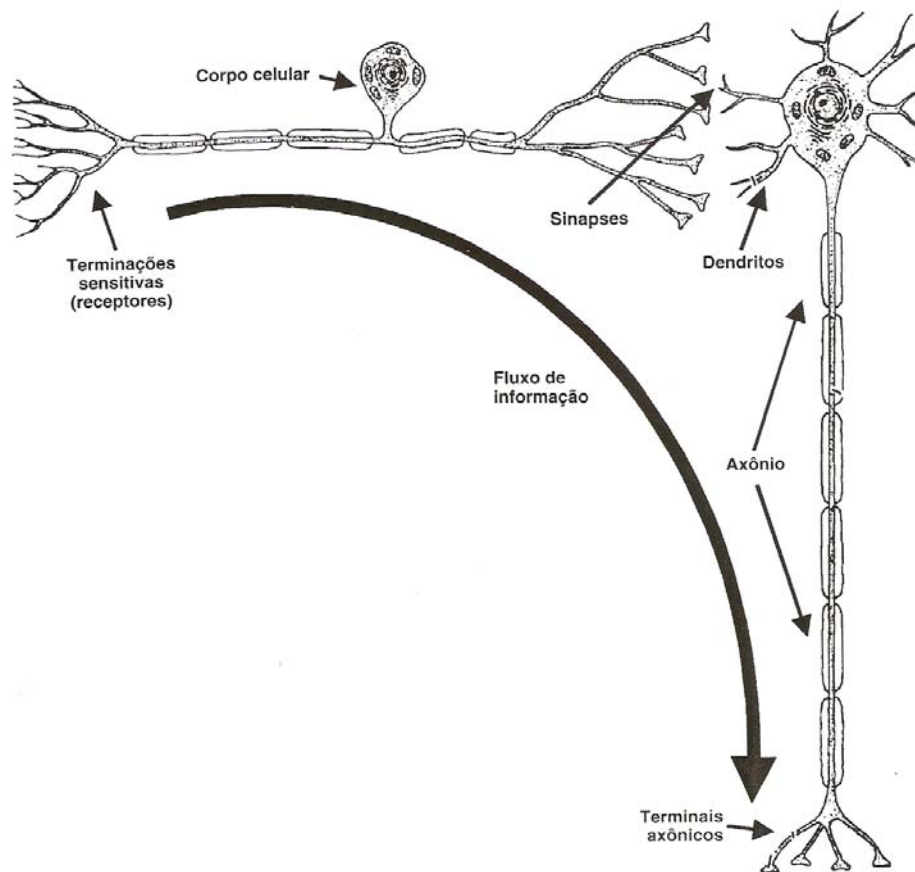
Tratando mais especificamente sobre a constituição celular do sistema nervoso, isto é, do tecido nervoso, pode-se dizer que as células ali presentes são os neurônios ou os gliócitos (glias). As glias são células que possuem função de infra-estrutura e existem em maior número do que os neurônios. Elas ocupam de 90 a 98% da área cerebral, respondem ao glutamato e também liberam glutamato, considerado um importante sinal químico de comunicação entre os neurônios, influenciando essa comunicação. Conforme Herculano-Houzel (2002), além de ter função de defesa e de modulação da atividade neuronal, essa célula é “considerada um conjunto de células silenciosas, cumprindo funções secundárias, como suporte, “preenchimento de espaço”, eliminação de detritos, isolamento elétrico e fornecimento de nutrientes para os neurônios” (p.26).

Pensando nas glias, parece interessante lembrar do mito de que somente usamos 10% do cérebro. Sobre isso, Herculano-Houzel (2002) menciona que praticamente todo o cérebro do ser humano é usado, e isso é possível devido à propriedade do sistema nervoso de realizar novas combinações entre os elementos que o constituem, bem como de alterar a eficácia daquelas que já existem. Aumentando a eficiência, aumenta a força que liga dois neurônios; se diminuída, fica enfraquecida, podendo ser eliminada. Esse movimento é entendido como a base do aprendizado: “como sempre se pode tirar uma conexão daqui e criar outra ali, será sempre possível fazer mais uma combinação, mais uma associação entre neurônios, e aprender mais alguma coisa” (HERCULANO-HOUZEL, 2002, p.24-25).

Já os responsáveis pelo recebimento, transmissão e processamento dos sinais são os neurônios, consideradas células altamente excitáveis, os quais possuem duas propriedades essenciais: a irritabilidade, permitindo que o neurônio seja sensível aos estímulos facilmente detectáveis através de mudanças do ambiente, e a condutibilidade, conduzindo o impulso através da célula. Praticamente todos os neurônios dos vertebrados podem ser excitados.

Sobre os neurônios, Lent (2005) expõe que “a célula nervosa produz e veicula diminutos sinais elétricos que são verdadeiros *bits* de informação, capazes de codificar tudo que sentimos a partir do ambiente externo e do ambiente interno, e tudo que pensamos a partir de nossa própria consciência” (p.14) [grifo do autor]. Pode-se inferir que todos os eventos envolvendo o ser humano, referentes à sua exterioridade ou à sua subjetividade, possuem um equivalente neuronal, consciente ou não. Essa é a mais importante das propriedades da célula nervosa: a produção de sinais elétricos que funcionam como *bits* de informação (cf. LENT, 2005, p.17). A estrutura da célula nervosa pode ser observada em (07).

(07) Estrutura da célula nervosa: o neurônio e a sinalização neuronal (cf. LINDEN, 1999a, p.190).



Há dois tipos de neurônios: os aferentes (sensitivos), que transportam a informação da superfície para o sistema nervoso central, e os eferentes (motores), cujo trabalho é o de levar os sinais do centro, ou seja, do sistema nervoso central para a superfície. Afirma-se a existência de um outro tipo de neurônio, entendido como neurônio de associação. Seu papel é o de intermediar a comunicação entre diferentes neurônios, unindo-os e, por sua vez, aumentando o número de sinapses, tornando possível a existência de comportamentos mais elaborados. Os neurônios de associação constituem a grande maioria do tecido nervoso do SNC.

Pensando na estrutura dos neurônios, eles são constituídos por um corpo celular, dendritos e axônio. Os dendritos são as extremidades ligadas ao corpo celular que recebem os estímulos. Os estímulos provocam alterações do potencial de repouso da membrana, as quais podem determinar a entrada ou a saída de determinados íons, expressando-se por pequena despolarização (excitatória) ou por hiperpolarização (inibitória). A primeira indica uma diminuição da carga negativa do lado citoplasmático da membrana, ao passo que a segunda traz o contrário, ou seja, há um aumento da carga

negativa no interior da célula ou aumento da positiva no exterior. O axônio, também uma extensão do corpo celular, transmite a informação oriunda do dendrito e processada pelo corpo celular para outras células, pois possui ramificações.

Cada neurônio possui somente um axônio, o qual se ramifica no final de seu prolongamento. Os axônios se associam às glias na transmissão das informações, e acabam por criar uma camada isolante denominada bainha de mielina, responsável por conduzir os sinais elétricos de forma muito rápida. Durante esse processo de recepção e de transmissão dos sinais, pode ou não ocorrer modificação no sinal processado.

A transmissão das informações se dá por meio dos impulsos nervosos, principal sinal de comunicação entre os neurônios. Os impulsos surgem a partir da membrana do neurônio, e gera um pulso elétrico. Quando chega ao axônio, essa estrutura propaga a informação, fazendo com que o impulso nervoso provoque a emissão de uma mensagem química. Essa mensagem transmite a informação para outro neurônio, que a recebe através dos dendritos, podendo esta informação estar diferente da original. Consoante Lent (2005), “os impulsos nervosos são considerados sinais de um código, palavras de uma linguagem, ou unidades de informação. E essa fantástica capacidade de produzi-los é justamente encarada como a principal propriedade dos neurônios” (p.18).

Assim, o sistema nervoso utiliza uma forma de comunicação que pode ocorrer entre um neurônio e uma célula muscular, entre um neurônio e uma célula secretora, ou entre os próprios neurônios. A linguagem utilizada pelos neurônios é química ou elétrica, ocasionando uma mudança do potencial de membrana, parte da célula nervosa que funciona como uma barreira, responsável por delimitar o corpo celular do meio extracelular.

Essa linguagem química ou elétrica depende do local onde é feito o contato entre os neurônios, ou seja, depende das sinapses. Essas estruturas são, na verdade, as responsáveis pela comunicação interneuronal. Consoante Linden (1999b), “são estruturas especializadas na transmissão de informação de uma célula para outra” (p.189). Trata-se de zonas de contato entre os neurônios e demais células que recebem esses estímulos oriundos do SNC. As sinapses transmitem, bloqueiam (parcial ou totalmente), modificam e, também, multiplicam as mensagens transmitidas entre as células nervosas. É nas sinapses, portanto, que pode ocorrer uma modificação na informação processada, sendo considerado um local de decisão no sistema nervoso.

As sinapses elétricas são bastante raras nos vertebrados, e somente são possíveis de acontecer entre os neurônios. Segundo Linden (1999b), nesse tipo de sinapse, “a comunicação se dá pela passagem direta de corrente elétrica de uma célula para outra” (p.198). Dessa forma, a transmissão dos sinais ocorre instantaneamente entre as células nervosas, sendo “particularmente úteis em respostas rápidas de natureza protetora e na sincronização da atividade de grupamentos celulares” (p.198). A comunicação das sinapses químicas depende da liberação de uma substância química, o neurotransmissor, o qual age sobre a célula seguinte da cadeia, ou seja, a célula pós-sináptica. Por conseguinte, a célula que libera o mediador químico é entendida como célula pré-sináptica.

Linden (1999b) apresenta os neurotransmissores presentes nas células nervosas:

Além da acetilcolina, cuja biossíntese e degradação no sistema nervoso central são semelhantes às da junção neuromuscular, os transmissores clássicos compreendem um grupo de amins biogênicas, certos aminoácidos e algumas purinas. As amins biogênicas são as catecolaminas dopamina, norepinefrina e epinefrina, a serotonina e a histamina. Os aminoácidos compreendem o glutamato, a glicina e o ácido gama-amino-butírico (GABA). As purinas incluem ao menos o ATP e a adenosina” (p.206).

Dessa forma, pode-se dizer que a comunicação entre as células acontece pela desestabilização do potencial elétrico da membrana da célula, estabelecido pelas cargas elétricas de dentro e de fora da célula. Em repouso, o neurônio mantém no seu interior íons orgânicos com cargas negativas e potássio ( $K^+$ ), enquanto seu exterior possui sódio ( $Na^+$ ) e cloro ( $Cl^-$ ). Esse potencial é alterado pela movimentação dos íons através da membrana.

A despolarização e a hiperpolarização são possíveis de ocorrer devido à estrutura da célula nervosa. Na hiperpolarização, o interior da célula é mais negativo, ocorrendo um aumento da diferença de potencial. Já na ocorrência de despolarização, acontece uma diminuição do potencial, e o interior da célula fica com mais íons negativos. Quando há ausência de estimulação, a célula está em potencial de repouso.

Pode ser dado um exemplo sobre como ocorre no cérebro o processamento de informações que penetram pelas vias sensitivas visuais e auditivas. Primeiramente, acontece a recepção e a codificação das ondas sonoras e da luz que forma as imagens, sendo envolvidos nesse processo o ouvido interno e a retina, os quais transmitem os sinais para o córtex cerebral e para várias outras áreas do sistema nervoso. Assim, sinais elétricos são gerados pelas membranas dos neurônios, sendo transmitida a informação

auditiva e visual para o SNC. As alterações eletroquímicas da membrana são chamadas de impulsos nervosos ou de potenciais de ação, os quais são “causados por variações de permeabilidade iônica da membrana, e capazes de se propagarem sem perda ao longo dos prolongamentos dos neurônios” (LINDEN, 1999b, p.189). Os sinais processados associam-se aos circuitos neurais de armazenamento de memória.

Resumindo o acima exposto, a morfologia dos neurônios é dividida em três partes. Duas delas são ramificações, ou prolongamentos neurais (os neuritos), através dos quais os sinais são processados, e são ligados ao corpo celular. Esses dois prolongamentos são os dendritos, responsáveis pelo recebimento dos sinais, e o axônio, o condutor dos impulsos nervosos, que transmite os sinais para os outros neurônios. Portanto, corpo celular (composto por membrana, citoplasma e núcleo), dendritos e axônio são as três partes do neurônio. A membrana que delimita o corpo celular possui a propriedade de permeabilidade seletiva, coordenando quais são as substâncias que entram e saem da célula no processo de transmissão de sinais. Nela existem canais iônicos, que podem ser abertos para a passagem de cátions ( $\text{Na}^+$ ,  $\text{K}^+$ ,  $\text{Ca}^{++}$ ) ou de ânions ( $\text{Cl}^-$ ) durante o processamento do impulso bioelétrico. No citoplasma há diferentes organelas que funcionam na manutenção da célula, cuidando da respiração, digestão, etc.

Então, pode-se dizer que o processamento da informação acontecerá pela liberação de neurotransmissor e geração de uma resposta elétrica pós-sináptica. Somente o elemento pré-sináptico possui o neurotransmissor armazenado em vesículas sinápticas. Consoante Machado (2004), “uma sinapse química interneuronal compreende o *elemento pré-sináptico*, que armazena e libera o neurotransmissor, o *elemento pós-sináptico*, que contém receptores para o neurotransmissor e uma *fenda sináptica*, que separa as duas membranas sinápticas” (p.24) [grifos do autor].

Essa frequência no recebimento de determinados impulsos bioelétricos é compreendida como código neural, ou seja, o “modo pelo qual o sistema nervoso codifica informações através de sinais inteligíveis para os neurônios” (LENT, 2005, p.189). Entende-se que qualquer tipo de informação processada a partir de impulsos da exterioridade, oriundos das diferentes vias sensitivas, são processados pelos nervos até o sistema nervoso central, transportados pelos códigos neurais. Assim, todas as informações externas transformam-se em correspondentes bioelétricos.

Uma das unidades da linguagem do cérebro é o potencial de ação. Assim como as línguas possuem palavras, frases, etc., o cérebro possui o potencial de ação como um de seus códigos. No entanto, por o potencial de ação operar com propriedades físico-químicas dos neurônios e, portanto, possuir sempre as mesmas características elétricas, a diferença se dá no intervalo de tempo existente entre os potenciais de ação, sendo o intervalo o inverso da frequência: quanto maior a frequência dos potenciais de ação ocorrentes do sistema nervoso, menor é a quantidade de intervalos, e vice-versa. Dessa variação na frequência é que emergem diferentes mensagens, de diferentes graus de complexidade.

Há uma grande flexibilidade funcional no sistema nervoso, decorrente de possíveis modificações ocorridas na passagem de informação de um neurônio para uma célula. Essas estruturas, as sinapses, podem ser químicas, verdadeiras modificadoras das mensagens, ou elétricas, responsáveis pela sincronização celular, visto que não realizam alterações na transmissão da informação.

As sinapses também podem ser excitatórias ou inibitórias, e o potencial pós-sináptico será polarizante ou despolarizante, respectivamente. A atuação dessas duas possibilidades sinápticas determinará o processamento das informações no cérebro, ou seja, a ocorrência ou não ocorrência da transmissão sináptica. Esse processo segue os seguintes passos, conforme Lent (2005): “(i) síntese, transporte e armazenamento do neurotransmissor; (ii) deflagração e controle da liberação do neurotransmissor na fenda sináptica; (iii) difusão e reconhecimento do neurotransmissor pelo receptor pós-sináptico; (iv) deflagração do potencial pós-sináptico; (v) desativação do neurotransmissor” (p.107). Esse processo é referente a uma sinapse; no entanto, o que interessa é o resultado do processo completo, compreendido como integração sináptica.

É importante referir que a capacidade de aprendizagem do ser humano, desde o seu nascimento, vai se consolidando a partir das sinapses estabelecidas, tanto de sua quantidade quanto de sua qualidade. Dessa forma, segundo Herculano-Houzel (2002), “o cérebro com que nascemos não é a fronteira final: ele aprende e vai se modificando com nossos esforços” (p.34). O cérebro, mais especificamente, as relações interneuronais, são capazes de apresentar consideráveis modificações estruturais, gerando padrões sinápticos diferentes. A essa especificidade dá-se o nome de plasticidade cerebral, e possui uma tendência de, gradativamente, ter menos maleabilidade devido à possibilidade de manutenção das mesmas engramações ao longo



da vida do indivíduo, mas sem significar que ele não realizará novas. O que acontece é uma constante adequação do cérebro para novas possibilidades sinápticas, sendo que tanto a função quanto a estrutura são afetadas por essa característica plástica que possui.

Essa plasticidade cerebral acontece devido ao fato de que o cérebro está constantemente recebendo novos sinais, os quais são sempre processados em relação com diferentes sinapses. Consoante Linden (1999b), “a organização funcional do sistema nervoso central repousa sobre a capacidade de cada neurônio integrar informações convergentes provenientes de várias fontes e distribuí-las a um grande número de alvos divergentes em cadeias neuronais complexas” (p.203). Isso significa que o caráter das informações processadas pelos neurônios pode se confundir, ou seja, durante o processamento de informações lingüísticas, por exemplo, podem interferir sinapses de ordem emocional, juntamente com aquelas oriundas das vias sensitivas<sup>72</sup>, etc. Devido à união de diferentes tipos de sinapses durante o processamento das informações no cérebro, referentes a várias funções exercidas pelo cérebro, sempre acontecerão padrões de processamento de informação diferentes, pois é possível dizer que são contextualizáveis, ou seja, dependem do momento, do lugar, dos interlocutores com os quais o indivíduo está mantendo relação e de onde ele recebe os sinais a serem processados. Nisso pode acontecer convergência ou divergência de processamento; em outras palavras, vários axônios coincidem sobre uma mesma célula ou há a ocorrência de ramificação dos axônios da maioria dos neurônios e eles formam sinapses com muitos neurônios pós-sinápticos, respectivamente.

O processamento das diferentes informações que acabam por compor a estrutura cerebral do indivíduo, caracterizada por conexões que preenchem variadas funções corticais superiores bem como o controle emocional e afetivo, por exemplo, pode emergir no consciente do ser humano. Dessa forma, sem fazer relação com a estrutura do aparelho psíquico de Freud, as informações que são processadas nos neurônios, de vários tipos, processamento que se dá por todo o cérebro de forma simultânea, podem ser percebidas pelo indivíduo ou não. Sobre isso, Linden (1999b) afirma que “mesmo nas modalidades onde o estímulo pode tornar-se consciente, grande parte do processamento neural independe da percepção consciente das informações sensoriais, as quais são analisadas em paralelo por diversos circuitos simultaneamente” (p.212).

---

<sup>72</sup> Modalidades que compõem o sistema sensorial: (i) tato, pressão, temperatura, dor; (ii) propriocepção; (iii) olfação; (iv) gustação; (v) audição; (vi) visão. Para cada modalidade existe um neurônio diferente (morfologicamente) responsável pela transmissão da informação.

Assim, a realidade acontece durante todo o tempo no cérebro, mas entende-se que somente é realidade aquilo que passa pela consciência do ser humano.

Conforme Lent (2005), “existem, portanto, dois mundos na natureza: o mundo real e o mundo percebido” (p.169). Somente existe som, gosto e cores se há alguém para escutar, provar e ver. O autor ainda acrescenta que “duas pessoas não percebem do mesmo modo uma obra musical. Além disso, a mesma pessoa não perceberá igualmente a mesma música se a ouvir em momentos diferentes de sua vida” (p.169). Esse argumento vai ao encontro do acima citado: os sentidos acontecem no cérebro dependendo dos elementos da exterioridade nos quais o indivíduo está inserido. E mais: o padrão neuronal estabelecido por dois indivíduos receptores dos mesmos sinais da exterioridade são diferentes.

Podem ser resumidos os argumentos para essa impossibilidade de dois sinais serem percebidos diferentemente por dois indivíduos. São eles: (i) as diferentes experiências e influências ambientais; (ii) as capacidades sensoriais dos neurônios são diferentes nos indivíduos; (iii) as informações veiculadas pelos sentidos dependem do estado fisiológico e psicológico pelo qual o indivíduo está passando; e (iv) o mundo percebido é diferente do mundo real.

## **2.2 Um segundo efeito de fechamento**

As idéias principais que permeiam a neurociência foram apresentadas no presente capítulo. O mais importante a ser enfatizado nesse segundo efeito de fechamento diz respeito à multiplicidade de informações processadas no cérebro a todo momento através de seus processadores específicos, os neurônios. Então, a partir de sinais oriundos da exterioridade e, também, do interior do sistema nervoso, ocorre a confluência de informações a fim de sempre provocar alterações na estrutura cerebral, ocasionando mudanças de comportamento.

Foram aqui levantados conceitos e termos específicos da neurociência, os quais deverão surgir no decorrer da reflexão. A partir dos pressupostos levantados poderá ser feita uma relação com a teoria dos sentidos, acontecendo uma ressignificação dos conceitos que permeiam a grade epistemológica da AD. Será necessário adotar uma nova designação para determinados termos da neurociência ao ser feita essa mudança semântica, pois, a esses elementos deverão entrar em consonância traços de uma ordem discursiva.

O próximo capítulo tratará especificamente da articulação entre neurociência e análise de discurso. Tem-se como premissa básica da reflexão a idéia de que “conhecer melhor o funcionamento cerebral não determina a direção das decisões a serem tomadas, mas acrescenta elementos indispensáveis para a discussão” (BEZERRA JR., 2007, p.135). O sistema nervoso e suas estruturas são considerados fundamentais na compreensão da subjetividade, e é possível de esses elementos serem articulados à teoria materialista dos sentidos no entendimento das questões semânticas.

## **A ANÁLISE DE DISCURSO E A NEUROCIÊNCIA: UMA POSSIBILIDADE DE RESSIGNIFICAÇÃO DO CONCEITO DE SUJEITO**

Iniciando a discussão que trabalhará no ponto de encontro entre a análise de discurso e a neurociência, lembra-se, primeiramente, das afirmações de Orlandi (2006b) na “nota ao leitor” da edição brasileira do texto *O Discurso: estrutura ou acontecimento* (PÊCHEUX, 2006), texto oriundo de uma palestra proferida pelo autor em 1983. A autora escreveu que Michel Pêcheux “propôs uma forma de reflexão sobre a linguagem que aceita o desconforto de não se ajeitar nas evidências e no lugar já-feito. Ele exerceu com sofisticação e esmero a arte de refletir nos entremeios” (p.7).

Seria inválido que se aludisse a uma comparação do presente texto àquele de Pêcheux; contudo, o importante é que seja pensado como uma tentativa de se trabalhar nesse entremeio, ou, como também diz Orlandi (2006b), nos interstícios, nos vãos das ciências categorizadas, buscando uma articulação entre essas ciências na compreensão dos fenômenos naturais, sendo a linguagem um destes.

Então, partindo desta necessidade imposta pelo filósofo responsável pela visão marxista-psicanalítica da linguagem, busca-se corroborar, por meio da presente reflexão, a urgência de se pensar nos interstícios teóricos através do engajamento de mais uma região do pensamento científico na compreensão da constituição do sentido e do sujeito. Assim, ao quadro epistemológico da análise de discurso é acrescida a neurociência. Esse desejo se coaduna ao expressado em Coracini (2007b):

Pretendemos trazer pontos que nos parecem relevantes para uma reflexão atual sobre um passado em eterna (re)constituição, situando-nos no entre, no espaço confuso e conflituoso da contaminação, das fronteiras fluidas e embaçadas, entre a casca e o núcleo (Abraham e Torok 1995), no hífen ou no limiar impreciso que separa e une passado e presente (p.28).

Partindo dessa idéia inicial, cabe realizar algumas reflexões introdutórias. Refere-se que diferentes materialidades podem constituir elementos fundamentais na compreensão de fenômenos diversos, e é justamente a partir de concretudes que os variados ramos da ciência operam. A física pode estudar a propagação das ondas sonoras no tempo e no espaço, e essa materialidade também pode constituir-se como objeto de estudo da fonética; a medicina pode trazer estudos que trabalhem sobre o funcionamento das cordas vocais e a articulação dos sons pelo aparelho fonador, o qual implica a atuação de movimentos articulatorios, e esse mesmo objeto pode servir

também à fonética; já a lingüística, relacionando-se ou não com outras disciplinas, busca realizar trabalhos envolvendo a sua materialidade específica: a linguagem e, quando atravessada pelos pressupostos marxistas, ganha um estatuto diferenciado.

Trabalhar com a linguagem pressupõe um movimento intenso de transformação de sentidos, ou seja, a tarefa do lingüista não se extingue depois da descrição dos elementos lingüísticos de um determinado texto, como se pensava há um certo tempo. A materialidade lingüística, dependendo da perspectiva teórica utilizada, pode revelar diferentes sentidos, e é isso o que acontece quando o analista se filia à teoria materialista dos sentidos, a análise de discurso, instaurando não simples descrições, mas gestos de interpretação, por entender-se que a linguagem é opaca.

A AD opera suas análises ancorada em uma tripla opacidade: a opacidade da língua, a opacidade da história e a opacidade do sujeito. O que possibilita esse pensamento é o fator que une esses três elementos: o sentido. A língua é opaca porque não existe uma relação direta entre palavra e coisa, podendo ser estabelecido mais de um sentido para a mesma palavra, expressão ou proposição, sendo o sentido “oferecido” pelas formações discursivas. Se o sujeito for um bom sujeito, ele aceita o sentido. A opacidade da história deriva da sua relação com a ideologia, a qual é constituída por diferentes formações discursivas. História não é data e cronologia, mas seu conceito decorre de como os sentidos vão sendo trabalhados em função da articulação entre os acontecimentos, as estruturas e a memória. O sujeito também possui sua opacidade, pois, ao ser determinado pela ideologia e pelo inconsciente, admite-se a possibilidade de ele constituir-se em um emaranhado de sentidos, cuja origem desconhece (mas acredita que é sua), e sendo a ele delegada a tarefa de interpretar. Essa possibilidade já exige uma reconsideração de seu estatuto, pois o sentido sempre poderá ser outro dependendo da afiliação do sujeito e da relação entre o inconsciente e a língua, a qual deixa transparecer falhas e evidencia a presença de pistas que podem levar para uma ruptura na ordem do dizer, quebrando com o processo de interpelação ideológica.

O presente capítulo apresenta considerações sobre uma articulação entre a análise de discurso e a neurociência, defendendo-se que existe a possibilidade, através das amarras que serão explicitadas teoricamente, de que se considere essa outra região do conhecimento humano na compreensão dos processos discursivos. Há, atravessando o sujeito, uma outra materialidade, além da materialidade lingüística, fundamental na sua constituição. Ela pode ajudar na constatação de seu processo de duplo

assujeitamento (ao inconsciente e à ideologia), passando-se, quem sabe, a um tripé<sup>73</sup> constitutivo de sua relação com a exterioridade da língua, a qual determina os sentidos. Parece ser interessante, a partir dessa reflexão, lembrar dos movimentos discursivos que proporcionaram mudanças na forma narcísica como o ser humano compreendia a sua essência ao longo da história. Passou de senhor dos seus atos e pensamentos para, com o passar do tempo, servo<sup>74</sup> da ideologia (conforme o materialismo histórico-dialético), servo do inconsciente (segundo a psicanálise), e, mais recentemente, como se defende no presente texto, servo das sinapses (como entende a neurociência). Pode-se afirmar, com base nesses pressupostos, que a linguagem, que possibilita a imersão do sujeito nessa tríade constitutiva, é resultado de processos ideológicos, inconscientes e neurofisiológicos.

### **3.1 Assistindo à reconfiguração das noções de sujeito e de sentido pelas lentes discursivas e neurofisiológicas**

Como já foram revelados os pressupostos que compõem cada uma das ciências da reflexão, é necessário versar sobre a possibilidade de interlocução teórica aqui vislumbrada. Lembra-se que a teoria materialista dos sentidos, conhecida como análise de discurso, é triplamente sustentada. Sua epistemologia pressupõe o resgate de três regiões do conhecimento. São elas: a psicanálise, a partir da leitura de Jacques Lacan do trabalho de Sigmund Freud, o materialismo histórico-dialético de Louis Althusser, cuja origem vem da filosofia de Karl Marx, e a lingüística estruturalista, segundo as idéias de Ferdinand de Saussure presentes no *Curso de Lingüística Geral*. Assim, conforme Orlandi (2006a),

Com a lingüística ficamos sabendo que a língua não é transparente; ela tem sua ordem marcada por uma sua materialidade que lhe é própria. Com o marxismo ficamos sabendo que a história tem sua materialidade: o homem faz a história, mas ela não lhe é transparente. Finalmente, com a psicanálise é o sujeito que se coloca como tendo sua opacidade: ele não é transparente nem para si mesmo. São, pois, essas diferentes formas de materialidade – de não transparência – que vão constituir o cerne do conhecimento de cada um desses campos do saber (p.13).

Os três pilares estruturalistas que sustentam a análise de discurso não necessariamente indicam que ela se trata de uma teoria inserida no movimento

<sup>73</sup> Esse tripé transformar-se-á em uma unidade, uma base, como será visto.

<sup>74</sup> Deve-se deixar exposto que o termo “servo” está operando aqui para explicitar a submissão do sujeito às três forças elencadas, enfatizando o fato de que ele não é dono do seu dizer e não é plenamente consciente, sendo abalado por diferentes movimentos científicos ao longo da história.

intelectual estruturalista. Existe um embate entre a AD e o estruturalismo. Um dos motivos mais salientes da ocorrência desse confronto advinha do não envolvimento dessa escola do conhecimento em movimentos de intervenção, de tentativa de mudança na ordem social, justamente um dos principais objetivos da instauração da análise de discurso. Nisso houve a inserção de contribuições oriundas de diferentes ciências, passando-se a perceber a linguagem em um conflito entre o individual e o social. Assume-se, dessa forma, que há, de um lado, a psicanálise, mais voltada para o indivíduo, e, do outro, o materialismo histórico-dialético, preocupado com a questão social. A proposta de Pêcheux de trabalhar com ambas as regiões do conhecimento na compreensão do sujeito trouxe uma possibilidade diferenciada, localizada em um intervalo, de pensar sobre as noções que permeiam a teoria materialista dos sentidos. Assim, assumir essa residência instável (nômade, talvez) para a AD dentro dos estudos da linguagem permite uma fácil inserção em sua grade teórica de saberes oriundos de outras áreas.

A concretização dessa idéia é ancorada no pressuposto de que há “uso cada vez mais freqüente de explicações materiais e fisicalistas para a experiência subjetiva e a vida social, fundindo em um mesmo plano ontológico – graças à “nova ciência do homem total” (as neurociências) – o cerebral, o mental e o social” (BEZERRA JR., 2007, p.133). Então, para que a proposta se viabilize, parece que dois elementos consubstanciam o diálogo: o conceito de estrutura e o conceito de subjetividade, ambos presentes no título do texto, trabalhando-se em um movimento da estrutura para a subjetividade e da subjetividade para a estrutura. A primeira relação que se traça nesse início de interlocução teórica se dá a partir da noção de estrutura, a qual atravessa todos os campos do conhecimento resgatados anteriormente.

Continuando a tratar sobre a questão da *estrutura*, apesar de ela ter se tornado não determinante para a epistemologia da análise de discurso, parece ser interessante resgatar esse elemento cuja presença é identificada nas origens da ciência lingüística e que contribui amplamente para o desenvolvimento dessa ciência. Esse elemento será de suma importância na teorização acerca de uma ressignificação dentro do próprio território da AD. É, portanto, pela noção de *estrutura* que se busca, primeiramente, estabelecer uma possibilidade de união entre as ciências que constituem a base epistemológica da AD e a neurociência na compreensão dos conceitos de sujeito e de sentido.

No entanto, esse resgate operado pela noção de estrutura deve ser ressignificado, pois não pode trazer consigo o pensamento de que estrutura seja algo de origem positivista. Essa idéia é incoerente com a teoria materialista dos sentidos, e exige uma reconfiguração. A estrutura da qual se trata aqui diz respeito a uma base organizacional comum (com furos) em um determinado sistema, seja ele lingüístico, psíquico, social ou discursivo.

Ao elencar os diferentes tipos de sistema, vale fazer menção à concepção de que cada um deles é estruturado diferentemente, de acordo com especificidades regulamentais, que garantem a manutenção da estrutura. Dentro do campo discursivo, pode-se dizer o mesmo, mas enfatizando a existência de uma estrutura *passível de falhas*. É a partir disso que se torna almejável vislumbrar uma interlocução com a estrutura cerebral. Acredita-se haver, sempre, o papel da estrutura como responsável pela sustentação material do processo de constituição dos sentidos e dos sujeitos, possível de acontecer através da intervenção da história, a qual possui sua materialidade específica.

Se Michel Pêcheux busca subsídios em três teorias estruturalistas para ponderar sobre uma explicação acerca dos fenômenos semântico-discursivos da linguagem, supõe-se que sua teoria seja, também, estruturalista. Althusser tratou da estrutura da sociedade; Lacan traz à tona a estrutura do psiquismo humano; Saussure relata sobre a estrutura da linguagem. Resta mencionar que Pêcheux traz à tona uma estrutura do discurso, no qual estariam presentes todos os elementos mencionados, ou seja, o social, o individual e a linguagem, dando ênfase especial à questão do sentido e da interpretação, com base nos processos discursivos constitutivos dos sujeitos e que os determinam social e individualmente.

Também pode ser dito que, por o movimento intelectual estruturalista se preocupar em explicitar as relações entre os elementos de um determinado conjunto, a análise de discurso pode ser inserida nessa linha de pensamento. O único problema concernente a essa afirmação diz respeito à importância que o estruturalismo atribui à formação de um modelo, o qual se coaduna com os princípios positivistas, embasado na descrição das relações pertinentes dentro da estrutura (sem furos). A análise de discurso não pensa em modelo, muito menos em descrição, somente. Há, na verdade, uma tensão entre interpretação e descrição, visto que se assume a descrição como necessariamente um gesto de interpretação. A relação a ser estabelecida assume, dessa forma, outra



direção: a AD se preocupa em trazer à tona os elementos que operam na constituição do fenômeno semântico, bem como as relações entre esses elementos. O entendido como diferente na comparação com as teorias estruturalistas é a idéia de que a análise de discurso assume uma posição diferenciada quanto à descrição neutra e objetiva do objeto em análise, pois toda descrição é, por si só, uma interpretação. Dessa forma, não existe a possibilidade de ser almejada a criação de um modelo a partir da observação das relações entre as partes de um todo, e é daí que surge o embate entre análise de discurso e estruturalismo.

Justamente por a análise de discurso entender toda descrição como uma interpretação, não se trabalha com uma concepção de língua homogênea, como afirmava Saussure. Na verdade, o trabalho dos estruturalistas saussurianos de descrever a língua trazia à tona o problema dessa estrutura, ou seja, não existe a possibilidade de ela ser plenamente descrita lingüisticamente porque possui falhas, e o mais interessante é que a descrição desse objeto é feita a partir do próprio objeto, tornando o processo do lingüista ainda mais pertinente ao confronto com a falha, com o impossível da língua (o real da língua). E é esse o ponto principal de embate entre os estruturalistas e os analistas de discurso: a estrutura possui falhas, posto que não há ritual sem falhas. É, portanto, uma “estrutura que comporta o furo real” (LEITE, 1994, p.25).

Há três estruturas que atuam no processo de constituição do sentido: o sujeito, a ideologia e a língua. Afirmar que esses três elementos são estruturas parece indicar um caráter bastante redutor das três noções. No entanto, eles são entendidos dessa maneira por possuírem uma base organizacional que mantém determinados padrões de funcionamento e, principalmente, por serem dotados de uma materialidade. No entanto, essa materialidade é como se fosse uma rede (teia), e a estrutura dessa rede não é somente o seu caráter material: ela significa porque tem furos. Enfatizam-se as três estruturas mencionadas como redes e, por assim ser, com furos. Esse é o caráter especial da noção de estrutura trazida à tona no trabalho: sujeito, ideologia e língua são estruturas com furos, isto é, são estruturas com falhas.

Essas falhas emergem de diferentes formas, e são reconhecidas na parte material da teia. Isso significa que, por trás da materialidade, existe uma parte imaterial, mas presente na estrutura, pois é delimitada pela rede (os furos). Ela tem uma materialidade, mas também uma imaterialidade, e tanto uma como a outra constituem o seu significado e a fazem funcionar como rede.

A idéia de sujeito, ideologia e língua enquanto estruturas com furos deve manter diálogo e possuir uma ressignificação ao se coadunar com a neurociência. É de extrema importância a reconfiguração dos conceitos dessas estruturas, partindo-se do pressuposto fundamental de que a base de todas as três é a questão neurofisiológica, a qual permeia a relação entre elas. Dedicar-se um espaço para a tarefa de articular a concepção de língua, ideologia e sujeito aos pressupostos teóricos da neurociência.

A língua é a estrutura lingüística. É a partir dela que o analista do discurso consegue desenvolver o seu trabalho, pois ela é a materialidade por meio da qual podem ser observados como os sentidos se materializam a partir de um processo de determinação ideológica, sentidos que são reconhecidos pelo sujeito através de um gesto de interpretação. Somente o sentido é reconhecido pelo sujeito, e não todo o processo ideológico pelo qual o sentido se constitui, visto que a ideologia mantém uma relação silenciosa com o sujeito. Isso se justifica devido à idéia de que o sujeito não tem conhecimento do processo de interpelação ideológica a que está submetido; contudo, é essa a condição para que possa ser sujeito. Nesse entremeio está a estrutura lingüística, pois é intrínseca à teoria a concepção de que o processo de constituição do sujeito e do sentido não existe enquanto abstração: esse processo precisa de uma concretude para existir, conforme os pressupostos marxistas que ancoram a análise de discurso. Destarte, é a língua o lugar onde a ideologia encontra uma âncora para operar o seu processo de assujeitamento. Em suma: nas regras semântico-morfológico-fonético-sintáticas poderão ser desvelados os sentidos que permeiam o sujeito.

Contudo, a língua não possui somente uma materialidade física, ou seja, não se constitui somente por ondas sonoras, gestos, letras em um papel, Braille. Essas materializações de um sistema com regras utilizado pelos sujeitos para se inserirem discursivamente na sociedade não existem somente fora do sujeito: a língua possui uma materialidade interna, isto é, a língua é, também, conexões neuronais. É nesse sentido que a neurociência contribui para a concepção de língua. Saussure afirmava que a língua é física, fisiológica e psíquica, mas somente a parte psíquica interessava ao estruturalismo. No presente texto, a língua é assumida como física, fisiológica e neuronal, já que a parte psíquica da língua saussuriana corresponderia às sinapses ocorridas no cérebro correspondentes à estrutura da língua. O psiquismo estruturalista remete à idéia de abstração, conceito que não se encaixa nas concepções advindas da neurociência.

Assim, no cérebro, materializada enquanto comunicação interneuronal, isto é, enquanto estruturas sinápticas, a língua vai gradativamente emergindo ao longo do desenvolvimento humano, e funciona permanentemente dessa forma, sempre se modificando, não existindo uma localidade específica para a língua no cérebro. A materialidade lingüística chega através de ondas sonoras<sup>75</sup>, passadas para o cérebro. Lá, são interpretadas pelos neurônios e os sinais sonoros são enviados para várias regiões cerebrais, dentre elas a área de Wernicke, possibilitando a compreensão pelo sujeito dos sinais sonoros, ou seja, a atribuição de sentido à materialidade lingüística. Quando o sujeito enuncia, acontece a transformação das estruturas sinápticas, algumas delas presentes na área de Broca, em sinais enviados para o aparelho fonador, e este produz ondas sonoras que alcançam as vias sensitivas auditivas do interlocutor, e conduzem um impulso elétrico-químico para o córtex e, de forma significativa, para a área de Wernicke. As duas regiões da linguagem entendidas como principais responsáveis, respectivamente, pela produção e pela compreensão lingüística, atuam em conjunto na materialização-interpretação<sup>76</sup> dos sinais da língua, resultando em um trabalho que envolve estruturas físicas e fisiológicas. A língua é, dessa forma, estrutura materializada tanto física quanto neurofisiologicamente e, devido à essa especificidade, é sempre individual, pois cada sujeito possuirá uma estrutura lingüística que lhe é própria, visto que os padrões de ativação neuronal referentes à língua serão diferentes de um sujeito para o outro, mesmo partindo de um igual sinal lingüístico recebido por diferentes sujeitos.

No entanto, enquanto estrutura, a língua possui falhas, furos, incompletudes. É importante salientar que não são somente as áreas de Wernicke e de Broca as atuantes na materialização-interpretação da língua no/pelo cérebro. Os sinais de ordem lingüística são materializados por todas as regiões, afetando áreas responsáveis por trabalhar com sinapses emocionais, afetivas, motoras, visuais, auditivas, por exemplo. Isso indica que praticamente todo o cérebro humano é usado durante o momento de materialização-interpretação dos sinais lingüístico-discursivos. Todas as atividades

---

<sup>75</sup> Está-se aqui tomando como exemplo uma interação face-a-face entre dois interlocutores através da fala. Também poderia ser trabalhada a questão da leitura, da comunicação entre surdo-mudos ou da leitura do Braille. A maneira como a materialização sináptica ocorre para todos esses processos é semelhante; o que se torna diferente são as vias sensitivas através das quais os sinais lingüísticos alcançarão os neurônios do córtex e das principais regiões do cérebro referentes ao processamento lingüístico.

<sup>76</sup> A designação *materialidade-interpretação* deve substituir *processamento*, como será mais tarde explicado.

desempenhadas pelo sujeito sempre abrangem várias regiões do cérebro ao mesmo tempo, existindo uma maior especificidade funcional para algumas delas, como acontece com partes do hemisfério esquerdo ao trabalhar com a compreensão e com a produção da língua.

A estrutura lingüística, como foi dito, por abranger várias sinapses localizadas em diferentes regiões do cérebro, pode apresentar falhas. Às vezes, os sinais são modificados durante a passagem das interpretações sinápticas, pois o cérebro tem o poder e a autonomia de assim fazê-lo. O sistema nervoso é capaz de realizar novas combinações entre os elementos que o constituem e, também, a força que liga os neurônios pode ser modificada.

As falhas na língua podem ser vistas como as possibilidades múltiplas de ativação de sinapses, como a concorrência entre vários padrões ativados. Isso pode originar falhas, garantindo que a língua possa falhar, e tudo isso indica o papel atuante do inconsciente, compreendido enquanto estrutura neuronal, nas materializações-interpretações das interpretações sinápticas lingüísticas. A interpretação sináptica é compreendida como a informação, dentro da perspectiva da neurociência, acrescida de elementos da análise de discurso, sendo necessária a mudança de designação. O mesmo acontece com o termo processamento, substituído por materialização-interpretação.

Ainda sobre as falhas, tem-se que o caminho percorrido por determinado sinal lingüístico pode ser desviado no cérebro, ocasionando a presença/ausência de outras materialidades lingüísticas na fala, e propiciando a emergência das formações do inconsciente no nível do intradiscurso. É justamente nesse movimento que o sujeito pode afetar a formação discursiva, pois somente acontece mudança nos saberes que constituem a formação discursiva através da materialização.

Interessante ressaltar que, conforme os pressupostos aqui levantados, a língua falha, enquanto interna e externa, não correspondendo ao entendimento de Saussure desse conceito. As falhas da língua ocorrem, na maioria das vezes<sup>77</sup>, devido às manifestações do inconsciente. Dessa forma, o sujeito é constituído na falha do outro, da alteridade, já que é imerso nas redes de significantes presentes na materialidade lingüística do outro, por ser necessária a sua inserção no social para ser sujeito.

---

<sup>77</sup> Comenta-se a atribuição das falhas na língua não totalmente ao inconsciente visto que elas podem acontecer em estágios de aquisição da linguagem, por exemplo.

Outra questão importante de ressaltar é que a língua nunca poderá materializar todas as interpretações sinápticas ocorridas no cérebro humano. São 100 bilhões de neurônios agindo de forma ininterrupta, paralela e distribuída. Aí está a falha maior da língua, o seu real constitutivo: a materialidade lingüística não consegue dar conta de todas as interpretações neuronais que acontecem no cérebro. O cérebro é puro sentido funcionando de uma maneira química e elétrica, intransponível para a materialidade lingüística, em sua completude. Tenta-se buscar essa outra materialidade, de ordem sonora, por exemplo, mas ela é insuficiente para resgatar a multiplicidade de sentidos que acontecem a todo momento no cérebro do sujeito. Entende-se que língua é uma estrutura que busca materializar as conexões neuronais no nível lingüístico com o objetivo de o sujeito inserir-se discursivamente na sociedade e atuar nela subordinado ao inconsciente e à ideologia, também materializados sinápticamente a partir da exterioridade. Lembrando Teixeira (2005), “a língua é o lugar em que a *exterioridade* deixa o seu traço” (p.20) [grifos da autora].

Dessa forma, a exterioridade é mapeada internamente, isto é, os processos ideológicos e a inscrição da história na língua possuem um momento de trânsito antes de se materializarem lingüisticamente. Esse momento de trânsito acontece no cérebro através das conexões neuronais. As falhas dos rituais são intermediadas pelo sistema nervoso do sujeito, que possui correspondentes neuronais para todo o processo de assujeitamento e de falhas nele, as quais possibilitam o rompimento da ordem do repetível.

Tem-se, então, a ideologia como a segunda estrutura que constitui o tripé de conceitos fundamentais da análise de discurso, e corresponde à estrutura social, não deixando de somente existir devido à sua relação com o individual. A ideologia para a AD é o conjunto de saberes que dita como uma sociedade deve ser determinada, quais forças regem o funcionamento da sociedade, e deverá atuar nas formas como os sujeitos se relacionam bem como no regime sócio-político adotado pela sociedade. Não existe um sujeito somente que rege o funcionamento da ideologia: ela existe no social, mas age controlando as materialidades produzidas pela individualidade. Cada sujeito é recrutado para ser afiliado à ideologia, e, de forma velada e silenciosa, o sujeito se identifica a um conjunto de sentidos que o assujeitam, as formações discursivas, as quais fornecem o conjunto dos saberes possíveis de agirem na sociedade e agrupam os sujeitos de acordo com essa determinação.

É possível traçar uma correspondência entre esse funcionamento da ideologia e a neurociência, posto que, conforme Althusser, o sujeito é interpelado em sujeito pela ideologia, ou seja, a condição para ser sujeito é ser assujeitado à ideologia. Então, desde o seu nascimento, o sujeito vai sendo inserido em regiões discursivas de forma inconsciente, pois desde que surge no mundo o sujeito é imerso no simbólico, no lingüístico, e é no lingüístico que acontece o discursivo. Portanto, o assujeitamento é um esquecimento da origem dos sentidos; na verdade, é um apagamento dessas origens feito pela própria ideologia. Da materialidade lingüística a qual o sujeito vai sendo exposto desde o nascimento, surgem diferentes possibilidades de sentido, com quais o sujeito vai entrando em contato. Os sentidos vão se materializando através da língua no cérebro, enquanto engramações que determinam os sentidos que devem emergir na consciência e aqueles que devem estar recalcados no sistema inconsciente, ou seja, pode-se atribuir ao inconsciente o caráter de engramações que acontecem no cérebro, mas que devem permanecer fora do alcance da consciência, isto é, não são percebidas pelo sujeito. Existe, portanto, a possibilidade de aceitar a ideologia como um dos elementos determinantes das sinapses do sujeito, visto que somente alguns sentidos serão autorizados de serem materializados-interpretados sinapticamente e de emergirem na consciência, e outros não. É aí que a ideologia opera.

Porém, essa ideologia é uma estrutura com falhas. Da mesma forma como os caminhos percorridos pelas sinapses lingüísticas podem passar por outros roteiros, os sentidos oferecidos pela ideologia também podem ser desviados de sua rota inicial. Isso porque o que falha na ideologia está ligado à sua concretude, à sua materialidade exterior (lingüística) acessada pelo sujeito em seu exterior, ou seja, em sua inserção na sociedade. A ideologia se materializa na língua, e o que a ideologia busca é a transparência, a evidência do sentido; no entanto, a língua é opaca, existindo sempre a possibilidade de uma pluralidade de sentidos emergir, dependendo do sujeito que faz a interpretação e da sua filiação discursiva. Aí está a contradição constitutiva da ideologia e a sua falha: ela tenta dar sentidos prontos, mas por esses sentidos serem concretizados através da língua, caracteristicamente opaca, sempre o sentido poderá ser outro, se inscrevendo em uma outra formação discursiva. A falha da ideologia está em não controlar totalmente as interpretações dos sujeitos, que podem movimentar os sentidos passando por diferentes formações discursivas e ocasionando a ruptura. Esse processo pode ser espelhado, mapeado sinapticamente, por meio de outros caminhos

interpretativos possíveis de serem percorridos pelas sinapses durante a materialização- interpretação dos sinais lingüístico-discursivos. A ideologia é, então, a estrutura social que fornece os sentidos aos quais os sujeitos deverão se subordinar. Ela possui correspondentes sinápticos que possibilitarão uma variação na interpretação e a possibilidade de ruptura com a ordem do repetível implementada pela ideologia.

Além disso, consoante Costa (2008), com o passar do tempo, “neurônios distantes tendem a se unir por meio das ligações chamadas sinapses, quando são estimulados ao mesmo tempo. Essas conexões tendem a se tornar mais fortes ou mais fracas, conforme a experiência as reforça de maneira positiva ou negativa<sup>78</sup>” (p.41). Isso significa que a própria ideologia tem um papel fundamental na manutenção ou separação de determinadas estruturas sinápticas, reforçando-as ou não. As conexões neuronais possuem pesos, os quais podem variar dependendo de toda arquitetura cerebral e das conexões a elas associadas e, principalmente, do trabalho das conexões com “traços” ideológicos e inconscientes que atuam não só na manutenção ou extinção das engramações, mas no valor que elas terão para toda a estrutura neuronal.

O local de materialização da ideologia e da língua é o cérebro, e aí está, portanto, a estrutura constitutiva do sujeito, a materialidade que permite a união entre ideologia e inconsciente e a passagem dessa união para a exterioridade através da linguagem. Se a ideologia é a estrutura social, o sujeito<sup>79</sup> é a estrutura individual, e sua existência só é possível devido à inserção no social. O sujeito da análise de discurso, cindido, dividido entre os desejos do inconsciente e as determinações da ideologia, fragmentado no embate entre o real e o imaginário, o impossível e o ilusório, encontra na linguagem, isto é, no simbólico, o lugar de possibilidade de rompimento; todavia, esse rompimento ocorre em virtude da inserção do desejo do sujeito em uma ordem que é de soberania da ideologia. O real do sujeito, a falha, está nos chistes, nos lapsos, onde o inconsciente deixar passar, através da linguagem, os desejos que foram, em algum momento, escondidos no real, na ordem daquilo que é impossível de emergir no simbólico, mas entre os quais é possível um tímido ponto de contato. Alguns sentidos

---

<sup>78</sup> Não necessariamente a associação com o behaviorismo se faz presente aqui. Quando se fala em reforço de maneira positiva ou negativa, não é reforço no sentido behaviorista. O positivo e o negativo estão fundamentalmente relacionados com o peso da engramação, podendo ser aumentado (reforço positivo) ou diminuído (reforço negativo). O reforço é relativo às engramações, ou seja, às marcas fisiológicas registradas no cérebro.

<sup>79</sup> As designações *indivíduo* e *ser humano* serão substituídas sempre pela designação *sujeito*. Esse novo sujeito é, como será explicado, não somente inconsciente e ideológico, mas, também, neuronal.

são materializados linguisticamente, mas ocorre, nesse movimento, uma castração simbólica, pois não se pode simbolizar tudo o que está no real.

Assim, esse movimento do real para o simbólico sempre deixa sobras, sempre deixa sentidos que não poderão ser lingüisticamente materializados. A língua é incapaz de conter em sua materialidade todo o potencial semântico que reside no simbólico. A partir desse caminho é possível chegar à neurociência, a qual corrobora essa incapacidade da linguagem de materializar todas as interpretações sinápticas, de ordem consciente e inconsciente, que acontecem no cérebro. Volta-se a essa questão, já levantada anteriormente: a multiplicidade de sentidos presentes nas relações entre os 100 bilhões de neurônios que residem no cérebro não é possível de encontrar abrigo total na língua e ser reduzida somente à estrutura lingüística. O verdadeiro sujeito é o sujeito do inconsciente, como já dizia Jacques Lacan. Na verdade, pode-se ampliar esse conceito dizendo que o sujeito, na perspectiva aqui assumida, é o sujeito do cérebro, ou melhor, é o sujeito neuronal, pois é na estrutura neurofisiológica que se encontram mapeados todos os processos que constituem o sujeito e o sentido, sendo esses processos resultado da interação entre o inconsciente, a ideologia e a língua. O verdadeiro sujeito é, portanto, o sujeito neuronal-ideológico: o sujeito é *sujeito*, e não indivíduo, porque é inconsciente, trazendo os conhecimentos da psicanálise freudolacaniana; o sujeito é *neuronal* porque é materialidade neurofisiológica, pressuposto oriundo da neurociência; e o sujeito é, também, *ideológico*, pois é assujeitado a uma ideologia que lhe fornece os sentidos que podem e devem circular e se materializar lingüística e neurofisiologicamente. Aqueles sentidos materializados no cérebro e que ficam, por algum motivo, reprimidos, recalcados no inconsciente (nas engramações inconscientes), podem, a qualquer momento, surgir no intradiscurso, traíndo os efeitos ideológicos, e deixando transparecer outras possibilidades de sentido, já que todo esse ritual possui falhas. Os outros sentidos emergem porque as sinapses sempre poderão ser outras: elas poderão acessar saberes materializados neurofisiologicamente em redutos do cérebro não facilmente alcançados pelo processo de materialização-interpretação consciente. A partir dessas idéias existe a possibilidade de o funcionamento do inconsciente não ser observado somente através da linguagem. Busca-se a sua materialidade biológica para observar esse funcionamento, e não somente a sua materialidade física (linguagem enquanto som, gesto, escrita, etc.), conforme faziam os psicanalistas.



A falha do sujeito está no seu desejo: somente existe sujeito porque existe desejo, segundo Lacan; ao mesmo tempo, somente existe sujeito porque existe ideologia, conforme Althusser. Esses dois pressupostos podem ser articulados, pela ligação lingüística que estabelecem. No entanto, acrescenta-se a esse quadro a neurociência, que garante, através de seus pressupostos, o desejo e a ideologia se ligando não só através da linguagem, mas, também, pela materialidade neurofisiológica, específica do sujeito, onde também atua a própria língua. Assim, sujeito é estrutura neuronal capaz de materializar as relações entre ideologia, língua e inconsciente.

Finalmente, a partir das três estruturas que constituem o tripé teórico-analítico da análise de discurso, surge a última estrutura, aquela pela qual todo o trabalho em AD é desenvolvido: o sentido. Entende-se o sentido enquanto, também, uma estrutura, que emerge do próprio processo de materialização-interpretação ocorrido nos recônditos neuronais. Essa estrutura é constituída, portanto, do sujeito, da língua e da ideologia, e se constrói no ponto de intersecção entre as três, visto que cada uma possui a sua especificidade conceitual, mas, no trabalho com o sentido, é imperativo que aconteça a união entre elas. Pode-se valer da topologia do nó borromeano para explicar a estrutura do sentido: no centro do nó, onde os três elementos se encontram, está o sentido; todavia, na presente reflexão, o que sustenta a articulação entre as três noções na constituição do sentido é a estrutura neurofisiológica do sujeito. Então, o sentido é possibilidade interpretativa materializada no cérebro.

Foram trazidos os principais elementos que constituem o processo de constituição do sentido. Eles foram relacionados à noção de estrutura conforme o entendimento da teoria materialista dos sentidos. Contudo, o principal é trazer à tona um diálogo entre os conceitos da AD com os pressupostos da neurociência, uma vez que se acredita ser possível essa relação através da estruturação da subjetividade, como foi feito acima. Língua, ideologia e sujeito, ao serem articulados às questões da neurociência, permitem uma compreensão do processo de constituição do sujeito ancorada em uma materialidade não só lingüística, mas, principalmente, neurofisiológica. Essa subjetivação começou a ser delineada a partir da assunção de que as três noções levantadas, oriundas do tripé da AD, possuem furos constitutivos, entendidos como essenciais para a sua caracterização. Também foi mencionado que, ao trabalhar com a neurociência, percebe-se a estrutura cerebral constituída por furos, os quais permitem a deriva dos sentidos. Da multiplicidade de engramações ocorridas no

cérebro o que emerge é puro sentido; os sentidos nascidos aí podem ou não ser materializados lingüisticamente, e é nesse intervalo em que ocorre a incapacidade de o real ser totalmente transportado para o simbólico, restando sempre um pouco de impossível, de *non-sens*, a ser materializado, presente concretamente no interior do sujeito.

No cérebro humano ocorrem milhões de sinapses a todo instante, das quais emergem múltiplos sentidos. É importante ressaltar, dessa forma, que ideologia e inconsciente não se relacionam somente através da materialidade lingüística, mas existe a possibilidade de interação entre as duas instâncias através da materialidade própria do sujeito, ou seja, através das conexões neuronais. As engramações que seriam correspondentes às determinações ideológicas, as quais não emergem na consciência do sujeito (mas causam um efeito de controle e de domínio sobre o que diz), se dão, portanto, em um nível inconsciente. Os sentidos têm um efeito de evidência; contudo, tanto esse efeito de evidência do sentido quanto o próprio sentido são fornecidos pela ideologia, algo presente na exterioridade, fora do sujeito. Está na exterioridade o componente responsável por determinar os sentidos e inseri-los discursivamente na sociedade; contudo, esses sentidos se materializam enquanto engramações no interior do sujeito. Para tudo ocorrido na exterioridade existe um correspondente interno, mas o sujeito não sabe que está sendo assujeitado por esse processo.

Da mesma forma, acontece um processo de seleção das materializações-interpretações que terão acesso à consciência, pois aquilo considerado *realidade* é, na verdade, o que está na consciência do sujeito, e isso corresponde a somente 2 mil bits de informação dos 400 bilhões de bits de informação processadas por segundo (cf. ARNTZ, CHASSE & VICENTE, 2005). Os autores afirmam que “given that we are only aware of 2.000 bits of information out of the 400 billion bits of information we are processing per second... When we argue against new knowledge... how much of our “awareness” is arguing? How can we know everything about all things we don’t know?”<sup>80</sup> (p.iv)

Utilizando as novas designações aqui trazidas para explicar o fenômeno do processamento das informações no cérebro, pode-se dizer que somente 0,0000005% das

---

<sup>80</sup> “Dado que nós somos conscientes de 2.000 bits de informação de um total de 400 bilhões de bits de informação que estamos processando por segundo... Quando nós discutimos sobre novos conhecimentos, quanto de nossa consciência está discutindo? Como nós podemos saber tudo sobre todas as coisas que nós não sabemos?” (tradução minha).

materializações-interpretações que acontecem no cérebro por segundo chegam à consciência humana, sendo todo o resto dessas materializações-interpretações existentes em um nível inconsciente, dando conta dos sinais de diferentes níveis: ideologia, desejo, motricidade, emoção, afeto, linguagem, percepção, sensação, memória, os quais perfazem a completude do ser humano. A realidade é constantemente construída pelos neurônios nos cérebros dos sujeitos.

Essa informação vai ao encontro do afirmado por Brenner (1987). Segundo ele, depois de Freud ter feito estudos sobre a utilização da hipnose com pacientes histéricos, chegou à conclusão de que “a maior parte do funcionamento mental se passa fora da consciência e de que a consciência é antes uma qualidade ou atributo excepcional do que comum do funcionamento mental” (p.29). Tudo indica que Freud já sabia sobre a diferença na quantidade de materializações-interpretações na consciência e fora dela, mesmo sem ter tratado com elementos oriundos de uma ciência que dissertasse sobre o sistema nervoso para a explicação de suas teorizações psicanalíticas no tratamento de seus pacientes. Mesmo assim, Brenner (1987) refere que, para Freud, “algum dia os fenômenos mentais poderão ser descritos em termos de funcionamento cerebral” (p.31).

Tratando rapidamente sobre a questão da realidade, sabe-se que esse conceito é motivo de grandes discussões e de muitas controvérsias nos mais variados campos científicos. O conceito de realidade parece questionável, e assume diferentes configurações dependendo da posição teórica que o enxerga. No senso comum, por exemplo, a realidade é entendida como a verdade, isto é, como os fenômenos impossíveis de serem questionados. Não são questionados por terem sido reportados na mídia, ou por, simplesmente, serem parte da vida (a realidade seria aquilo a que não se pode fugir). A realidade é, desse ponto de vista, aquilo que une todos os indivíduos, não permitindo que eles se tornem isolados da sociedade, enquanto oposta à fantasia, à imaginação, interiores a esses indivíduos.

Vale somente referir aqui que a realidade é subjetividade, de acordo com os pressupostos desenvolvidos anteriormente. A realidade são as materializações-interpretações escolhidas pela ideologia para contemplarem a consciência do sujeito, e isso é ser sujeito. Na verdade, não são só as materializações-interpretações que fazem parte da consciência, pois aquelas do inconsciente também significam, mas de uma forma silenciosa. A realidade é tudo aquilo ocorrido no cérebro do sujeito dando a idéia, passada pela ideologia, de tudo acontecer de forma natural, imparcial, objetiva.

Interessante lembrar a afirmação de Lacan (2008): “em nossa relação às coisas, tal como constituída pela via da visão e ordenada nas figuras da representação, algo escorrega, passa, se transmite, de piso para piso, para ser sempre nisso em certo grau elidido – é isso que se chama o olhar”.

Faz-se necessário voltar a tratar sobre ideologia e inconsciente. Acredita-se que há a necessidade de uma forma material constituir essa relação, ou seja, entre o desejo do sujeito e as determinações sócio-históricas do sentido. Tudo o que acontece é materializado sinapticamente, garantindo a união entre uma materialidade ideológica e uma materialidade do inconsciente no interior do sujeito, e não só através da linguagem. Assim, no embate entre inconsciente e ideologia, o que sustenta o conflito são as sinapses, as quais sempre podem percorrer caminhos diferentes daqueles pré-determinados pela ideologia, ou melhor, pelas engramações com traços ideológicos, gradativamente estabelecidas no sujeito ao ir entrando em contato com o simbólico. Aí está o papel fundamental da linguagem na constituição do sujeito e no processo de emergência dos sentidos sinapticamente: é pela linguagem que acontece a inserção discursiva do sujeito na sociedade e, por conseguinte, o sujeito se assujeita, cada vez mais, aos sentidos fornecidos pela ideologia, os quais são materializados, em seguida, enquanto engramações no cérebro.

Lembra-se que a ocupação de um lugar no simbólico, ou seja, a utilização de uma linguagem é, necessariamente, uma relação de perda, pois o simbólico não consegue materializar todos os sentidos, restando sempre algo no real. Essa afirmação corrobora a idéia de incompletude da estrutura. No entanto, resta, para os sujeitos, um efeito de completude, isto é, o sujeito acredita, por um efeito da ideologia, que a língua lhe apresenta a literalidade dos sentidos, a clareza dos significados, não existindo lugar para questionamentos e críticas sobre o que está sendo dito. Daí pode-se fazer uma alusão a uma tripla incompletude (do sujeito, da história e da língua), como já foi mencionado, mas, mais especificamente, a um triplo efeito de completude, responsável pela determinação sócio-histórica dos sujeitos enquanto assujeitados à ideologia.

Por esse viés torna-se almejavável a realização de uma associação entre os três registros de Lacan e a teoria materialista dos sentidos. O imaginário seria associado à ideologia; inconsciente e real estariam mais próximos; a linguagem poderia ser equiparada ao simbólico. Então, o efeito de evidência dos sentidos é produzido no nível imaginário, mesmo registro onde se formam os dois esquecimentos da análise de

discurso. Tem-se, aí, o efeito-sentido, pois o sujeito acredita que o sentido é único e inquestionável, cuja fonte é ele próprio. A essa última afirmação se associa o efeito-sujeito, ou seja, a idéia do sujeito de que ele é dono do seu dizer, que possui relação com o registro do real, relacionado ao inconsciente na AD. Os sentidos estão, na verdade, na ordem do impossível para o sujeito, sendo poucos aqueles resgatados do real e materializados no simbólico enquanto significantes. O último efeito, então, é referente a esse último registro, o do simbólico. A relação acontece entre simbólico e linguagem, e o efeito produzido é o efeito de transparência da linguagem, mas, como se sabe, a linguagem depende dos sentidos licenciados pela formação discursiva. Não seria pertinente continuar tratando linguagem, sujeito e sentido sem remeter à idéia de efeito estabelecida pela ideologia na constituição do sujeito e dos sentidos. O trabalho da AD se dá na interação dessas três fumaças que buscam evidenciar uma tripla transparência; no entanto, como já se sabe, onde há fumaça, há fogo: o que existe, na verdade, é uma tripla opacidade, a qual acaba por constituir uma teoria materialista dos sentidos cujo foco é o sujeito.

Os três efeitos remetem a três materialidades, restaurando a idéia de dispersão: o efeito-linguagem traz à tona a materialidade lingüística; o efeito-sentido é relacionado à materialidade histórica; o efeito-sujeito acaba por possuir uma materialidade diferenciada, de ordem neurofisiológica, até então não presente nas discussões em análise de discurso. Possui um caráter especial: na materialidade neurofisiológica se materializam todas as outras materialidades constitutivas do processo de constituição do sentido, sendo possível que se vislumbre uma interação mais direta entre elas. Aí, sujeito, história e linguagem são materializados, bem como o sentido.

Na análise de discurso pecheuxtiana entende-se que os sentidos existem na exterioridade, fornecidos pelas formações discursivas na relação entre ideologia, inconsciente e língua. Dos três elementos que pertencem ao quadro epistemológico da análise de discurso aquele que possui um caráter mais próximo do interior do sujeito é referente à noção oriunda da psicanálise, ciência cujo objetivo era buscar curas para problemas de ordem psíquica dos sujeitos, e, portanto, mais relacionada ao seu interior. No entanto, para os três elementos citados que atuam na constituição do sentido, há, de acordo com a perspectiva teórica aqui adotada, ou seja, da relação entre AD e neurociência, correspondentes internos. Dessa forma, à ideologia, enquanto exterior, fornecedora dos sentidos, existiriam engramações ideológicas; ao inconsciente, que

também possui um caráter social, pois depende da inserção do sujeito na sociedade para existir, haveria engramações inconscientes, constituídas na relação com o outro, na alteridade; e, finalmente, para a língua, a materialidade específica do discurso, exterior ao sujeito, também existiriam engramações a ela correspondentes. Tudo isso funciona no interior do sujeito, e, portanto, no processo de constituição não somente do sentido, mas, também, do sujeito, o que pode trazer à tona a idéia de que o sentido e o sujeito acabam por possuir fronteiras muito tênues: ser sujeito é significar para o outro.

Assim, o sujeito é compreendido como lugar de materialização de tudo. Tudo existe enquanto exterioridade (ideologia, inconsciente e língua); entretanto, esses elementos todos possuem uma materialização no cérebro, o que os faz possuir, da mesma forma, um caráter interior ao sujeito através das sinapses. As sinapses são compreendidas como uma interpretação da exterioridade, evidenciando a necessidade de se repensar sobre o papel do sujeito no quadro da análise de discurso, pois parece que tudo acontece a partir do sujeito. Defende-se aqui, então, que o sujeito é o catalisador dos processos, e não a linguagem. Outra materialidade passa a constituir o foco das discussões sobre AD. No entanto, assume-se a extrema importância da linguagem, pois ela é o meio mais acessível de se compreender o processo de constituição do sujeito e do sentido. Sem sujeito não existe sentido e não existem materialidades capazes de ancorar o processo de constituição do sentido. Passa-se, então, à uma nova topologia, conforme exposto em (08), assumindo que sujeito e sentido possuem um papel essencial, mas não ignorando o caráter basilar que tanto a linguagem quanto a ideologia assumem nesse processo.

(08) Topologia utilizada para representar um novo enfoque nas discussões sobre uma teoria materialista dos sentidos.



Retomando o anteriormente mencionado, língua, história<sup>81</sup> e sujeito possuem correspondentes neuronais, afetando diretamente a subjetividade. Existe, portanto, uma tripla opacidade constitutiva do sentido e do sujeito. Essa afirmação leva a uma outra constatação: o assujeitamento é único, visto que as engramações também “falham”, isto é, não são pré-determinadas. Entende-se que o sujeito é assujeitado às sinapses, as quais darão o desencadeamento aos dois anteriores assujeitamentos do sujeito.

Ainda pode ser enfatizado que tudo o que acontece na exterioridade pode ser materializado como comunicação interneuronal. A diferença é se todos os sinais materializados são interpretados em um nível consciente ou inconsciente. Parece que aí está o caráter que diferencia os sujeitos: quais materializações-interpretações que passam para a consciência, considerando a quantidade de bits de informação que acontecem no cérebro por segundo. Mesmo assim, o que acontece no nível consciente é regulado pela ideologia, ou seja, os sentidos que são evidenciados ao sujeito são controlados por mecanismos ideológicos.

Vale ainda trazer algumas considerações sobre a relação entre inconsciente e ideologia e a ligação material que precisa existir entre os dois “sistemas”. Consoante Ferreira (2007),

Ainda que reformule o modo de conceber a relação entre o inconsciente e a ideologia, Pêcheux seguirá firme na sua convicção de que entre tais noções há um modo de constituição mútua que as mantém paradoxalmente interligadas, ainda que sejam distintas – *a marca ideológica do inconsciente e a marca inconsciente da ideologia*. E o caminho para essa aproximação vai se dar precisamente pela *linguagem enquanto forma material* (p.105).

As três estruturas, a saber, a língua, a ideologia e o sujeito, por possuírem materialidades específicas, acabam por gerar uma tripla opacidade. A estrutura da língua é de ordem lingüística; a ideologia tem uma estrutura relacionada às relações sociais e ao modo de organização da sociedade capitalista; o sujeito possui uma estrutura psíquica regulada pelos três registros lacanianos. No entanto, como se defende aqui, todas essas estruturas possuem correspondentes que funcionam sinapticamente, no interior do sujeito. Dessa forma, a língua não é só materialidade lingüística, mas, também, engramações lingüístico-discursivas<sup>82</sup> que acontecem a todo momento no

---

<sup>81</sup> Ao se mencionar o tripé constitutivo da análise de discurso tem-se falado em ideologia no lugar de história. Esse conceito está tendo seu lugar ocupado pela noção de ideologia.

<sup>82</sup> As engramações são lingüístico-discursivas, e não somente lingüísticas, para trazer a questão do sentido e da interpretação como constitutivos da língua, não a entendendo como somente um conjunto de regras que regulam o sistema.

cérebro. A ideologia, assim como a linguagem, possui uma materialidade exterior ao sujeito e, da mesma forma, interior ao sujeito, pois o que acontece na exterioridade possui correspondentes internos, ou seja, há engramações entendidas como predominantemente ideológicas e, no caso da linguagem, também existiriam engramações com propriedades mais lingüísticas. E, finalmente, a interação entre os três registros lacanianos pode ser entendida como possuindo correspondentes materiais arquitetados sinapticamente. O verdadeiro sujeito é o sujeito do inconsciente, e há, como já se salientou, engramações específicas para esses sentidos materializados no inconsciente, mas que significam permanentemente na constituição do sujeito. Tem-se, portanto, que no sujeito existem correspondentes para todos os elementos que constituem o sentido, sendo que no sujeito é onde se constitui o sentido, através da interação entre as conexões neuronais de diferentes ordens, as quais são determinadas por uma exterioridade. Não se pode compreender o processo de constituição do sentido sem um dos três elementos citados – língua, ideologia e sujeito. No entanto, parece que a importância do conceito de sujeito passa a ocupar um lugar especial, pois ele pode ser compreendido como uma materialidade fundamental para todo o processo. Nada existe fora de uma materialidade, e tudo indica que o sujeito é a materialidade mais significativa em todo o processo, uma vez que ele guarda em si todas as materialidades oriundas da exterioridade e as faz entrar em contato com aquelas presentes em seu interior, de ordem inconsciente e, dessa forma, desejante.

Sobre a questão da materialidade, vale trazer uma afirmação de Leite (1994). Compreendendo, através da reflexão proposta, que a materialidade é, em sua grande parte, neuronal, tem-se a resposta para o questionamento levantado. A autora diz que

Indicamos por ora apenas que o materialismo representa o ponto possível de articulação entre a teoria das formações sociais, sob a forma de uma teoria das ideologias, e a Psicanálise, restando entretanto a ser especificado o modo pelo qual se define ou entende a “matéria” que se supõe ser única realidade (p.137).

Há quatro estruturas, que seriam agregadas a mais uma estrutura, mas uma estrutura materializada no próprio sujeito, enquanto “empírico”, material, carne e osso, e não enquanto concepção, exterior a ele, e que, na verdade, materializa as outras quatro (língua, discurso, inconsciente e ideologia) na compreensão do sujeito discursivo. Ele passa a ser denominado *sujeito neuronal-ideológico*. A estrutura do sujeito é, então, subjetivada.



A partir do mencionado parece ser identificado um dos possíveis conflitos a emergirem da tentativa de diálogo aqui delineada: o embate entre o social e o individual, entre o interior e o exterior do sujeito. De imediato lança-se a idéia de que essas dicotomias devem ser dissolvidas em prol da manutenção de um argumento que visa à união entre o dentro e o fora, pois, se a ideologia somente existe enquanto materialização, através da linguagem (escrita, oral, gestual, Braille), das práticas sociais, das imagens, da ocupação de espaço, do corpo, enfim, se tudo o que está constituindo as condições de produção imediatas do discurso pode ser considerado como registros da ideologia, por que o material do ser humano, ou seja, por que o corpo do ser humano, ultrapassando os limites da epiderme, não pode, também, constituir esse quadro? Trata-se, da mesma forma, de uma estrutura, com grandes especificações e complexidades físico-químicas, mas que constituem, também, uma materialidade. O ocorrido no sistema nervoso do ser humano possui papel determinante nas relações entre linguagem, inconsciente e ideologia.

No conflito entre o social e o individual deve ser destacada a forma de recepção e materialização-interpretação dos sinais oriundos da exterioridade e que ocupam lugar no cérebro, representando instâncias lingüísticas, ideológicas, inconscientes, dentre outras. Para a neurociência, ou melhor, para a ciência cognitiva<sup>83</sup> que se ancora na neurociência, tem-se que o processamento da linguagem acontece seguindo quatro etapas: a recepção (input), o processamento, o armazenamento e a produção (output) das informações lingüísticas. Já na articulação proposta, não entendendo a língua por uma perspectiva formalista (como o faz a ciência cognitiva), pode-se ressignificar esse processo com base em elementos discursivos, seguindo a uma ordem assim caracterizada: (i) a recepção dos sinais da exterioridade por um processo de seleção ideológica; (ii) a interpretação da exterioridade a partir das conexões neuronais estabelecidas, acontecendo a associação entre aquilo que se lembra (a memória) e os novos sentidos que emergem dessas materialidades recebidas da exterioridade através da linguagem, ao mesmo tempo em que ocorre o apagamento de outras materialidades-interpretações (o esquecimento); e (iii) a enunciação, ou seja, a materialidade lingüística é a concretude que materializa os discursos interpretados pelo sujeito e que acontecem, em um momento desse processo, no interior do sujeito.

---

<sup>83</sup> Consoante Doin (2002), “a neurociência estuda o funcionamento neurológico em todos os níveis, a ciência cognitiva estuda o processamento de informações de interesse vital, de todos os tipos e procedências” (p.119).

Tudo o que emerge desse processo pode ser chamado de mente, mas sem possuir um caráter holístico, muito menos imaterial. Corpo e mente, como já foi mencionado, são um, mas com especificidades diferentes. A mente possui propriedades imateriais, mas que somente existem porque há matéria. Segundo Doin (2002), “o que funciona é a integração do conjunto somatopsíquico sociocultural de uma pessoa. Corpo e mente funcionam como um *continuum* evolutivo” (p.125-126). Lembra-se, a partir dessa afirmação, da questão da estrutura: não existe somente a estrutura da linguagem, como queria a lingüística estruturalista, nem existe somente a história ou o inconsciente. Todos esses conceitos operam ativamente na constituição e funcionamento do sujeito e do sentido, pois “o que funciona é o conjunto” (DOIN, 2002, p.125), como um contínuo, conforme será representado pela banda de Möebius, exposta em (09).

Retomando a questão da estrutura, menciona-se que ela, ou seja, os elementos que se relacionam em um todo e ocupam um determinado aspecto da constituição do ser humano, cujo conjunto é dotado de princípios de organização e de regularidades, pode ser identificada como constitutiva de cada um dos campos do conhecimento elencados, nos quais a AD se ancora. No entanto, nenhuma das estruturas admitidas na base da teoria é homogênea, pois todas abrem espaço para o imprevisível, porque não são “pacotes fechados”. Conforme Ferreira (2007), ao tratar sobre o sujeito da psicanálise e o sujeito do discurso, há um ponto de aproximação entre eles: “ambos são determinados e condicionados por uma estrutura que tem como singularidade o não-fechamento de suas fronteiras e a não-homogeneidade de seu território” (p.107). As diferentes estruturas mencionadas possuem furos, de onde emergem outras interpretações, outros sentidos, independentemente daquela sobre a qual se trata. São, portanto, várias materialidades que constroem o sentido e o sujeito, e são justamente essas materialidades os objetos de estudo para as referidas ciências.

Podem ser tecidas considerações sobre os objetos de estudo das ciências inseridas na AD. Para a psicanálise há o inconsciente, subsidiado na materialidade lingüística, local onde se manifesta através de diferentes mecanismos. O objeto da filosofia marxista são as relações sociais, as lutas entre as classes, as quais também encontram amparo material na linguagem. A neurociência resgata a fisiologia do ser humano, pois parte da idéia de que o *homo sapiens* é um ser com um sistema nervoso central e um sistema nervoso periférico, ambos responsáveis pela seleção e distribuição dos estímulos de diferentes tipos para as células nervosas, havendo primazia dos

processos que tomam lugar no cérebro do indivíduo. A linguagem está subjacente ao objeto de estudo de todas as ciências supracitadas, visto que a aprendizagem de qualquer conhecimento passa, necessariamente, pelo lingüístico<sup>84</sup>.

De tudo o que foi dito, resume-se o objetivo da proposta de diálogo com a neurociência referindo que o trabalho aqui é o de unir interior e exterior da linguagem, já que se parte do pressuposto de que o sujeito possui esse caráter diferenciado em virtude da relação com a neurociência. As noções que integram o texto são posicionadas em um entremeio teórico, em uma teoria do “talvez”. Assim, os pressupostos da nova ciência dão suporte a essa idéia, pois reforçam a quebra feita pela AD entre as dicotomias instauradas ao longo da consolidação da lingüística enquanto ciência: *língua* e *fala* para Saussure, *competência* e *desempenho* para Chomsky, para citar as mais conhecidas. Não entender que existem dicotomias, mas, na verdade, relações de complementaridade e de continuidade entre os conceitos, significa aproximar os dois pólos que constituem essas dualidades, rompendo com uma ordem de dizer, subvertendo com o movimento discursivo que constitui o sujeito ocidental da contemporaneidade. A base de tudo é o sujeito como um todo, sem dicotomias.

É nesse contexto que se almeja trabalhar com a figura da banda (ou fita) de Möebius<sup>85</sup>. Trata-se de uma fita torcida com suas extremidades coladas, um enigma da geometria e do espaço, não existindo diferença entre o lado interno e o lado externo, constituindo uma visão do infinito. Essa alegoria é trazida por alguns estudiosos para, justamente, conferir aos conceitos interiores à AD um caráter de continuidade e de interdependência. No lugar da banda onde inicia a ser conceituado um elemento, há uma ligação com o conceito do elemento seguinte, e assim por diante. Na análise de discurso não existe, portanto, a idéia das “duas faces de uma mesma moeda”, imagem essa que remete à dicotomia, isto é, a uma relação de exclusão, presente na teoria saussuriana, na qual uma coisa é o que a outra coisa não é (teoria do valor). Essa idéia se afasta daquilo postulado pela metáfora da banda de Möebius, visto que não existe exclusão, mas, na verdade, complementaridade entre os conceitos, sendo difícil, como se viu, a separação deles para fins explicativos. A figura da banda pode ser observada em (09).

---

<sup>84</sup> Exceto em alguns casos raros de isolamento do ser humano, como podem ser encontrados na literatura da área, mas que não fazem parte do escopo do presente trabalho.

<sup>85</sup> A figura da banda de Möebius foi proposta pelo matemático August Ferdinand Möbius em 1858.

(09) Figura da banda de Möebius<sup>86</sup>.



Dessa forma, tendo concebido a língua como objeto teórico, e associando esse objeto à representação da fita de Möebius<sup>87</sup>, seria possível afirmar que, ao percorrer a fita, os conceitos presentes nela vão se transformando. Seria possível iniciar com o conceito de sujeito, sendo sucedido por outros conceitos: inconsciente, equívoco, interdiscurso, ideologia, memória discursiva, formações discursivas, sentido, discurso e intradiscurso, por exemplo, sempre subsidiados em uma materialidade neurofisiológica. Não existe a possibilidade de esses conceitos serem compreendidos de forma isolada dentro da teoria, o que garante a necessidade de uma representação como a banda de Möebius ser utilizada para se observar essa interdependência entre os termos.

O que permite essa circularidade nos sentidos é sempre um retorno a uma materialidade. Dessa forma, a própria definição da análise de discurso como teoria materialista dos sentidos garante a possibilidade de interlocução teórica com a neurociência, cujos elementos podem ser adicionados à continuidade pertinente à fita de Möebius. Defende-se que existe, na verdade, uma tripla materialidade do sentido, embasada na materialidade lingüística (a estrutura), na materialidade histórica (o acontecimento) e na materialidade ontogenética (o sujeito). A releitura indica, portanto, que estrutura, acontecimento e sujeito seriam as três partes do tripé de constituição do sentido na AD.

A materialidade ontogenética diria respeito, então, ao sujeito em sua materialidade, ou seja, ao corpo do sujeito, cuja ênfase recai no seu sistema nervoso. O pressuposto referente a como ocorre a materialização dos sentidos no organismo do sujeito é o que sustenta a compreensão de que o sentido seria fisiologicamente materializado, e não somente histórica e lingüisticamente.

---

<sup>86</sup> Imagem retirada de <http://figmento.blogspot.com/2004/12/banda-de-moebius.html>.

<sup>87</sup> A inspiração para que aparecesse a banda de Möebius no presente texto é oriunda das reflexões possibilitadas nos encontros promovidos pela Profa. Dr. Maria Cristina Leandro Ferreira em sua disciplina de “Fundamentos de Análise do Discurso” na Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

A materialização fisiológica do sentido, ou seja, a materialidade ontogenética, não é compreendida como desvinculada dos processos exteriores à corporeidade do sujeito; na verdade, ela é entendida enquanto atravessada pelo inconsciente e pela ideologia, os quais possuem correspondentes neurofisiológicos. Parte-se do pressuposto de que tudo é oriundo de determinações exteriores, com correspondentes no cérebro do sujeito. Então, as três materialidades possuem uma tradução sináptica. A ideologia vem de fora; já o inconsciente pode ser compreendido, com a neurociência, como tendo um equivalente neuronal. Isso significa que o cérebro é o lugar de materialização do inconsciente, pois a corporeidade do sujeito daria conta de sustentar engramações não só inconscientes, mas, também, conscientes e pré-conscientes.

Tem-se que o sujeito possui três bases: uma ideológica, outra inconsciente e a última neuronal, a qual, assim como as duas primeiras, também é um ritual com falhas. Para as três bases existe uma materialidade: a neurofisiológica. O inconsciente e a ideologia falham, processo do qual emergem sentidos outros, que fogem à ordem do repetível e aos discursos previsíveis pelo interdiscurso. Esse ritual é sustentado pelo entendimento de que o sujeito também é neuronal, isto é, de que ele possui uma materialidade neurofisiológica. As engramações não são quaisquer, pois, como se trata de uma estrutura, existe uma regularidade bem como princípios de organização das materializações-interpretações, lingüísticas ou não, recebidas pelos órgãos dos sentidos. Assim, a partir das sinapses estabelecidas por um sinal lingüístico recebido pelo sentido da audição, por exemplo, são geradas, de forma paralela e distribuída no cérebro humano, conexões neuronais vinculadas a um determinado comportamento<sup>88</sup> do sujeito, ou melhor, uma reação do sujeito. Essa “reação” pode ser pré-determinada, visto que já se conhece a estrutura do cérebro do indivíduo e as possíveis manifestações oriundas das bases lingüísticas a partir das quais estabelecerá o sentido, que possui equivalentes neuronais. No entanto, há a possibilidade de rompimento com esse sentido pré-estabelecido, vinculado a uma formação discursiva, o que significaria o estabelecimento de uma sinapse outra, e não aquela que estaria prevista pela estrutura do sujeito (pela sua filiação ideológica, pois existem engramações ideológicas). É a partir da linguagem que se chega a essas respostas, ou seja, a partir da materialidade lingüística produzida pelo sujeito que se atinge uma possibilidade de reestruturação sináptica e, por

---

<sup>88</sup> A utilização da expressão “comportamento” não visa estabelecer qualquer relação com a psicologia cognitivo-comportamental.

consequente, de ruptura de processos discursivos aos quais o sujeito estaria assujeitado; todavia, o sujeito se desvinculou momentaneamente desses processos em virtude da subversão na ordem do repetível, materializada através de um desvio sináptico.

A AD é, portanto, uma teoria materialista, e, por ser assim designada, possui ligação com a teoria marxista, a qual acredita que o mundo é uma totalidade concreta. A formação sócio-econômica da sociedade possui uma concretude, e, conforme o entendimento da AD, essa concretude é lingüística. Já no presente trabalho, defende-se que a concretude também é neurofisiológica: os sentidos se materializam por um processo que envolve linguagem e conexões neuronais. O cérebro seria correspondente a um intermediário entre aquilo determinado de forma inconsciente e ideológica e aquilo materializado na linguagem.

Sobre a materialidade do ser humano, e pensando na relação da mesma com o modo de produção capitalista, vinculado à ideologia que domina os complexos de formações ideológicas às quais as formações discursivas se afiliam, é interessante trazer à tona uma situação da contemporaneidade. O sujeito tem tido a sua materialidade modificada em função do sistema, do modo de produção atual, cuja superestrutura é capitalista. Essas modificações que acometem o sujeito trazem resquícios psicopatológicos, existindo a necessidade de busca de auxílio terapêutico, muitas vezes com a intervenção de remédios que tragam ao sujeito o bem-estar que não possui por pertencer a uma sociedade que o assujeita a condições com as quais tem dificuldade de lidar. Essas condições trazem seqüelas físicas, não só da ordem neurofisiológica, direcionadas para *psicopatologias da vida cotidiana*<sup>89</sup>.

A impossibilidade de ruptura, o assujeitamento aos sentidos determinados pelas formações discursivas, a negação de debilidade neurofisiológica e, também, física, fazem emergir um sujeito da contemporaneidade atravessado por desejos impossíveis de serem satisfeitos. O sujeito cindido, clivado, se deixa assujeitar e, sem esforço em satisfazer a emergência do não-sentido, reprime aquilo que poderia satisfazê-lo, impossibilitando o resgate, através do simbólico, dos sentidos que iriam ao encontro da satisfação da pulsão.

Esse sistema de assujeitamento traz consigo um outro sistema, alimentado pela ideologia da superestrutura capitalista, que, ao fazer surgir esse novo sujeito, acometido por psicopatologias, também ocasiona o rompimento de uma nova forma de

---

<sup>89</sup> Referência à obra homônima de Freud (1996b).

determinação dos sentidos, vinculados aos processos neurofisiológicos dos sujeitos. Dessa forma, esses sujeitos que buscam auxílio em substâncias recomendadas em consultório acabam por ter seus sentidos determinados pelo surgimento de conexões neuronais emergentes de correntes elétricas e de substâncias químicas (os neurotransmissores). Os psicofármacos ingeridos liberam neurotransmissores específicos, dependendo da patologia.

Tanto o sujeito que não usa medicamentos de caráter psiquiátrico quanto aqueles que os usam têm, a partir da linguagem e das conexões neuronais, os sentidos determinados pelas formações discursivas. Ao não entrar em contato com o químico, há mais espaço para a emergência do simbólico, diferenciando o normal do patológico em termos da ciência médica. Quando se garante a possibilidade de abertura para o simbólico, é possível que, através da relação entre imaginário, simbólico e real<sup>90</sup>, ocorra o estabelecimento de sentidos impossíveis de surgir somente através de substâncias químicas, cuja simbolização<sup>91</sup> se torna impossível e, por conseguinte, são perdidas as conexões neuronais estabelecidas no nível do simbólico, as quais, essas sim, poderiam fazer surgir a ruptura, a fissura na ordem do repetível. É por isso que a psicoterapia é sempre recomendada a sujeitos acometidos por algum tipo de psicopatologia.

Além da questão da estrutura, outro ponto de ancoragem para a ligação entre os pressupostos pecheuxianos e aqueles da neurociência é referente à idéia de que a análise de discurso é uma ciência dos vãos teóricos, constituída em um não-lugar. Existindo uma teoria que permite o estabelecimento de novas redes *dialógicas*, cuja constituição se dá por diferentes elementos em um emaranhado de interdependência, torna-se reconfortante a existência de brechas nessa estrutura, nesse esqueleto teórico. É possível a inserção de outros pressupostos que possam contribuir com o entendimento dos conceitos do quadro epistemológico da AD. Esse caráter transdisciplinar da análise de discurso é o que garante a possibilidade de interlocução, assumindo que o diálogo com a neurociência é possível e, como se verá, necessário.

Não considerar a neurociência no processo de constituição do sujeito e do sentido é como entender que os processos sintático-semânticos nos quais os sentidos se materializam de forma opaca estão incompletos, pois também se materializam

---

<sup>90</sup> É importante mencionar que os três registros oriundos da teoria laciana são pensados no trabalho como possuindo correspondentes neurofisiológicos, ou seja, não existiriam enquanto abstração.

<sup>91</sup> Simbólico remetendo à linguagem, no sentido laciano. Não existe simbólico conforme o entendimento de Chomsky, na proposta teórica aqui desenvolvida.

neurofisiologicamente. Compara-se, portanto, a sintaxe da linguagem à sintaxe do sujeito, à sua corporeidade, no que tange à sua composição morfo-fisiológica. A sintaxe do sujeito se dá pela consonância dos diferentes sistemas (circulatório, nervoso, respiratório, digestivo, para citar alguns); sua morfologia é vista pela integração dos elementos em cada um desses sistemas. Mas, e o sentido? O sentido emerge pelo sistema nervoso, ou melhor, pelos neurônios os quais constituem a morfologia do sistema nervoso, principalmente do sistema nervoso central. A partir dessas idéias tem-se que o corpo é, também, uma estrutura; todavia, para o presente trabalho, o que importa, na realidade, é a estrutura neurofisiológica, canal por onde se viabiliza a elucidação de todos os processos que constituem o ser humano, intersíquicos e intrapsíquicos<sup>92</sup>, e culminam no entendimento de que tudo só é possível pela linguagem.

Aqui se interroga a emergência de um novo sujeito, o sujeito neuronal-ideológico. Dessa forma, alterar a noção de sujeito significa alterar todo um aparato teórico, já que os conceitos da análise de discurso estão todos presos uns aos outros através de amarras possuidoras de uma fluidez constitutiva. Admitir que o sujeito pode ser outro, indica a necessidade de que os outros elementos a ele ligados em uma relação de sobrevivência devem, também, ser outros. Destarte, as ressignificações dos elementos língua e ideologia, bem como de sujeito, já foram operadas. Resta ainda fazer referência aos outros conceitos que operam em conjunto com os três constituintes do tripé teórico-epistemológico da análise de discurso no diálogo proposto com a neurociência.

Lembra-se, então, que a linguagem é resultado material de processos ideológicos e inconscientes, mas que, antes de se tornar linguagem, passa pelo neurobiológico, ou melhor, se constitui no neurobiológico. As sinapses são determinadas pelo ideológico, ou seja, por uma exterioridade, a qual ganha uma materialização sináptica. O ideológico é materializado, seja pela linguagem ou pelo sistema nervoso.

A fim de tratar sobre os outros conceitos, faz-se referência às sete relações estabelecidas no primeiro capítulo do texto, quando abordava especificamente os conceitos na análise de discurso. Agora, tendo em vista a articulação teórica proposta na subjetivação da estrutura e na estruturação da subjetividade, as sete relações serão retomadas. Vale lembrá-las: (i) discurso e língua; (ii) sujeito, sentido e efeito de sentido;

---

<sup>92</sup> Utilizando termos oriundos da psicologia que dizem respeito aos processos ocorridos no exterior do ser humano, ou seja, do sujeito com outros sujeitos (intersíquicos) e aos processos interiores ao sujeito (intrapíquicos).



(iii) inconsciente e ideologia; (iv) interdiscurso, intradiscurso, pré-construído e memória discursiva; (v) acontecimento e estrutura; (vi) equívoco e falta; e (vii) condições de produção e condições de enunciação. Para todos os conceitos que constituem a base da articulação teórica, sempre haverá uma relação com a arquitetura cerebral. É assumida a existência de uma materialização físico-química de todas as noções, não existindo nada abstrato ou mental.

Assim, antes de iniciar a tratar sobre as sete relações mencionadas, é pertinente lembrar que a AD é fundamentada no materialismo, teoria a qual entende que tudo é materializado. Justifica-se a união entre os conceitos oriundos da neurociência e aqueles da análise de discurso pelos pressupostos do materialismo. No próprio seio das discussões em AD, tem-se que o recalque inconsciente e o assujeitamento ideológico são unidos pela linguagem, ou seja, pelos significantes. No entanto, acrescentando a esse quadro as concepções da neurociência, é possível afirmar que a ligação entre essas duas instâncias pode ser teorizada através da existência da linguagem enquanto significante no nível psíquico; contudo, ela é possível, na verdade, devido à existência de um sistema nervoso que materializa sinápticamente as conexões neuronais inconscientes e ideológicas presentes no cérebro do sujeito neuronal-ideológico. A ligação entre inconsciente e ideologia acontece através de engramações lingüísticas, referentes aos significantes; todavia, não existem enquanto abstração, enquanto parte do psiquismo humano. A partir dessa afirmação introdutória já se têm os argumentos traçados na relação entre ideologia e inconsciente, correspondentes à terceira relação abordada nessa parte do texto.

Voltando à primeira relação elencada, aquela referente à língua e ao discurso, pode-se dizer que a língua na análise de discurso também contempla processos gramaticais. Assim, os processos discursivos são tangenciados através dos processos gramaticais, ou seja, através das regras que existem no nível superficial, material; no entanto, um trabalho de recuperação dos sentidos trazidos à tona pela língua é necessário para que se possa observar a relação entre língua e ideologia, intermediada pelo discurso. Consoante Ferreira (2001), a língua é

condição de possibilidade de um discurso, materialidade ao mesmo tempo lingüística e histórica, produto social que resulta de um trabalho com a **linguagem**, no qual coincidem o histórico e o social. No âmbito discursivo, a língua é reconhecida por sua opacidade e pela forma como nela intervém a sistematicidade e o imaginário (...), aparecendo o **equívoco** como elemento constitutivo da mesma (p.19) [grifos da autora].

Conforme os pressupostos da análise de discurso, a ideologia se materializa no discurso, ao passo que a língua é a materialidade discursiva. Subjacente a esse processo há a materialidade neuronal. Existem, portanto, no interior do sujeito, correspondentes ideológicos, discursivos e lingüísticos, que atuam conjuntamente no momento da recepção dos sinais lingüísticos bem como no momento da enunciação propriamente dita. A seleção da língua utilizada pelo sujeito na sua fala e, da mesma forma, a interpretação que realizará a partir da língua recebida por ele possuem correspondentes neuronais que dizem respeito às engramações dos três tipos mencionados, além de muitas outras referentes a todas as funções desempenhadas pelo sujeito no momento da interlocução. A partir de uma materialidade lingüística, poderão emergir diferentes sentidos dependendo do sujeito (das sinapses). O sentido pode, portanto, ser materializado, mas a materialização se dá em nível neurofisiológico e depende do sujeito que realiza o gesto de interpretação.

Sobre o sujeito e o sentido, ainda reforça-se que a relação entre ambos é de dupla constituição, isto é, mudanças no processo de constituição do sujeito acarretam, necessariamente, mudanças no processo de constituição do sentido. O sentido é uma consequência de três situações: o assujeitamento do sujeito à ideologia, o assujeitamento do sujeito ao desejo e o assujeitamento do sujeito às determinações neurofisiológicas, sendo que os dois primeiros assujeitamentos possuem correspondentes neuronais. Dessa forma, o sentido emerge da interação entre esses três assujeitamentos, constitutivos do sujeito, bem como de elementos oriundos das condições de produção e das condições de enunciação. Tanto as condições de produção quanto as condições de enunciação são engramadas, mas não são todas as materializações-interpretações neuronais oriundas dos dois tipos de condições que chegam à consciência do sujeito. Assim, acontece uma seleção das materializações-interpretações, sendo identificadas como pertencentes ao inconsciente ou à consciência. Tem-se que as condições de enunciação, referentes aos elementos que fazem parte do momento da enunciação (tempo, espaço, interlocutores) e as condições de produção, ou seja, a exterioridade enquanto conjunto de sentidos que ecoam por uma memória discursiva, são engramadas no cérebro humano e contribuem amplamente para o processo de constituição do sujeito e do sentido. O efeito de sentido, o gesto de interpretação assumido pelo sujeito, dependerá da articulação entre todos os elementos, os quais se materializam no cérebro enquanto sinapse. Por isso se diz que existe opacidade na língua, já que cada sujeito poderá interpretar determinado

enunciado diferentemente, pois sua constituição neurofisiológica nunca será a mesma de outro sujeito ocupando o mesmo espaço. Com o referido, já foram esboçadas, como se previa, as considerações sobre a relação entre condições de enunciação e condições de produção na releitura proposta.

Além disso, indo ao encontro do acima citado, Fink (1998) menciona que o sujeito é realizado no forjamento das ligações entre os significantes, pois para a psicanálise, o inconsciente é estruturado como linguagem, sendo constituído por significantes. Há, ainda, na fala de Fink (1998), elementos que podem levar a uma associação entre psicanálise e neurociência. O autor menciona que

Freud denomina de *Bahnung* (...) os caminhos formados entre os neurônios no esboço psicanalítico da psique. Esse termo Lacan traduziu como *frayage*, um tipo de furo ou desbravamento de caminhos. Ele toma a idéia de Freud como sendo a de um rompimento que estabelece uma ligação (ou articulação) entre as assim chamadas memórias/conceituais, e prontamente associa essas ligações neuronais às ligações entre os significantes. O sujeito é o caminho forjado entre significantes; em outras palavras, o sujeito é, de certa forma, o que liga os significantes uns aos outros (p.102).

Há espaço, presume-se, na própria psicanálise, para que se pense uma possível materialização em conexões neuronais, representadas pelos significantes, dos processos inconscientes e conscientes que determinam o sujeito do desejo. Os neurônios, ou melhor, as sinapses percorreriam um caminho. No entanto, sempre existe a possibilidade de o caminho percorrido ser outro, ou seja, na terminologia de Lacan, aconteceria um *frayage*. Assim, “o sujeito é o caminho forjado entre significantes” e existe a preocupação de associar as ligações neuronais e as ligações entre os significantes. Entende-se, portanto, que o pensamento psicanalítico indica a possibilidade de o sujeito, possuidor de um sistema inconsciente fundamental para a sua constituição, seja compreendido enquanto possuidor, também, de neurônios, cujas engramações estabelecidas entre si seriam correspondentes aos significantes que constituem o inconsciente. O principal sistema do sujeito, o inconsciente, seria, na verdade, compreendido como sinapses. A partir disso, pensando que a análise de discurso apóia-se na psicanálise para explicar o sujeito, existe uma entrada na AD para se pensar um diálogo entre essa teoria e a neurociência, oriundo da psicanálise freudolacaniana (da própria teoria do sujeito).

O princípio básico que fundamenta a possibilidade de união entre a análise de discurso de tradição francesa e a neurociência diz respeito ao entendimento de que tudo

é engramado. O sujeito é sujeito porque possui um sistema nervoso que possibilita múltiplos aprendizados, diferenciadas materializações-interpretações, as quais constituem os sujeitos diferentemente, por isso um sujeito nunca ser igual ao outro. Tanto a interpelação ideológica quanto o desejo podem operar de maneiras várias de um sujeito para o outro, o que determina as diferenças que existem entre eles.

Para tanto, considerando esse princípio fundamental que rege o funcionamento tanto do sujeito quanto do sentido, consubstanciados em um sistema neurofisiológico, vale lembrar de outra relação das sete aqui elencadas. É referente a quatro conceitos: interdiscurso, intradiscurso, pré-construído e memória discursiva. Caso houvesse um assujeitamento total do sujeito à ideologia, ou seja, se todo sujeito fosse um “bom sujeito”, não rompendo com a ordem do dizer, os sentidos seriam simplesmente resgatados do interdiscurso e atualizados no fio do discurso. Aquilo que está disponível para a lembrança do sujeito diz respeito à memória discursiva, sendo todos os outros saberes esquecidos por ele presentes no interdiscurso, o qual organiza os sentidos em regiões, as formações discursivas. O pré-construído diz respeito aos sentidos já previamente estabelecidos.

Do ponto de vista de uma relação com a neurociência, pode-se dizer que os saberes do interdiscurso, do não-dito que constitui o discurso, estão constantemente atuando no sujeito, visto que ele é constituído pela linguagem. Assim, sem consciência, o sujeito é ininterruptamente exposto a vários discursos, que acabam sendo fornecidos a ele, mas somente se apropria de alguns sentidos, não faz movimentar, pelo comando da ideologia, todos os sentidos que estão para ele disponíveis no interdiscurso. Os sentidos lembrados no fio do discurso do interdiscurso são referentes à memória discursiva. Dessa forma, é possível afirmar que os sentidos do interdiscurso podem estar materializados no sujeito enquanto engramação; a atualização dos sentidos do interdiscurso é feita pela interação entre os sentidos do interdiscurso e a linguagem, cada um com correspondentes sinápticos; a memória discursiva é referente aos sentidos passíveis de lembrança, pois estão localizados em uma região de sentidos ao alcance do sujeito. Assim, parece que o interdiscurso diz respeito a todos os sentidos materializados no cérebro do sujeito, ao passo que a memória discursiva é coerente com a idéia dos sentidos postos em funcionamento, ou seja, materializados-interpretados em uma região do cérebro cujo trabalho com a consciência parece ser possível. Na passagem dos sentidos que estão no interdiscurso para a memória discursiva, atua um filtro, pois ele

selecionará quais sentidos serão lembrados e quais permanecerão esquecidos, no interdiscurso, prontos para serem atualizados. Assim, tudo acontece no interior do sujeito, todos os sentidos possuem conexões neuronais a eles correspondentes, visto que todos os sujeitos são interpelados pela ideologia através da linguagem; no entanto, a seleção de quais sentidos serão parte de uma memória, de um conjunto de sentidos prontos para serem lembrados, dependerá de um filtro, de cunho ideológico, por assim dizer, a partir do qual será possível observar o processo de assujeitamento do sujeito a uma formação discursiva, pois não são todos os sentidos que lhe são dispostos.

Os quatro conceitos os quais dizem respeito ao funcionamento dos sentidos no sujeito e como ele realizará a materialização lingüística dos mesmos possuem correspondentes neuronais em constante interação. Ainda pode ser mencionado que o mesmo acontece com a estrutura e o acontecimento, outra relação levantada aqui. A atualização dos sentidos presentes no interdiscurso se dá através do intradiscurso, sendo que o acontecimento é o ponto de encontro entre uma memória e uma atualidade (cf. PÊCHEUX, 2006), ou seja, entre os dois eixos mencionados, entre as duas estruturas. Quando eles se cruzam, portanto, emerge um acontecimento, ocasionando uma ruptura no eixo do repetível.

A estrutura – a língua e a organização social-ideológica do interdiscurso – e o acontecimento – o desencadeador da ruptura, a possibilidade de outros dizeres emergirem sobre o mesmo, a abertura para a emergência da falha – podem, como se defende aqui, ter sinapses a eles referentes, que significarão diferentemente para os sujeitos. Estrutura e acontecimento estabelecerão padrões de ativação diferenciados para o mesmo sinal, lingüístico, histórico ou, até mesmo, interior ao sujeito, neuronal, visto que as sinapses são criativas. O importante é que, no acontecimento, ou seja, na ruptura, fica evidenciada a possibilidade de falha, fica mostrado que a estrutura possui furos, permitindo a emergência de sentidos outros, e essas noções são estendidas para o funcionamento cerebral do sujeito.

Devido à falta, à possibilidade de falha das estruturas que constituem o sujeito, há dois processos identificados lingüisticamente: o equívoco e a falta. O primeiro acontece quando o sujeito evidencia, inconscientemente, na sua base lingüística, elementos que, via de regra, não deveriam estar ali presentes. Isso acontece quando o caminho interneuronal é desviado, completando uma trajetória sináptica diferenciada, com comunicação direta com as materializações-interpretações inconscientes. Já a falha,

diz respeito à incapacidade da língua de representar todos os sentidos que acontecem permanentemente entre os neurônios. Algo sempre falta, algo sempre deixa de ser expresso lingüisticamente. Devido a isso, o sujeito utiliza recursos como o silêncio, deixando que determinados sentidos sejam percebidos pela sua ausência na materialidade lingüística, ou pelo excesso, utilizando elementos da língua exageradamente para tentar estabelecer determinado efeito de sentido difícil de ser transportado de um nível neuronal para um nível lingüístico.

É importante que se dedique mais tempo à relação possível de ser estabelecida entre os conceitos da psicanálise e aqueles da neurociência. A premissa básica sobre a qual uma possível união entre os pressupostos de ambas ciências se ampara diz respeito ao “surgimento do psiquismo como resultado da complexidade do sistema neuronal, da quantidade imensa de conexões possíveis” (DOIN, 2002, p.126).

Além disso, Pêcheux & Fuchs (1997), conforme já exposto, assinalam que a psicanálise entra na AD pela noção de sujeito, a qual atravessa os três outros eixos que guiam os conceitos em suas relações de interdependência no quadro epistemológico da teoria. O sujeito da análise de discurso passa a ser, então, o sujeito do inconsciente. Contudo, como já foi exposto, é um sujeito inconsciente assujeitado ao processo de interpelação ideológica, ou seja, é um sujeito submetido à ideologia. Como o sujeito não tem consciência desse processo de duplo assujeitamento, no quadro teórico da AD faz-se referência a dois esquecimentos: o esquecimento da origem do sentido e o esquecimento da origem do sujeito.

Quanto à observação anteriormente feita de que o sujeito seria, também, servo dos processos sinápticos, traz-se à tona uma crítica feita por Leite (2001) quanto à relação entre psiquiatria e cura. O autor menciona que a psiquiatria da contemporaneidade está preocupada com os seguintes aspectos: (i) utilização de métodos estatísticos; (ii) causas neurobiológicas para o comportamento “mental”<sup>93</sup>; (iii) fundamentos epistemológicos e metodológicos encontrados nas neurociências; (iv) privilégio de uma “abordagem farmacológica, não havendo a inclusão do sujeito na montagem da estratégia terapêutica” (p.33); e (v) exclusão das idiosincrasias dos sujeitos e das causas dos transtornos. Essas constatações causam estranhamento e conflito quando se deparam com o entendimento de que a idéia de o sujeito ser

---

<sup>93</sup> Termos relacionados à mente deverão ser aspeados por não se acreditar, no presente trabalho, na existência de tal conceito. Aqui se defende que a mente depende de uma corporeidade: é o resultado da materialização-interpretação, a partir da interação entre elementos físicos.

“totalmente assujeitado” às conexões neuronais possa ter sido levado a um ponto extremo, em que não há, aparentemente, a necessidade de o paciente de tratamento psiquiátrico participar de sessões nas quais, através da linguagem, buscar-se-ia a cura para a sua patologia. Não seria essa uma premissa que comporia o quadro do presente trabalho. O ideal parece ser que haja uma interação entre linguagem e química neuronal, visto que o processo de produção lingüística em si já produz “luz” no cérebro, pois libera descargas elétricas por várias regiões, ajudando, também, no tratamento do paciente. A acusação de Leite (2001) é a de que os neurobiologistas buscam uma explicação estritamente genética, evolucionista e materialista do funcionamento do cérebro. Entende-se que biologia e linguagem sempre atuam conjuntamente, pois as engramações atingirão mais regiões do cérebro se a cura pela química for associada à cura pela palavra, possibilitando que o paciente tenha *insights* para a solução de seus problemas psíquicos. Aí parece que a interlocução teórica aqui proposta contribui na direção da teoria lingüística para a teoria psicológica.

O argumento que tange à não redução do sujeito ao fisiológico também é levantado em Elia (2007). O autor refere que

A psicanálise não desconsidera que tenhamos um organismo e que este é regido por leis naturais e biológicas (o que seria louco), nem afirma que as vicissitudes deste organismo não afetam o sujeito (o que seria impróprio). Ela evidencia e formaliza, como aliás é de sua vocação fazer, o que todo mundo sabe pela experiência, mas disso não tira, em geral, nenhuma consequência: que a experiência que temos de nosso organismo, de suas exigências, proezas, debilidades ou doenças, não só a temos através do campo da significação, do sentido, ou seja, pelo fato de que, por sermos falantes, somos marcados pela linguagem, pelo significante, mesmo no mais extremo nível de intimidade que possamos estabelecer com nossos órgãos e com nosso corpo. Incidentalmente, a mediação do significante faz com que experimentemos nossa condição orgânica não como um todo, não no peso de uma unidade vital, em bloco, mas por fragmentos, pedaços, com os quais sonhamos, imaginamos, fantasiemos, enfim, representamos para nós próprios (p.46).

A psicanálise não desconsidera a biologia do sujeito, mas não faz dela o seu objeto principal e determinante para os problemas psíquicos. O objetivo da terapia psicanalítica não seria o de biologizar o sujeito tampouco o de sociologizá-lo. No entanto, sobre a relação com a neurociência, Elia (2007) diz que existe um risco de se voltar às tendências organicistas. Sobre isso é importante trazer uma afirmação de Doin (2002). Para o autor “o que antes era tradicionalmente domínio exclusivo da psicologia e da filosofia, por ser considerado assunto puramente subjetivo e portanto imensurável,

passou a ter bases biológicas. Para ele, a emoção não é uma abstração mental, mas um processo que envolve corpo e cérebro” (p.143).

Com argumentos que circulam na mesma direção do anteriormente referido, Schiller (2001) traz algumas considerações sobre o pensamento de Lacan:

Com Lacan fica claro que compreender os processos orgânicos não nos autoriza jamais a excluir a participação do psiquismo como causa. O fato de a ciência comprovar minuciosamente a existência e a ação dos mecanismos bioquímicos, bacteriológicos ou genéticos *não equivale* a negar o psiquismo que recorta o organismo, e nesse organismo teremos sintomas, possíveis de deslocamento pela interpretação, e fenômenos, instâncias em que a lesão orgânica é irreversível. Desenha-se assim uma outra psicossomática, diferente daquela que não passa de um resto do saber médico (p.91) [grifos do autor].

Admite-se o papel fundamental exercido pela linguagem em todos os processos que envolvem a subjetividade humana. Mesmo existindo uma simpatia com a neurociência, não se pretende trazer os pressupostos que a constroem de forma determinante, pois sempre se deve relevar outros quesitos quando se trata da constituição do sujeito, da linguagem e da ideologia. O importante que deve ficar salientado desde agora, ao serem ressignificados os três conceitos trazidos à tona no trabalho, é o fato de que nada opera autonomamente. Todos os elementos já citados, de origens dos diferentes domínios do saber, são essenciais na constituição dos três conceitos, sendo atribuídos, dessa forma, uma necessidade de estarem presentes, na medida do possível, na teorização aqui proposta. Portanto, organicista ou não, sociologista ou não, o trabalho busca manter uma harmonia entre os conceitos oriundos de diferentes teorias, sendo todos de igual importância para a constituição do sujeito, da linguagem, da ideologia e, principalmente, do sentido.

Sobre Freud, vale lembrar, em um primeiro momento, que, antes de desenvolver a teoria psicanalítica no tratamento de pacientes acometidos por alguma patologia “mental”, ele estudava neuroanatomia e, depois, tornou-se neurologista. Pode-se interpretar esse movimento de Freud como uma forma de tratar especificamente do cérebro humano. Como não conseguiu meios de realizar seu objetivo, tratar da relação entre as doenças mentais e o cérebro, buscou outros recursos para fazê-lo, construindo uma teoria que, atualmente, com mais de cem anos de existência, segue viva no tratamento clínico de pacientes com neuroses e psicoses. Sendo assim, afirma-se que o cientista austríaco, sem a possibilidade de presenciar o desenvolvimento de técnicas de observação do cérebro do ser humano através de aparelhos de neuro-imagem funcional,



como acontece na atualidade, já, às escuras, teorizava sobre a relação entre anormalidades psíquicas e o funcionamento cerebral. Em suma, Freud criou hipóteses sobre o desenvolvimento e o funcionamento do psiquismo no ser humano através da linguagem, pois não possuía nenhuma maneira de observar as operações cerebrais diretamente<sup>94</sup>.

Por isso que neurociência e psicanálise se encaixam. A palavra, meio através do qual Freud buscou acessar o inconsciente, não existe sem o inconsciente. Como já foi dito, a quantidade de bits de informação processada no cérebro por segundo é, praticamente toda, inconsciente. A atenção do sujeito, a sua consciência<sup>95</sup>, somente atinge uma fração muito pequena de todas as materializações-interpretações que acontecem no cérebro. Essa informação corrobora a existência da instância inconsciente, antes de Freud o saber. Lembra-se, a partir disso, que as manifestações inconscientes colocadas em pauta por Freud foram todas observadas a partir da manifestação entendida como consciente da linguagem, objeto de trabalho do analista.

O método psicanalítico utiliza as palavras, ações e produções imaginárias na busca de seu significado inconsciente. Trata-se de um método interpretativo cujo instrumento de acesso é a linguagem. Objetiva-se curar os pacientes portadores de patologias através da palavra, sem acontecer, naquele momento, intervenções farmacológicas, fazendo com que a análise funcione dentro do sujeito, modificando estruturais funcionais em nível neuronal (cf. DOIN, 2002, p.118). Parece que Freud e, principalmente, Lacan, autorizam a interpretação de que, sem a linguagem, não existiria inconsciente. Sem existir inconsciente não existiria, por sua vez, consciente. Em resumo, não existiria sujeito.

Vale trazer à tona a possibilidade de relacionar a palavra, a produção lingüística realizada pelo indivíduo no momento da sessão terapêutica, com a atividade cerebral. Se o indivíduo fosse colocado em um aparelho de neuroimagem funcional durante esse processo, a cura pela palavra poderia ser observável, pois o fluxo sanguíneo no cérebro indicaria quais áreas estariam sendo mais ativadas. A mentira, por exemplo, seria

---

<sup>94</sup> Alguns pesquisadores que aderem à união entre psicanálise e neurociência podem ser mencionados: Carlos Doin, Victor Manoel de Andrade, Eric Kandel e Gerald Edelman. Eles participam com pesquisas que atestam a possibilidade de dupla colaboração entre as ciências. O difícil parece ser admitir uma união entre as ciências humanas e as ciências naturais, em mais uma das dicotomias que constituem o pensamento científico.

<sup>95</sup> Pode-se fazer referência a como a consciência é compreendida no senso comum. Segundo Costa (2008), “é a noção de existir com uma história passada, uma expectativa de futuro, uma relação com o mundo e com outros seres e também saber que se tem essa noção” (p.40).

facilmente identificada. Caso o fluxo sanguíneo fosse mais ativo na região límbica do paciente, responsável pela imaginação, poder-se-ia concluir que a palavra utilizada pelo paciente estaria se referindo a uma situação criada, imaginada, o que significa se tratar de uma mentira. Resta perguntar: frente a essas afirmações, a realidade é aquilo que acontece no cérebro, ou seja, aquilo que é interpretado pelo cérebro, ou aquilo que acontece na exterioridade?

Conforme as noções freudianas, surgem, do inconsciente, algumas manifestações, as quais aparecem de forma tímida e camuflada, podendo ser entendidas como manifestações que acontecem em nível consciente. Freud marcou quatro maneiras de o inconsciente manifestar-se: os sonhos, os atos falhos, os sintomas e os chistes. É interessante de se relacionar essas quatro possibilidades de subversão que emergem a partir do inconsciente como formações inconscientes, agrupando-as às outras formações que constituem o sujeito, oriundas do materialismo histórico-dialético, a saber, as formações discursivas, sociais, ideológicas e imaginárias. Assim, como categorias similares, enquanto formações que regulam a constituição do sujeito, é possível considerar mais duas outras categorias de formações como constitutivas do quadro teórico da AD: as inconscientes e as neurofisiológicas.

As formações inconscientes dizem respeito às quatro maneiras que o inconsciente encontra de aparecer na materialidade lingüística, fornecendo subsídios de o analista observar como opera o desejo em seu paciente, o conflito do sujeito entre os desejos do id e o controle do superego. Já as formações neurofisiológicas podem ser compreendidas como limitações biológicas ao processo de assujeitamento, visto que o sujeito nunca será um bom sujeito completo, pois a possibilidade de as conexões neuronais percorrerem caminhos diferenciados e de acontecer uma mudança no peso das alterações já existentes é grande. Assim, as formações neurofisiológicas são responsáveis pela manutenção dos sentidos, pelo equívoco e pela falta.

Cada um dos quatro mecanismos de manifestação do inconsciente possui as suas idiosincrasias. Os sonhos, por exemplo, através dos símbolos, expressam os desejos do id, reprimidos no inconsciente pela instância do superego. Pode ter elementos condensados ou deslocados, formando símbolos aparentemente incompreensíveis, mas de possível interpretação pelos olhos do analista. Lent (2005) apresenta a seguinte idéia: “o sentido que se pode atribuir aos sonhos, como momentos de emergência de sentimentos, percepções e pensamentos inconscientes, é ainda, para os neurocientistas,

matéria de especulação. Permanece o mistério” (p.541). Talvez aconteça uma contribuição nas duas direções: da psicanálise para a neurociência e da neurociência para a psicanálise.

Através das quatro formações do inconsciente seria possível um acesso aos processos inconscientes. Conforme Elia (1995), “a aberração é, portanto, a única via de acesso à verdade do sujeito” (p.44). Percebe-se que há a possibilidade de manter uma ligação entre essas teorizações sobre a existência do inconsciente com questões materiais envolvendo o funcionamento do cérebro do ser humano. São encontrados, na neurociência, subsídios materiais para atestar a existência desses processos. Resta questionar a área do cérebro em que cada um deles ocorre.

Questiona-se, primeiramente, a validade da premissa freudiana de que os sonhos são inconscientes, pois se sabe que o sonho acontece somente depois de o indivíduo estar dormindo por uma hora e trinta minutos, durante a fase do sono entendida como R.E.M., sigla em inglês que significa *rapid eye movement*, ou seja, movimento ocular rápido. Antes de se falar um pouco mais sobre isso, vale a pena trazer algumas considerações sobre o ciclo de vigília-sono, característico da espécie humana.

O ciclo de vigília-sono é controlado pelos sistemas moduladores difusos, em contraposição aos sistemas moduladores específicos. Enquanto os últimos concernem ao sistema que controla os mecanismos atencionais, por exemplo, os primeiros “controlam o nível de consciência e o comportamento do indivíduo” (LENT, 2005, p.527), desde quando está totalmente alerta até quando adormece, do maior grau de vigília ao sono profundo. Há diferentes sistemas moduladores difusos, e cada um deles emprega um determinado neurotransmissor.

Sobre a atividade cerebral nos ciclos de vigília-sono, Lent (2005) expõe que

O eletroencefalograma (EEG) acusa grandes alterações na atividade cerebral. Durante a vigília, o EEG apresenta um ritmo rápido de baixa voltagem e alta frequência, que é substituído durante o sono pelo seu oposto, um ritmo lento de alta voltagem e baixa frequência. Essa transformação do EEG é conhecida como sincronização, porque representa a atividade sináptica simultânea (sincronizada) de poucos neurônios. Analogamente, o EEG da vigília é descrito como dessincronizado, por representar a atividade sináptica não coincidente de uma enorme população de neurônios de todos os tipos (p.535).

Assim, durante o sono acontece uma dessincronização da atividade dos neurônios e uma menor atividade neuronal no tálamo, ao passo que, na vigília, há a sincronização da atividade sináptica e uma maior atividade neuronal no tálamo.

Consoante Herculano-Houzel (2002), “cada vez que o cérebro adormece, acontece a mesma coisa com cada neurônio: uns continuam respondendo, outros até mais, outros respondem menos, e outros param, mesmo. Só depende de que neurônio seja” (p.84).

Há dois tipos de sono: o sono de ondas lentas e o sono paradoxal, os quais são referentes a cada um desses tipos de atividade cerebral. O sono de ondas lentas é regulado por sistemas neuronais do tronco encefálico. Ele apresenta um ritmo lento de alta voltagem e baixa frequência, isto é, há poucos neurônios em atividade no cérebro durante esse tipo de sono. Em seus estudos desenvolvidos ao longo da década de 50, o neurofisiologista Nathaniel Kleitman identificou quatro estágios que constituem o sono das ondas lentas, não permitindo que o sono se mantenha sempre o mesmo durante o repouso. São eles: (i) Estágio 1: adormecimento, no qual se identifica no eletroencefalograma<sup>96</sup> (EEG) a passagem de um traçado dessincronizado (ritmo  $\beta$ ) para um traçado um pouco diferente, de voltagem maior e menor frequência (ritmo  $\alpha$ ), momento em que começam a ficar estáveis tanto os movimentos oculares quanto o tônus muscular; (ii) Estágio 2: mais adormecimento, com ondas de alta voltagem (fusos do sono e complexos K) identificadas no EEG e mais estáveis as ocorrências registradas no eletrooculograma (EOG) e no eletromiograma (EMG); (iii) Estágio 3 e 4: sono mais profundo, o indivíduo fica imóvel, com o EEG mais sincronizado e ritmo de alta voltagem e baixa frequência (ritmo  $\delta$ ).

Esses quatro estágios citados acontecem em até uma hora e trinta minutos de sono. Depois disso, passa-se para o tipo de sono paradoxal. Sobre o sono paradoxal pode ser dito que há a dominância de neurônios diferentes do tronco encefálico. Esse tipo de sono ocorre quando alguns neurônios da formação reticular<sup>97</sup> são ativados, sendo que esses mesmos neurônios também são ativados na transição à vigília. É nesse período em que os sonhos acontecem.

Nessa fase do sono, quando acontecem os sonhos, são identificados movimentos rápidos com os olhos, e é aí, no total repouso, que os sonhos são possíveis de acontecer. Nessa fase, o sujeito está imerso no inconsciente. A ativação cerebral ocorre na

---

<sup>96</sup> O eletroencefalograma diz respeito ao estudo de como as correntes elétricas se distribuem no encéfalo; o eletrooculograma concerne ao exame feito para identificar o movimento dos olhos; o eletromiograma consiste em um teste que registra os movimentos de um músculo.

<sup>97</sup> A formação reticular concerne ao conjunto de neurônios reunidos em redes de fibras nervosas espalhadas do bulbo ao mesencéfalo.

formação reticular mesencefálica tanto para sair do sono como quanto para iniciar os sonhos (cf. HERCULANO-HOUZEL, 2005, p.528).

O interessante a ser observado no sono paradoxal é que, apesar de o indivíduo estar com os olhos se movimentando rapidamente (conforme depreendido pelo EOG), de o seu corpo se apresentar totalmente imobilizado (constatação feita a partir do EMG), e de existir grande dificuldade em acordar o indivíduo, o EEG mostra a atividade cerebral totalmente dessincronizada. Ao invés de existirem poucos neurônios atuando no cérebro, há, como no estado da vigília, neurônios não coincidentes atuando vigorosamente no cérebro. Por isso esse tipo de sono ser chamado de *paradoxal*; mas, conforme já dito, pode também ser designado como *R.E.M.*

Os sonhos acontecem durante o sono paradoxal. Então, o corpo está totalmente adormecido, o sujeito está inconsciente, mas a sua atividade cerebral está tão ativa quanto como se estivesse em vigília. Após os aproximadamente 20 minutos de duração do sono paradoxal, ocorre um despertar do sujeito, quando se lembra do que sonhou. Segundo Lent (2005), o sonho é uma “experiência subjetiva que temos durante o sono”. Todavia, o sujeito somente toma conhecimento dessa experiência subjetiva inconsciente quando acorda, através do relato verbal, ao final do sono *R.E.M.*

Há situações, contudo, em que o indivíduo dorme por menos de uma hora e, ao acordar, alega que sonhou. Seria isso possível? Caso isso aconteça, poderia ser considerado como uma manifestação do inconsciente? Ou será que, ao dizer que sonhou, existiriam algumas ocasiões em que o indivíduo, na verdade, foi controlado pelo seu próprio consciente por não ter dormido tempo suficiente para deixar que acontecesse a emergência dos sonhos? Além disso, outro questionamento brota desses argumentos: qual seria a relação entre o sono paradoxal, no qual a atividade cerebral está dessincronizada, e a ocorrência dos sonhos?

É preciso que se faça menção a uma observação de Lent (2005). O autor diz que “o sono de ondas lentas é universal para os vertebrados, mas o sono paradoxal só existe em animais endotérmicos (aves e mamíferos), o que significa que surgiu mais tarde na evolução” (p.536). O sono que acontece com a sincronização dos neurônios seria, portanto, comum a todos os animais vertebrados, ao passo que o sono em que há uma dessincronização dos neurônios, ou seja, os neurônios agem como se estivessem em estado de vigília, somente é comum às aves e aos mamíferos, últimos animais a surgirem na escala evolutiva.

Pela perspectiva filogenética, portanto, isso significa que aves e mamíferos sonham, o que atesta uma gradual especialização das funções cerebrais na medida em que vai se chegando ao final da escala, ou seja, à espécie humana. Portanto, parece que o mencionado anteriormente acerca do surgimento das instâncias psíquicas designadas por Freud possui, também, relação com a evolução das espécies. O ser humano seria o único animal capaz de sonhar e de possuir mecanismos internos de manifestação consciente, expressão pulsante e controle do desejo, justamente por possuir um cérebro mais desenvolvido do que aquele das outras espécies animais. Da mesma forma, é o único animal que pode ser interpelado enquanto sujeito, assujeitado a uma formação discursiva. A todos esses fatores está intrinsecamente ligada a linguagem e sua opacidade<sup>98</sup>.

Do ponto de vista ontogenético, tem-se que id, ego e superego desenvolvem-se ao longo da formação do ser humano, sendo que as duas últimas instâncias surgem da primeira. Isso poderia ser relacionado ao fato de que, como pode ser observado na afirmação de Lent (2005), “as crianças – que têm muito sono paradoxal – parecem sonhar menos do que os adultos”. Isso significa que as crianças, por terem seu psiquismo menos desenvolvido do que o psiquismo do adulto, por uma limitação neurofisiológica, com menos memórias construídas e menor atuação do superego acerca do controle de suas manifestações do id, sonham menos. O sonho, por ser uma manifestação de um desejo reprimido no inconsciente, é mais freqüente no adulto, pois o superego ainda não reprime os desejos da criança quando ainda estão surgindo no psiquismo da mesma. O controle é menor, e a criança vai passando, gradualmente, de uma fase primeira em que busca satisfação total aos seus desejos até chegar a uma fase em que o superego controla a manifestação desses desejos. Aí, nesse momento, os sonhos passam a ser mais freqüentes, por o inconsciente não encontrar outros escapes mais acessíveis quando a criança ainda era pequena e sem a figura do superego para controlar a manifestação consciente dos seus desejos. Nesses argumentos identifica-se o chamado darwinismo em Freud, ou seja, da mesma forma como aconteceu a evolução das espécies ao longo do tempo, como postulado por Darwin, ocorre a evolução do aparelho psíquico ao longo da vida do sujeito, de acordo com Freud. No entanto, não existe a simples evolução do aparelho psíquico: entende-se que essa evolução depende

---

<sup>98</sup> É importante que se mencione a opacidade da linguagem visto que há alguns animais que se comunicam, ou seja, que possuem uma linguagem, mas que é um código decifrado pelo receptor, sendo, portanto, transparente.

diretamente da evolução das relações interneuronais durante o desenvolvimento neurofisiológico do sujeito, desde seu nascimento até sua morte, visto que o sistema nervoso está em constante modificação, alterando conexões neuronais, diminuindo ou aumentando a força das sinapses, criando e desfazendo engramações, dependendo da interação entre os sinais recebidos pelo sujeito e as materializações-interpretações que acontecem em seu interior.

Pode-se relacionar o momento em que o sujeito começa a sonhar com a emergência da linguagem, ou melhor, do simbólico, de acordo com a psicanálise lacaniana. Recordando as premissas freudianas, o processo primário, da ordem do inconsciente do sujeito, diz respeito ao id e ao ego no início do desenvolvimento, ao passo que o processo secundário, de caráter consciente, corresponde ao ego maduro. Com a origem da forma de pensamento secundário aparece, também, a linguagem. Então, a linguagem é o quesito responsável pela existência do sujeito *homo sapiens* neuronal-ideológico, capaz de produzir linguagem opaca, de sonhar, de ser interpelado, e de organizar os seus desejos de modo a funcionar em sociedade. Mais do que isso: sendo o superego a instância da ideologia, dos preceitos morais, os quais objetivam tornar o sujeito um bom sujeito através da repressão do desejo, é pela linguagem que isso é feito, quando o sujeito passa a se inserir no simbólico. Tem-se que ego e superego se desenvolvem a partir do id. Então, gradativamente, da mesma forma como essas duas instâncias vão surgindo no aparelho psíquico do sujeito, a linguagem vai emergindo. Quanto maior a relação do ser humano no social, menos possível vai se tornando a possibilidade de manifestação do inconsciente, do desejo do sujeito. O social reprime o sujeito, pela história, pelas condições de produção, pela ideologia.

A partir do acima exposto, é possível inferir que existiria uma estrutura no cérebro responsável pelo superego, cuja atividade somente seria mais freqüente depois de outras engramações terem sido estabelecidas (da emergência da linguagem). Conforme Freud, o superego surge durante a fase do Complexo de Édipo, entre os quatro e cinco anos de idade. Até aí, quem sabe, o cérebro ainda careceria da ativação de algumas sinapses, as quais corresponderiam à atuação do superego (ligadas ao simbólico, à fase fálica de Lacan). Já filogeneticamente, talvez não existam os neurônios que seriam responsáveis por essa função psíquica nas espécies anteriores à espécie humana na escala evolutiva, ou, como já se falou, poderiam até existir, mas

exercendo suas funções sem uma estrutura mais especializada, acontecendo, portanto, de forma bastante primitiva.

Os sintomas, uma das formações do inconsciente, são compreendidos como característicos de cada sujeito separadamente, representados diferentemente para cada um deles. Consoante Cesarotto & Leite (2001), “como cada pessoa tem uma história única, cada sintoma tem um sentido particular para cada um dos indivíduos, não sendo de utilidade os compêndios de causa-efeito, como acontece na medicina” (p.79). Aí parece ser identificada uma possibilidade de contribuição da neurociência para a análise de discurso. Com a neurociência, existe o indício de que os processos que fazem com que o sujeito se integre a uma sociedade e nela signifique, sendo sujeito, são não somente determinados pelo social, mas, mais caracteristicamente, são determinados pelo individual. A neurociência atesta isso, já que cada sujeito possui um sistema nervoso determinado, com regiões do cérebro que podem funcionar de forma semelhante, mas nunca os padrões de ativação serão iguais para dois sujeitos.

Já foi mencionado, na parte referente à psicanálise, algo sobre a prova de realidade, ou seja, a capacidade do ego de distinguir o que é interno do que é externo. Partindo desse conceito freudiano para a uma ressignificação tendo em vista a articulação com a neurociência, entende-se que, na verdade, tudo acontece internamente, ou seja, o trabalho do ego não é o de diferenciar o dentro do fora; o seu trabalho está em aprovar as materializações-interpretações que acessam a consciência do sujeito, criando compreensões de realidade diversas. No sujeito acontece um processo de filtro. Esse processo permite a atualização de determinadas sinapses na consciência. No entanto, a partir dessas sinapses, o sujeito poderá criar outras realidades, à sua revelia, as quais poderão não corresponder aos sinais recebidos da exterioridade, sendo eles lingüísticos ou históricos. Caso isso aconteça, o sujeito está em um estado fora da normalidade, o que requer cuidado e tratamento.

Da mesma forma, essa tensão entre social e individual pode ser observada em um estudo realizado por Lent (2005). Conforme o autor, ao trabalhar com pacientes possuidores de distúrbios lingüísticos que tiveram algum tipo de lesão cerebral, os erros semânticos referentes a diferentes categorias (a pessoas, a animais, a instrumentos/objetos em geral) ocorriam com pacientes com lesões em regiões diferentes do cérebro. Esse estudo comprova a existência de regiões mais especializadas do cérebro para determinadas categorias semânticas. Pensando nisso, poderia ser dito



que um determinado padrão de ativação surge para uma palavra, e esse padrão de ativação, dependendo da categorização do item semântico, é mais presente em uma certa parte do cérebro. A partir de um determinado input lingüístico, seja ele auditivo ou escrito, haverá uma representação neuronal através de um conjunto de potenciais de ação, de potenciais sinápticos, etc. Portanto, pode ser dito que as regiões acionadas no cérebro para determinada categoria são sociais, pois são as mesmas para todos os sujeitos, mas cada sujeito terá materializado-interpretado diferentes caminhos na rede, apresentando diferentes representações neuronais para a mesma palavra, sendo, também, individual.

Sobre a representação simbólica, de acordo com os princípios freudianos, Brenner (1987) menciona que “era como se houvesse uma linguagem secreta que as pessoas usassem inconscientemente, sem serem capazes de compreendê-la conscientemente; ao vocabulário dessa linguagem, por assim dizer, Freud denominou de símbolos” (p.67). Subjaz a esse entendimento o postulado de que todos os sujeitos possuem similaridades biológicas, sendo o código genético que os constitui muito parecido, permitindo a emergência da linguagem, mas mais do que isso: há determinadas conexões neuronais acionadas em mesmas regiões do cérebro que parecem seguir um determinado padrão entre os sujeitos, o que acaba por gerar essa semelhança, essa mesma linguagem, de acordo com Freud. No entanto, resta salientar que há idiosincrasias, ou seja, não existe uma igualdade; o que há é, na verdade, semelhanças sinápticas entre os sujeitos, por possuírem corpos parecidos.

Ainda sobre os símbolos, Cesarotto & Leite (2001) afirmam que, por ser estruturado como uma linguagem, “o inconsciente tem uma sintaxe verbológica” (p.43), e, por conseguinte, o “vocabulário” que constitui essa linguagem seriam os símbolos. Não se compreende a linguagem como uma abstração, mas como possuindo uma materialidade biológica.

Apesar de o trabalho não ensejar abrir uma discussão sobre conceitos da psicanálise junguiana, é interessante que se pense sobre a relação entre o inconsciente coletivo, ou a linguagem secreta de Freud, e a neurociência. A representação simbólica, ou seja, a utilização de símbolos, seria considerada uma linguagem secreta, sobre a qual os seres humanos não têm controle e, ao mesmo tempo, a utilizam todos, sem que ela seja ensinada ou compartilhada entre os sujeitos. Esse fato colocou em voga a concepção de “inconsciente coletivo”, visto que, a partir desse conceito, seria facilmente

explicada a utilização de uma mesma linguagem sem ela nunca ter sido ensinada. Entende-se que faria parte do conhecimento herdado da humanidade, aquilo que é comum a todos os seres humanos.

Curioso parece confrontar este conceito com aquele de “gramática universal” defendido por Chomsky. Parece que não seria difícil tentar traçar um paralelo entre ambos; afinal, a gramática universal diz respeito ao conjunto de conhecimentos lingüísticos os quais pertencem a todos os sujeitos. Esses conhecimentos são acessados ao longo da construção da gramática da língua materna. Dessa forma, parece que a gramática universal trata da linguagem inconsciente comum, não aprendida, mas herdada, enquanto o inconsciente coletivo concerne a todos os conhecimentos herdados da humanidade, dentre eles a linguagem, a qual é transferida de geração a geração, tanto do ponto de vista estrutural quanto semântico-discursivo, sem acontecer uma instrução explícita sobre seu uso e sua adequação.

Contudo, questiona-se: como conceber esses dois conceitos de um ponto de vista neuroanatômico? Assim, levando-se em consideração o arcabouço teórico do presente trabalho, não seria possível que essas noções, uma da psicanálise junguiana e outra da lingüística gerativa, fizessem parte do escopo da discussão. Mais pela consequência simbólico-abstrata do que pelo atestado empiricamente: de um lado, há elementos presentes no pensamento dos seres humanos os quais não foram transmitidos, pois eles simplesmente estão lá, e, de outro, a manutenção de um mesmo código lingüístico, com todos os elementos semântico-discursivos a ele intrínsecos, dentro de uma mesma comunidade de fala delimitada geograficamente, bem como a utilização de elementos similares na constituição da linguagem dentre todos os sistemas lingüísticos existentes no mundo, sendo que as crianças que aprendem a falar no sul da Argentina ou no norte da Islândia iniciam a manifestar-se lingüisticamente a partir de um mesmo padrão, ou seja, aquilo considerado menos marcado nas línguas naturais. Vale, contudo, argumentar sobre essas premissas, e, com isso, levantar novos elementos para reflexão acerca da interlocução teórica aqui proposta.

Remontemos a Charles Darwin<sup>99</sup>: a antítese para essas noções parece ser simples, pois a espécie animal é a mesma. Levando isso em consideração, tem-se que os símbolos presentes na representação simbólica psicanalítica, os quais constituem a

---

<sup>99</sup> Relevante lembrar que Darwin, com sua teoria, trouxe a idéia de que os seres humanos são parentes, em algum grau distante, de todos os seres vivos que habitam a superfície terrestre.

linguagem secreta usada inconscientemente pelos sujeitos, pertencerão todos à espécie humana por ocorrer a recorrência de certos padrões na constituição dessa espécie. Imaginando uma situação absurdamente hipotética de o ser humano ser inserido em uma comunidade alienígena, poder-se-ia afirmar que, provavelmente, os símbolos responsáveis pela constituição dessa linguagem secreta passarão a ser outros, mas havendo a manutenção de alguns traços “humanos” a essa linguagem simbólica. Portanto, dois aspectos parecem ser fundamentais para essa reflexão: a exterioridade e a genética. Utilizando uma terminologia da ciência biológica: o fenótipo<sup>100</sup> é o genótipo associado ao ambiente.

Sobre a relação entre o materialismo histórico e a neurociência vale tecer alguns comentários. Pretende-se aqui enfatizar o papel do corpo na constituição do sentido e do sujeito. Existe uma materialidade que também faz parte dessa dupla constituição, a qual limita com células uma materialização do sentido. Como já foi dito, existe uma tripla materialidade responsável por ancorar os sentidos: uma biológica (sistema nervoso do sujeito), uma física (materialidade lingüística) e uma histórica (acontecimentos), as quais se encontram materializadas no sujeito. É na materialidade biológica que o sentido se constitui, pois nela acontece a ligação com a ideologia e com o inconsciente, no interior do sujeito. No entanto, essa ligação somente é possível porque o sujeito ocupa um espaço, um tempo, entre determinados interlocutores, e, também, porque a história se insere na língua, e é por ela que o sujeito se constitui.

Além disso, indo ao encontro da questão materialista na constituição da análise de discurso, ressalta-se que o inconsciente é estruturado como uma linguagem, dependente das engramações lingüísticas. Assim, a causa do sujeito é de ordem material, visto que o significante, ou seja, como o inconsciente se constitui, é material. Os significantes são compreendidos como materialidades, visto que existem enquanto conexões neuronais no cérebro dos sujeitos.

Ainda é importante lembrar que, devido ao caráter material do sujeito, mudanças físicas que aconteçam no sujeito acarretam mudanças no sentido. Isso significa que alterações neurofisiológicas influenciam diretamente não somente na constituição do

---

<sup>100</sup> Consoante Favaretto & Mercadante (2003), “o **genótipo** é a constituição genética de um organismo, ou seja, o conjunto de alelos que herdou dos genitores. O **fenótipo** é o conjunto de características geneticamente determinadas de um ser vivo, internas ou externas” [grifos dos autores] (p.118). O fenótipo, então, são as características visivelmente identificadas no indivíduo, resultado da união do hereditário às influências externas.

sujeito, mas, de forma decisiva, na maneira como o sentido se constitui, já que ele emerge a partir das conexões neuronais estabelecidas no sistema nervoso do sujeito.

Sobre a relação entre o assujeitamento do sujeito, resgatada do materialismo histórico althusseriano, vale fazer um contraponto com as descobertas anunciadas em artigo publicado na revista *Nature Neuroscience*, intitulado *Unconscious determinants of free decisions in the human brain*<sup>101</sup> (SOON, BRASS, HEINZE & HAYNES, 2008). O artigo traz constatações reveladoras acerca das determinações de decisões realizadas pelo sujeito. Foi evidenciado através de um experimento em que sujeitos ficavam em um aparelho de neuroimagem funcional (fMRI<sup>102</sup>) que, ao serem solicitados a apertarem um botão referente a duas opções que apareciam em uma tela de computador, uma opção na esquerda e a outra opção na direita da tela, as regiões do cérebro que atuam na decisão da escolha, os córtices pré-frontal e parietal, já haviam sido acionadas dez segundos antes de entrar na atenção do sujeito, gerando a movimentação de um dos seus braços para apertar a tecla da direita ou da esquerda, acionando a região do cérebro responsável pela motricidade do membro escolhido. A decisão começa a ser preparada muito tempo antes de ter a atenção do sujeito voltada para ela, indicando que a decisão é, na verdade, inconsciente. Dessa forma, parece que há a corroboração de que o livre arbítrio não existe, pois o cérebro possui mecanismos de determinar as respostas dos sujeitos muito antes de ela ser exteriorizada. Com isso, o assujeitamento do sujeito é ainda maior, sendo, também, um assujeitamento à sua neurofisiologia. Pode-se questionar se essa determinação que acontece no cérebro muito tempo antes de chegar à consciência do sujeito não é dada por engramações entendidas como ideológicas. Há, parece, a possibilidade maior de diálogo entre neurociência e materialismo histórico do que se podia imaginar.

A fim de encerrar a discussão do presente capítulo, é interessante lembrar de Charles Darwin, cientista britânico que desestabilizou a sociedade do século XVIII com sua *Origem das espécies*. Ele desconstruiu a idéia de que o ser humano, ou melhor, o homem (designação adotada na época), era perfeito, dominador, poderoso, inteligente, pois sugeriu que esse homem era biologicamente semelhante ao chimpanzé. Assim, a sociedade da época, crente de que existia uma independência do homem em relação à natureza, foi abalada. O *Homo sapiens*, aquela espécie que sabe que sabe (porque tem

---

<sup>101</sup> “Determinantes inconscientes de decisões livres no cérebro humano” (tradução minha).

<sup>102</sup> Functional magnetic resonance imaging.

linguagem) tem como seus antecessores essa espécie, considerada inferior pelo senso comum. Pensando nessa questão que habita as células do *Homo sapiens*, o que diferencia essa espécie do chimpanzé? Mesmo com muita semelhança entre o código genético dos seres humanos e o dos chimpanzés, essa espécie não possui uma faculdade que permite a existência de confrontos ideológicos e conflitos sociais: a linguagem. Permeando as relações humanas existe essa faculdade, possibilitada por uma estrutura neuroanatômica e por um aparelho fonador que, junto com as informações genéticas, capacitam o ser humano a significar na sociedade.

A possibilidade de cooperação entre análise de discurso e neurociência ocasiona a necessidade de situar a junção teórica em um entremeio científico. A AD está localizada em um espaço entre ciências, mas todas as ciências que a constituem estão inseridas dentro das ciências humanas. Ao trazer a neurociência, torna-se mais difícil situar o trabalho em uma região do pensamento específica, sendo encontrado no vazio que existiria entre as ciências humanas e as ciências naturais. Parece que a forma de pensar a partir de dicotomias não mais consegue se ancorar na liquidez da ciência pós-moderna.

### **3.2 Um terceiro efeito de fechamento**

As reflexões tecidas no terceiro momento do trabalho tratam da possibilidade de diálogo entre a análise de discurso pecheuxtiana e a neurociência na compreensão dos conceitos de sujeito e de sentido. Vários elementos de ambas as ciências foram resgatados com o objetivo de tornar a articulação possível, partindo dos elementos oriundos da análise de discurso, com as suas regiões do pensamento constitutivas, e agregando a elas uma quarta região.

Noções da neurociência precisaram obter nova designação, ao passo que aqueles oriundos da análise de discurso foram ressignificados. Da neurociência, por exemplo, o que antes era *processamento*, *informação* e *indivíduo* transformou-se em, respectivamente, *materialização-interpretação*, *interpretação sináptica* e *sujeito*. Os conceitos da neurociência tiveram a sua designação alterada em virtude do quadro teórico da AD, o qual possui a psicanálise e o materialismo histórico como base. Já os conceitos da análise de discurso, como sujeito, língua, ideologia, interdiscurso, memória discursiva, dentre outros, foram ressignificados, passando a ocupar papel importante em seus entendimentos a questão da materialidade neurofisiológica.

Vale, finalizando a discussão do presente capítulo, lembrar de algumas considerações tecidas por Oliveira (2001). A autora menciona que

Há em Lacan uma reflexão filosófica, uma teoria do sujeito, uma teoria da liberdade que mostra que não somos submetidos a comportamentos. Mesmo sendo determinados pelo inconsciente, temos acesso a algo da ordem inconsciente por efeito de linguagem, somos livres de escolha e não reduzidos a tratamentos mecânicos. Quando olho para a história da ciência, vejo que já sempre algo que escapa à lógica da natureza científica. Não poderemos ir tão longe na abordagem neurocientífica do comportamento humano, mesmo se amanhã descobrirmos que todas as nossas emoções, nossos sentimentos e o nosso psiquismo são apenas algo químico ou genético. Iremos, sem dúvida, avançar no domínio da patologia, mas não teremos muitos meios para o reducionismo, porque o homem é produzido pela sua história, por seu ambiente, por seu psiquismo; não existe apenas um determinante. Penso que a ciência revelará muito mais da complexidade que da simplificação, ainda que o cientificismo atual procure simplificar tudo (p.80).

Estruturar a subjetividade com os elementos da neurociência, de um lado, e subjetivar a estrutura com os conceitos da análise de discurso, principalmente da psicanálise, de outro, foi o que se buscou fazer no presente capítulo. De tudo o que foi dito, resta lembrar que os questionamentos nunca cessam de surgir, e que modificações sempre serão passíveis de acontecer no seio dessa nova articulação teórica para compreender conceitos que sempre fizeram parte, de uma forma ou de outra, das inquietações humanas.

## UMA REFLEXÃO SOBRE POSSÍVEIS CONTRIBUIÇÕES DO CONCEITO DE SUJEITO NEURONAL-IDEOLÓGICO PARA AS TEORIAS FORMALISTAS

O embate entre as teorias formalistas e as discursivas<sup>103</sup> acaba por posicionar os estudos da linguagem em regiões bem determinadas, sem comunicação entre si, com diferentes concepções sobre o objeto de estudo 'língua'. Essa idéia tem relação ao que já foi mencionado sobre o pensamento logocêntrico: as duas regiões são aparentemente constituídas por conceitos contrários, a partir dos quais, ao saber o que se pensa em uma ciência é possível decifrar o que está sendo postulado na outra por uma simples relação de oposição. Sobre as diferentes concepções de língua, Indursky (1998b) menciona que

enquanto para os lingüistas, interessa trabalhar as regularidades sintáticas, morfológicas e fonológicas, que remetem todas para a organização da língua, para o seu repetível, que é formal e a-histórico, para os analistas de discurso interessa trabalhar com outro tipo de regularidade, que remete para a exterioridade, sendo o repetível da ordem do histórico (p.19).

No entanto, como tem sido tarefa do presente texto, não se assume aqui uma posição inerte frente à dicotomia apresentada, caracterizada por aquilo considerado formalista, de um lado, e pelo que se entende como discursivo, de outro. Parece que existe a possibilidade, na reflexão formal sobre a língua, de se transportar o entendimento sobre esse conceito um pouco mais para perto do discursivo, situando os estudos formalistas em uma região de entremeio. Esse objetivo parece ser possível de ser atingido ao se considerar uma diferente concepção de *formal*; junto a ela, deve-se pensar em um sujeito diferenciado, o sujeito neuronal-ideológico. Tendo em vista esses dois argumentos, uma aproximação entre as duas regiões do pensamento lingüístico torna-se almejável.

### 4.1 O formalismo sendo convocado pela exterioridade

Michel Pêcheux, em seu texto *O Discurso: Estrutura ou acontecimento*, traçou uma diferença entre dois tipos de universos que abrigam o pensamento humano: o universo logicamente estabilizado e o universo das relações irremediavelmente equívocas. Por essa distinção opera-se uma separação já clássica na ciência lingüística, entre o discurso e o formalismo, separação que foi se consolidando a partir do corte

---

<sup>103</sup> Neste momento serão deixadas em segundo plano as teorias enunciativas por trabalharem com outros entendimentos sobre os conceitos que serão trazidos à tona.

epistemológico instaurado pelo estruturalismo. O formalismo aparece nos estudos sobre a linguagem para situar um objeto até então sem dono, sem cientificidade e sem lugar no campo acadêmico. A língua protegida pela escola estruturalista começa a ganhar espaço e, com ela, uma maneira de pensar sobre a linguagem que se restringe a um universo logicamente estabilizado, sem possibilidade de interação com outros campos do conhecimento, apreciando a observação das relações interiores ao sistema lingüístico, sem qualquer menção a elementos como sujeito, exterioridade, sentido ou referência, quiçá falar em inconsciente ou em ideologia. Indursky (1998a) diz que “na língua, objeto asséptico da Lingüística, não há lugar para o sujeito. Este foi o custo teórico para instituir a Lingüística como ciência” (p.112).

Consoante Pêcheux (1997), “a partir do momento em que a língua deve ser pensada como um *sistema*, deixa de ser compreendida como tendo a *função* de exprimir sentido” (p.62). O sentido somente passou a ser considerado de forma mais consistente com o surgimento dos estudos discursivos oriundos do quadro teórico programado pelo grupo de pesquisadores que trabalhavam juntamente com Pêcheux e, dentro do contexto russo, com Bakhtin. Até então, a fala e a questão da pluralidade semântica encontrada nos enunciados não faziam parte do escopo dos estudos lingüísticos. Pêcheux (1997) ainda diz que

a língua é pensada por Saussure como um objeto científico homogêneo (pertencente à região do “semiológico”) cuja especificidade de se estabelecer sobre duas exclusões teóricas:

- a exclusão da *fala* no inacessível da ciência lingüística;
- a exclusão das *instituições “não-semiológicas”* para fora da zona de pertinência da ciência lingüística (p.71) [grifos do autor].

Então, ressalta-se, a partir do exposto, que, no surgimento da ciência lingüística, somente era considerado científico aquele tipo de estudo que pode ser entendido como formalista, ou seja, em que o pesquisador se afastava do objeto estudado e conduzia as análises a ponto de afirmar que suas conclusões eram tomadas de forma neutra e objetiva. Na lingüística formalista “as relações sistêmicas, ao abstraírem o uso e as variações dele decorrentes, são de natureza regular, permitindo, por conseguinte, instituir a língua como o objeto homogêneo e, portanto, científico da Lingüística” (INDURSKY, 1998b, p.8). Essa postura científica obteve reflexos consideráveis, sendo a concepção de língua compreendida enquanto sistema de símbolos independente.



Consoante Ilari (2004), a lingüística formalista ou imanente<sup>104</sup> concerne a “uma lingüística que procura minimizar as relações que a língua mantém com o mundo. Vai também no sentido de dar prioridade lógica às relações que se estabelecem no interior do sistema, e não às unidades entre as quais essas relações se estabelecem” (p.64).

Vale lembrar uma afirmação de Coracini (2007) sobre essa questão. A autora afirma que a lingüística imanente estuda a língua pela língua. Dessa forma, conforme Pezatti (2004), “tanto o formalismo contemporâneo quanto o formalismo estruturalista vêm a linguagem como um objeto autônomo que basta a si próprio, excluindo qualquer fenômeno que não seja interno ao sistema” (p.166). Já na análise de discurso não acontece dessa forma. Conforme Indursky (1998b), “para a Análise do Discurso, os processos discursivos e seus efeitos de sentido, resultado do trabalho discursivo de sujeitos interpelados ideologicamente, constituem o foco de interesse e não o significado isolado, cristalizado, dicionarizado, desistoricizado” (p.16).

É muito importante ressaltar que os comentários tecidos acerca do formalismo acabam se direcionando para uma generalização dessa região dos estudos lingüísticos. Vale realizar uma abordagem acerca de diferentes perspectivas situadas nessa região, as quais poderão se aproximar do sujeito neuronal-ideológico, apresentando possíveis pontos de contato, ou se afastar, pois se encontram em uma extremidade inalcançável por traços de ordem discursiva.

Então, além das considerações traçadas, interessa aqui focar como os formalismos na ciência lingüística são compreendidos. São articulados alguns pensamentos relevantes sobre a questão do formalismo em Pires de Oliveira (2004). A autora admite três linhas e práticas no discurso da lingüística científica, as quais dizem respeito ao entendimento de *formal*. As linhas e práticas são aquelas que entendem: (i) formal enquanto científico; (ii) formal sinônimo de autônomo; e (iii) formal remetendo a cálculo (cf. PIRES DE OLIVEIRA, 2004, p.220).

Sobre a primeira constatação, a autora afirma que todo lingüista deve ser formalista, pois situa sua prática na prática científica, utilizando uma metalinguagem teórica. Dessa forma, a opção teórica do lingüista independe do fato de que, para que ele se insira na prática da ciência contemporânea, necessita garantir a possibilidade da formalização da sua teoria a fim de que seja passível de refutação.

---

<sup>104</sup> Ilari (2004) utiliza o termo *immanentista* para tratar desse tipo de lingüística.

A autora estabelece uma diferença entre o cientista naturalista e o cientista humanista. Para o primeiro, a linguagem “é um sistema regulado, passível de ser descrito matematicamente e, portanto, previsível” (PIRES DE OLIVEIRA, 2004, p.223), ao passo que, para o cientista humanista, a linguagem é lugar de desejo, de lapso, da vontade humana, não possuindo capacidade preditiva, não sendo, portanto, formalista. Isso parece significar que as teorias do núcleo duro da lingüística (da lingüística imanente), ou seja, os formalistas e os funcionalistas, se inserem na ciência naturalista, ao passo que as teorias enunciativo-discursivas participam da ciência considerada humanista, como se pode observar em Pires de Oliveira (2004):

Enquanto subjetividade a linguagem não é passível de ser estudada por uma metodologia naturalista precisamente porque ela marca o não-sistemático, o lapso. Se nas ciências naturais é necessário que a teoria tenha alguma capacidade preditiva (que pode ser probabilística), na reflexão humanista ela é impossível, porque se trata de refletir sobre a vontade humana (o livre arbítrio, o desejo), fundamentalmente indeterminada, não-reproduzível (p.223).

Pires de Oliveira (2004) ainda afirma que “este modelo deve ter também capacidade de previsibilidade: dados tais e tais elementos e regras, espera-se que o sistema produza tais e quais resultados” (p.223). Dessa forma, a generalização é aspecto imperativo entre os modelos formalistas.

O segundo viés das pesquisas formalistas, o qual assume formal como sinônimo de autônomo, garante formal como idêntico a gerativo, pois a sintaxe seria entendida como um sistema autônomo, já que independe da semântica e possui uma maneira própria de operar, visão que não está em consonância com a dos funcionalistas. Estes pensam a sintaxe como resultado provisório do uso e das funções da linguagem. Nesse viés, ser lingüista é estar vinculado a uma abordagem séria do funcionamento lingüístico, o que acarreta em uma postura formalista, entendendo a linguagem enquanto autônoma.

Conforme Pires de Oliveira (2004), “há pesquisadores que se proclamam formalistas e que rejeitam o postulado da autonomia da sintaxe, trabalhando dentro de uma perspectiva que considera uma relação estreita entre sintaxe, semântica e pragmática” (p.229). A partir dessa idéia, os formalistas não devem ser chamados de gerativistas. Daí aparece a terceira compreensão de formalismo, a qual atesta que “calculamos quando falamos. Nesse sentido, saber uma língua é saber calcular” (PIRES DE OLIVEIRA, 2004, p.231). Há dois entendimentos de cálculo: enquanto específico da linguagem humana (gerativistas), e como abrangendo as línguas naturais e as línguas

formais. Segundo a autora, alega-se, por essa ótica, que “o estudo formal das línguas naturais permitiu entendermos melhor o seu modo de funcionamento, descobrindo propriedades que permaneceriam “invisíveis” sem as lentes da matemática” (p.240).

Outra reflexão importante sobre a questão formal é estabelecida em Bernárdez (2004) cujo texto, intitulado *A superação dos modelos formalistas na lingüística*, traz contribuições sobre o entendimento de o que é formalista, propondo uma visão diferenciada. O autor afirma, preliminarmente, que “todo modelo lingüístico está, ou pode estar, formalizado em algum sentido” (p.11), não sendo considerado formalista o modelo que, simplesmente, utiliza-se de uma formalização. Parece que seria possível, a partir desse argumento, entender que a própria análise de discurso, enquanto teoria que estuda os fenômenos lingüístico-discursivos, também teria formalizações de algum tipo. Aqui, formalizar é compreendido como princípios de organização daquilo que regula os pressupostos da teoria, os quais podem funcionar de maneira mais severa ou mais branda. Na AD, esses princípios são, em certo sentido, *formalizados*, mas não se admite uma rigidez, uma falta de flexibilidade ao se trabalhar com eles, pois são passíveis de reestruturação.

Bernárdez (2004) descreve a existência de nove características as quais deveriam ser satisfeitas a fim de que um modelo lingüístico seja considerado formalista. As seis primeiras tratam da teoria, da forma de ver a linguagem, ao passo que as três últimas concernem à questão metodológica, isto é, da maneira de analisar a linguagem. As nove características são citadas: (i) a linguagem é um fenômeno individual presente na mente (ou no cérebro); (ii) o ser humano possui uma faculdade da linguagem, ou seja, uma predisposição mental para a linguagem (a gramática universal); (iii) “a faculdade da linguagem é hierarquicamente *sintática*” (p.11); (iv) a linguagem possui um módulo independente na mente/cérebro; (v) o uso da linguagem e a faculdade da linguagem são independentes; (vi) “a linguagem é um *sistema de representação*, não de comunicação” [grifos do autor] (p.12); (vii) o método científico a ser seguido na análise lingüística é o nomológico-dedutivo; (viii) a teoria deve ser internamente coerente, sendo que o objetivo é buscar o prognóstico exato; e (ix) é possível que existam diferentes níveis estruturais.

As nove características supracitadas operam dentro da proposta chomskyana, ambientada no gerativismo. O pensamento do autor não vai ao encontro dos elementos levantados. Sendo assim, Bernárdez (2004) desmistifica a concepção de que somente é

formalista o que é gerativista, salientando o fato de a neurociência apontar que nenhum sistema pode estar restrito a ele mesmo. Investigações recentes corroboram essa afirmação, pois nenhum sistema biológico funciona fechado em si mesmo, sem contato com a exterioridade.

A partir do novo enquadramento exposto pelo autor, ele versa sobre as nove características separadamente. Finaliza o texto apresentando dez considerações que, a seu ver, caracterizam a lingüística, sendo a linguagem: (i) individual e social; (ii) aprendida a partir da interação pela criança, não sendo inata nem reservada a uma parte do cérebro; (iii) constituída tanto por princípios cognitivos quanto pelo uso; (iv) “enquanto fenômeno cognitivo, põe em uso *princípios cognitivos gerais*” [grifos do autor] (p.29); (v) “enquanto fenômeno social, interindividual, manifesta-se no uso” (p.29); (vi) sua função principal é a interpessoal; (vii) deve ser estudada empiricamente; (viii) é um fenômeno dinâmico complexo; (ix) sua descrição deve corresponder ao realmente identificável; e (x) seu estudo não é suficiente através de métodos formais tradicionais.

Dessa forma, a partir das considerações desenvolvidas através da leitura de Bernárdez (2004) e de Pires de Oliveira (2004), pode ser referido que os estudos formalistas parecem não somente englobar modelos cujos pressupostos admitem somente o entendimento da linguagem enquanto individual, situada na mente em um módulo independente, tratada como um fenômeno autônomo, separado da interação. O formalismo parece admitir a consideração de outras conjunturas com princípios ou regras que a organizem, sendo formalista aquilo que é estável, pois a teoria necessita possuir procedimentos éticos que garantem a possibilidade de replicação de seus conceitos (cf. PIRES DE OLIVEIRA, 2004).

As considerações de Pires de Oliveira (2004) de que o formalismo seria entendido como científico, autônomo e matemático são, conforme se atesta agora, refutadas. O formalismo pode ser um campo do conhecimento científico que possibilita uma maior estabilidade de análise justamente por trabalhar com objetos de universos logicamente estáveis. Parece que o foco da discussão não é a estabilidade do campo, mas, na verdade, a estabilidade do objeto, a qual acaba por operar cisões muito bem determinadas na ciência da linguagem, colocando uma barreira entre aquilo que pode ser modificado (o discursivo ou “humanista”), de um lado, e aquilo que deve permanecer sempre o mesmo (o formalista ou “naturalista”), de outro.

A partir dessas constatações, reconsidera-se o formalismo entendendo-o não mais como região do conhecimento estática, porém estável. Assumir isso significa que o formalismo é passível de alterações, sendo uma delas a possibilidade de passar a considerar elementos da exterioridade nas suas análises, com base nos princípios citados. Ao trazer para dentro do formalismo a exterioridade, não só fica ele instável como, também, dois outros fundamentos que sustentam a sua base teórica ficam abalados: a previsibilidade e a generalização.

Parte dos modelos formalistas tem como princípios basilares a capacidade de prever resultados bem como a de generalização desses resultados<sup>105</sup>. A partir de um conjunto de dados, no caso aqui levantado seriam dados lingüísticos, aplicam-se regras as quais resultarão em um produto já antecipado pelo sistema regulado. Esses dados que constituem o corpus sob análise expõem resultados, a partir da teoria aplicada sobre eles, podendo ser generalizados para todos os outros dados oriundos de uma determinada comunidade de fala, não existindo variação, algo que o sistema não aceita.

No entanto, acredita-se que, primeiramente, a própria noção de *modelo* deve assumir um caráter menos rígido. Pode-se seguir tratando as teorias formalistas enquanto modelos, mas admitindo que essa designação não remete à maneira estática e pré-determinada com que normalmente operam os modelos formalistas. No presente trabalho significa-se a palavra *modelo* diferentemente, admitindo uma abertura para a exterioridade e, por conseguinte, uma desterritorialização de possíveis teorias que venham a trabalhar com a concepção que se tenta aqui desenvolver.

O que se pretende com as considerações referidas é trazer à tona uma possibilidade de o formalismo ser considerado um pouco afastado dessa idéia de *modelo* atualmente em voga nos estudos lingüísticos, enquanto previsível, regrado, generalizável. Parece que uma modificação na concepção de formalismo é necessária para que se passe a tratar o mesmo objeto de uma forma diferenciada, possibilitando um diálogo com aquilo que está na exterioridade da linguagem, de onde surgem os dados para os analistas que compreendem a linguagem enquanto sistema, e, dessa forma, ter um papel ativo nos processos sociais que permeiam as relações humanas. Aí se identifica um paradoxo no seio da ciência lingüística: para os formalistas – de uma forma geral, pois, como se viu, há exceções – descrever e analisar a língua por ela

---

<sup>105</sup> Nem todos os modelos formalistas usam regras; nem todos excluem as formas variáveis do sistema. Trabalhando nesse enfoque, tem-se, por exemplo, Coetzee (2009).

mesma é o objetivo de qualquer estudo em lingüística; no entanto, os dados coletados para a realização das análises são retirados da exterioridade, de uma situação concreta de enunciação, em um espaço, tempo e com interlocutores determinados, não existindo fora de uma significação maior. Essa contradição acaba por deixar ao formalismo um traço de incoerência epistemológica, e uma ressignificação da própria noção de formalismo acaba sendo instaurada e necessária, sendo deslocada levemente para um pouco mais perto do discursivo, ou melhor, do humanista.

Também se refere que, ao trazer a exterioridade para o modelo formalista, deve-se trabalhar não com previsibilidade de resultados, mas com probabilidade, ou seja, a partir de determinados dados e regras que compõem o sistema existe uma possibilidade de ocorrência, um limiar de chances de registro do resultado mais provável de acontecer, existindo, dessa forma, a possibilidade de variação, posto que a deriva é permitida. Além disso, dentro dessa mesma idéia, a generalização passa a não mais fazer parte dos fundamentos que sustentariam um modelo formalista, visto que os resultados podem ser concernentes a somente um membro da comunidade de fala, o que indica uma possível individualização.

Essa abertura operada nos *modelos* formalistas acaba por possibilitar a entrada do elemento *sujeito* nesses estudos, uma vez que, na ciência formalista, o sujeito é o fornecedor dos dados lingüísticos investigados pelo analista detentor do conhecimento científico. No entanto, aproximar ao formalismo um sujeito discursivo acaba resultando em um trabalho ainda mais incoerente e paradoxal, pois exigiria uma reformulação total da teoria. Assim, para fazer esse elemento surgir nos modelos formalistas, é necessária a existência de uma concepção diferenciada de sujeito, com elementos passíveis de algum tipo de formalização, para que possa interagir com o sistema lingüístico analisado. É dessa forma que aparece o sujeito neuronal-ideológico, pois é constituído de uma materialidade possível de ser adaptada aos elementos que constituem o pensamento formalista e inserido no modelo<sup>106</sup> como traços determinantes da língua objeto de estudo.

No entanto, o sujeito do formalismo como é compreendido atualmente é muito diferente do sujeito que se propõe. Assim, antes de operar sobre essa possibilidade de inserção do sujeito neuronal-ideológico em modelos formalistas, vale trazer algumas considerações sobre como o sujeito é compreendido nessa região do conhecimento

---

<sup>106</sup> Modelo aqui entendido como referente à nova significação construída.

lingüístico. Pêcheux (1997) já fazia uma crítica ao sujeito do formalismo. O autor menciona que os estudos envolvendo a gramática gerativa pressupunham um locutor compreendido como neutralizado, ou seja, “ligado à normalidade universal dos “enunciados canônicos”, em que a posição das classes de equivalência (por exemplo: sujeito animado + objeto inanimado) é *a priori* fixada como uma propriedade da língua” [grifos do autor] (p.73). A afirmação corrobora o fundamento de previsibilidade dos estudos formalistas, bem como a posição neutra do sujeito que fornece os dados.

Há vários autores inseridos na teoria materialista dos sentidos que trazem argumentos sobre a impossibilidade de trabalhar com um sujeito neutro quando se trata de um objeto de estudo lingüístico. Na verdade, o sujeito não existe para os estudos formalistas, isto é, ele é ignorado. Conforme lembra Indursky (1998b) sobre o corte epistemológico, o sujeito foi excluído das reflexões saussurianas, “estando seu apagamento na origem do gesto fundador da linguagem como seu objeto de reflexão” (p.112).

Dessa forma, apesar de incoerente, por ignorar na análise o fornecedor dos dados, a lingüística estruturalista considerou necessária a exclusão do sujeito, pois foi esse movimento que garantiu a cientificidade necessária à lingüística para ser considerada ciência, ganhando credibilidade no meio acadêmico da época. Contudo, o custo para que se alcançasse esse objetivo não foi barato. Ferreira (2005) anuncia que “importava normalizar o sujeito, já que era visto como elemento suscetível de perturbar a análise do objeto científico, que deveria corresponder a uma língua objetivada, padronizada” (p.14). Elementos importantes para a compreensão dos fenômenos lingüístico-discursivos estavam sendo deixados de lado.

Todavia, sem considerar o sujeito neutro do formalismo tampouco o sujeito discursivo da análise de discurso, ao aproximar a exterioridade das teorias formalistas da linguagem é importante trabalhar com uma concepção de sujeito diferenciada. Então, é dessa necessidade que surge o sujeito neuronal-ideológico, visto que, por ser constituído por uma materialidade neuronal, ele se coaduna com as reflexões formalistas que se embasam somente naquilo que é material, na linguagem propriamente dita, não procurando, a partir dela, elementos da exterioridade que possam contribuir para o seu funcionamento. As engramações, parece, dependendo da teoria que trabalha com a linguagem, podem ser formalizadas, pois não se compreende a existência dos processos lingüísticos que funcionam no sujeito enquanto abstração, sendo tudo possível, como

prega o gerativismo; na verdade, eles possuem uma materialidade neurofisiológica, o que garante a possibilidade de as engramações assumirem um papel formal nos processos reguladores do sistema lingüístico, sendo possível que as engramações lingüísticas se associem a outros tipos de engramação, passando elementos da exterioridade a contribuir para o processo de compreensão dos elementos que regem o sistema da linguagem.

Assim, os conceitos que movimentam uma ruptura com o formalismo padrão acabam por contribuir com a inserção da exterioridade nos modelos formalistas. Ambos os conceitos, o de não previsibilidade e o de probabilidade dos resultados, vão ao encontro dos princípios que norteiam a constituição do sujeito neuronal-ideológico. Dois fatores devem ser considerados: (i) a individualização dos processos ideológicos, por serem materializados no interior do sujeito, permitindo que cada sujeito possua um determinado padrão de ativação para cada sinal oriundo da exterioridade; e (ii) a probabilidade de resultados, ou melhor, a probabilidade de que os caminhos percorridos pelas sinapses no cérebro do sujeito será um e não outro, dependendo se o sujeito aceita a determinação imposta pela formação discursiva a que está afiliado no processo de interpelação ideológica ou se, através do inconsciente, poderá acontecer uma subversão nas conexões neuronais, abrindo espaço para o novo, para o sentido que tinha menos chance, menor probabilidade de emergir. Essas idéias vão ao encontro do exposto por Bonilha (2004). A autora refere que

A exterioridade lingüística, deixada de lado em modelos estruturalistas e gerativistas, assume papel central em qualquer mapeamento da linguagem, pois todos os estímulos estabelecem engramações e essas não podem ser vistas de forma isolada. Uma engramação lingüística reflete, pois, aspectos internos e externos ao sistema (p.39).

Sobre essa diferente associação que se tenta instaurar no presente capítulo, vale trazer afirmações de Bernárdez (2004). O autor menciona que

Trata-se, portanto, de um ponto do qual se enlaçam estritamente o aspecto formal e o conceitual: a maneira como analisamos a linguagem, buscando as ferramentas que nos podem proporcionar outras ciências, e o modo como a vemos em sua relação com o ser humano e sua vida. Não é possível ver a linguagem como sistema aberto utilizando a metodologia formal desenvolvida para os sistemas (simples e) fechados, e ao mudar de perspectiva desaparecem necessariamente certas falsas questões (p.21).

Por essa perspectiva, situa-se o formalismo em um entremeio teórico. Essa região dos estudos lingüísticos pode se transformar em uma maneira de vislumbrar os



fenômenos lingüísticos não ignorando o papel do sujeito, fundamental para qualquer tipo de análise sobre a linguagem. Não objetivando um aprofundamento maior sobre o assunto, vale mencionar que existe, atualmente, uma teoria que se coaduna com as idéias supracitadas, situada no formalismo lingüístico, a qual poderia acrescentar aos seus estudos o sujeito neuronal-ideológico. Trata-se da teoria da otimidade conexionista (BONILHA, 2004, 2006), que entende as engramações lingüísticas, sejam elas sintáticas, morfológicas, fonológicas, semânticas ou pragmáticas, como possíveis de serem formalizadas em restrições as quais operam em uma hierarquia, referente à gramática da língua em estudo. Dessa forma, se as restrições formalizam engramações, diferentes tipos de restrições, referentes a outras engramações, podem fazer parte dos estudos sobre os fenômenos lingüísticos por essa perspectiva. Talvez fosse possível, pensando no sujeito neuronal-ideológico, trazer para a teoria engramações inconscientes e ideológicas, as quais contribuiriam para a análise de fenômenos semânticos<sup>107</sup>.

O quarto capítulo da reflexão é então encerrado com uma afirmação de DECCA (2007). O autor menciona que “o sujeito moderno é o sujeito dotado de razão, capaz de se mover no mundo, através dos seus atributos racionais e ser capaz de discernir aonde está o erro, e aonde está a verdade” (p.50). Basta, então, apenas que a vontade do sujeito analista atue em prol de uma ressignificação dos estudos formalistas existentes, trazendo contribuições para a ciência em geral.

#### **4.2 Um quarto efeito de fechamento**

O objetivo do último capítulo foi trazer à tona a possibilidade de contribuição do diálogo estabelecido entre análise de discurso e neurociência também para o campo formalista dos estudos da linguagem. Dessa forma, a diferente concepção de formal aqui estabelecida, ao interagir com a concepção de sujeito assumida, o sujeito neuronal-ideológico, parece trazer elementos para que se pense sobre o campo formalista das reflexões sobre a linguagem em um entremeio teórico. Essas considerações podem trazer contribuições para a área dos estudos formalistas na possibilidade de analisarem, também, objetos discursivos, como parece ser possível a partir da teoria da otimidade conexionista<sup>108</sup>.

---

<sup>107</sup> Outra possibilidade de análise seria pelo viés da gramática harmônica, tendo em vista que está sendo usada para analisar formas variáveis como resultantes do sistema da língua (COETZEE, 2009).

<sup>108</sup> Uma reflexão sobre essa possibilidade pode ser observada em Vinhas (2009).

## O EFEITO DE FECHAMENTO FINAL

O efeito de conclusão que se pretende alcançar no presente texto é vinculado à idéia de que nada está completo, e a busca incessante pela verdade, objetivo almejado por qualquer ciência, é um objetivo cujo fracasso é aprioristicamente determinado, e talvez seja essa a única premissa possível de ser determinada de forma a priori nos fatos humanos. A instabilidade do sujeito, a sua constituição cindida, fragmentada, dividida, não permite que as coisas se acabem, se fechem... terminem. A ciência continuará, bem como o sujeito continuará, e, justamente por isso, mudanças acontecerão, o que atesta a impossibilidade de se alcançar a verdade, por ser altamente contextualizada e passageira. No entanto, parece que a ilusão de verdade científica, objetiva e inquestionável, permanecerá por algum tempo ainda, intrinsecamente arraigada a uma percepção positivista da(s) realidade(s) que permeiam a constituição do ser humano.

Esse texto é uma materialidade que busca trazer questionamentos, dado o seu caráter levemente subversivo. Diz-se que ele é só *levemente* subversivo, pois ainda mantém bastante enraizados os pressupostos epistemológicos trabalhados pela análise de discurso de tradição francesa. Talvez não se encaixe em nenhum dos três motores do modo de produção da ideologia dominante, a saber, a produção, a reprodução e a transformação. É sugerido que ele seja compreendido, simplesmente, como um tateamento, ou, talvez, como uma adição, uma complementação, visto que foi feita a tentativa de incorporar uma outra materialidade ao processo de compreensão do sujeito e do sentido a partir da AD, materialidade essa provinda dos pressupostos da neurociência. Acrescentar essa região do pensamento humano à análise de discurso não traz nenhuma transformação, pois foram aproveitados os conceitos de ambas as teorias. Dessa forma, o que se fez foi dar um caráter mais material para as concepções da AD, constatando que existe, sim, a possibilidade de interlocução com a neurociência, a qual garante ainda mais o estatuto da AD enquanto teoria materialista dos sentidos.

Na verdade, o que acontece não é que a neurociência garanta um caráter material maior para a análise de discurso: defende-se que a AD possui uma falha, uma falta constitutiva, mas não aquela ligada ao conceito de real laciano. A falta da AD está em não considerar a materialidade neurofisiológica em suas reflexões sobre a constituição da linguagem, da ideologia e do sujeito no espaço em que se entrecruzam para construir o sentido. Tem-se que a materialidade biológica ocupa um papel de extrema

importância nesse quadro, justamente por a análise de discurso ser uma teoria materialista dos sentidos. A incompletude da análise de discurso está em que a maioria dos seus conceitos existe enquanto abstração, sem uma concretude, sem uma materialidade que os suporte. Assim, a neurociência vem contribuir com a AD, fornecendo à teoria materialista dos sentidos uma concretude que se enquadra nos quesitos para preencher todos os efeitos que constituem a teoria, inclusive o de falta.

Consoante Teixeira (2005), “falhas de leitura são aqui previsíveis e até necessárias para que a *inquiétude*, que desde sempre caracteriza a análise de discurso, continue a fazer ouvir outras enunciações. É a ilusão de poder “tocar” um *objeto* inacessível que nos mantém produzindo” (p.22). Justamente por ser a linguagem o objeto de estudo bem como o “instrumento” de descrição e de materialização da interpretação desse objeto, há sempre a possibilidade de pontos de deriva emergirem de quaisquer materialidades que permeiam a realidade humana. O texto não opera em uma identificação única e imutável com os conceitos que traz, mas trabalha na instabilidade e no questionamento, podendo os sentidos ser sempre (materialmente) outros.

Parece ser interessante retomar a pergunta exposta em (02), apresentada na primeira parte do trabalho. Perguntou-se: *Como seria possível uma ressignificação dos conceitos de sujeito e de sentido a partir de elementos oriundos da neurociência?* Considera-se, primeiramente, um sujeito cindido, fragmentado, duplamente afetado, ou melhor, duplamente assujeitado, pelo desejo, de um lado, e pela ideologia, de outro. Todavia, chamando-se a neurociência, foi observado que, na verdade, o sujeito é assujeitado por um elemento, pois a materialidade neurofisiológica possui um papel determinante na sua constituição enquanto sujeito, bem como na constituição do sentido, materializando a ideologia e o inconsciente.

Os elementos da neurociência acabam por trazer as contribuições necessárias para a análise de discurso (re)situar o seu conceito de sujeito e o seu conceito de sentido, ao entender que tudo é engramado, ou seja, toda a exterioridade que constitui o sujeito possui correspondentes interiores a ele, existentes enquanto conexões neuronais. Assim, infere-se que sujeito e sentido passam a ser outros, ancorados em uma materialidade diferenciada, não somente lingüística, sendo que a própria materialidade lingüística possui correspondentes sinápticos. Existe, assim, a possibilidade de um relacionamento ser estabelecido entre os diferentes elementos oriundos de cada uma das ciências da grade teórica da AD e aqueles da neurociência: a estrutura (lingüística), a

ideologia (materialismo histórico), o inconsciente (psicanálise), a materialidade discursiva (teoria do discurso) e a neurofisiologia humana (neurociência). A determinação do sentido é, então, um processo que tem base no sujeito.

O efeito de sentido, ou seja, o discurso, emerge da relação entre as formações discursivas que determinam o sujeito enunciativo, de um lado, e as formações discursivas que determinam o sujeito receptor, de outro, intermediadas pela estrutura, pelo acontecimento e, também, pelas engramações. Na verdade, tudo passa pelo cérebro, desde a ideologia até o inconsciente, pois tudo pode ser neurofisiologicamente materializado-interpretado. Vê-se, com isso, o papel vital do sujeito no processo de constituição dos sentidos, sendo a partir dele que tudo é possível. Transformar o sujeito é transformar os sentidos; contudo, para que o sujeito seja transformado, ele precisa ser exposto a diferentes sentidos que modifiquem a sua estrutura interna. Trata-se de um processo sem começo e sem fim, de dupla constituição, de total interdependência, com uma base material fundamental: a neurofisiológica.

Os elementos considerados na discussão foram trazidos da neurociência, da lingüística, da psicanálise, do marxismo e da teoria do discurso. Por enquanto, acredita-se que as várias materialidades determinam a constituição do sujeito. O que acontecerá depois do fechamento do trabalho está na ordem do real, do impossível.

Acredita-se que, conforme Bezerra Jr. (2007), nada impede que, à uma possível existência de uma subjetividade, por assim dizer, sempre existirá uma materialidade correspondente. O autor menciona que

A não ser que nos mantenhamos rigidamente aferrados a um dualismo ontológico radical que separe a vida corporal e a vida do espírito, estamos sempre diante de uma experiência subjetiva incorporada e situada. Nesta perspectiva nada há de problemático em admitir que para um evento ou estado subjetivo haja um correlato estado corporal, neural, neuroquímico (p.135).

Enfim, só o que se sabe é que tudo está em constante transformação no mundo. Espera-se que, pelo menos, o trabalho tenha atingido o objetivo de colocar uma questão para reflexão, ou, como diz Teixeira (1997), “o que meu trabalho visa é contribuir para manter, no próprio interior desta área de estudo, um movimento no sentido de desestabilizar as certezas que tendem a se cristalizar no discurso científico, fossilizando-o. Só assim é possível resistir aos acomodamentos” (p.63).

Encerra-se a discussão com uma afirmação de Coracini (2007b), a qual configura o motor do trabalho:

Fragmentos de confissões e desejos que escapam por entre as brechas da linguagem, deixando emergir desejos profundos e impossíveis que inevitavelmente constituem todo aquele que, de forma rigorosa e séria, deseja abrir caminhos novos, sem deixar, evidentemente, de considerar aqueles que o precedem e, portanto, o constituem (p.28).

Com isso, o que resta a dizer é que os questionamentos sobre sujeito e sentido seguem emergindo...

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBANO, Eleonora Cavalcante. *Da fala à linguagem tocando de ouvido*. São Paulo: Martins Fontes, 1990.
- ALTHUSSER, Louis. *Posições 1*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.
- \_\_\_\_\_. *Aparelhos ideológicos de Estado*. 9.ed. [trad.] Walter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro. Rio de Janeiro: Graal, 2003.
- ARNTZ, William; CHASSE, Betsy; VICENTE, Mark. *What the bleep do we know? Discovering the endless possibilities for altering your everyday reality*. Deerfield Beach: Health Communications, Inc., 2005.
- ARRIVÉ, Michel. *Linguística e Psicanálise: Freud, Saussure, Hjelmslev, Lacan e os outros*. [trad.] Mário Laranjeira e Alain Mouzart. 2.ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.
- AUTHIER-RÈVUZ, Jacqueline. *Entre a opacidade e a transparência: um estudo enunciativo do sentido*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.
- BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem: Problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem* 9.ed. [trad.] Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Hucitec, 1999.
- BARTHES, Roland. Introdução à análise estrutural da narrativa. In: BARTHES, Roland. [et al.] *Análise estrutural da narrativa*. [trad.] Maria Zélia Barbosa Pinto. 5.ed. Petrópolis: Vozes, 2008.
- BATTAGLIA, Laura. A estrutura do psiquismo. *Viver Mente & Cérebro*, Lacan: o grau zero da subjetividade, São Paulo, p.14-21, 2005. (Coleção Memória da Psicanálise, 4)
- BERNÁRDEZ, Enrique. A superação dos modelos formalistas na Linguística. In: GIERING, Maria Eduarda; TEIXEIRA, Marlene. (Orgs.) *Investigando a linguagem em uso: Estudos em Linguística Aplicada*. São Leopoldo: Editora UNISINOS, 2004.
- BEZERRA JR., Benilton. Da contracultura à sociedade neuroquímica: psiquiatria e sociedade na virada do século. In: ALMEIDA, Maria Isabel Mendes de.; NAVES, Santuza Cambraia. (Orgs.) *“Por que não?”: rupturas e continuidades da contracultura*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2007.

- BONILHA, Giovana Ferreira Gonçalves. *Aquisição fonológica do Português: Uma abordagem conexionista da Teoria da Otimidade*. Tese de doutorado. Porto Alegre: PUCRS, 2004.
- \_\_\_\_\_. Teoria da Otimidade Conexionista: novas considerações. Trabalho apresentado no 7º Encontro Nacional sobre Aquisição da Linguagem. Porto Alegre, outubro de 2006.
- BOTTOMORE, Tom. (Ed.) *Dicionário do pensamento marxista*. [trad.] Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BRANDÃO, Helena Hathsue Nagamine. *Introdução à análise do discurso*. 2.ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2004.
- BRENNER, Charles. *Noções básicas de psicanálise: Introdução à psicologia Psicanalítica*. [trad.] Ana Mazur Spira. 4.ed. Rio de Janeiro: Imago; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1987.
- BRUDER, Maria Cristina Ricotta; BRAUER, Jussara Falek. A constituição do sujeito na psicanálise lacaniana: impasses na separação. *Psicologia em estudo*, Maringá, n.3, v.12, set-dez, 2007. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-73722007000300008&script=sci\\_arttext&tlng=entarget=\\_blank](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-73722007000300008&script=sci_arttext&tlng=entarget=_blank)> Acesso em 10 de janeiro de 2009.
- CARDOSO, Sílvia Helena Barbi. *A questão da referência: das teorias clássicas à dispersão de discursos*. Campinas: Autores Associados, 2003.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1. artes de fazer*. [trad.] Ephraim Ferreira Alves. 11.ed. Petrópolis: Vozes, 1994.
- \_\_\_\_\_; GIARD, Luce; MAYOLD, Pierre. *A invenção do cotidiano: 2. morar, cozinhar*. [trad.] Ephraim Ferreira Alves. 6.ed. Petrópolis: Vozes, 1996.
- CESAROTTO, Oscar Angel. O discurso lacaniano. *Viver Mente & Cérebro*, Lacan: o grau zero da subjetividade, São Paulo, p.22-29, 2005. (Coleção Memória da Psicanálise, 4)
- \_\_\_\_\_; LEITE, Márcio Peter de Souza. *Jacques Lacan: Uma biografia intelectual*. 2.ed. São Paulo: Iluminuras, 2001.
- CHAUÍ, Marilena. *Introdução à história da filosofia: dos pré-socráticos a Aristóteles*, volume 1. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- \_\_\_\_\_. *O que é ideologia*. São Paulo: Brasiliense, 2006.
- \_\_\_\_\_. *Convite à Filosofia*. 13.ed. São Paulo: Ática, 2008.

- COETZEE, Andries W. An integrated grammatical/non-grammatical model of phonological variation. In: KANG, Young-Se; YOON, Jong-Yurl; YOO, Hyunkyung; TANG, Sze-Wing; KANG, Yong-Soon; JANG, Youngjun; KIM, Chul; KIM, Kyoung-Ae; KANG, Hye-kyung. (Eds.) *Currents issues in linguistic interfaces. Volume 2*. Seoul: Hankookmunhwasa, 2009. Disponível em <<http://roa.rutgers.edu/files/1033-0609/1033-COETZEE-0-0.PDF>> Acesso em 6 de julho de 2009.
- CORACINI, Maria José Faria. *Um fazer persuasivo: O discurso subjetivo da ciência*. 2.ed. Campinas: Pontes, 2007a.
- \_\_\_\_\_. *A celebração do outro: arquivo, memória e identidade: língua (materna e estrangeira), plurilingüismo e tradução*. Campinas: Mercado de Letras, 2007b.
- COSTA, Nelson Barros da. Contribuições do Marxismo para uma Teoria Crítica da Linguagem. *D.E.L.T.A.*, vol.16, n.1, 2000 (p.27-54).
- COSTA, Antonio Luiz M. C. O espírito dos neurônios. In: *Carta na escola*, n.27, junho/julho de 2008.
- COURTINE, Jean-Jacques. O discurso inatingível: Marxismo e lingüística (1965-1985). [trad.] Heloísa Monteiro Rosário. *Cadernos de Tradução*, Porto Alegre, n.6, p.5-18, abr-jun, 1999.
- DECCA, Edgar. História, memória e interpretação. In: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro. (Orgs.) *Análise do discurso no Brasil: mapeando conceitos, confrontando limites*. São Carlos: Claraluz, 2007.
- DERRIDA, Jacques. Carta a um amigo japonês. In: OTTONI, Paulo. (Org.) *Tradução: a prática da diferença*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1998.
- DESCARTES, René. *O discurso do método*. [trad.] Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- DOIN, Carlos. Entrevista com Carlos Doin. *Psicanalítica – a revista da SPRJ*, v.III, n.1., 2002.
- DOSSE, François. *História do Estruturalismo*. O campo do signo – 1945/1966. v.1. [trad.] Álvaro Cabral. Bauru: Edusc, 2007a.
- \_\_\_\_\_. *História do Estruturalismo*. O canto do cisne – de 1967 a nossos dias. v.2. [trad.] Álvaro Cabral. Bauru: Edusc, 2007b.



- DUFOUR, Dany-Robert. *A arte de reduzir as cabeças: sobre a nova servidão na sociedade ultraliberal*. [trad.] Sandra Regina Felgueiras. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2005.
- ELIA, Luciano. *Corpo e sexualidade em Freud e Lacan*. Rio de Janeiro: Uapê, 1995.
- \_\_\_\_\_. *O conceito de sujeito*. 2.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007a.
- \_\_\_\_\_. O sujeito, o real e o social. In: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro. (Orgs.) *Análise do discurso no Brasil: mapeando conceitos, confrontando limites*. São Carlos: Claraluz, 2007b.
- ERNST-PEREIRA, Aracy. Uma introdução à Análise de Discurso. *Letras de Hoje*. Porto Alegre, v.84, n.1, junho de 1991.
- FARACO, Carlos Alberto. Estudos pré-saussurianos. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina. (Orgs.) *Introdução à Lingüística: Fundamentos epistemológicos*. v.3. São Paulo: Cortez, 2004.
- FAVARETTO, José Arnaldo; MERCADANTE, Clarinda. *Biologia: volume único*. 2.ed. São Paulo: Moderna, 2003.
- FERREIRA, Maria Cristina Leandro. O lugar da sintaxe no discurso. In: INDURSKY, Freda; LEANDRO-FERREIRA, Maria Cristina. (Orgs.) *Os múltiplos territórios da Análise do Discurso*. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1999.
- \_\_\_\_\_. (Org.) *Glossário de termos do Discurso: projeto de pesquisa: A aventura do texto na perspectiva da teoria do discurso: A posição do leitor-autor (1997-2001)*. Porto Alegre: UFRGS. Instituto de Letras, 2001.
- \_\_\_\_\_. O quadro atual da Análise de Discurso no Brasil. In: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro. (Orgs.) *Michel Pêcheux e a Análise do Discurso: uma relação de nunca acabar*. São Carlos: Claraluz, 2005.
- \_\_\_\_\_. A trama enfática do sujeito. In: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro. (Orgs.) *Análise do discurso no Brasil: mapeando conceitos, confrontando limites*. São Carlos: Claraluz, 2007.
- \_\_\_\_\_. Os desafios de fazer Análise do Discurso no Brasil com singularidade e liberdade. Palestra proferida no VI Congresso Internacional da Associação Brasileira de Lingüística. João Pessoa, 7 de março de 2009.
- FINK, Bruce. *O sujeito lacaniano: entre a linguagem e o gozo*. [trad.] Maria de Lourdes Sette Câmara. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

- FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. [trad.] Salma Tannus Muchail. 8.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- \_\_\_\_\_. *Arqueologia do saber*. 7.ed. São Paulo: Forense Universitária, 2008.
- FREUD, Sigmund. Os chistes e sua relação com o inconsciente. In: \_\_\_\_\_. Obras psicológicas completas de Sigmund Freud: edição *standard* brasileira. Volume VIII (1905). [trad.] Jayme Salomão et al. Rio de Janeiro: Imago, 1996a.
- \_\_\_\_\_. Sobre a psicopatologia da vida cotidiana. In: \_\_\_\_\_. Obras psicológicas completas de Sigmund Freud: edição *standard* brasileira. Volume VI (1901). [trad.] Jayme Salomão et al. Rio de Janeiro: Imago, 1996b.
- \_\_\_\_\_. O interesse científico da Psicanálise. In: \_\_\_\_\_. Obras psicológicas completas de Sigmund Freud: edição *standard* brasileira. Volume XIII (1913-1914). [trad.] Jayme Salomão et al. Rio de Janeiro: Imago, 1996c.
- \_\_\_\_\_. Cinco ensaios sobre a psicanálise. In: \_\_\_\_\_. Obras psicológicas completas de Sigmund Freud: edição *standard* brasileira. Volume XI (1910). [trad.] Jayme Salomão et al. Rio de Janeiro: Imago, 1996d.
- GAARDER, Jostein. *O mundo de Sofia: romance da história da filosofia*. [trad.] João Azenha Jr. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- GRIGOLETTO, Marisa. Ideologia e processos identitários: o simbólico em questão. In: FREIRE, Maximina M.; ABRAHÃO, Maria Helena Vieira; BARCELLOS, Ana Maria Ferreira. (Orgs.) *Linguística aplicada e contemporaneidade*. São Paulo: ALAB, Campinas: Pontes, 2005.
- GUIMARÃES, Eduardo. *Semântica do acontecimento*. 2.ed. Campinas: Pontes, 2005.
- HARTMANN, Fernando. Ideologia e desejo. In: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro. (Orgs.) *Michel Pêcheux e a análise do discurso: Uma relação de nunca acabar*. São Carlos: Claraluz, 2005.
- HENRY, Paul. *A ferramenta imperfeita: língua, sujeito e discurso*. [trad.] Maria Fausta P. de Castro. Campinas: Editora da UNICAMP, 1994.
- HERCULANO-HOUZEL, Suzana. *O cérebro nosso de cada dia: descobertas da neurociência sobre a vida cotidiana*. Rio de Janeiro: Vieira & Lent, 2002.
- \_\_\_\_\_. Ligar o sono ou desligar a vigília? In: LENT, Roberto. *Cem bilhões de neurônios: conceitos fundamentais de Neurociência*. São Paulo: Atheneu, 2005, p.528.
- HUDSON, Grover. *Essential introductory linguistics*. Malden: Blackwell, 2000.

- ILARI, Rodolfo. O Estruturalismo lingüístico: alguns caminhos. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina. (Orgs.) *Introdução à Lingüística: Fundamentos epistemológicos*. v.3. São Paulo: Cortez, 2004.
- INDURSKY, Freda. O sujeito e as feridas narcísicas dos lingüistas. *Gragoatá*, n.5, 2.sem.1998a.
- \_\_\_\_\_. A análise do discurso e sua inserção no campo das ciências da linguagem. In: *Cadernos do Instituto de Letras/UFRGS*, 20, dez. de 1998b.
- \_\_\_\_\_. O texto nos estudos da linguagem: Especificidades e limites. In: ORLANDI, Eni; LAGAZZI-RODRIGUES, Suzy, (Orgs.) *Discurso e textualidade: Introdução às ciências da linguagem*. Campinas: Pontes, 2006.
- KEHL, Maria Rita. Ética e técnica. In: CESAROTTO, Oscar Angel. (Org.) *Idéias de Lacan*. 2.ed. São Paulo: Iluminuras, 2001.
- KOLTAI, Caterina. A escuta do político. In: CESAROTTO, Oscar Angel. (Org.) *Idéias de Lacan*. 2.ed. São Paulo: Iluminuras, 2001, p.92-97.
- LACAN, Jacques. L'instance de la lettre dans l'inconscient ou la raison depuis Freud. 1957a. Disponível em <[www.ecole-lacanienne.net/documents/1957-05-09.doc](http://www.ecole-lacanienne.net/documents/1957-05-09.doc)> Acesso em 10 de janeiro de 2009.
- \_\_\_\_\_. As formações do inconsciente. 1957b. Disponível em <[www.traco-freudiano.org](http://www.traco-freudiano.org)> Acesso em 13 de janeiro de 2009.
- \_\_\_\_\_. Radiophonie. [trad.] Jack W. Stone. 1970. Disponível em <<http://web.missouri.edu/~stonej/Radiophonie.pdf>> Acesso em 13 de janeiro de 2009.
- \_\_\_\_\_. *Seminário, livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. [trad.] M. D. Magno. 2.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.
- LAPLANCHE, Jean; PONTALIS, Jean-Baptiste. *Vocabulário da Psicanálise*. [trad.] Pedro Tamen. 4.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- LAGAZZI, Suzy. *O desafio de dizer não*. Campinas: Pontes, 1988.
- LEITE, Márcio Peter de Souza. A psicose como paradigma. In: CESAROTTO, Oscar Angel. (Org.) *Idéias de Lacan*. 2.ed. São Paulo: Iluminuras, 2001.
- LEITE, Nina Virgínia de Araújo. *Psicanálise e análise do discurso: o acontecimento na estrutura*. Rio de Janeiro: Campo Matêmico, 1994.
- LENT, Roberto. *Cem bilhões de neurônios: conceitos fundamentais de Neurociência*. São Paulo: Atheneu, 2005.

- LINDEN, Rafael. Sinalização neuronal. In: AIRES, Margarida Aparecida de Mello (Org.). *Fisiologia*. 2.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan S.A., 1999a.
- \_\_\_\_\_. Transmissão sináptica. In: AIRES, Margarida Aparecida de Mello (Org.). *Fisiologia*. 2.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan S.A., 1999b.
- MACHADO, Ângelo. *Neuroanatomia funcional*. 2.ed. São Paulo: Atheneu, 2004.
- MALDIDIER, Denise. *A inquietação do discurso – (Re)ler Michel Pêcheux hoje*. [trad.] Eni P. Orlandi. Campinas: Pontes, 2003.
- MILNER, Jean-Claude. *O amor da língua*. [trad.] Ângela Cristina Jesuino. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987.
- \_\_\_\_\_. *Os nomes indistintos*. [trad.] Procópio Abreu. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2006.
- NORMAND, Claudine. *Saussure*. Paris: Les belles lettres, 2000.
- OLIVEIRA, C. Lucia M. Valladares de. Atualidade de um trágico barroco. In: CESAROTTO, Oscar Angel. (Org.) *Idéias de Lacan*. São Paulo: Iluminuras, 2001, p.74-81.
- ORLANDI, Eni P. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 5.ed. Campinas: Pontes, 2003a.
- \_\_\_\_\_. O objeto de ciência também merece que se lute por ele. In: MALDIDIER, Denise. *A inquietação do discurso – (Re)ler Michel Pêcheux hoje*. [trad.] Eni P. Orlandi. Campinas: Pontes, 2003b.
- \_\_\_\_\_. *Discurso e texto: Formulação e circulação dos sentidos*. 2.ed. Campinas: Pontes, 2005a.
- \_\_\_\_\_. A Análise de Discurso em suas diferentes manifestações intelectuais: o Brasil. In: INDURSKY, Freda; LEANDRO-FERREIRA, Maria Cristina. (Orgs.) *Michel Pêcheux e a análise do discurso: uma relação de nunca acabar*. São Carlos: Claraluz, 2005b.
- \_\_\_\_\_. Análise de discurso. In: ORLANDI, Eni; LAGAZZI-RODRIGUES, Suzy, (Orgs.) *Discurso e textualidade: Introdução às ciências da linguagem*. Campinas: Pontes, 2006a.
- \_\_\_\_\_. Nota ao leitor. In: PÊCHEUX, Michel. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. [trad.] Eni P. Orlandi. 4.ed. Campinas: Pontes, 2006b.

- \_\_\_\_\_. O sujeito discursivo contemporâneo: Um exemplo. In: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro. (Orgs.) *Análise do discurso no Brasil: mapeando conceitos, confrontando limites*. São Carlos: Claraluz, 2007.
- PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: Uma crítica à afirmação do óbvio*. [trad.] Eni P. Orlandi [et al.] 2.ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1995.
- \_\_\_\_\_. Análise Automática do Discurso (AAD-69). In: GADET, Françoise; HAK, Tony. (Orgs.) *Por uma análise automática do discurso: Uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. [trad.] Bethania S. Mariani [et al.] 3.ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.
- \_\_\_\_\_; FUCHS, Catherine. A propósito da Análise Automática do Discurso: Atualizações e Perspectivas (1975). In: GADET, Françoise; HAK, Tony. (Orgs.) *Por uma análise automática do discurso: Uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. [trad.] Bethania S. Mariani [et al.] 3.ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.
- \_\_\_\_\_. Sobre os contextos epistemológicos da análise de discurso. Cadernos de Tradução do Instituto de Letras da UFRGS. [trad.] Ana Maria Dischinger Marschall e Heloísa Monteiro Rosário. Porto Alegre, n.1, nov. 1998.
- \_\_\_\_\_. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. [trad.] Eni P. Orlandi. 4.ed. Campinas: Pontes, 2006.
- PEZATTI, Erotilde Goreti. O Funcionalismo em Lingüística. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina. (Orgs.) *Introdução à Lingüística: Fundamentos epistemológicos*. v. 3. São Paulo: Cortez, 2004.
- PINTO, Manuel da Costa. A aldeia estruturalista. *Viver Mente & Cérebro*, Lacan: o grau zero da subjetividade, São Paulo, p.10, 2005. (Coleção Memória da Psicanálise, 4)
- PINTO, Milton José. Introdução: A mensagem narrativa. In: BARTHES, Roland. [et al.] *Análise estrutural da narrativa*. [trad.] Maria Zélia Barbosa Pinto. 5.ed. Petrópolis: Vozes, 2008.
- PIRES DE OLIVEIRA, Roberta. Formalismos na lingüística: uma reflexão crítica. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina. (Orgs.) *Introdução à Lingüística: fundamentos epistemológicos*. v.3. São Paulo: Cortez, 2004.
- PLATÃO. *Crátilo*. [trad.] Maria José Figueiredo. Lisboa: Instituto Piaget, 2001.

- PRIKLADNICKI, Fábio. Lembranças do Estruturalismo. *Zero Hora. Cultura*. 17 de janeiro de 2009.
- RODRIGUES, Léo Peixoto. A (des)estruturação das estruturas e a (re)estruturação dos sistemas: uma revisão epistemológica crítica. In: RODRIGUES, Léo Peixoto; MENDONÇA, Daniel de. *Ernesto Laclau e Nicklas Luhman*. Pós-fundacionismo, abordagem sistêmica e as organizações sociais. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006.
- \_\_\_\_\_; MENDONÇA, Daniel de. Introdução. In: RODRIGUES, Léo Peixoto; MENDONÇA, Daniel de. *Ernesto Laclau e Nicklas Luhman*. Pós-fundacionismo, abordagem sistêmica e as organizações sociais. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006.
- RUMELHART, David E.; McCLELLAND, James L. [et al] *Parallel Distributed Processing*. Vol. 1. Computational models of cognition and perception. 13.ed. Cambridge, London: The MIT Press, 1999.
- SANTOS, José Trindade. Introdução. In: PLATÃO. *Crátilo*. [trad.] Maria José Figueiredo. Lisboa: Instituto Piaget, 2001.
- SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de Lingüística Geral*. [trad.] Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. 23.ed. São Paulo: Cultrix, 2001.
- SCHILLER, Paulo. Organismo, corpo, linguagem. In: CESAROTTO, Oscar. (Org.) *Idéias de Lacan*. 2.ed. São Paulo: Iluminuras, 2001.
- SOON, Chun Siong; BRASS, Marcel; HEINZE, Hans-Jochen; HAYNES, John-Dylan. Unconscious determinants of free decisions in the human brain. *Nature Neuroscience*. v.11. n.5. May, 2008, p.543-545.
- SPRINGER, Sally; DEUTSCH, Georg. *Cérebro direito, cérebro esquerdo: Perspectivas da Neurociência Cognitiva*. São Paulo: Summers Editorial, 1998.
- TALLAFERRO, Alberto. *Curso básico de psicanálise*. [trad.] Álvaro Cabral. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- TEIXEIRA, Marlene. O “sujeito” é o “outro”? : Uma reflexão sobre o apelo de Pêcheux à psicanálise. *Letras de hoje*. Porto Alegre. v.32., n.1, p.61-88, março de 1997.
- \_\_\_\_\_. *Análise de discurso e psicanálise: elementos para uma abordagem do sentido no discurso*. 2.ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005.
- TREVISAN, Armindo. *A poesia – Uma iniciação à leitura poética*. 2.ed. Porto Alegre: Secretaria Municipal da Educação: Secretaria Municipal da Cultura: Uniprom, 2001.

VINHAS, Luciana Iost. Modelos formais e a questão semântica: Restrições violáveis por um viés conexionista. Trabalho apresentado no VI Congresso Internacional da Associação Brasileira de Linguística. João Pessoa, março de 2009.

WEEDWOOD, Barbara. *História concisa da Linguística*. [trad.] Marcos Bagno. São Paulo: Parábola Editorial, 2002.

## ANEXOS

(01) Relação entre sujeito, sentido e efeito de sentido



(02) Relação entre inconsciente e ideologia.



(03) Relação entre interdiscurso, intradiscurso, pré-construído e memória discursiva.



(04) Relação entre Acontecimento X Estrutura





(05) Relação entre Equívoco X Falta



(06) Relação entre Condições de produção X Condições de enunciação



(07) Relação entre todos os conceitos.

